

LAMPPIAR

revista acadêmica

SANGUE
LATINO,
ALMAS CATIVAS:
Retalhos de uma América
que é Nossa



UERN

ISSN: 2764-9970
v.3, n.1, 2024



LAMPIAR | ISSN: 2764-9970

Volume 03 / Número 01 / Fevereiro de 2024

Sangue latino, almas cativas: retalhos de uma América que é nossa

EDITOR CHEFE

Dr. Olavo Hamilton Ayres Freire de Andrade

DIRETORIA GERAL

Ana Quitéria da Silva Vieira

André Duarte da Silva

Maíra Beatriz de Lima Trindade

ORGANIZAÇÃO

Ana Clara Machado Ferreira Dias

Yasmim Cristina Medeiros da Silva

Alexsandro Aurélio do Nascimento Júnior

Esaú Castro de Albuquerque Melo

Fernanda Caroline Alves Camara

Sabrine Láisa Mendes Silva Bastos

MARKETING

Micael Fabrício Higino de Siqueira

Eduarda de Souza Azevedo

Erika de Freitas Filgueira

Ellen Darfnny de Souza Lima

Gabriela Mabel Alves Vieira

Maria Laura de Oliveira Araújo

Mateus Lucas da Silva Lopes

Mélanie Luíse Xavier Borges

EDIÇÃO DE TEXTO

Monalisa Duarte Medeiros

Diogo Lácio Oliveira Nobre

Elayne Cristina de Araujo Oliveira

Emmanuel Aureliano Gomes de Melo

Guilherme Sousa Medeiros da Silva

Heitor de Araújo Jales

Maria Luiza Matos Neves Silveira

Sofia Oliveira Freire

Tailhany da Silva de Moraes

CONSELHO EDITORIAL E CONSULTIVO

Ma. Amélia Carolina Lopes Fernandes (Uern)

Dr. Bairon Oswaldo Vélez Escallón (UFSC)

Dra. Cyntia Carolina Beserra Brasileiro (Uern)

Dr. Fábio Wosniak (Unifap)

Dra. Karlla Christine Araújo Souza (Uern)

Ma. Luciana Grether de Mello Carvalho (PUC - Rio)

Dra. Marilda Teles Maracci (UFV - Minas Gerais)

Dra. Marize Helena de Campos (UFMA)

Dra. Rita de Cássia Marques Lima de Castro (USP)

Dr. Rodrigo Almeida Ferreira (UFRN)

Dra. Viviane da Silva Araujo (UNILA - Paraná)

Dra. Viviane Ongaro (UniOPet - Paraná)

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

André Duarte da Silva

Gabriela Mabel Alves Vieira

Micael Fabrício Higino de Siqueira

Isabelly Thayanne de Sousa

REDES SOCIAIS

[instagram.com/revistalampiar](https://www.instagram.com/revistalampiar)

twitter.com/revistalampiar

[youtube.com/revistalampiar](https://www.youtube.com/revistalampiar)

[linkedin.com/in/revista-lampiar-90752720b](https://www.linkedin.com/in/revista-lampiar-90752720b)

ILUSTRAÇÕES

Erika de Freitas Filgueira

Maria Laura de Oliveira Araújo

CONTATO

lampiar@uern.br

PÁGINA

periodicos.apps.uern.br/index.php/LAMP

SUMÁRIO ...

- 08 **Editorial - Sangue latino, almas cativas: retalhos de uma América que é nossa**
- 10 **Expressões artísticas latino-americanas**
- 11 **This is América Latina** [ilustração digital]
Sanylli Andreia Da Silva
- 16 **Percurso Latino** [crônica]
Maria de Fátima da Fonseca Lopes
- 18 **Tinha que ser nego, né?** [ilustração digital]
Acsa Fernanda de Oliveira Freitas
- 22 **Como se diz “te amo” em espanhol?** [conto]
Khyara Luanny de Lima Fernandes
- 24 **Teu sabor** [Poesia]
Thalys Vinicius de Oliveira Rodrigues
- 26 **Espectro** [fotografia]
José Júnior Cardoso de Oliveira
- 29 **LINHA 01**
Decolonialidade na América Latina: história, saberes, cultura, política, economia, territórios e linguagens
- 30 **(RE)PENSAR OS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: Uma Abordagem decolonial** [artigo]
Anna Cecília Leite Jerônimo
Maria Eduarda Ferreira Fonseca
Vitória Ellen Freitas Rebouças
- 46 **COLONIALIDADE DO PODER: Uma análise sobre o conceito difundido por Aníbal Quijano e as violações de direitos de povos e comunidades tradicionais na América Latina** [resenha]
Pâmela Tainah Pinto Rocha
Lívia Maria Oliveira de Melo

- 54** **O CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E O BRASIL: uma abordagem acerca da realidade, das identidades e, sobretudo, dos direitos dos povos tradicionais** [artigo]
Ana Laura Jales Pinheiro
Eliene Chaves Gurgel
Lusia Leite Cavalcante de Sousa
- 71** **ENTRE HUMANOS E BICHOS: A decolonialidade na obra Vidas Secas de Graciliano Ramos** [resenha]
Jemima Kézia da Costa
- 77** **UMA ANÁLISE DAS EXPRESSÕES QUIXERAMOBINENSES UTILIZADAS PELO PERSONAGEM ERI, NO FILME “BEM-VINDA A QUIXERAMOBIM”** [artigo]
Ana Jeieli Souza da Silva
Ana Nadine Fonseca Silva
- 90** **A “VONTADE COLETIVA” COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO DE GÊNERO: Uma Proposta de Diálogo Entre Gramsci e Connell** [artigo]
Tharleton Luis de Castro Santos
- 106** **RELATO HISTÓRICO DO TRABALHADOR NORDESTINO NO SÉCULO XX: análise da letra da canção Cidadão do compositor Lúcio Barbosa** [artigo]
Bruno Emanuel dos Santos Rosa
- 120** **Um conglomerado de gentes e a identidade cultural do Brasil** [resenha]
Acsa Fernanda de Oliveira Freitas
- 128** **PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: Serviço Social x Repercussões do racismo estrutural no acesso à saúde** [artigo]
Vitória Brenda de França Cunha
- 145** **LINHA 02**
Saúde, Meio Ambiente e Vulnerabilidades Sociais: os desafios para o desenvolvimento humano saudável e sustentável na América Latina
- 146** **CONSTITUCIONALISMO SIMBÓLICO: Dispositivos neocoloniais na construção de uma cidadania ilusória** [artigo]
Douglas Antoni J. Sousa
Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

- 161** **CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO (NEO)LIBERAL E ATUAÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA** [artigo]
Vilsemácia Alves Costa
- 178** **PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS** [artigo]
Fernanda Medeiros de Souza
- 191** **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER INDÍGENA BRASILEIRA: A história construída na dor infringida aos seus corpos do passado colonial à contemporaneidade** [artigo]
Ingrid Kristiensen Silva de Oliveira Caetano
- 204** **LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: é preciso conhecê-la** [artigo]
Mislene Alves da Costa
Emanuela Alves da Costa
Meirelle Alves Da Costa
- 216** **A INCLUSÃO DISTÓPICA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma breve análise dos sistemas sociais de exclusão** [artigo]
Isabely Santiago Guimarães
- 228** **REVÊS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: a inacessibilidade à saúde pública no Brasil como efeito da marginalização social** [artigo]
Kelvin Riandson Teixeira de Oliveira
- 245** **A SAÚDE NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO: repercussões para o serviço social** [artigo]
Anelly Karolliny Araujo Lima
Carlos Dallas de Oliveira Souza
Andreyne Ferreira Maia
- 263** **TRABALHO E SAÚDE, REPERCUSSÕES PARA TRABALHADORES INFORMAIS: “Sem trabalho eu não sou nada, não tenho dignidade, não sinto o meu valor, não tenho identidade”** [artigo]
Antonia Thainá Evelyn Moraes Holanda
Ana Clara Tavares de Araújo
Maria Heloiza de Araujo Berto
- 278** **PREVENTIVO AMPLIADO: a experiência da consulta multiprofissional na Residência em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade** [artigo]
Ariele França de Melo

Adauto Vinicius Morais Calado

Sarah Mikaelly Ferreira e Silva

292 SEQUESTRO DE CIDADANIA: notas acerca da internação compulsória na atualidade [artigo]

Andreyna Ferreira Maia

Carlos Dallas de Oliveira Souza

Esther Emanuelle Alves Feitosa

305 SOB O VÉU DA NOIVA: uma leitura das notícias sobre a sangria da Barragem de Umari, em Upanema-RN (2008) [artigo]

Guilherme Luiz Pereira Costa

322 O PLANO DIRETOR COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: um estudo de caso no município de Mossoró/RN sobre os impactos da expansão urbana desordenada [artigo]

Lorena Maria Medeiros de Oliveira

Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos

Wislla Ellen Medeiros da Cruz

339 PROPOSTA DE UMA ABORDAGEM AMBIENTAL E ECOLÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL [artigo]

Maciel Trajano Santana

Mariana Mendonça Pessoa

Yáskara Fabiola Monteiro Marques Leite

**354 LINHA 03
Modernização no século XXI: Efeitos e implicações das novas tecnologias como aspecto desafiador na América Latina.**

355 REVISIONISMO E NEGACIONISMO HISTÓRICO EM TEMPOS DE YOUTUBE [artigo]

Matheus de Moura e Silva

370 O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA: reconstrução das práticas docentes a partir do Programa Residência Pedagógica [artigo]

Lídia Carlos do Vale Neta

Maria Eduarda Ferreira de Oliveira

382 Agradecimentos

383 Equipe Editorial

Apresentação

É com grande entusiasmo que damos as boas-vindas aos leitores à mais recente edição da Revista Acadêmica Lampiar. Esta publicação representa um mergulho profundo na complexa tapeçaria cultural, histórica e social que existe na América Latina, explorando temas intrincados que ecoam a riqueza de nossas identidades coletivas.

O título “Sangue Latino, Almas Cativas: retalhos de uma América que é nossa” busca capturar a essência pulsante da América Latina, onde as veias culturais correm profundamente, e as almas, embora cativas às nuances do tempo, encontram liberdade na expressão de suas histórias. Acreditamos que, por meio da Academia, podemos desvendar os enigmas, costurar os retalhos da nossa herança e compreender as dinâmicas que moldam o nosso território contemporâneo.

Nesta edição, reunimos uma seleção diversificada de artigos e ensaios que abordam questões cruciais, desde a exploração das raízes coloniais até as narrativas vigentes que refletem os desafios e triunfos de nossas sociedades, como também os desafios relativos ao desenvolvimento humano, sustentável e tecnológico. Cada contribuição é um convite para uma jornada de reflexão profunda sobre o que significa ser latino-americano, desafiando estereótipos e expondo a complexidade de nossas realidades.

Nesta edição, temos o total de trinta produções científicas e artísticas, estas subdivididas entre textuais e visuais e que versam sobre três diferentes linhas de pesquisa. Cada obra apresentada nesta revista foi minuciosamente examinada por membros do corpo editorial discente, além de 12 pareceristas competentes, especializados na avaliação das reflexões contidas nos artigos, resenhas críticas, poemas, fotografias, ilustrações e contos aqui reunidos.

Este ano optamos por dar um destaque especial às produções artísticas e, por este motivo, elas poderão ser apreciadas logo nas primeiras páginas que se seguem. Ao todo, esta edição conta com um conto, uma crônica, uma poesia, uma fotografia e duas ilustrações e todos esses trabalhos refletem de maneira ímpar sobre as raízes latinas de seus autores e autoras.

Após a seção artística, será possível encontrar as produções científicas. A primeira linha de pesquisa possui o título “Decolonialidade na América Latina: história, saberes, cultura, política, economia, territórios e linguagens” e contém seis artigos científicos e duas resenhas críticas. A segunda linha intitulada “Saúde, Meio Ambiente e Vulnerabilidades Sociais: os desafios para o desenvolvimento

humano saudável e sustentável na América Latina” traz quatorze artigos científicos. E, por fim, a última linha de pesquisa, que tem título “Modernização no século XXI: Efeitos e implicações das novas tecnologias como aspecto desafiador na América Latina”, possui um artigo científico.

Aos nossos leitores e leitoras, desejamos que “Sangue Latino, Almas Cativas” sirva como uma fonte de inspiração para que possamos, em conjunto, entender, preservar e celebrar a riqueza inigualável que é a América Latina. Que esta edição instigue reflexões profundas e promova uma apreciação mais completa da complexidade que nos une como uma comunidade de almas cativas, mas indomáveis, em busca constante por conexão e espaço para sermos quem podemos ser de melhor. Boa leitura!

Expressões artísticas Latino-americanas





This is América Latina

[Ilustração digital]

Sanylli Andreia
da Silva

Sobre a autora:

Sanylli Andreia Da Silva: Graduanda em Publicidade e Propaganda pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN campus central), aluna do Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (CAS Mossoró) em LIBRAS intermediário. Ganhadora através dos votos popular como Melhor Ilustradora de Mossoró 2023 pelo projeto “Brasil Protagonista”.



DATA DE SUBMISSÃO: 23/10/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 05/12/2023

Descrição da obra:

A obra trata-se de uma indígena da América Latina no centro, onde apresenta traços e características dos povos originários do Brasil. Ao seu lado esquerdo há a presença de uma onça pintada e, ao lado direito, apoiada no joelho da indígena, encontra-se uma Arara-Canindé. Para a realização da Ilustração Digital, foi necessário fazer uma pesquisa sobre povos da América Latina. Ao observar várias culturas distintas dentro da América Latina, decidi focar nos povos nativos do Brasil, que muitas vezes são esquecidos como Latinos-Americanos. Desse modo, busquei referências para fortificar a representação da cultura indígena na obra, pesquisei sobre o Grafismo indígena e os traços físicos de sua etnia, para assim ilustrar a personagem central da obra. Nesse viés, adicionei alguns dos animais mais característicos da fauna brasileira, a Onça Pintada, representando a força e a beleza única do território nacional através de suas pintas, e a Arara-Canindé que representa a liberdade e a resistência dos povos. Por fim, a intencionalidade das cores utilizadas no fundo da obra: o azul faz alusão aos nossos rios e à costa litorânea, assim como um vasto céu profundo e estrelado que fazem parte de inúmeras lendas indígenas. O amarelo, por sua vez, é radiante como o sol que ilumina a indígena, fazendo-a ter visibilidade e mostrar a sua presença imponente. Concluo a descrição da obra afirmando que o Brasil tem grande força, beleza e raiz, mostrando que temos uma história e uma sociedade antes mesmo da colonização, que os povos originários da América Latina ainda vivem com bravura, coragem e resistência. O nome da obra "This Is América Latina" faz referência à música "This Is America", do cantor Donald Glover, que em seu clipe faz uma crítica à América perigosa e preconceituosa onde vive seu povo.

Descrição para pessoas com deficiência visual:

Esta imagem é uma ilustração colorida que apresenta uma onça pintada, uma pessoa indígena com grafismo no rosto e uma Arara-Canindé. O fundo é dividido em duas cores vibrantes, azul e amarelo. A onça pintada, com sua pelagem manchada característica, está à esquerda. À direita, há uma Arara-Canindé com penas multicoloridas. A mulher indígena está no centro. No canto superior direito, há um texto escrito em vermelho que diz "THIS IS AMERICA LATINA". Esta imagem pode ser uma forma de expressar a diversidade e a riqueza cultural da América Latina, bem como a sua relação com a natureza.



Percurso Latino

[Crônica]

Maria de Fátima
da Fonseca Lopes

Ouçã no Spotify



Sobre a autora:

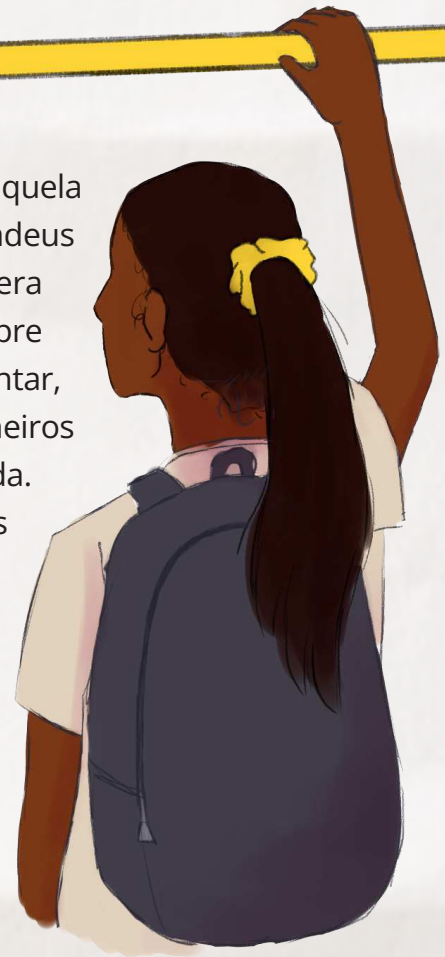
Maria de Fátima da Fonseca Lopes é graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, já cursou Jornalismo e também foi aluna do IF. Atualmente bolsista no PIBID/História no campus Assú.

Percurso Latino

Maria de Fátima da Fonseca Lopes

Respirou fundo, cruzou os dedos, contou até três... continuou a subir os degraus daquela escada. A noite aos poucos ia chegando, o sol dizia adeus no horizonte. O medo retorna. A estrada asfaltada espera pelo mesmo ônibus que passa naquele horário, sempre pesado e silencioso. Não houve banco para se sentar, então teve que ir em pé com tantos outros companheiros de viagem. Seria a meia hora mais longa de sua vida. O destino? A universidade pública. Um dos braços segurava uma parte de ferro onde os alunos jogavam suas mochilas, o outro braço se apoiava em uma parte de um banco. De repente o ônibus pulava, de repente o medo lhe tomava conta, de repente o escuro do lado de fora lhe chamava a atenção. Assim, os seus olhos acompanhavam constantemente as árvores secas e cada vez mais o escuro se tornava sombrio. Pensou consigo: “será que mais alguém está vendo o que vejo?” A jovem filha de um mulato e de uma amarela começou a olhar para os arredores, e constatou consigo mesma que estava só em suas observações.

Diante disso, começou a analisar, e não de forma vulgar, o que aqueles estudantes faziam diante de uma viagem que tantas vezes parecia solitária e eterna. A moça que estava sentada em um banco ao seu lado mexia constantemente no celular, os dedos não paravam, digitavam afoitos como se o mundo fosse acabar ali, a jovem fitou as mensagens que apareciam no aplicativo de rede social que a outra lia com atenção. E, pelo que havia entendido, o namorado dessa moça estava terminando com ela por mensagem de WhatsApp. Dolorido. Em um banco mais a frente um rapaz passava as mãos no rosto, no começo ela achou que ele estava chorando, e, na verdade, estava... um choro que implorava por dormir.

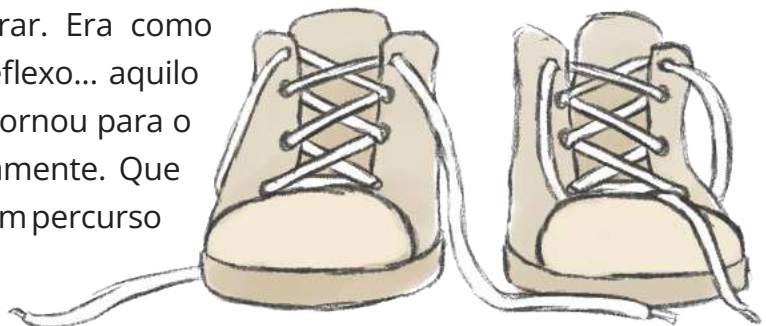


Todos sabiam que ele saia do trabalho e vinha direto pegar o ônibus. Exausto, cansado e resistindo contra o próprio sistema.

É que ser pobre e estudar são antônimos. Algumas poucas pessoas romantizam, mas a grande maioria critica. É que ao longo desses séculos de dominação que o Brasil sofreu em sua construção social revelou uma nação que ou culpabiliza o pobre, ou é só mais um. E ela é mais uma. Criada por mãe solteira, abandonada pela família e carregando a morte de um pai que trabalhou até o dia que morreu. A sociedade brasileira a considera como uma vitoriosa que mesmo diante das dificuldades continua a lutar. Que luta é essa que ela sempre ou é explorada, ou é humilhada? Que sempre tem que pegar um ônibus lotado? Que toda vez que fica doente tem que chegar de madrugada no postinho e enfrentar uma fila enorme? É justo ter que trabalhar em 2 empregos diferentes para viver com o mínimo? E, além disso, tem que estudar porque foi ensinada desde pequena pelo seu pai que era melhor estudar do que ser escravo dos outros. E que esses outros são homens brancos com dinheiro.

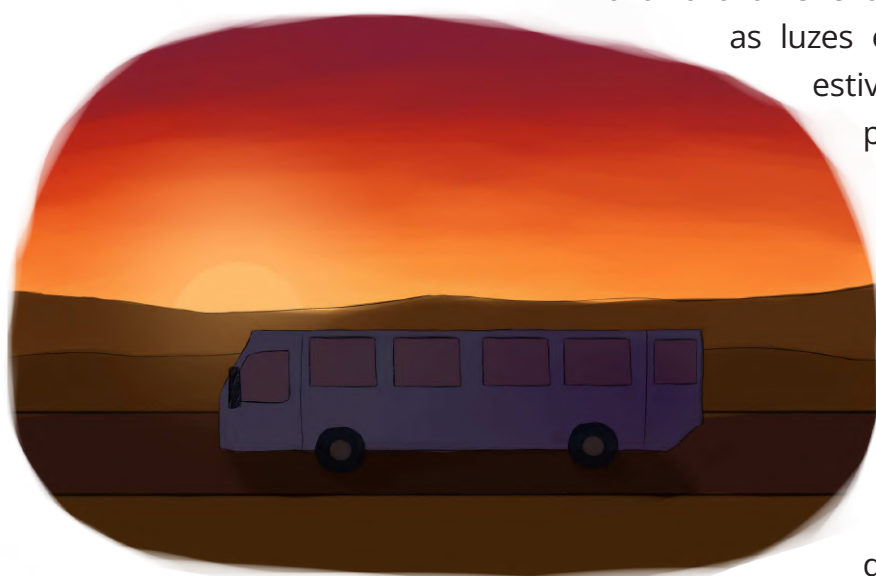
O ônibus parou bruscamente, ela caiu em cima de um colega e acabou machucando o próprio braço. Após o impacto, todos começaram a olhar para a frente em busca de respostas. A escuridão dificultava um pouco até que um colega que estava nas primeiras filas gritou “bateu numa vaca”. O motorista desceu rapidamente. A jovem pediu desculpas ao colega que minutos antes havia caído por cima, ele a chamou para descer e ver o que tinha acontecido. E assim foi feito: ela desceu e viu o corpo do animal. Era uma vaca muito magra, de pelo escuro e manchas claras, o seu pescoço havia sido quebrado com o impacto. Por um breve segundo ela se sentiu mais próxima da realidade da vaca do que da sua própria história. Qual era o sentido passar o dia sofrendo em um trabalho para quando chegar a noite pegar um ônibus lotado, sentar em uma cadeira e escutar de professores frases que eram longe da sua realidade? O contexto é tão amplo que se perde na própria história.

Quando ela despertou, percebeu que três outros jovens ajudavam o motorista a levar o corpo da vaca para fora da estrada. Jogaram os restos mortais no acostamento. Ali estava paralisada, nem conseguia, nem se quer respirar. Era como se estivesse vendo o próprio reflexo... aquilo podia ser considerado vida? Retornou para o ônibus que agora andava lentamente. Que horas isso termina? O que seria um percurso de meia hora se tornou uma hora e meia. As suas pernas tremiam de dor. Ela prendeu



o cabelo, recém alisado com uma escova secadora, em um rabo de cavalo mal feito. A sua mente permanecia calada como se estivesse de luto pelo animal. O seu celular vibrou, era uma mensagem de sua mãe: “a carne acabou”. Era como se a vida não tivesse pena dos tantos conflitos que jogavam no seu caminho, mas ela sabia que não poderia culpar a droga da vida... quando era pequena ela ganhou uma bolsa numa escola particular, o seu pai ficou tão feliz que gastou quase um salário todo com material escolar, e nessa instituição lhe ensinaram que ser daquele jeito é uma forma errada existir. Não havia muitas garotas como ela, ninguém usava um tênis simples, todos compravam lanches e falavam sobre quando iriam viajar novamente. Ela nunca havia saído daquela cidade... o seu pai trabalhava numa construtora, sempre pediam para ele ficar mais tempo e um dia a máquina perdeu o controle. Depois da morte dele, a filha implorou para sair daquela escola. Retornou para o lugar que sempre se sentiu confortável: a sala de aula pública.

Ela olhava o reflexo que a janela fazia quando as luzes eram acesas, era como se estivesse vendo parte de um passado que ela odiava lembrar. Viver no escuro tende a nos fazer olhar para o submundo da mente... pensar e pensar. A eterna viagem que nunca acaba, aos poucos vai acabando com a gente. O veículo parou na esquina da faculdade. Não que havia parado por opção do motorista,



mas sim, porque a gasolina havia acabado. Todos desceram. Até chegar na sala de aula foram mais dez minutos, pediu licença, sentou na cadeira e antes que pudesse entender do que estava acontecendo naquela aula, o próprio professor a criticou por chegar atrasada e tecnicamente atrapalhado a sua aula. Poderia ter dito que foi devido a um acidente, poderia ter dito que o sistema era injusto porque muitas colegas também só chegavam atrasadas e não era certo julgar sem ao menos perguntar o motivo.

Mas como o patriarcado não gosta muito de escutar mulheres e muito menos dar ouvido aos pobres, ela resolveu ficar em silêncio. E não, não pediu desculpas porque seria mais uma humilhação para a lista e para ela tudo tem um basta. Ainda teria que ir pegar a mesma terra sertaneja... melhor guardar forças.



Tinha que ser nego, né?

[Ilustração digital]

Acsa Fernanda de
Oliveira Freitas

Sobre a autora:

Acsa Fernanda de Oliveira Freitas é graduanda em Letras Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Possui certificação no curso técnico Assistente Administrativo Industrial, possui certificação no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Instalador e Reparador de Redes de Computadores, possui certificação no curso de Formação Inicial e Continuada de Operador de Computador, atuou como avaliadora na Feira de Ciências Escolar de Projetos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (FECIRME) e foi co-orientadora do trabalho vencedor "Aprendendo com o Mar: um estudo sobre ondas abissais" na II Feira de Ciências do Semiárido Potiguar Kids. Participou como membro durante o período de coleta de dados no Grupo de Fonética e Fonologia (GPeff), e atualmente é membro do projeto de iniciação científica "Direito Penal e Tradução: a busca de equivalência entre binômios do inglês e do português em um estudo baseado em Linguística de Corpus".



DATA DE SUBMISSÃO: 29/10/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 05/12/2023

Descrição da obra:

A charge revela um homem negro, choroso, logo após escutar a frase que muitas pessoas vítimas do racismo estrutural são submetidos: "tinha que ser, negro, né?". Senão fez isso aquilo, deixou alguma coisa cair, não fez direito, é preguiçoso, é porque é negro. Tinha que ser, né? Bem que esse negro merece ir para o tronco, apanhar, para aprender a fazer o serviço direito aqui, na senzala do branco. Isso chega a corroer as minhas entranhas, mas ESSA É A REALIDADE de muitos negros e negras no Brasil. É como se a escravidão não tivesse acabado no Brasil. E esse racismo é tão estrutural, é um preconceito tão empregnado na cultura do brasileiro, de que o negro é para servir, que o negro é escravo, que grande parte das pessoas associa logo a cor do negro com a pobreza, com a fome, com o desemprego. Todo negro é pobre, todo negro passa fome, todo negro é desempregado. Tem pessoas negras que sofrem racismo até durante uma entrevista de emprego, e infelizmente até na escola, onde deveria ser um lugar de educação e aprendizado. Mas isso é uma violência tão grande no psicológico de uma pessoa negra, que chega a ser desumana. E ainda tem gente que diz que cota para negros em universidade é esmola, pois eu dedico o seguinte adjetivo para esse tipo de ser humano: vocês são uns ignorantes. Marielle Franco já dizia: "Falar de raça é falar da dominação e escravização de um povo, do apagamento, silenciamento e retirada da sua humanidade. Falar sobre raça é falar sobre a desigualdade que estrutura a nossa sociedade até hoje". O negro sofreu no período da escravidão, e ainda sofre hoje com o preconceito. O negro é espancado pela polícia na rua por ser associado com o ladrão. O negro sofre humilhação até em um estádio de futebol quando é chamado de macaco. Eu digo, e repito, enquanto o racismo não parar, as marcas do chicote não vão parar de atormentar a memória histórica e cultural do povo brasileiro, um conglomerado de gentes. Tinha que ser negro, né? POIS FIQUE SABENDO QUE O NEGRO E A NEGRA TEM LUGAR NA UNIVERSIDADE PÚBLICA, ELES NÃO SERÃO IGNORANTES, ESTUDARÃO E TERAM UM BOM EMPREGO, VÃO TER UM LUGAR NA SOCIEDADE. A *digital art* acima foi criada através do programa IbisPaint.

Descrição para pessoas com deficiência visual:

A charge apresenta o rosto de um homem negro, uma tonalidade marrom escuro, o personagem não possui cabelo, possui sombrancelhas grossas na cor preta, olhos cor castanho escuro, um nariz negroide e lábios carnudos, que são traços

fenótipos característicos de pessoas pertencentes à etnia indígena. Os traços grossos, desalinhados e marcantes utilizados para compor o desenho remontam na memória a ideia do tratamento que o negro recebia na casa do seu senhor branco e no pelourinho durante o período de escravização no Brasil, o tratamento era castigante, humilhante e desumano, muitas vezes o senhor mandava raspar todo o cabelo do seu escravo (objeto) para evitar a proliferação de piolhos. As expressões faciais do homem expressam cansaço e indignação ao deparar-se com a frase preconceituosa "Tinha que ser negro, né?" pronunciada por outra pessoa.



Como se diz “te amo” em espanhol?

[Conto]

Khyara Luanny
de Lima Fernandes

Ouçã no Spotify



Sobre a autora:

Khyara Luanny de Lima Fernandes é graduanda em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN) e do projeto de pesquisa Discurso e Democracia (DISCUCIA).

Como se diz “te amo” em espanhol?

Khyara Luanny de Lima Fernandes

Certa noite um gato malandro subiu em meu telhado, vestido em cores vivas, ele parecia festeiro e malicioso.

A cabeça me doía.

— Desce, pilantra. Esbravejei.

O animal, malcriado, sacudiu o rabo e me gritou seus maldizeres

— Que vida horrível, terrível vida! Há quanto

que desejo uma família. Não há casa, nem quintal, sequer uma vasilha com leite para me saciar.

Em meio ao seu choro, vi a oportunidade perfeita de, junto dele, também desabafar. Assim seguimos por noites, o gato sem família chorava aos meus pés e eu, sem meias, nada lhe dava além de um pé gelado e uma não linearidade de tristezas.

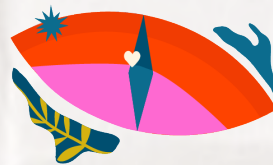
Na sexta feira, o gato se despediu, iria tomar rumo e buscar por calor fraterno em algum lugar, era tempo de inverno e a solidão estava lhe congelando a espinha, tinha receio de não aguentar a fria temporada. Antes de virar e seguir seu rumo, o gato acariciou minhas mãos e me fez a singela pergunta

— De que são feitas as famílias latinoamericanas?

Nesse momento pude ver o que estava ali, cristalino e caloroso. Um felino que dividiu as noites comigo, seus lamentos e afagos. Lhe gritei meio envergonhada, quase em sussurro

— Te quiero!¹

O gato entendeu que eu o queria e que, também, o amava. É assim que se diz te amo em espanhol. É disso que são feitas algumas famílias latinoamericanas. Uma mulher, amor e um gato.



DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 03/12/2023

¹ Expressão em Espanhol que significa “Te quero” em tradução literal para o Português brasileiro. Usada para expressar sentimentos de afeto, exprime o mesmo que “te amo”.



Teu sabor

[Poesia]

Thalys Vinicius de
Oliveira Rodrigues

Ouçá no Spotify



Sobre o autor:

Thalys Vinicius de Oliveira Rodrigues é graduando em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Técnico de nível médio em Nutrição e Dietética. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN), do projeto de pesquisa Discurso e Democracia (DISCUCIA) e do projeto de extensão Quarta Cinematográfica.

Teu Sabor

Thalys Vinicius de Oliveira Rodrigues

Teu beijo tem gosto de creme de avelã,
intenso como o sol de verão queimando a pele,
efêmero como um pote de sorvete na estação mais quente,
insaciável como a sede em um dia ardente.

Sinto ao toque dos nossos lábios a conexão em minha mente,
meu sangue latino se une ao teu neste encontro surpreendente,
a energia passa por nossos corpos em uma fração iminente,
viramos um só inesperadamente.

Anseio sentir de novo teu lábio doce,
assim como o hoje espera pelo amanhã,
saudades sinto do teu beijo sabor avelã,
quem me dera poder te sentir toda manhã.

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 03/12/2023





Espectro

[Fotografia]

José Júnior Cardoso
de Oliveira

Sobre o autor:

José Júnior Cardoso de Oliveira: Capoeirista, ator e Professor. Pesquisador, mestrando em Artes Cênicas (PPGArC/UFRN), é formado em Teatro pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi bolsista do grupo de teatro Arkhétypos entre os anos de 2021 e 2022.



DATA DE SUBMISSÃO: 06/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 05/12/2023

Descrição da obra:

Neste trabalho visual tento trazer temas que estejam relacionados com o racismo, negritude, o corpo e suas subjetividades. “Espectro” aqui ganha o sentido de aparição, de um corpo que está presente e não presente ao mesmo tempo. Um corpo que diverge do padrão imposto pela sociedade, um corpo que traz consigo marcas do passado ainda presente, aos olhos do outro um corpo que incomoda, que traz um desconforto ao ponto de tentar apagá-lo, de silenciá-lo, de adestrá-lo, de apenas ser uma sombra nos espaços. Seria possível um corpo negro ser amado dentro de uma necropolítica? e quais corpos têm direito à vida? são perguntas às quais tento me debruçar.

Descrição para pessoas com deficiência visual:

A fotografia retrata a figura de um jovem homem negro em um fundo claro, coberto por completo por um tecido TNT branco que está estendido horizontalmente, com apenas as mãos a mostra tocando o rosto. O homem apresenta um rosto sério, enquanto observa o que está a sua frente. Sua pele não retinta toca o rosto como se estivesse tentando se reconhecer. O tecido branco está preenchendo toda a imagem fazendo algumas pequenas ondulações sobre e abaixo do rosto.

LINHA 1:

Decolonialidade na América Latina: história, saberes, cultura, política, economia, territórios e linguagens.





(RE)PENSAR OS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: Uma Abordagem decolonial

[Artigo]

Ana Cecília Leite Jerônimo
Maria Eduarda Ferreira Fonseca
Vitória Ellen Freitas Rebouças

Sobre as autoras:

Anna Cecília Leite Jerônimo é graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Técnica de nível médio em Biocombustíveis pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Maria Eduarda Ferreira Fonseca é graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Vitória Ellen Freitas Rebouças é graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Técnica de nível médio em Edificações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

(RE)PENSAR OS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: Uma Abordagem decolonial²

(RE)THINKING HUMAN RIGHTS IN LATIN AMERICA: A decolonial approach

**Anna Cecília Leite Jerônimo
Maria Eduarda Ferreira Fonseca
Vitória Ellen Freitas Rebouças**

RESUMO

Este artigo investiga a interpretação dos direitos humanos na América Latina, com foco no Brasil, à luz de questões cruciais, como a necropolítica e a violência estrutural, com raízes profundas na herança colonial europeia. Utilizando o conceito de “colonialidade do poder” de Aníbal Quijano, buscamos justificar a persistência da estrutura de violência na sociedade brasileira. Além disso, abordamos a necropolítica, resgatando as ideias do teórico Achille Mbembe. Não somente, como também se evidencia Herrera Flores com sua teoria intercultural dos Direitos Humanos. O estudo enfatiza a necessidade premente de reavaliar os direitos humanos a partir de uma perspectiva decolonial no âmbito da América Latina, em ênfase no território nacional. Analisamos bibliografias de autores renomados especializados nos temas a serem abordados. Esta abordagem busca reconhecer a diversidade de experiências e perspectivas de modo a promover, com essa visão decolonial, uma justiça social mais abrangente e eficaz. Concluímos que o fenômeno dos direitos humanos coloniais decorre da perpetuação das normas coloniais que continuam a subjugar e oprimir as minorias sociais, deixando uma marca indelével na trajetória do país. A interseção entre a colonialidade do poder, a necropolítica e a luta por uma compreensão mais equitativa dos direitos humanos destaca a urgência de questionar e transformar estruturas arraigadas que perpetuam desigualdades e violências em nossa sociedade.

Palavras-chave: Interculturalidade; colonialismo e direitos fundamentais

ABSTRACT

This article investigates the interpretation of human rights in Latin America, with a focus on Brazil, in light of crucial issues such as necropolitics and structural violence, deeply rooted in the European colonial heritage. Using Aníbal Quijano's concept of the 'coloniality of power,' we seek to justify the persistence of the violence

structure in Brazilian society. Additionally, we address necropolitics, drawing on the ideas of the theorist Achille Mbembe. Not only that, but Herrera Flores also highlights his intercultural theory of Human Rights. The study emphasizes

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 17/12/2023

the pressing need to reassess human rights from a decolonial perspective within the Latin American context, with an emphasis on national territories. We analyze bibliographies of renowned authors specializing in the topics to be addressed. This approach aims to recognize the diversity of experiences and perspectives to promote, with this decolonial vision, a more comprehensive and effective social justice. We conclude that the phenomenon of colonial human rights stems from the perpetuation of colonial norms that continue to subjugate and oppress social minorities, leaving an indelible mark on the country's trajectory. The intersection of the coloniality of power, necropolitics, and the struggle for a more equitable understanding of human rights highlights the urgency of questioning and transforming entrenched structures that perpetuate inequalities and violence in our society.

Key-words: Interculturality; Colonialism and Fundamental Rights

1. Introdução

O principal objetivo do presente artigo é explorar os efeitos da colonialidade na América Latina, em âmbitos jurídicos, bem como avaliar a possibilidade disso se manifestar no meio social por meio da violência estrutural. Para tanto, na produção desta pesquisa, utilizou-se fontes e levantamentos bibliográficos de grandes autores sobre os temas de colonialidade, necropolítica e direitos humanos. A metodologia adotada neste estudo se concentra em uma revisão bibliográfica de natureza explicativa e qualitativa. O objetivo é selecionar autores e pesquisadores relevantes que possam fundamentar de maneira sólida a pesquisa. Através dessa abordagem, busca-se realizar análises aprofundadas e promover discussões embasadas nos textos estudados, visando identificar os principais conceitos e efeitos associados à colonialidade, direitos humanos e violências na América Latina.

Inicialmente, dissertou-se sobre os direitos humanos em uma perspectiva decolonial: reconheceu-se que estes surgem a partir de lutas/revoluções europeia/americanas, por isso, falam bem mais sobre seus interesses e ambições em detrimento dos povos do sul.

Na segunda parte deste artigo, procurou-se explicar acerca da violência estrutural sofrida pelos povos minoritários desde o período colonial, destacando como a colonização europeia, por meio de suas instituições, leis e práticas, perpetua desigualdades sociais, econômicas e políticas que continuam a ressoar nos dias de hoje. Ao entender o papel da violência estrutural no período colonial, espera-se lançar luz sobre as complexas questões de justiça social, reconhecimento histórico e reparação que continuam a ser debatidas hodiernamente.

Para além, também foi abordado o conceito de necropolítica desenvolvido por Achille Mbembe - que também engloba a biopolítica, o estado de exceção

e o estado de sítio ao seu ensaio - aplicado à realidade Latino Americana, especialmente no Brasil. Ademais, esclarece-se também acerca do nascimento da necropolítica a partir da colonização e casos em que a necropolítica é muito visível: com corpos pretos no período colonial e hoje (trazendo para a realidade brasileira) tratando casos tanto do meio mais urbano central, como também com quilombolas e indígenas, conforme discorrido durante o artigo.

Outrossim, repensou-se também os direitos humanos à luz da interculturalidade. Desse modo, é necessário que os direitos humanos se desprendam do colonialismo e estabeleçam conversas com outras culturas para que assim seja garantida a sua efetividade, uma vez que não é possível pensar os direitos humanos sob uma perspectiva europeia em uma sociedade latina e colonizada. Por conseguinte, este artigo visa contribuir para uma compreensão mais profunda das origens e implicações desses fenômenos, bem como para a promoção de um diálogo informado sobre as questões de justiça e igualdade em nossa sociedade contemporânea.

2. Direitos humanos sob uma perspectiva do pensamento decolonial

Os Direitos Humanos se configuram como normas com a pretensão de assegurar a dignidade humana, resultantes de diversas reivindicações e processos históricos ao longo de décadas. A partir de uma perspectiva tradicionalista, a origem dos direitos humanos reflete as transformações ocorridas no século XVIII, influenciadas pelo Iluminismo e pelas revoluções no Ocidente, cujas principais lutas dizem respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. No entanto, para outros pensadores, a construção dos direitos humanos se fundamenta, de fato, no século XX, em decorrência das insurgências das Guerras Mundiais e do advento da Guerra Fria, especialmente no que concerne às suas consequências.

Desta forma, apesar das múltiplas conquistas realizadas por meio dessas prerrogativas, é de primordial importância reconhecer que elas tiveram sua origem em perspectivas e contextos europeus e norte-americanos, refletindo, por conseguinte, uma visão eurocêntrica do mundo (GERVÁSIO, BARROS, LISBÔA, 2023). É incontestável, dessa maneira, que os interesses predominantes acerca da noção de direitos humanos são aqueles dessas nações, resultando em uma representação insuficiente da realidade de povos não-ocidentais (BRAGATO, 2014; p. 205).

Devido às primeiras concepções acerca dos direitos fundamentais terem ocorridos não só em solos europeus, como também em contextos coloniais, fica evidente não só a falta de vozes plurais, como também a sua imposição sobre os povos subalternos. Esses princípios nascem fundamentados em ideologias liberais que se sustentam sob os vieses universalistas. No entanto, não reconhecem, de

fato, as pluralidades. Sendo assim, ao excluírem os conhecimentos, as ciências e as possibilidades de trocas culturais desses povos, predominam os seus ideais “eurofocais”, isto é, visões de mundo baseadas na perspectiva europeia, que favorecem os discursos hegemônicos (BAGETTI e AGNOLETTI, 2019)

O discurso hegemônico que sustenta ideais nos direitos humanos possui profundas implicações na persistência da colonialidade, especialmente em contextos culturais e espaciais latino-americanos. Esse discurso frequentemente mascara as lutas contra a perpetuação da colonialidade. Nesse ínterim, a hegemonia dos direitos humanos prioriza os homens, brancos, heteronormativos, cristãos e sem deficiências e deixa de acolher efetivamente grupos que não se enquadram nesse padrão. Isso resulta em mais exclusão social, silenciamento e a manutenção do sistema necropolítico que legitima, por intermédio dos efeitos coloniais, a violência estrutural, a misoginia, o racismo e outros impasses sociais. Desse modo, evidencia-se que, da colonização até o contexto contemporâneo, a visão europeia ainda perpetua cadeias de desigualdade e marginalização.

Segundo Oliveira, Espinoza e Cardoso (2022), a eficácia limitada dos direitos humanos no hemisfério sul se deve, em grande parte, à incompatibilidade entre as realidades e aspirações dos europeus e as populações latino-americanas, pois, é evidente que não há como aplicar universalismo em um mundo multicultural. Portanto, é essencial não só compreender as raízes coloniais na construção do direito, a fim de possibilitar análises críticas capazes de combater as consequências resultantes desse legado colonial, como também compreender que universalidade não condiz com a igualdade, mas sim, com a hegemonia.

Um sistema de igualdade só pode ser alcançado em um ambiente que reconheça a interculturalidade, isto é, a coexistência de culturas e não uma monocultura. As preocupações e objetivos dos povos indígenas não podem ser equiparados aos dos povos quilombolas, assim como de outras comunidades. Portanto, é essencial não considerá-los iguais, mas sim reconhecer suas distinções, aspirações individuais e necessidades para garantir o pleno respeito aos seus direitos, de maneira a enxergar suas individualidades.

No entanto, é importante salientar que isso não significa negar a importância dos direitos humanos em si, uma vez que é incontestável todos os bens e avanços advindos dessa declaração. Em vez disso, trata-se de refletir sobre a hegemonia colonizadora e patriarcal que não parece ser eficaz na abordagem das violações estruturais que afetam muitos grupos marginalizados em espaços marcados pela colonialidade.

Para além, as alternativas de superação desse problema envolvem uma avaliação crítica da maneira como os direitos humanos são concebidos e aplicados,

com um foco particular na inclusão de perspectivas culturalmente diversas e na eliminação das influências coloniais que ainda permeiam esse sistema. Assegurar a representação efetiva de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros grupos minoritários que estão fora do contexto europeu significa reconhecer a sua existência e, ao mesmo tempo, reconhecer que somente eles têm um conhecimento profundo das dificuldades, violências e ameaças que enfrentam. Portanto, são os mais capacitados para expressar e defender seus interesses.

Consoante Martins (2021), preciso defender os direitos humanos se desprendendo dos conceitos eurocêntricos. Desse modo, é primordial educar e repassar esses direitos sob novas bases epistemológicas e teorias que fujam dessa universalidade hegemônica, de forma a conter essa violência sistemática para com os povos não-europeus, dada a insustentabilidade da perspectiva de proteção universal, cujo discurso acaba por reproduzir novas formas de violências e opressões.

2.1 Quebrando cadeias invisíveis: desmistificando a violência estrutural

A violência estrutural tem raízes profundas na história da América Latina. Durante o período colonial, a exploração dos povos indígenas e a escravização de africanos estabeleceram as bases para as desigualdades raciais e econômicas que persistem até hoje. A imposição de sistemas políticos e econômicos, muitas vezes apoiados por regimes autoritários, deixou cicatrizes profundas nas estruturas sociais do território brasileiro.

O intelectual peruano Aníbal Quijano propõe o conceito de “colonialidade do poder” para delinear as estruturas políticas na América Latina. Segundo o autor:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 227).

A “colonialidade do poder”, de acordo com Quijano (2005), está intrinsecamente ligada à estrutura do sistema mundial do capitalismo global. Segundo o estudioso peruano, as hierarquias desse sistema mundial se manifestam de forma predominante através do acesso ao trabalho qualificado e

suas normas reguladoras, e a categoria da raça é o fator definidor dessas divisões. Com base nesse argumento, Quijano pondera que no continente americano emergiram novas identidades sociais, tais como indígenas, negros e mestiços, ao mesmo tempo em que outras identidades, como os colonizadores espanhóis e portugueses, foram unificadas sob o rótulo de “europeus”. Conforme essas identidades se tornavam fundamentais para as estratificações e relações sociais, elas passaram a servir como critérios para a classificação social da população. Isso resultou na criação de um instrumento eficaz de legitimação dos sistemas de dominação e exploração, desde os tempos coloniais.

Os impactos do direito colonial na violência estrutural na América Latina foram profundamente influenciados pelas leis e regulamentos coloniais que foram impostos pelas potências colonizadoras europeias, como Espanha e Portugal. Essas leis e regulamentos criaram estruturas legais que perpetuaram a opressão, a desigualdade e a marginalização de povos e comunidades indígenas e afrodescendentes na região.

Segundo o jurista Antônio Carlos Wolkmer (2007), o Direito no Brasil durante o período compreendido entre 1500 e 1532, denominado pré-colonial, representa um contexto anterior à colonização efetiva por Portugal. Durante o período colonial, notam-se características distintivas, tais como a promulgação de leis de caráter geral e a utilização de Forais, que consolidaram o poder centralizado sob o domínio de Portugal e seus representantes no território brasileiro. Ao contrário do desenvolvimento gradual e histórico do direito em sociedades antigas, o direito no Brasil colonial emergiu por meio da imposição de uma vontade unificada nas relações sociais. Isso estabeleceu as bases para a cultura e o sistema jurídico no Brasil.

Percebia-se uma violação sem escrúpulos dos Direitos Humanos. Desde o trabalho forçado, por meio do “Sistema de Encomiendas”, com um regime explorativo; até o “Sistema de Castas”, o qual categorizava as pessoas com base em sua origem étnica e racial. Isso determinava o status social e os direitos legais das pessoas, privilegiando aquelas de ascendência europeia e discriminando as populações indígenas e afrodescendentes.

Entretanto, houve uma mudança nos parâmetros vigentes. A Constituição Federal de 1988, reconheceu a diversidade cultural aos diferentes grupos sociais e étnicos formadores da sociedade brasileira. Isto é, possibilitou, de certo modo, a aceitação do multiculturalismo em terras brasileiras. Neste sentido, o multiculturalismo, presente em diversos dispositivos constitucionais que tratam da proteção à cultura, refere-se à valorização da intensa diversidade cultural dos diferentes grupos sociais e étnicos, bem como ao reconhecimento

do papel das manifestações culturais destes grupos para a formação da identidade cultural brasileira.

Nesse panorama, conclui-se, portanto, que a América Latina é uma região rica em cultura e potencial, mas a violência estrutural impede que muitos de seus povos alcancem seu pleno desenvolvimento. Temos de pensar uma história da modernidade olhando também para aquilo que foi o colonialismo, a escravidão e o genocídio indígena, analisando como essas violências continuam a atuar no presente, de tal modo que torna impraticável a possibilidade de transformarmos a realidade em que vivemos sem rompermos com a celebração acrítica de uma história ocidental.

2.2 Necropolítica: um conceito atual, mas historicamente antigo.

O ensaio “Necropolítica”, desenvolvido pelo professor, filósofo, cientista político e intelectual Achille Mbembe, associa a ideia de necro – da morte, da figura do cadáver – ao âmbito político, respaldando suas ideias nos conceitos de biopoder – segundo Michel Foucault –, estado de exceção e estado de sítio.

Inicialmente, é preciso compreender que houve uma mudança no entendimento sobre o conceito de soberania. Michel Foucault (2002) explica que antes do século XIX, quando o soberano agia era em prol do “fazer morrer” e quando se abstinha de agir, ocorria o “deixar viver”. Após as ditas transformações, há uma inversão: o soberano age visando o “fazer viver” e quando toma uma posição de caráter passivo, depara-se com o “fazer morrer”.

A partir da ideia de Foucault sobre o biopoder, é preciso retomar a figura do soberano – que neste estudo será pesadamente associada ao Estado – cujo poder abarca o monopólio dos corpos e está intrinsecamente associado ao racismo. Um ideal de corpo é criado e aqueles que não se enquadram nesse padrão são vistos e tratados como inimigos, portanto precisam ser aniquilados. Dessa forma “(...) a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as forças assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Tal ideia é refletida, por exemplo, nos corpos pretos, indígenas e em todos aqueles que não se encaixam no padrão estético europeu – trabalhando em uma perspectiva de colonização –, a partir do momento em que se aplicou o conceito de raça aos grupos humanos. Em seguida, é preciso apresentar o estado de exceção, em que os mecanismos de exceção entram em cena, ocorre a suspensão dos direitos fundamentais, de forma que o estado de exceção se torna uma regra.

Em síntese, Achille Mbembe trabalha a necropolítica enquanto uma gestão da morte. A história e as vivências sociais dos presentes dias revelam que a

América Latina persiste convivendo com a política da morte desde a colonização, trabalhando com a ideia de que existem corpos desprovidos de importância, deixados à margem e que são tidos como alvo de violência pelo Estado. Em suma, o legado deixado pela colonização europeia.

3. Necropolítica e colonização: o retrato do apogeu da crueldade humana

Enquanto Foucault trabalha com a afirmação de que a biopolítica obteve seu nascimento no período do capitalismo industrial, Mbembe contrapõe-se, alegando que já no período colonial é possível visualizá-la através da escravidão. A colonização foi marcada pela “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2016, p.125), um retrato das inúmeras violências brutais – as chibatadas, os atos de tortura, os abusos e estupro, o trabalho braçal e exaustivo. Em suma, um verdadeiro leque de punições físicas degradantes – entre os séculos XVI e XIX, que a América Latina vivenciou.

A chegada dos europeus representou, no mínimo, uma espécie de divisor de águas: um território rico em povos, culturas, tradições, costumes e ritos que foi invadido, violado, alterado, desrespeitado e explorado. Em consonância com a temática, o Jornal da USP explica que “Atualmente, no Brasil, são cerca de 450 mil indígenas distribuídos por todo o território brasileiro. Ou seja, de cinco milhões, no século 16, temos hoje apenas 450 mil pessoas indígenas, conforme a Funai” (USP, 2017). Assim, é na Idade Moderna que o eurocentrismo domina o mundo e desenvolve uma linha de pensar e agir totalmente desumana, pautada na escravização, dizimação, exploração e apropriação de povos e de territórios.

Tanto o biopoder quanto o estado de exceção podem ser encontrados nos mecanismos da escravidão e, por conseguinte, na própria necropolítica. Assim, a biopolítica está presente na América colonial justamente por esse sistema trabalhar com um único e exclusivo ideal de corpo – o europeizado, branco e de traços finos –, de forma que o racismo foi acoplado ao poder, estando presente, segundo Foucault (2002), em todos os Estados modernos. É sob essa ótica que o presente artigo analisa a relação entre os europeus com os povos originários e africanos trazidos para serem escravizados na América Latina.

O desrespeito à alteridade destes últimos grupos supracitados, a violência e o terror cravaram sua marca nos povos latinos. É através desse pavor proveniente dos atos violentos – as chicotadas, os assassinatos a sangue frio – que o estado de exceção marca presença. É nítido, portanto, que a soberania europeia fez-se presente na lei, nas relações entre os indivíduos, adquirindo temeroso poder. Segundo o IBGE, “No continente americano, o Brasil foi o país que importou

mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro” (IBGE, 2000).

Assim, a necropolítica fez-se presente, cravando suas garras nos povos originários e africanos de forma profunda, perfurando, através de um verdadeiro massacre, gerações à dentro. Foi através das chicotadas, das execuções, dos estupros, do olhar desumano - aquele que fere, que exclui, que vê o outro enquanto um corpo abjeto e não enquanto pessoa -, que a política da morte foi imposta em solo latino.

A política da morte resistiu anos a fio, vendo comunidades, culturas e costumes inteiros sucumbirem ao seu caráter destruidor, de forma que, infelizmente, ainda é encontrada escancaradamente na América Latina, principalmente no Brasil. Ela intrincoou-se ao Estado, às instituições e à sociedade, desenvolvendo lustrosas e fortes raízes que, mesmo manifestando-se através de atitudes e posicionamentos, ainda nos presentes dias, passam por vezes despercebidas. A necropolítica adquiriu um caráter estrutural. Em busca de maior clareza, vale destacar que “Uma pesada herança das discriminações econômicas e raciais contra os afrodescendentes no Brasil é a letalidade violenta. Em termos proporcionais, para cada homicídio de não negro no Brasil, 2,4 negros são assassinados, em média” (CERQUEIRA E MOURA, 2013, p. 3).

3.1 Brasil: um país em que a maioria é minoria

Em busca de compreender e perceber a necropolítica na prática, em especial no Brasil, serão apresentadas situações e casos através dos quais a política da morte se faz presente e perpetua seu rasto sanguíneo na América Latina.

É cabível, dessa forma, citar o caso dos Yanomamis, um povo indígena que faz parte de dois países da América do Sul: Brasil e Venezuela. “Os Yanomami – não somente hoje, ou ontem, mas durante décadas – são vítimas de um Estado que se estruturou para não deixá-los viver em seu território” (LIEBGOTR e CIMA, 2023). Segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, entre 2019 e 2022, mais de 500 crianças menores de cinco anos foram levadas a óbito, sendo 92% dos casos evitáveis (COE - Yanomami, 2023).

Além disso, é necessário apresentar a necropolítica enquanto uma sombra presente no cotidiano das pessoas pretas. A violência policial, de mãos dadas com a necropolítica, percorre ruas e vielas - principalmente das favelas - de todo o país. No Brasil, as famosas “balas perdidas”, não coincidentemente, geralmente encontram um corpo preto, pobre e favelado. Segundo o G1, em 2015, pessoas

pretas morrem 4,7 vezes mais do que brancas nas ações policiais no Rio de Janeiro (BRASIL, 2021). O corpo preto é visto enquanto alvo. A cor da pele marcando o ponto certo sobre o qual a morte avança.

Ademais, o povo quilombola também precisa ser citado. O quilombo é um legado obstinado deixado pelos escravos e que enfrenta lutas insanas para manter-se de pé. A maioria dos atos violentos direcionados a este povo tem como cerne a ocupação de terras e, segundo a Agência Brasil, até 2018, menos de 7% das comunidades quilombolas contavam com seu território titulado (BRITO, 2018). Por fim, resta dizer que “ser negro/a no Brasil é tentar escapar da morte” (VALE, 2021, p. 36).

4. (Re)pensar os Direitos Humanos à luz da interculturalidade

Neste momento, cabe elucidar teorias críticas aos Direitos Humanos de modo a superar o seu passado e representações coloniais que sustentam sistemas de violências e dominação. Nesse âmbito, Herrera Flores (2009), propõe uma reinvenção dos “Direitos Universais”. Essa ressignificação demonstra um total repúdio, nas próprias palavras do autor, para com esse modelo universalizado e abstrato.

Conforme essa teoria clássica de se pensar e produzir os direitos humanos, não somente se invisibilizam as pautas sociais, como também dificulta abertura a opiniões adversas. A principal consequência desse tradicionalismo é observado através da sua intrínseca relação com o positivismo jurídico, isto é, com o formalismo e princípios sistematizados consoantes ao regime capitalista o que acarreta, portanto, um abismo entre a realidade e a normatividade.

Em suma, o que se observa é uma abordagem legalista, utópica e baseada na falácia da “neutralidade ideológica”, onde as questões quanto às normas são analisadas com base na “letra da lei”, sem haver preocupação com as questões morais, éticas ou sociais que possam estar envolvidas, o que coopera com a ineficiência das leis e manutenção da desigualdade e mazelas sociais (MONTEIRO, 2019).

Com isso, para que os direitos humanos se desprendam, de fato, do campo retórico e evoluam para o da realidade, é imperioso que cada indivíduo ou grupos sociais, tenham seus interesses, ambições e comprometimentos devidamente representados, no âmbito político, cultural, econômico ou social. Do contrário, não irão passar de mero formalismo.

Evidencia-se, dessa forma, a urgência de teorias críticas que consigam superar essa teoria tradicionalista. Nesse panorama, a metodologia utilizada por Flores (2009), a fim de criar análises críticas realistas, é o “diamante ético”, que busca promover uma abordagem criticista e, ao mesmo tempo, ética às questões e impasses, do campo social ou cultural, em que os direitos humanos estão inclusos,

de tal modo a compreendê-los como processos históricos e emancipatórios de diversos povos.

Além disso, é crucial compreender que Flores (2003) aponta duas grandes visões da modernidade na interpretação e proteção dos direitos humanos: o universalismo abstrato e o localista. Contudo, é pertinente ressaltar a crítica ao universalismo abstrato, que tende a priorizar uma visão hegemônica do mundo, isto é, focada nos povos europeus e excluindo outras causas. Por outro lado, a visão localista se fundamenta na particularidade de uma cultura.

A grande preocupação por trás dessas concepções é as suas limitações que acabam por instaurarem um padrão de exclusão e focalizado em um “centro”, ou seja, em uma ideia de unidade que reduz a realidade (FLORES, 2003, p. 13-14). Com isso, surge uma terceira proposta interpretativa, que se baseia na resistência intercultural e tem seu foco nas periferias do mundo. A interculturalidade é um processo dinâmico de relação entre culturas, buscando entendimento na diferença com respeito e igualdade. Esta abordagem é uma tarefa social e política, desafiando a sociedade por meio de práticas conscientes para promover responsabilidade e solidariedade. Representa uma meta a ser alcançada na construção de relações mais justas e equitativas.

A superação de visões abstratas e localistas tornam-se urgentes ao passo que é perceptível a forma como essas, por muitas vezes, atuam desconsiderando os contextos por trás dos direitos garantidos e invisibilizam outras visões e a grande consequência é o comprometimento na eficácia das normas dos direitos humanos.

Por outro lado, a visão complexa considera o contexto social, econômico, cultural e político dessas leis a parte principal de seu conteúdo, além de integrarem múltiplas visões e vivências na construção dessas declarações. Assim, não só reconhecem a diversidade, como concedem-lhes vozes ativas nesses processos a fim de superar a colonialidade.

A interculturalidade evidencia-se cada vez mais como uma visão crítica de urgência proporcionalmente ao passo que as tensões do mundo globalizado aumentam exponencialmente. Nesse contexto, as diferenças são motivos de guerras, necropolítica, violências sistematizadas e omissas, principalmente, em espaços e com indivíduos não-europeus (PENKAL, 2018).

Desse modo, a implementação de políticas ou mecanismos, como a interculturalidade, que garantam o reconhecimento do multiculturalismo e a importância da coexistência de diversas culturas, tornam-se vultosas e essenciais para a formação de direitos que reconheçam e deem visibilidade a povos subalternos, de forma a cicatrizar todas as feridas advindas do passado amargo colonial e eurocêntrico.

Tais políticas podem ser implementadas de maneira mais efetiva, sobretudo no âmbito educacional, ao adotar uma abordagem mais pluralista e comunitária. No entanto, mesmo sendo a rota mais promissora para iniciar a superação de um passado eurocêntrico, Batista (2022) destaca a existência de diversos desafios na concretização de uma educação multicultural abrangente, incluindo a dificuldade em perceber o diferente como algo positivo.

Portanto, é justo dizer que essas políticas interculturais só serão realmente possíveis e eficazes quando abordadas de maneira crítica, especialmente ao reconhecer o passado de destruição de culturas em nossa nação. A superação do sistema colonial se torna impossível quando negamos esse passado, resultando apenas na repetição dos mesmos erros.

5. Considerações finais

A intrínseca relação entre violência estrutural, necropolítica e os direitos humanos pode ser vislumbrada ao realizar uma espécie de “viagem no tempo”. É preciso remontar a época que originou uma América Latina, caracterizada por constantemente ser machucada, ferida e esfaqueada, mas, acima de tudo, resistente. A reconexão com os ancestrais que podem, sim, ter perdido algumas batalhas, mas que não cessaram fogo, não baixaram a guarda e, definitivamente, se recusaram a perder a guerra.

O fato dos direitos humanos serem originários do período colonial é um reflexo das perspectivas europeia e norte-americana. Tal condição de criação não proporcionou direitos humanos eficazes no Sul, apesar de tais serem entendidos como universais, acabaram recusando, excluindo, desconsiderando pluralidades presentes nos povos latinos, o que reforça a necessidade de solidificar uma educação que não se restringe a visão europeizada, mas também abarca as vivências e perspectivas dos colonizados, daqueles que foram violentados.

Nesse panorama, a violência estrutural pode ser vista como um instrumento fundamental para a submissão e exploração dos povos tradicionais, sendo imposta pelos europeus, a sua presença excruciante revela colonialidade do poder, um leque de desigualdades que, ainda nos presentes dias, apresenta-se de maneira escancarada, um verdadeiro e imponente empecilho para o desenvolvimento e a compreensão de um território latino que é, naturalmente, plurissignificativo e, simultaneamente, repleto de individualidades. Todos esses fatores associados e respaldados na necropolítica, responsável por alicerçar, enraizar e perdurar sociedades, instituições, Estados estruturalmente racistas, inconstitucionais, violentos e cruéis.

A América Latina, infelizmente, avançou história adentro, graças à invasão europeia, em solo putrefato, revelando um leque de identidades invalidadas e

vidas dizimadas. Dessa forma, é imperioso repensar os direitos humanos à luz da intercultura de modo a evidenciar esses povos que, por tantos anos, foram silenciados, revelando o retrato de uma guerra em que os iguais lutam entre si. Guerra interna. Herança colonial desumana perpétua.

REFERÊNCIAS

BAGETTI, Anna Paula Bagetti.; AGNOLETTI, Vitória. O PENSAMENTO DESCOLONIAL E A TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. **Revista Húmus**, [S. l.], v. 9, n. 26, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12077>. Acesso em: 20 out. 2023.

BATISTA, Mendes França. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. **Revista Científica De Educação**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. e021028, 2022. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/60>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições descoloniais. **Revista Novos Estudos Jurídicos** -Eletrônica,v. 19, n. 1,p. 201-230, jan-abr 2014. Doi: 10.14210/nej.v19n1.p. 201-230. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5548>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL, Filipe. **Pessoas negras e pardas morreram 4,7 vezes mais do que brancas em ações da polícia no RJ nos últimos 15 anos**. G1, Rio de Janeiro, 20 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/20/pessoas-negras-e-pardas-morreram-47-vezes-mais-do-que-brancas-em-aco-es-da-policia-no-rj-nos-ultimos-15-anos.gh.html>. Acessado em: 11 nov. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Centro de Operação de Emergências - Yanomami. **Resposta Nacional à Situação dos Yanomamis**. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami>. Acesso em 8 jan. 2024

BRITO, Débora. **Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas**. Agência Brasil, 29 mai. 2018. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>. Acessado em: 26 out. 2023. CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil**. Brasília, p. 3. 2013.

FLORES, Joaquin Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. FLORES, Joaquin Herrera. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, [S. l.], v. 23, n. 44, p. 9–30, 2002. DOI: 10.5007/%x.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento | negros**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>. Acessado em: 8 jan. 2024.

LIEBGOTT, Roberto; CIMA, Ivan. **Yanomami ontem, hoje e amanhã**. Conselho Indígena Missionário, 30 jan. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/01/artigo-yanomami-ontem-hoje-e-amanha/>. Acessado em: 11 nov. 2023

GERVÁSIO, Ana Laura Marques; BARROS., Eloá Leão Monteiro de; LISBÔA, Natália de Souza. Repensar os Direitos Humanos a partir da Crítica Decolonial: situando discursos possíveis e caminhos realistas pelas lutas sociais. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 271–292, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i1.45417. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/45417>. Acesso em: 25 de out. 2023.

MARTINS, Sirval Santos Júnior. Da colonialidade do saber para a valorização das epistemologias do sul: Por uma educação emancipatória para os direitos humanos. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, Espírito Santo. v. 7, n. 2, p. 107–126, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9636/2021.v7i2.8414> Acesso: em 18 de out. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MONTEIRO, Lucília Coelly Carvalho Lopes. **Teoria Crítica de Herrera Flores e o Direito Humano à Educação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2019.

OLIVEIRA, Dinis Gonçalves; ESPINOZA, Fran.; NETO, Vilobaldo Cardoso. O cânone de Direitos Humanos e as mobilizações indígenas em prol de suas terras no Brasil. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, [S. l.], v. 16, n. 46, p. 223–245, 2022. DOI: 10.30899/dfj.v16i46.865. Disponível em: <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/865>. Acesso em: 8 jan. 2024.

OS INDÍGENAS e os impactos da colonização europeia. Jornal da USP. São Paulo, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/os-indigenas-e-os-impactos-da-colonizacao-europeia/>. Acessado em: 8 jan. 2024

PENKAL, Lígia Loregian. **A CONCEPÇÃO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS**. In: III Congresso Internacional de Direitos Humanos e Políticas Públicas: Democracias, desigualdades e lutas sociais. Curitiba (PR), PUCPR, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/humanitaspucprdh/125093-A-CONCEPCAO-DE-BOAVENTURA-DE-SOUSA-SANTOS-SOBRE-OS-DIREITOS-HUMANOS>. Acesso em: 20 out. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

VALE, João do. **O Projeto Colonial-capitalista, a Invenção da Seca e Algumas Experiências de Resistência no Sertão do Nordeste.** Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 22, 31, 36. 2021.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil.** 4.ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 2007.

COLONIALIDADE DO PODER: Uma análise sobre o conceito difundido por Aníbal Quijano e as violações de direitos de povos e comunidades tradicionais na América Latina

[Resenha]

Pâmela Tainah Pinto Rocha
Lívia Maria Oliveira de Melo

Sobre as autoras:

Pâmela Tainah Pinto Rocha é graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, cursa o 8º período. Membro do Projeto de Pesquisa “Flor de Caróá: Sentipensares e Lutas Periféricas”.
Lívia Maria Oliveira de Melo é graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, cursa o 6º período. Bolsista do Projeto de Extensão “Socializando o Direito” e pesquisadora do “MIDI: Memória Institucional e Direito à Informação”.

COLONIALIDADE DO PODER: Uma análise sobre o conceito difundido por Aníbal Qzuijano e as violações de direitos de povos e comunidades tradicionais na América Latina

Pâmela Tainah Pinto Rocha

Lívia Maria Oliveira de Melo

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

As epistemologias do terceiro mundo trazem estudos pós-coloniais acerca dos efeitos concomitantes do colonialismo, capitalismo e outras formas de opressão na América Latina. Nascido em 1928, na província peruana de Yanama, Aníbal Quijano foi um estimado sociólogo intelectual latino-americano, responsável por desenvolver a teoria da Colonialidade do Poder. Em sua juventude foi um seguidor da linha marxista revolucionária, sendo preso duas vezes, a primeira em 1948 e a segunda em 1950 (Universidade de São Paulo, 2018). Precursor da “sociologia crítica” no Perú (Kayser, 2018), Quijano está entre os intelectuais latino-americanos que se propõem a compreender a influência da colonização na América para a elaboração do sistema-mundo moderno, a partir de uma perspectiva “decolonial”, a qual se apresenta como a visão epistemológica do colonizado sobre os mais diversos campos sociais, econômicos, culturais, entre outros.

A presente resenha propõe-se a examinar as violações das garantias e direitos dos povos originários, a partir da leitura crítica da obra “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, produzida por Quijano. O ensaio, pois, carrega em sua essência a epistemologia decolonial, evidenciando um mundo moderno dominado pelo poder da Colonialidade, visceralmente na esfera econômica, na qual o sistema capitalista colonial e eurocentrista se revela como padrão de poder mundial.

Em uma ótica eurocêntrica, o marco inicial da Modernidade deu-se em meados do século XV, com o declínio de Constantinopla e o fim do feudalismo. Por outro prisma, segundo o pensamento decolonial, as embarcações europeias de

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 30/12/2023

1492, que invadiram o território americano, inauguraram a Idade Moderna. Entre a chegada da dita modernidade e a dominação dos povos originários, consolidou-se, por meio da Colonialidade do Poder, o eurocentrismo do capitalismo mundial, vigente até o hodierno.

Nas palavras de Aníbal (2009, p.73):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal.

Nesse liame, o autor aponta formas de dominação dos povos colonizados. A primeira, portanto, é a de raça, que manifestou a ideia de superioridade racial disseminada pelos colonizadores, que se intitulavam biologicamente superiores às populações dominadas. Consequentemente, as identidades raciais foram classificadas de modo bipolar: de um lado estavam os “brancos” e do outro os não-brancos, integrados pelos “índios, negros e mestiços”, onde, neste último grupo, não apenas os seus corpos dominados eram inferiorizados, mas também suas culturas e tradições.

Da mesma forma, a exploração econômica também foi utilizada como instrumento de dominação, verificando-se, no contexto brasileiro, a partir da extração dos recursos naturais existentes e pela produção agrícola, bem como por meio do controle do trabalho, baseado na escravidão dos povos africanos e na servidão indígena. Ambas as formas estruturaram a Europa como centro do capitalismo mundial, e a América Latina, segundo Raúl Prebisch (apud Quijano, 2005, p. 110), como a periferia do mundo.

A dominação econômica na América Latina consolidou o capital como motor de controle do trabalho e dos produtos derivados desse meio de produção. É bem verdade que, antes da colonização latino-americana, o dinheiro já possuía influência nas relações sociais europeias. Entretanto, conforme pondera Quijano, o capitalismo somente se constitui enquanto sistema de relações de produção da economia mundial com a invasão dos territórios e dominação dos povos colonizados da América, onde, para além da inferiorização dos corpos, verificou-se a extração e exportação de recursos naturais como matéria-prima para produção de bens secundários e posterior comercialização.

De maneira semelhante ao período colonial, a dominação dos recursos naturais, moldada pelo capitalismo extrativista, ainda se demonstra presente na América Latina. O extrativismo secular, apontado pelo economista equatoriano

Alberto Acosta, versa sobre “atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação” (Acosta, 2016, p. 53). Percebe-se, pois, a subsistência da Colonialidade do Poder nas relações contemporâneas, que é manifestada através da América, como periferia, de onde são extraídas matérias-primas, que são exportadas para o continente europeu, centro do sistema-mundo, deixando o território marginalizado e refém das consequências da extração desses recursos. Estas circunstâncias são perfeitamente evidenciadas na mineração brasileira, em que os povos originários são afetados pelos garimpos ilegais e pelos grandes empreendimentos, que invadem os territórios indígenas, desde 1500.

Em que pese a dominação dos corpos, o controle do trabalho e dos recursos naturais, a hegemonia europeia também se deu através do domínio da subjetividade, operacionalizada pela “racionalidade eurocêntrica”, que trata o subjetivo como conhecimento, cultura e ciência dos povos dominados. O apagamento social como método de repressão às experiências, à produção de saber e à manifestação cultural, engendrou a técnica colonial de dominação dos territórios, visando a homogeneização do conhecimento produzido nessas terras, guiada pelo saber científico europeu.

Com a racionalidade eurocêntrica, os colonizadores não eram apenas superiores biologicamente, mas também no aspecto intelectual. Dessa forma, entende-se que a Colonialidade do Poder se manifesta na produção científica e na cultura, na medida em que os saberes dos povos e comunidades tradicionais não são considerados ciência, por não seguirem o padrão estabelecido formalmente para o desenvolvimento de conhecimento.

Em pensamento subversivo à racionalidade eurocêntrica, o filósofo indígena Krenak (2019, p. 15), autor da obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, apresenta a cosmovisão dos povos originários como saída para enfrentar as questões vistas como fim do mundo, entendendo a Mãe-terra como provedora dos povos no aspecto de subsistência e de produção de saberes, bem como no sentido existencial, sendo a terra o motor que dá prosseguimento à existência humana. A epistemologia dos povos originários traz os saberes dos dominados como centro da racionalidade, de modo a tumultuar aquilo que se entende por subjetividade colonizada.

A emergência do iluminismo e do capitalismo industrial na Europa do século XVIII fez surgir os Estados-nação, estrutura de poder imposta aos povos oprimidos, que se consolidou como padrão de poder mundial ao longo dos séculos. A homogeneidade trazida pelos ideais iluministas, influenciada pelas práticas coloniais europeias, foi determinante para a construção dos Estados, que institucionalizaram as formas de dominação apontadas por Quijano, organizadas

do seguinte modo: para o controle do trabalho e dos recursos, estava a empresa capitalista; para o controle do sexo, gênero e relações sociais, a família burguesa; para o controle da autoridade, o Estado-nação; por fim, para o controle da subjetividade, estava o eurocentrismo. Nesse sentido, a reflexão do autor é de que, embora sejam instituições independentes, estas agem harmoniosamente para o controle social e a homogeneidade dos corpos.

O Estado-nação estabeleceu o alicerce do capitalismo colonial para a institucionalização das mais diversas formas de opressão, bem como para que este padrão de poder se tornasse mundialmente aplicado. O liberalismo, segundo Quijano, é a expressão clara da perpetuação desse instrumento de dominação, especificamente na América Latina, considerando a forte dependência da periferia do mundo em relação aos países europeus, havendo, assim, a manutenção da colonialidade.

A dominação dos corpos considerados inferiores foi um dos instrumentos para a consolidação do capitalismo eurocentrista como estrutura de poder mundial. Nessa perspectiva, desde a invasão colonial, os povos originários e as comunidades tradicionais encontram-se determinados a compor essa relação de colonialidade. Em vista disso, ocorre o que o autor camaronês Mbembe (2014, p. 131) qualificou como “perda tripla”, que resulta diretamente na “[...] perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político, [...] equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social.”

A legislação brasileira (2007) prevê, segundo o art. 3º, I, Decreto nº 6040/07, que os povos e comunidades tradicionais são compreendidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Esses povos têm suas culturas e formas de viver sucumbidas pelo capitalismo extrativista que, utilizando-se do discurso de modernidade eurocêntrico, expulsam-os de suas terras, há séculos tradicionalmente ocupadas, com o propósito de desenvolver atividades econômicas. Estes territórios, protegidos pelo art. 231, § 1º da Constituição Federal de 1988, são visados por grileiros, que utilizam de artifícios ilegais para a sua aquisição. A grilagem é uma técnica comum no Brasil, praticada em favor de grandes latifundiários, com a finalidade de obtenção de lucro através da exploração da terra. Portanto, a perda desse direito constitucional culmina na falta de subsistência dos povos dominados e, conseqüentemente, é um empecilho à sua reprodução cultural e social.

Conforme o relatório de Conflitos no Campo 2021, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, existem mais de 1.242 confrontos por terras no Brasil, afetando cerca de 164.782 famílias, e 304 conflitos pela água, atingindo aproximadamente 224 mil pessoas no ano de 2021, que dentre os acometidos pela violência estão indígenas, quilombolas, posseiros, sem terras, assentados, pequenos proprietários, entre outros (ABRA, 2022, p. 26-27). A partir desses dados, é possível perceber o contraste entre o texto normativo e a sua materialização, incidindo na lição do jurista espanhol Joaquín Herrera Flores, de que “admitir que o direito cria direito significa cair na falácia do positivismo mais retrógrado que não sai do seu próprio círculo vicioso” (Flores, 2009, p. 28).

Diante de sucessivos conflitos socioambientais e violações de direitos de povos e comunidades tradicionais, vê-se a manifestação da Colonialidade do Poder através da institucionalização da violência colonial, perpetuada pelo Estado, como método de dominação dos corpos. A questão do Marco Temporal, tese jurídica originada no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009, no momento em que era julgada a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, é exemplo dessa opressão. O argumento propõe a fixação de um marco temporal para a delimitação das terras de povos tradicionais, de maneira que só poderão ser demarcadas aquelas que já eram ocupadas ou disputadas em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Recentemente, o STF rejeitou, no Recurso Extraordinário nº 1017365, o Marco Temporal, aduzindo que as terras tradicionalmente ocupadas independem de limite de tempo, sendo a delimitação de terras direito constitucional dos povos indígenas. Entretanto, já existe o Projeto de Lei nº 2903/2023, em trâmite no Congresso Nacional, que dispõe sobre o “reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas”.

No contexto de uma sociedade capitalista colonial, existe uma disputa incessante entre as estruturas de poder para alcançar a hegemonia, seja política, de classe ou de raça. Nesse rumo, Mbembe (2014, p. 132), dialogando com o pensamento de Quijano, defende que “a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a ‘paz’ assume a face de uma ‘guerra sem fim’”.

Destarte, esse espaço de disputa é propício para a expressão da Colonialidade, a qual exerce seu domínio obstando a concretude dos direitos de povos e comunidades tradicionais. O ensaio de Quijano, portanto, traz a epistemologia decolonial como ensejo para o reconhecimento da influência da colonização na construção das relações sociais modernas. Dessa forma, a fragilidade das estruturas latinoamericanas faz parte do padrão de poder mundial

desenvolvido a partir da Europa, sendo a decolonialidade, assim, o instrumento de resistência da América Latina contra o eurocentrismo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 47-85. Tradução: Igor Ojeda.

BRASIL. Congresso. Senado. Projeto de Lei nº 2903, de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157888>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto Nº 6040. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 1017365/SC. Repercussão geral no Recurso Extraordinário. Constitucional. Administrativo. Posse indígena. Terra ocupada tradicionalmente por comunidade indígena. Possibilidades hermenêuticas do artigo 231 da Constituição da República. Tutela constitucional do direito fundamental indígena às terras de ocupação tradicional. Relator: Min. Edson Fachin, 21 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749577852>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA). Violência, desmonte de políticas públicas e pilhagem dos territórios: o projeto nacional atual para o campo brasileiro. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Conflitos no Campo Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 24-31.

HERRERA, Joaquín Flores. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux; IDHID, 2009.

KAYSER, Erick. Aníbal Quijano e a crítica latino-americana à colonialidade do poder: 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/07/30/anibal-quijano-e-a-critica-latino-americana-a-colonialidade-do-poder/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideais para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura, MENESES, Maria P. (Orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-117.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Aníbal Quijano (1928 - 2018). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://largo.ffiich.usp.br/1928-2018-anibal-quijano>. Acesso em: 14 de nov. 2023.

CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E O BRASIL: uma abordagem acerca da realidade, das identidades e, sobretudo, dos direitos dos povos tradicionais

[Artigo]

Ana Laura Jales Pinheiro
Eliene Chaves Gurgel
Lusia Leite Cavalcante de Sousa

Sobre as autoras:

Ana Laura Jales Pinheiro: Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Coordenadora de capacitação, cultura e diversidade na APEX - Empreendedorismo e Soluções Jurídicas, empresa júnior e projeto de extensão da faculdade de Direito da UERN. Integrante do corpo editorial da Revista Jurídica Estudantil Manus Iuris, projeto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Integrante do projeto de ensino de graduação denominado 'Ius Minori: Construindo uma Proposta de Tribunal Aplicado à Criança' (UERN). Vice-liderança do Time Enactus UERN. Participou do projeto de extensão 'Socializando o Direito', da faculdade de direito da UERN.

Eliene Chaves Gurgel: Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Gestora de Desenvolvimento Humano na APEX - Empreendedorismo e Soluções Jurídicas, Empresa Júnior e projeto de extensão da Faculdade de Direito da UERN. Integrante do corpo editorial da Revista Jurídica Estudantil Manus Iuris da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Extensionista no projeto Socializando o Direito (FAD - UERN), atuando na linha referente ao Direito das Famílias na sociedade contemporânea. É estagiária no escritório Liecio Nogueira Advogados, onde desenvolve atividades com ênfase no Direito Administrativo e Previdenciário. Coursou o ensino médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, campus Apodi (2021).

Lusia Leite Cavalcante de Sousa: É assistente de projetos na APEX - Empreendedorismo e Soluções Jurídicas, empresa júnior da faculdade de Direito da UERN. É integrante do corpo editorial da Revista Jurídica Estudantil Manus Iuris (REMI), projeto da Universidade Federal Rural do Semiárido. É integrante do grupo de estudos em Tecnologia, Informação e Sociedade (GETIS), projeto da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Participou do projeto de extensão Direito Humanos na Prática (UFERSA). É estagiária no escritório Liecio Nogueira Advogados, desenvolvendo atividades com ênfase na área de Direito Administrativo e Direito Previdenciário. Coursou o ensino médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E O BRASIL: uma abordagem acerca da realidade, das identidades e, sobretudo, dos direitos dos povos tradicionais ³

LATIN AMERICAN CONSTITUTIONALISM AND BRAZIL: an approach to the reality, identities and rights of traditional people

Ana Laura Jales Pinheiro
Eliene Chaves Gurgel
Lusia Leite Cavalcante de Sousa

RESUMO

O constitucionalismo latino-americano resgata uma história que sempre fora contada sob a perspectiva da Metrópole e a introduz ante as aflições do colonizado. Sendo assim, essa nova ótica recupera a interculturalidade e sela, na institucionalidade, seus anseios identitários, os quais não puderam ser atendidos nos códigos pós-independência. Nessa toada, o presente trabalho analisa os fenômenos constitucionalistas latino-americanos e o contexto nacional, reverberando uma análise em torno de aspectos como as garantias legislativas e a identidade dos povos tradicionais. Nesse horizonte, houve o intuito de estabelecer um breve panorama histórico, destacando as heranças colonialistas e as suas marcas hodiernas que ecoam nas estruturas da sociedade. Para mais, houve a necessidade de definir um conceito para os novos constitucionalismos latino-americanos e os seus impactos no reconhecimento identitário de determinada coletividade. Delineando o cenário verde-amarelo, discussões foram feitas acerca das vivências dos povos tradicionais, enfatizando as suas lutas por territórios, bem como por reconhecimento. Em seguida, argumentos foram levantados no que concerne aos direitos de identidade e os entraves associados a suas garantias. O respectivo escrito objetiva investigar como a Carta Magna trata das garantias dos povos originários, tendo em vista as colisões resgatadas pelas lutas atuais, os embates corriqueiros no cenário público e as divergências entre o que fora legislado e a sua aplicação prática. Por fim, cabe ressaltar que tal periódico foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas e documentais, reunindo informações acerca dos novos movimentos constitucionalistas.

Palavras-chave: Constituição; Colonialismo; Reconhecimento.

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 14/12/2023

ABSTRACT

Latin American constitutionalism rescues a story that has always been told from the perspective of the Metropolis and introduces it to the afflictions of the

colonized. Therefore, this new perspective recovers interculturality and seals, in institutionality, its identity desires, which could not be met in post-independence codes. In this vein, the present work analyzes the Latin American constitutionalist phenomena and the national context, reverberating an analysis around aspects such as legislative guarantees and the identity of traditional peoples. In this horizon, there was the intention of establishing a brief historical panorama, highlighting the colonialist legacies and their modern marks that echo in the structures of society. Furthermore, there was a need to define a concept for the new Latin American constitutionalisms and their impacts on the identity recognition of a given collectivity. Outlining the green-yellow scenario, discussions were held about the experiences of traditional peoples, emphasizing their struggles for territories, as well as for recognition. Then, arguments were raised regarding identity rights and the obstacles associated with their guarantees. The respective writing aims to investigate how the Magna Carta deals with the guarantees of the original peoples, in view of the collisions rescued by the current struggles, the common clashes in the public scenario and the divergences between what had been legislated and its practical application. Finally, it should be noted that this journal was developed based on bibliographical and documentary research, gathering information about the new constitutionalist movements.

Key-words: Constitution; Colonialism; Recognition.

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (Ailton Krenak, 2019, p.16).

Porque a narrativa do futuro deve ser escrita por todos. A partir de agora. (O futuro das coisas- manifesto).

1. Introdução

O presente artigo analisa as bases do constitucionalismo latino-americano, um indubitável instrumento de afirmação da identidade nacional, e do sistema jurídico brasileiro, apresentando uma investigação acerca desses pontos.

No contexto de negação dos traços característicos da história brasileira, faz-se mister o estudo acerca de como o ordenamento jurídico apresenta papel fundamental na construção da identidade do país. É nessa conjuntura que o constitucionalismo latino-americano se enquadra, tendo em vista que parte de uma premissa que reconstrói a visão entre o povo e o Estado, colocando os indivíduos como sujeitos atuantes das decisões políticas, o que, consequentemente, possibilita a ascensão de grupos que até então estavam à margem da sociedade.

Assim, o texto vai perquirir uma argumentação teórica pautada na opinião de doutrinadores, estabelecendo, com isso, as características necessárias para consubstanciar e analisar se há alguma relação entre o constitucionalismo latino-americano e o sistema jurídico brasileiro.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é explorar os aspectos referentes ao movimento constitucional latino-americano e à construção da identidade brasileira, dando destaque à questão referente aos direitos dos povos tradicionais, analisando as principais configurações jurídicas e cotidianas que possibilitam a (in)visibilidade desses grupos. Sob essa visão, o método de pesquisa utilizado para construção desses objetivos foi o método dedutivo, em que se partiu de uma situação ampla para um ponto específico.

O artigo apresenta três partições. Na primeira parte, é explorado todo panorama histórico em que se estruturou as bases do constitucionalismo latino-americano. Posteriormente, é abordado a questão dos povos tradicionais como elementos formadores da identidade nacional e como entes que estão inseridos no ordenamento jurídico brasileiro, a qual aponta, também, os aspectos que influenciaram a construção do ordenamento jurídico latino-americano e brasileiro, bem como os que caracterizam o novo movimento constitucional latino-americano. Por fim, é analisado os aspectos do constitucionalismo latino-americano no texto constitucional de 1988, indagando-se, minuciosamente, o debate acerca do pertencimento ou não de tal documento jurídico ao movimento do constitucionalismo latino-americano.

2. Perspectiva histórica

Os três séculos que antecederam o processo de independência dos Estados americanos possibilitaram a formação de uma sociedade peculiar, uma vez que, enquanto a sociedade europeia se organizava com base no individualismo, no racionalismo, na liberdade e na igualdade, na América as concepções racistas contra negros, indígenas e outros vários grupos minoritários se institucionalizava, o que gerou fontes de descontentamento que moldaram diferentes reações (SOUZA FILHO, 2019).

No decorrer do século XIX, com a independência dos países latinos, as Constituições passaram a ser elaboradas a partir da legitimação de heranças coloniais. Assim como nos Estados Unidos, os países-colônias sofriam com a desigualdade social e econômica, com a marginalização racial imposta pelos colonizadores aos colonizados e com a dependência política (SILVA E GONÇALVES NETO, 2017). O ideal, no entanto, diante das especificidades e dos problemas oriundos dessa lógica colonial, seria combater esse tipo de discurso, que anula toda e qualquer diferença ética e cultural das normas constitucionais. Assim como destaca Ailton Krenak:

Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea, na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania (Ailton Krenak, 2019, p.12).

Assim, mediante a afirmação de discursos coloniais nos textos constitucionais, os problemas que eram característicos do período colonial persistiram mesmo após o processo de independência, dado que as Constituições elaboradas sob influência eurocêntrica forjaram uma política de Estado fundamentada em padrões e valores distantes da realidade dos países latino-americanos.

É nesse contexto de negação da alteridade que surge o constitucionalismo latino-americano, pautado em um poder popular que visa desconstruir a narrativa colonial, situação a qual destaca-se, inclusive, o pensamento decolonial, o qual está voltado para uma abertura a uma imensa gama de caminhos e de vozes, e não mais em um único mundo, um único modelo de cidadão, de vida e de direito.

Desse modo, o novo constitucionalismo é iniciado com os movimentos sociais, a exemplo das mobilizações e reivindicações dos colombianos no final da década de 1980, nos quais a nova Constituição objetivava uma proposta social e política, antecedida de movimentações que comprovaram a sua necessidade (PASTOR; DALMAU, 2011).

Posteriormente, ao longo da década de 90 e da primeira década do século XXI, seguindo as causas colombianas, as participações populares foram essenciais para a experiência equatoriana, de 1998 e 2007 e a da Venezuela de 1999, seguidas pelo processo constitucional da Bolívia, em 2009 (SILVA E GONÇALVES NETO, 2017).

É dentro desse viés democrático e do senso de pertencimento e protagonismo social que os cidadãos deixam de ser agentes passivos do Estado e de suas respectivas decisões, para participar ativamente da escolha do caminho a seguir, chegando mesmo a controlar as ações do governo. Assim, a participação popular, ao ganhar papel central, permitiu estabelecer uma plurinacionalidade e, ainda, traços de um pluralismo jurídico, retirando o estado transitório no qual eram inseridos os grupos nativos e tradicionais.

Dessa maneira, conclui-se que o constitucionalismo latino-americano surge por meio da ascensão de um povo endurecido pelas características coloniais persistentes no continente, responsáveis por fortalecer a desigualdade e a irreverência cultural. Assim, os latino-americanos, a partir de suas peculiaridades até então suprimidas pelo colonialismo arraigado em sua estrutura política, jurídica e social, enxergam a necessidade de reconstruir a sua história por meio de um projeto político de construção participativa, com a finalidade de elaborar uma Constituição que seja condizente com a realidade concreta.

3. Povos tradicionais: elemento formador das raízes do Brasil

Os povos tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos (Coordenadoria de mobilização e coordenação sociais (cimos) - Ministério Público de Minas Gerais (mpmg). Direitos dos povos e comunidades tradicionais). Assim, estes sujeitos apresentam hábitos particulares, organizando-se de acordo com as vivências desenvolvidas localmente, respeitando noções sustentáveis e se relacionando com o meio natural de maneira afetiva, pois é assim que ocorre a continuidade das próximas gerações de suas coletividades. No território nacional, existem em torno de vinte e seis povos reconhecidos oficialmente, podendo citar, a título de exemplificação, os indígenas, os extrativistas, os caboclos, os ribeirinhos, os quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu, os pescadores artesanais, dentre outros.

Ademais, esses grupos conservam costumes próprios e, conseqüentemente, direitos também ímpares, por isso travam lutas e reivindicações por suas garantias, pois a simples existência destes implica em uma série de pautas que geram múltiplos debates e entraves em todo meio social, pois a memória do processo histórico vivenciado por esses entes, quando tornada consciência histórica, coloca esses sujeitos em movimento de luta por direitos (THURM, Carmo, 2017).

Analizando a configuração cronológica brasileira, dado o cenário colonial, o eurocentrismo e os demais estigmas impostos, é possível compreender a invisibilização sofrida pelos povos e comunidades tradicionais, ocorrendo, principalmente, devido a uma estrutura social que é elitista e cercada de privilégios para determinados grupos dominantes. Estatisticamente, esse apagamento pode ser compreendido por diversas perspectivas, desde o poder público até as organizações sociais, visto que foi apenas no ano de 2007 que o governo brasileiro, por meio do Decreto nº 6040/07, reconheceu a existência de distintos povos e comunidades tradicionais (PCTs) na sociedade, cujos direitos devem ser garantidos e respeitados. Tal dado é alarmante, tendo em vista que estes sujeitos estão alocados nessas terras secularmente e, mesmo assim, ainda é possível observar o panorama de preconceito e de violência que ergue-se contra esses agentes.

3.1. Território dos povos tradicionais

De modo introdutório, há de se destacar o reconhecimento da terra como um fator primordial para a sobrevivência dos povos tradicionais, uma vez que, conforme destaca Carlos Marés (2006) e Raul Cezar, é a partir do reconhecimento e da proteção do território e dos direitos desses povos que é possível a manutenção da sua organização social, dos seus costumes, das

suas crenças e das suas culturas. Portanto, o acesso e o uso da terra são elementos fundamentais (THURM, Carmo, 2017).

Além disso, é lícito ressaltar que, pontuada a questão territorial em torno do debate que circunda estes sujeitos, outras questões também são reverberadas, uma vez que a ocupação de terras gera disputas sobretudo com garimpeiros desde o período colonial, em razão da divergência do que é legislado e do que ocorre na realidade.

Tal questão é central e deve receber a sua devida atenção, uma vez que estes sujeitos desenvolvem um vínculo transcendental com o ambiente em que estão inseridos, realizando ritos, desenvolvendo-se e trazendo cores de respeito, sem exploração, mas sim preservação.

3.2. Idiossincrasias nacionais: identidades e jeito de ser

3.2.1. Panorama Latino-americano

A história da América Latina iniciou-se de maneira a ser contada pela ótica europeia e, por isso, sempre bebeu de outros pensamentos, escritos, cantos, ritos e ditos, imprimindo uma roupagem que não lhe servia, trazendo instabilidade institucional e desigualdades sociais. Sendo assim, sustentou-se por duros anos períodos escravocratas, construindo a estrutura de países sob pilares racistas, misóginos e elitistas, de maneira que tais conjuntos denunciavam as facetas que hoje são demonstradas. Nesse horizonte, hodiernamente, caminha-se para a (des)construção de novos eixos, sem promessas de “novo mundo”.

Em adição, é necessário também debater o que (NÓBREGA, 2018) argumenta como a ideia de unidade, onde as diferenças são minimizadas a fim de homogeneizar os sujeitos, estampando, assim, a concepção de um só povo, uma só língua, uma só religião, terreno fértil para os denominados velhos Constitucionalismos, que vociferam a concepção nórdica, não oferecem amparo para a amplitude multicultural que naquela localidade já reside, ou seja, é o olhar do colonizador sob o do colonizado, que, de maneira errônea, imprime um conceito de “civilização” para um povo que já tinha suas atividades cotidianas estabelecidas em todos os aspectos.

Nesse horizonte, o jurista e advogado brasileiro Carlos Frederico Marés Souza Filho discute que,

A partir da constituição do estado livre e soberano, com uma Constituição que garante direitos individuais, não se poderia mais falar de povos integrantes deste Estado, mas somente de um povo, que corresponderia a toda a população daquele território, este é o dogma do estado contemporâneo. Os povos minoritários passaram a ser oprimidos,

ter suas manifestações culturais proibidas, perderam seus direitos de povo e, no máximo, adquiriram direitos individuais de cidadania e de integração. É a versão constitucional da política integracionista (SOUZA FILHO, 2009, p. 77).

Por isso, é inaugurada uma lógica de sociedade, comércio e, logo também de vida, que primam por determinadas visões e pela correspondência de expectativas da metrópole

Todavia, o constitucionalismo latino-americano tem o propósito de recuperar essas identidades, desmembrando-se dessa ideia una que foi pregada no passado, reconhecendo direitos aos povos tradicionais e trazendo os sujeitos - independente do gênero, raça ou classe - para debater as pautas sociais, tornando, assim, sua terra o que ela realmente é e o que necessita ser.

3.2.2. Panorama brasileiro

Conforme já ponderado anteriormente neste trabalho, o novo Constitucionalismo oferece a possibilidades de vociferação de um povo e do resgate de sua essência, que se perde no processo violento de colonização. Entretanto, pensar nessa libertação, e deslocar esse fenômeno para o cenário verde-amarelo, é um ideal utópico, visto que há muito para ser conquistado e lutas a serem travadas, tendo em vista a minimização desses entes e as disputas por poder, além do descaso governamental.

No contexto brasileiro, pouco valoriza-se a identidade dos povos originários, uma vez que, desde os anos iniciais na academia, a doutrina compreende a colonização como um “presente” e não como violência e, não obstante, todo esse processo também atravessa o imaginário popular, limitando as crenças da sociedade sobre sua própria história

Outrossim, os direitos de identidade dos povos tradicionais apenas são assegurados na legislação, uma vez que na prática, tendo influência do fluxo econômico, são deixados de lado, e aquilo que fora anteriormente assegurado, culmina em atentados contra a simples existência.

4. A Constituição brasileira de 1988 e o constitucionalismo Latino-Americano

O Constitucionalismo latino-americano –como já foi abordado no tópico anterior– é um movimento que procura estabelecer Constituições baseadas na participação dos povos, atentando-se aos valores democráticos, comunitários, plurinacionais e pluriculturais. Assim como destaca Rubén Martínez Dalmau, ex-assessor das Assembleias Constituintes da Venezuela, da Bolívia e do Equador:

Uma Constituição que esteja à altura do novo constitucionalismo deveria, em primeiro lugar, se basear na participação do povo, que é o que lhe dá legitimidade. Isso significa que a elaboração da proposta de Constituição deve ser redigida por uma Assembleia Constituinte eleita para isso e que deve ser principalmente participativa na hora de receber propostas e incorporá-las no texto constitucional. E deve ser uma Constituição que não tenha medo de regular as principais funções do Estado: a melhor distribuição da riqueza, a busca por igualdade de oportunidades, a integração das classes marginalizadas. Em resumo, uma Constituição que busque o “Sumak kamaña” ou o “Sumak kawsay”, como dizem as Constituições boliviana e equatoriana: o “viver bem” (em quéchua) da população (Entrevista realizada com Rubén Martínez Dalmau, São Paulo, 2009).

Nesse viés, com relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, caracterizada como analítica, por possuir uma extensa gama de conteúdo, e normativa, por ser responsável por dirigir o processo político, há um debate acerca do pertencimento ou não de tal documento jurídico ao movimento do Constitucionalismo latino-americano.

Em um lado, há autores que defendem que a Constituição de 1988 constituiu-se como um estopim para esse movimento, abordando aspectos inovadores, pioneiros e precursores no que se refere ao reconhecimento das minorias, à ampliação dos direitos sociais e aos mecanismos de participação cidadã, servindo, ainda, de base para as Constituições futuras, como a Constituição da Venezuela (1999), do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Desse modo, esse ordenamento jurídico seria um “marco constitucional que determina um novo tempo e espaço de direitos”, dando início a um novo período marcado pela inclusão e participação dos povos antes invisíveis e excluídos. (DANTAS, 2005, p.99).

Por outro lado, há ainda quem anuncie que a Constituição de 1988 possui alguns aspectos desse movimento, mas que não é considerada um exemplo desse Constitucionalismo latino-americano, seja pela natureza da Assembleia Nacional Constituinte, seja pela ausência de ratificação popular do projeto final da Constituição. Portanto, ambos possuem em comum a posição sobre a necessária impregnação constitucional, mas diferenciam-se quanto à indispensabilidade de sua legitimidade democrática, ferramenta crucial na construção dos textos jurídicos da Venezuela, da Bolívia e do Equador. (QUITO, 2010).

No entanto, independentemente de tais aspectos e convicções, o fato é que o Brasil e a Constituição de 1988 constituíram-se como uma referência no processo de reconhecimento dos povos tradicionais, possibilitando um verdadeiro retrato da realidade da nação: uma sociedade plural, diversa e multifacetada e que prime pela valorização e pelo reconhecimento dessas populações.

4.1. Aspectos da Constituição de 1988

Conquanto aos aspectos relacionados aos povos tradicionais presentes na Constituição de 1988, cabe ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, proporcionar acesso às fontes da cultura nacional e apoiar e incentivar a valorização e a propagação das manifestações culturais (art. 215 CF/88). Com relação ao patrimônio cultural brasileiro, este é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos responsáveis pela formação da sociedade brasileira (art. 216 CF/88).

Ademais, aos índios são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (art. 231 CF/88). Para mais, também é assegurada às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e de mecanismos próprios de aprendizagem. (art. 210 CF/88).

Já aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam habitando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos (art. 68 CF/88).

Também, a Constituição Federal de 1988 aborda questões sobre a propriedade, onde o direito à propriedade é inviolável e deve atender a sua função social (art. 5º CF/88) e sobre o meio ambiente, protegendo-o com vistas a garantir o equilíbrio e a qualidade de vida das presentes e futuras gerações (art. 225 CF/88).

4.2. O período pós-Constituição de 88 e os seus impactos, especialmente aos povos tradicionais

Apesar dos avanços e dos direitos já apresentados no tópico anterior e após mais de três décadas da promulgação dessas garantias, a questão dos povos tradicionais e do reflexo dos seus direitos na sociedade contemporânea ainda é um tema complexo e delicado. As discussões acerca deste assunto se fixam no problema da autodeterminação, do território e da soberania nacional. É um ambiente que está envolto por interesses econômicos, de um lado, e, do outro, estão as comunidades tradicionais, que são excluídas e dizimadas desde o período colonial, dispondo do pleno exercício dos seus direitos culturais, expressos nos seus modos de ser, viver e permanecer.

Com relação a esses aspectos econômicos, têm-se como exemplo a mineração e o garimpo, os quais impactam fortemente as terras indígenas. Com base no ISA (Instituto Socioambiental), existem 66 substâncias minerais listadas

nos 4332 processos de requerimento minerário incidentes sobre terras indígenas, esse número é o equivalente a somente 2% do total de processos. Ademais, ainda com relação à mineração, segundo uma análise realizada pelo “MapBiomas”, entre 1985 e 2020 a área minerada cresceu de 31 mil hectares para 206 mil hectares, um aumento de seis vezes que se deu, sobretudo, na floresta amazônica. Inclusive, com relação ao garimpo, de 2010 a 2020, houve um crescimento de 495% da área ocupada por essa atividade dentro das terras indígenas.

Em suma, tais “desenvolvimentos” dificultam a manutenção dos legados deixados por esses povos, pois o território é um mecanismo imprescindível para a sobrevivência dos povos indígenas, mineração e o garimpo usufruem e destroem justamente essas áreas. E, portanto, apesar de reconhecida a importância do território e da manutenção dos direitos desses povos, o cenário atual aponta uma forte restrição à efetivação dessas garantias, uma vez que há uma tensão inerente às diferenças de visões sobre os poderes e sobre o desenvolvimento.

4.2.1 A realidade dos povos tradicionais no Brasil

Em números, com relação aos indígenas, segundo o ISA (Instituto Socioambiental), são 268 povos em todo o território nacional, diversidade que resulta em 154 línguas e dialetos espalhados pela extensão nativa. No tocante à demarcação das suas terras, há, no Brasil, 731 espaços que estão em diferentes etapas de demarcação, 124 destes estão em processo de identificação, 43 estão identificadas, 74 estão declaradas e 490 estão homologadas e reservadas.

Além desse extenso e demorado processo de demarcação, as terras indígenas também são alvo constante de ameaças, com base no mesmo instituto, 28,7 milhões de hectares é a área requerida por processos minerários no Brasil, o que representa 25% da área total de terras indígenas no Brasil, sem contar que 33 terras indígenas têm mais da metade de sua área requerida por processos e em áreas indígenas menores esses processos ocupam facilmente mais de dois terços de seus territórios.

Com relação às comunidades quilombolas, segundo a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), apenas 4,8% das 3254 comunidades reconhecidas pela União têm o direito de posse da terra. No decorrer dessa jornada, 1716 processos aguardam a fase de regularização.

Assim, fica evidente que o título de propriedade (voltado para o plano de crescimento e de desenvolvimento econômico) prevalece frente a outros critérios de legitimação, como os direitos culturais, e que tal projeto é prejudicial à sociedade como um todo, pois é excludente, segregador e, sobretudo, fatal. Ademais, é possível compreender que a Constituição, assim como o Direito, não são textos imobilizados,

não se resumem ao texto da lei ou às normas jurídicas, mas são, portanto, um produto das relações de poder existentes em determinado local, são um resultado desses conflitos, dessas reivindicações e dessas lutas por reconhecimento.

Desse modo, apesar da Constituição estabelecer tais garantias e direitos com relação a esses povos, vê-se que é necessária uma rediscussão acerca de certos aspectos apresentados, a exemplo do conceito e da função da propriedade, tendo-se como crucial a abrangência de uma perspectiva que se adeque à realidade e às necessidades dessas comunidades.

4.2.2. A realidade do povo Yanomami: um caso de omissão e um pedido de socorro

Primeiramente, os Yanomami são um grupo de cerca de 35 mil indígenas que vivem em uma área equivalente à de Portugal, entre os estados de Roraima e Amazonas, dispostos em aproximadamente 200 a 250 aldeias e, ano passado (2022), as terras indígenas Yanomami completaram 30 anos de demarcação. Entretanto, apesar de tal reconhecimento, recentemente, nas primeiras semanas do mês de janeiro de 2023, veio à tona, no Brasil, a triste realidade desse povo, a qual é marcada por graves e elevados casos de desnutrição e de malária, além das invasões garimpeiras e o alto número de óbitos que assola esse povo há tempos, demonstrando que, assim como as outras identidades excluídas que compõem o Brasil, esses sofrem de um processo contínuo de omissão e segregação. Vale destacar, também, um trecho de Davi Kopenawa, principal liderança do povo Yanomami:

Antigamente, nossos maiores não ficavam morrendo à toa. Desde a chegada dos garimpeiros é diferente. A maior parte de nossos pais e avós foi devorada por suas doenças. Nas terras altas, muitos dos nossos estão agora morando em casas desabadas, cobertas de lonas de plástico velho. Os jovens, órfãos, não abrem mais roças e não vão mais caçar. Ficam na rede o dia todo, ardendo em febre. É por tudo isso que não queremos garimpeiros na floresta em que Omama criou nossos ancestrais. O pensamento desses brancos está obscurecido por seu desejo de ouro. São seres maléficos. Em nossa língua, os chamamos de napë worëri pë, os “espíritos queixada forasteiros”, porque não param de remexer os lamaçais, como porcos-do-mato em busca de minhocas. Por isso também os chamamos de urihi wapo pë, os “comedores de terra”. (Davi Kopenawa, 2015, p. 388).

Tal fato é resultado de um processo constante de omissões e desrespeito, isso porque o garimpo e a mineração avançaram gravemente no território desse povo, dado que, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), em 2022, apenas o garimpo nas terras Yanomami resultou no desmatamento de

232 hectares da floresta amazônica. Essa situação também é comprovada pela associação indígena Hutukara, que destaca que o desmatamento causado pela atividade ilegal avançou 1781 hectares na terra indígena Yanomami.

Esses processos, somados à desassistência dos órgãos governamentais e do apoio da população, resultaram em um ambiente pouco “saudável” para os Yanomami, visto que só em 2022 foram confirmados 11.320 casos de malária no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e, além disso, o Ministério da Saúde decretou estado de emergência de saúde pública em Roraima, região onde os Yanomami estão concentrados.

Ademais, o Ministério dos Povos Indígenas divulgou, em 20 de janeiro de 2022, o número de 99 crianças mortas devido ao avanço do garimpo ilegal, a pasta ainda estima que ao menos 570 crianças foram vitimadas pela contaminação por mercúrio, desnutrição e fome. Além disso, para compreender melhor a situação desses povos, nada mais acertado do que ouvi-los e colocar a sua voz em evidência. Assim, o trecho a seguir foi extraído do Manifesto do 3º Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana, o qual retrata a situação que essas comunidades estão vivendo:

Depois de 30 anos da demarcação da Terra Indígena Yanomami, nossa Terra voltou a ser invadida. Isso está também acontecendo nas Terras Indígenas de todo o país, devastadas por garimpeiros, madeireiros e fazendeiros. Nossa floresta e nossos rios estão sendo destruídos e contaminados pelo mercúrio. Nossas comunidades estão sendo atingidas pela violência e as lideranças estão ameaçadas. Nossas mulheres estão sendo violentadas e estupradas, nossas crianças estão sendo mortas (Manifesto do 3º Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana).

Assim, a situação dos povos Yanomami é mais um cenário o qual há um incentivo à destruição dessas terras e à violação dos seus direitos e há uma omissão dos agentes fiscalizadores e protetivos, quando estes não estão de acordo com essas atividades. Inclusive, é com base nessas situações que é destacado a predominância dos interesses econômicos e a fome de riqueza frente a outras questões, como a garantia da vida e o reconhecimento de um cidadão. Além disso, é um cenário que destaca, sobretudo, a nossa falta de humanidade e a nossa falta de amor e de empatia frente aos outros. Os povos indígenas Yanomami clamam por respeito e por proteção, como também está destacado no Manifesto do 3º Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana:

Nós povos indígenas queremos viver em paz, com saúde e na floresta viva. Se a floresta acabar, todos nós, indígenas e não-indígenas, vamos morrer (Manifesto do 3º Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana).

Ouçam a nossa voz, as realidades que nós povos indígenas estamos vivendo. Convocamos os organismos internacionais para que nos

apoiem e pressionem o governo brasileiro para proteger nossas vidas e nossas florestas. Convocamos toda a sociedade a se unir a nós e garantir um futuro para todos (Manifesto do 3º Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana).

5. Considerações finais

Os fatores e concepções que foram instituídos desde o período colonial ainda encontram resquícios nas sociedades latino-americanas e influenciam e dificultam, inclusive, a participação dos povos tradicionais nas decisões cotidianas, os quais possuem uma relação harmônica com o meio ambiente e com o seu território.

É com base nesse pressuposto que observa-se o Constitucionalismo latino-americano, o qual está voltado justamente para essa atenção dada aos agentes que, anteriormente, foram excluídos. Em suma, é um movimento que procura trazer a esperança, a vida e a participação dos que um dia foram segregados e impedidos de fazê-los.

Ademais, a Constituição brasileira enfatiza que cabe à União garantir o pleno exercício dos direitos culturais da sociedade, além de destacar que esta deve proteger, demarcar e reconhecer as terras desses povos, possuindo, assim, alguns pontos e características semelhantes aos do Constitucionalismo latino-americano.

Assim, com relação à realidade dos povos tradicionais no Brasil, ainda há um extenso caminho pela frente para que estes possam viver dignamente, seja pelo dificultoso (Sugestão: Possível erro de concordância de gênero) processo de demarcação e titulação das terras, seja pelo conflito com os interesses desenvolvimentistas, ou seja, pelo desrespeito e desconhecimento com relação à essas comunidades e ao seu modo de vida.

Em conclusão, faz-se uso das célebres palavras do líder indígena Ailton Krenak, em sua obra 'ideias para adiar o fim do mundo':

O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim (Ailton Krenak, 2019, p.13).

Referências

Área ocupada pela mineração no Brasil cresce mais de 6 vezes entre 1985 e 2020. Disponível em: <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020> . Acesso em: 05 jan. 2023.

A **queda do céu** : Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert ; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

BRANDÃO, Pedro Augusto Domingues Miranda. **O novo constitucionalismo pluralista Latino-Americano: participação popular e cosmovisões indígenas (Sumak Kawsay e Pachamama) / Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão.** Recife: O Autor, 2013.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 48 ed., atualizada e ampliada, 2013.

CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). Disponível em: <http://conaq.org.br/> . Acesso em: 05 jan. 2023.

Coordenadoria de mobilização e coordenação sociais (cimos) - Ministério Público de Minas Gerais (mpmg). Direitos dos povos e comunidades tradicionais. Minas Gerais. 2014.

Corte Constitucional de Ecuador para el período de transición. El nuevo constitucionalismo en América Latina. 1 ed. Quito, Corte Constitucional del Ecuador, 2010. 96p.

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. **Estado e os povos indígenas: uma proposta de relação democrática intercultural.** Hiléia- revista eletrônica de direito ambiental da Amazônia, Ano 1, n. 1, v. 1.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Sousa. **Gênese Anticolonial do Constitucionalismo LatinoAmericano.** Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2021, p. 16-47.

GOMES, Giovanna. **Contaminação por mercúrio, fome e doenças: a crise de saúde entre os Yanomami.** Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/crise-de-saude-entre-os-yanomami.phtml> . Acesso em: 05 jan. 2023.

GREGORI, Isabel; NASCIMENTO, Valéria. **Constitucionalismo latinoamericano e biodiversidade: limites e perspectivas de um sistema “sui generis” de proteção aos direitos fundamentais das comunidades tradicionais.** Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 65, pp. 285 - 320, jul./dez. 2014.

LOURENÇO, Joyce Louback. **O Constitucionalismo e as experiências democratizantes na América Latina: um estudo comparativo entre as Constituições do Brasil, Colômbia e Equador.** Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.

MAISONNAVE, Fabiano. **La Paz, Quito e Caracas recriam constitucionalismo latino: para professor que participou de suas elaborações, Cartas de Venezuela, Bolívia e Equador avançam em relação ao modelo europeu.** Folha de S.Paulo, 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0103200909.htm> .Acesso em: 15 jan. 2023.

NÓBREGA, Luciana Nogueira. **Estado e autonomias indígenas na Nova Constituição da Bolívia.** Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 14, n. 26, p. 157-181, 2018. Acesso em: 18 jan. 2023.

NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente. **Aldeias-municípios indígenas: repensando o federalismo brasileiro e o constitucionalismo latino-americano.** Manaus, 2012.

Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI. Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Raul Cezar Bergold. – Curitiba : Letra da Lei, 2013.

PASTOR, Roberto Viciano; DALMAU, Rubén Martinez. **¿Se puede hablar de un nuevo constitucionalismo latino-americano como corriente doctrinal sistematizada? Universidad de Valência.** Valência, 2011. Disponível em: Acesso em: 18 jan. 2023.

Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami> . Acesso em: 05 jan. 2023.

SOUZA FILHO, Carlos. **Gênese anticolonial do constitucionalismo latino-americano.** Revista direito e praxis, Rio de Janeiro, ano 2021, v. 12, ed. 01, p. 16-47, 2019.

SOUZA FILHO, C.F. M. de. **O renascer dos povos indígenas para o Direito.** Curitiba. Juruá, 2009.

SILVA , Thiago; GONÇALES, João Neto. **Novo constitucionalismo latino-americano: um constitucionalismo do futuro?.** Revista Brasileira de Filosofia do Direito, Brasília, v. 3, n. 1, p. 60-81, 18 jan. 2023.

Terras indígenas no Brasil: informações gerais sobre Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil> . Acesso em: 05 jan. 2023.

Terra indígena Yanomami: uma conquista histórica. Disponível em: <https://www.yanomami30anos.org/> . Acesso em: 05 jan. 2023.

THUM, Carmo. **Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade.** Revista do PPGEA/FURG-RS, Revista eletrônica - FURG, p. 162-179, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6899/4547>. Acesso em: 16 jan. 2023.

TOLENTINO, Zelma; OLIVEIRA, Liziane. **Pachamama e o direito à vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.12, n.23, p.313-335, Janeiro/Junho de 2015.

URQUIZA, Antonio; BRASIL, Guilherme. **Novo constitucionalismo latinoamericano e povos tradicionais: rumo ao reconhecimento de epistemologias contra-hegemônicas.** Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 8, n. 2, maio/ago. 2021.



ENTRE HUMANOS E BICHOS: a decolonialidade na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos

[Resenha]

Jemima Kézia
da Costa

Sobre a autora:

Jemima Kézia da Costa é graduanda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

ENTRE HUMANOS E BICHOS: A decolonialidade na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos⁴

Jemima Kézia da Costa

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Editora Record, 2020.

Início do século XX, o mundo era bombardeado por conflitos, revoluções e novas formas de produção com a chegada da Segunda Revolução Industrial, diante de tais acontecimentos, era inevitável que houvessem transformações também no cenário artístico mundial. Falar de Modernismo é falar também de seus antecedentes e citar a produção artística que estava sendo criada no Brasil no início do século, podemos destacar inúmeros artistas dos movimentos Simbolismo e Realismo que se sobressaem no cenário literário da época, como Machado de Assis, com o romance psicológico, Lima Barreto, dando destaque para as causas mentais, ou mesmo a poesia de Augusto dos Anjos, todos estes são nomes que pavimentaram a literatura nacional para o que viria logo após, com suas tramas envolvendo recortes sociais antes não retratados na literatura, ficaram conhecidos como pré-modernistas, visto que já possuíam em seus textos resquícios do novo movimento que nascia. Nas palavras de Alfredo Bosi (1970, p. 243) “Creio que se pode chamar pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vivos em 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade”. Assim, esses autores, como já dito, fertilizaram o solo para o surgimento de uma nova literatura, mais transgressora, mais voltadas para as causas sociais, problematizadora e com foco em narrativas de denúncia.

Nas palavras de Bosi (1970, p. 266), a nova classe literária vai surgindo no Brasil após beber da arte que era produzida na Europa, assim como as classes artísticas que a antecedem. Deste modo, surgia no país uma arte ainda conectada com as que eram produzidas nos países europeus, mas que logo mais tomarias as rédeas de suas próprias produções e ganharia um rosto só seu: o Movimento Modernista Brasileiro.

Marcado pela Primeira Semana de Arte Moderna, tendo como participantes nomes ilustres como Mário de Andrade e Graça Aranha, o Modernismo abriu portas também para a produção de uma arte feminina brasileira com Anita

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 22/12/2023

4 LINHA 1 Decolonialidade na América Latina, Histórias, Saberes, Culturas, Política, Economia, Territórios e Linguagens;

Malfatti, dando margem para o surgimento de uma nova arte, mais provocadora e sensível com as realidades que não eram discutidas na literatura nacional e assim, provocando uma enxurrada de novos pensamentos a respeito das pautas que precisavam ser discutidas tanto no interior do país como nas capitais.

Usando como objeto de estudo a obra “Vidas Secas” do renomado autor Graciliano Ramos, dono de uma vasta produção literária, podemos destacar inúmeras características do movimento modernista presente no texto, e assim, caracterizar esta escola literária a partir da trama vivenciada por Fabiano e sua família, incluindo a cachorra Baleia, no interior da região Nordeste do Brasil.

A princípio, cabe destacar o modo como o autor usa o cenário nordestino e a família de retirantes juntos de seu animal de estimação, para fazer uma forte denúncia social da real situação vivenciada na região no início do século XX, tomando, assim, um forte caráter decolonial, que nas palavras de Reis (1994) diz respeito ao uso do texto como forma de manifestação contra a cultura opressora vigente.

O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. (Reis, 1994, p. 3)

Dessa forma, “Vidas Secas” é usado como objeto de denúncia social, tornando claras as mazelas sociais vivenciadas por seus personagens e fazendo fortes críticas às opressões e ao descaso sofrido por eles, retratando um povo que fugia da fome e da ausência de amparo social, povos esquecidos pelo governo e pelo resto do país.

Sinha Vitória, com o filho mais novo escanchado no quarto, equilibrava o baú de folha na cabeça; Fabiano levava no ombro a espingarda de pederneira; Baleia mostrava as costelas através do pelo escasso. Ele, o menino mais velho, caíra no chão que lhe torrava os pés. (Ramos, 2020, p. 41)

A trama é dividida em treze capítulos e narra a vida de Fabiano e sua família, incluindo a cachorra Baleia, no interior da região nordeste do Brasil. Em trechos como o destacado acima, nota-se a descrição do cenário e da tristeza sofrida pelos personagens, lembrando até o quadro “Os Retirantes” de Portinari (1944), retrato da realidade de muitos nordestinos que vagavam pelo Nordeste em busca de um lugar longe da fome e da miséria, onde pudessem tentar uma chance de sobreviver. Essas pessoas viviam isoladas do mundo, se perdiam no meio da paisagem da seca entre a vegetação e os bichos.

Bichos, esse é outro aspecto fortemente presente no texto, constantemente o personagem Fabiano está se comparando aos bichos, em trechos como: “— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta. [...] — Você é um bicho, Fabiano. [...] — Você é um bicho, Baleia.” (Ramos, 2020, p. 12 13), ele mostra como o personagem, mesmo quando se enxergava como pessoa, logo voltava a se referir a si mesmo como animal, e se colocando até de igual para igual com seu bicho de estimação, também animal. Deixando clara a despersonalização desse povo que de tão esquecido pelo governo, já não se consideravam sequer parte da sociedade.

Outra característica do Modernismo é o uso constante de regionalismos linguísticos, como destaca Bosi (1970, p. 243) “isto é, mais atento ao registro dos costumes e à verdade da fala rural”. Inúmeras são as passagens em que o autor usa termos desconhecidos para dar originalidade à narrativa e caracterizar a fala dos personagens, em um deles Fabiano diz que sua esposa era “atilada, notaria a pabulagem.” (Ramos, 2020, p. 20), termos que são puramente regionais e que demonstram um forte estudo sociolinguístico por parte do autor, mais uma das características do movimento, a preocupação por destacar culturas marginalizadas.

Outro traço forte, a denúncia social, não fica entre as linhas do texto, pelo contrário, o autor deixa clara sua posição quando coloca como característica de Fabiano sua revolta contra os sofrimentos impostos pelo chamado “soldado amarelo” e dispara diversas críticas contra o sistema, em um dos trechos, o personagem questiona o motivo de ser tratado feito bicho, ser obrigado a se contentar com os ossos e até o pouco que lhe resta ser tomado.

Se lhe dessem o que era dele, estava certo. Não davam. Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos. Por que seria que os homens ricos ainda lhe tomavam uma parte dos ossos? Fazia até nojo pessoas importantes se ocuparem com semelhantes porcarias. (Ramos, 2020, p. 69)

Em outros diversos momentos, Fabiano se queixa de sua falta de jeito com as palavras e como gostaria de falar como as pessoas da cidade, em certo momento, novamente se colocava na posição de um animal, até se compara com o papagaio da família “Na beira do rio haviam comido o papagaio, que não sabia falar. Necessidade. Fabiano também não sabia falar.” Quanto a isso, é importante destacar como “Vidas Secas” retrata um cenário de difícil acesso à literatura no interior nordestino, o que, nas palavras de Candido (1988) “Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação.”, tornam claras e verdadeiras as queixas de Fabiano sobre a dificuldade que tinha com as palavras e como isso era

um empecilho para sua comunicação com a esposa, filhos, e também, como se sentia indefeso perante as pessoas, pela dificuldade que sentia em se expressar e não conseguir encontrar palavras, já que não lhe foi dada a oportunidade de aprender a ler e escrever, logo, não possuía sequer o direito de fabular uma vida melhor para seus filhos, diante de tantas dificuldades. “Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!” (Ramos, 2020, p. 66). O personagem, pela falta de oportunidade, cresceu sem saber escrever ou ler e transferiu essa situação aos seus filhos, que também são retratados como pessoas sem perspectiva de futuro, pois, assim como os pais, foram igualmente privados de seus direitos, assim, não são capazes de se defenderem das violências que sofrem e continuam a vagar pela terra quente do Nordeste à mercê do destino e longe de qualquer tipo de salvação.

Desta forma, “Vidas Secas” entra para história da literatura nacional como uma obra que ultrapassa as linhas do imaginário e adentra realidades vividas por sertanejos no interior do Brasil e que, ainda hoje, são vivenciadas por inúmeras pessoas que sofrem na pele o descaso do governo, a falta de acesso aos estudos, moradia digna e a dificuldade de imaginar um futuro onde a vida é diferente, menos sofrida. A obra escancara uma realidade existente num Brasil que não está na capa dos jornais europeus e que quando muito é retratado, se resume a um conto de desgraças em alguma novela caricata de algum canal de televisão. Um país esquecido e abandonado. Um país de pobres e bichos, como em “Vidas Secas”.

Portanto, a obra se configura como uma literatura que registra um recorte do sertão nordestino vivido por muitas pessoas e que precisa ser discutido e falado, para isso, se faz necessário ser estudado mais a fundo. O livro serve como fonte de registro para estudiosos ou demais leitores que buscam conhecer uma das realidades nordestinas por meio da literatura, mais especificamente, por meio do movimento modernista, que traça em suas inúmeras outras obras cenários do cotidiano de muitas pessoas, narrados e entregues de uma jeito nunca antes visto na literatura brasileira. Cenários de um Brasil esquecido, histórias não contadas e que também trazem pautas que antes não eram discutidas no ambiente literário nacional, seja através de “Cacau” (Amado, 1933) retratando o trabalho escravo sofrido pela população no interior da Bahia ou por meio de “Parque Industrial” (Galvão, 1933) narrando a vida operária nas fábricas em São Paulo.

Tudo isso para ressaltar a importância do movimento modernista na arte brasileira, seja como objeto de contravenção, dando voz para as mulheres, reinventando a escrita do romance, transformando a poesia e mudando o jeito de fazer literatura no país, como também estendendo suas teias até as outras

formas de fazer artístico, pintura, teatro, escultura, dança e demais. Enfim, o modernismo conseguiu romper com as normas em todas as esferas artísticas brasileiras, mostrando sua força e poder como instrumento de luta social, de busca por transformação, de revolta com as normas já estabelecidas e registra na história do Brasil artistas que transformaram nossa nação por meio da arte.

Portanto, a obra “Vidas Secas” do escritor brasileiro Graciliano Ramos é de fundamental importância para a literatura nacional, os temas debatidos no texto trazem traços da cultura brasileira de um modo único e nunca antes visto na literatura nacional, mostrando um Brasil em uma outra perspectiva, longe dos grandes centros urbanos ou influência europeia, um Brasil construído unicamente por brasileiros que lutam por um país mais igualitário e confortável, não só para as classes mais afortunadas, mas também para todos aqueles que contribuem para a formação do país como nação.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Cacau**. Editora Companhia das Letras, 2010.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. Editora Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio et al. O direito à literatura. **Vários escritos**, v. 3, p. 235-263, 1995.

GALVÃO, Patrícia; FERRAZ, Geraldo. **Parque industrial**. Mercado Aberto, 1994.

MARQUES, Ivan; BUENO, Luís. Em torno do romance de 30. **Teresa**, n. 16, p. 6-9, 2015.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Editora Record, 2020.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz. **O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas**. 1994, p. 30.



UMA ANÁLISE DAS EXPRESSÕES QUIXERAMOBINENSES UTILIZADAS PELO PERSONAGEM ERI, NO FILME “BEM-VINDA A QUIXERAMOBIM”

[Artigo]

Ana Jeieli Souza da Silva

Ana Nadine Fonseca Silva

Sobre as autoras:

Ana Jeieli Souza da Silva é graduanda em Letras - Português pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Ana Nadine Fonseca Silva é graduanda em Letras - Português pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

UMA ANÁLISE DAS EXPRESSÕES QUIXERAMOBINENSES UTILIZADAS PELO PERSONAGEM ERI, NO FILME “BEM-VINDA A QUIXERAMOBIM”⁵

AN ANALYSIS OF THE LOCAL QUIXERAMOBIM EXPRESSIONS USED BY THE ERI CHARACTER IN THE “BEM VINDA A QUIXERAMOBIM”

Ana Jeieli Souza da Silva

Ana Nadine Fonseca Silva

RESUMO

O presente artigo fez uma análise das expressões e dialetos que o personagem Eri, interpretado por Max Petterson, utiliza em suas falas no filme “*Bem-vinda a Quixeramobim*”, lançado em 2022. A variação linguística materializada na composição e desenvoltura do personagem reflete a forma como os habitantes da cidade de Quixeramobim, no estado do Ceará, usam esses recursos linguísticos como representação cultural regional. Com base na observação do filme e ênfase na fala do personagem Eri, nosso objetivo foi buscar compreender como a linguagem auxilia a caracterização do personagem e como tal funcionamento linguístico exprime a rica diversidade linguística da região. Ao finalizar o estudo, concluímos e vimos, na prática, a variação que existe nas falas de um Estado para outro e as divergências que ocorrem durante um primeiro contato, mas que com o decorrer da convivência não continua afetando tanto. Para a realização deste trabalho, apresentamos a variação linguística com fundamentação teórica nos estudos da Linguística, Sociolinguística Variacionista e da Variação Regional da Língua, relevando a importância que os autores Saussure (1975), Labov (1972) e Izete Lehmkuhl (2010) têm ao contribuir para a nossa compreensão. Ademais, notamos mais uma vez, como a variedade na fala, ainda é um tema que deve ser abordado e há quem sofra pelo preconceito linguístico que existe.

Palavras-chave: SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA; VARIAÇÃO LINGUÍSTICA; VARIAÇÃO NA PRÁTICA.

ABSTRACT

This article analyzed the expressions and dialects used by the character Eri, played by Max Petterson, in the film “*Welcome to Quixeramobim*,” released in 2022. The linguistic variation embodied in the character’s composition and delivery reflects how the inhabitants of the city of Quixeramobim, in the state of Ceará, use these linguistic resources as a representation of regional cultural identity. Based on observations from the film, with a focus on Eri’s dialogue, our objective was to comprehend how language contributes to character characterization and

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 28/12/2023

how such linguistic dynamics express the rich linguistic diversity of the region. Concluding the study, we observed and confirmed, in practice, the variations in speech between states and the initial divergences that occur during first encounters, which tend to diminish with continued interaction. For the execution of this work, we presented linguistic variation with theoretical underpinnings in the fields of Linguistics, Variationist Sociolinguistics, and Regional Language Variation, highlighting the contributions of authors such as Saussure (1975), Labov (1972), and Izete Lehmkuhl (2010) to our understanding. Furthermore, we reiterated how speech variety remains a topic that needs addressing, given the existence of linguistic prejudice that some individuals endure.

Keywords: VARIATIONIST SOCIOLINGUISTICS; LINGUISTIC VARIATION; VARIATION IN PRACTICE.

1. Introdução

Para a realização deste artigo, o tema escolhido foi na área da Sociolinguística Variacionista. Como principal estudioso e referencial teórico, buscamos analisar e entender o pensamento de William Labov (1972), pois foi ele quem principiou os estudos desse campo educacional e proporcionou conteúdo significativo e relevante para a nossa abordagem. Após a determinação da temática, iniciamos a busca de como fazer uma boa interpretação, e, resolvemos assistir ao filme *“Bem-vinda a Quixeramobim”* e analisar as falas do personagem Eri. Personagem este que reside na cidade de Quixeramobim, no Ceará, onde passa a trama do filme e possui um dialeto diferente do que Aimée, personagem principal conhece e faz uso, causando, assim, um pouco de desentendimento no início da comunicação deles. Essa ação acontece devido ao fato dela não ter uma breve compreensão das gírias, ou seja, das maneiras diferentes que os cearenses utilizam em sua comunicação no cotidiano.

Percebendo a importância do uso da língua para a sua identidade cultural, buscaremos analisar várias expressões cearenses que são utilizadas pelo personagem Eri, no filme *“Bem-vinda a Quixeramobim”*, visando oferecer uma visão abrangente da variação linguística do estado do Ceará. Para fins metodológicos, assistimos ao filme e focamos em apresentar os momentos em que Eri utiliza expressões cearenses em sua fala, com o objetivo principal expor o conteúdo teórico, ou seja, a Sociolinguística Variacionista de maneira mais prática e direcionada com base apenas nesse filme. Tendo em vista que não se pode generalizar que todos os filmes tratam do tema com essa mesma abordagem, pois no filme, ele não relata muito o preconceito, mas sim expõe a diversidade linguística.

Para tanto, o tema será abordado em tópicos nos quais iremos expressar todas as nossas concepções acerca do objeto escolhido, amparado em uma fundamentação teórica a partir dos princípios conceituados por autores de grande relevância, como Saussure (1916), Chomsky (1957), Labov (1927) e Lehmkuhl Coelho (2010). Iremos apresentar uma breve contextualização dos estudos da língua desde o estruturalismo até o funcionalismo com foco nos estudos sociolinguísticos e considerações a respeito desse desenvolvimento linguístico, como também uma síntese a vertente variacionista de Labov. No terceiro tópico deste artigo, iremos descrever como realizamos a metodologia desde a escolha do filme até a realização da tabela que servirá como base maior para a análise das falas do personagem Eri.

2. Um breve resumo da trama do filme “Bem-vinda a quixeramobim”

O filme destaca a história de Aimée, uma digital influencer que possui um estilo de vida superficial e totalmente diferente do que costuma expor em suas redes sociais. Ela se encontra em uma situação complicada após a prisão de seu pai, um milionário trapaceiro e enganador. Com todos os bens da família bloqueados e seu ofício como digital influencer estando em risco (já que a falta de recursos a impossibilitaria de manter a vida de celebridade que costumava exhibir), a única herança que resta é uma fazenda em Quixeramobim, uma cidade no sertão do Ceará, deixada por sua mãe. E sem pensar duas vezes, visando manter sua imagem perante seus seguidores, ela decide partir rapidamente para o interior, sob o pretexto de tirar um ano sabático, mas com a intenção de vender a propriedade e retomar à sua vida de costume.

A chegada repentina de Aimée a Quixeramobim desencadeia uma série de confusões e mal-entendidos. Eri, até então seguidor da digital influencer, torna-se um amigo e se destaca por estar sempre por perto da personagem principal.

O filme se concentra excessivamente no uso do *dialeto* cearense como um recurso cômico, o que atrai um grande público. As cenas destacam bastante as interjeições e expressões idiomáticas locais, o que, se retirado de seu contexto natural, pode parecer forçado, mas que, de alguma forma, funciona bem no contexto em que o filme está inserido. Isso evidencia que, para muitos, a concepção simplista e preconceituosa da fala do povo nordestino continua distante de ser superada. Portanto, faz-se necessário estudar a variação linguística da língua em âmbito regional, visto que a fala reflete claramente a identidade e a riqueza cultural de um povo, esse exercício carrega em si a capacidade de promover igualdade e respeito à diversidade linguística.

3. Contextualização dos estudos da língua e considerações acerca de seu desenvolvimento

Com o desenvolvimento dos estudos de Ferdinand de Saussure (1916), a língua passou a ser considerada o principal objeto de estudo da linguística, principalmente, a estrutural, a qual o autor deu ênfase ao estudar. Essa vertente, como o próprio nome já diz, refere-se à estrutura da língua (*langue*), ou seja, o código, não levando em consideração o uso real da língua, nesse caso a fala (*parole*) no cotidiano. Essa situação acontece, pois, Saussure (1916), durante seus estudos, resolveu realizar algumas distinções para melhor compreensão e uma delas é a que separa língua da fala, pois para ele, a fala não era um sistema, já que depende de um indivíduo, diferente da língua, que mesmo não havendo alguém para falar, ela existe, por essa causa, ele a ignora.

Uma distinção importante que Saussure faz é a que separa língua e fala. Para ele, a *língua* é um sistema abstrato, um fato social, geral, virtual; a *fala*, ao contrário, é a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo circunstancial e variável. Como a fala depende do indivíduo e não é sistemática, ele a exclui do campo da linguística. (Orlandi, 1942, p. 22).

Depois da contribuição de Saussure, o linguista Noam Chomsky (1957) começa a contribuir nos estudos da linguística seguindo a vertente do gerativismo. Nesse ínterim, será abordado e afirmado que a língua não é composta apenas pelo código e pela gramática, parte também da capacidade cognitiva do ser humano para montar frases coesas e coerentes ao se comunicar. Para melhor compreensão faz-se importante destacar o que Orlandi (1942) afirma em seu livro, na página 39: “Os falantes interiorizam um sistema de regras que os torna aptos a produzir frases, mesmo as que nunca foram ouvidas, mas são possíveis na língua”.

Chomsky (1957) só expôs sua teoria após já tê-la estudado por meio século, sendo ela uma resposta e rejeição ao behaviorismo que acreditava que a língua era algo que dependia da repetição para que se concretizasse. No entanto, essa percepção é refutada quando a competência linguística que ficou conhecida como faculdade da linguagem surge, pois nela essa capacidade era inata ao ser humano, apenas a espécie humana é capaz de desenvolver a inteligência para conseguir desenvolver esse comportamento linguístico, diferentemente do que ocorre na linguagem animal. Porque mesmo que o animal aprenda a falar, ele não consegue criar frases e diálogos, pois ele só consegue repetir o que já lhe foi dito algumas outras vezes, como é o caso do papagaio.

A capacidade humana de falar e entender uma língua (pelo menos), isto é, o comportamento linguístico dos indivíduos, deve ser compreendida como resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano (e não completamente

determinada pelo mundo exterior, como diziam os behavioristas), aquela deve estar radicada na biologia do cérebro/mente da espécie e é destinada a constituir a competência linguística de um falante. (Kennedy, 2008, p.29).

Sabendo que os estudos não pararam por aí, surge ainda a fase funcionalista da linguística, que surgiu a partir de um grupo de estudiosos, os quais estavam sempre se reunindo para discutir assuntos relacionados à linguagem. Dessas reuniões, surgiram alguns círculos que consistiam no estudo da linguagem, um dos grupos ficou conhecido como Círculo Linguístico de Praga, que teve sua duração entre os anos de 1928 e 1939. Como resultado desses estudos foram descobertas algumas teorias, tais como: a Análise do discurso, a Pragmática, a Linguística Textual, e a que mais será abordada no presente artigo, a Sociolinguística, com foco na Variacionista Regionalista.

A Sociolinguística tornou-se independente em meados do século XX e é ela que valoriza a influência da comunidade em que o falante faz parte, da cultura na qual ele está inserido, da crença religiosa, da condição econômica, entre outros fatores externos ao ser humano, no modo de falar e propagar um discurso.

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo. (Mollica, 2010, p.11).

Partindo da citação mencionada acima, é de suma importância salientar, que como a sociolinguística analisa aspectos os quais envolvem a sociedade no dia a dia, a relação entre língua, linguagem e sociedade sempre estará em questão e não há como fazer uma separação, pois é dentro dessa relação que se observa com clareza o uso real da língua. Uma vez que dentro da sociedade as pessoas possuem seus grupos sejam eles de emprego, religião, escola, faculdade, e dentro desses ciclos sociais um modo de falar será utilizado, pois para cada situação, há uma maneira que se escolhe para falar.

Neste artigo, como já dito anteriormente, a análise será focada nos estudos da sociolinguística variacionista, ou seja, as diferentes variações que a língua possui dependendo de fatores externos ao falante para se comunicar. Em outras palavras, para melhor compreensão, esse ramo busca entender como uma variante aparece e se torna comum na comunicação social. Ademais, a sociolinguística também afirma que o vocabulário de pessoas da classe baixa não é errado, apesar de muitas pessoas acreditarem que por não estar dentro da normal que considerada padrão seja errado.

Outro fator importante a ser ressaltado é que a Sociolinguística está subdividida em três segmentos, sendo eles a Sociolinguística Interacional, desenvolvida e estudada por John J. Gumperz (1982), a Sociolinguística Educacional, por Stella Maris Bartoni-Ricardo (2004) e a Sociolinguística Variacionista, pensada e analisada por William Labov (1960) que será desenvolvida no tópico seguinte.

4. Uma abordagem sobre a vertente variacionista de labov

William Labov (1927) é um linguista estadunidense, e que, apesar de não ter sido o principal fundador desta vertente, foi considerado o precursor da Sociolinguística Variacionista, conhecida também como *teoria da variação*, na década de 1960, por desenvolver diversos trabalhos, métodos e técnicas mais eficientes, sistemáticos e delimitados para o estudo da variação linguística presente nas comunidades de fala. A principal motivação para o surgimento dos estudos variacionista de Labov foi a sua discordância com os estudos anteriores de Saussure e Chomsky, pois, diferente deles, Labov propunha que a língua não era homogênea. Ele acreditava que a língua era heterogênea e fatores externos, como por exemplo, o contexto histórico, a maneira como o espaço geográfico foi conquistado, a posição social, influenciam diretamente no modo como será utilizada e desenvolvida no cotidiano. Tais características serão consideradas neste artigo para fins investigativos do nosso objeto de estudo que será a variação linguística encontrada nas expressões utilizadas pelo personagem Eri.

Para tanto, Marcos Bagno (2008) traduz a fala de Labov (1972) em seu livro *Padrões sociolingüísticos* desta forma:

“Existe outra área de estudo às vezes incluída na “sociolingüística” que se preocupa mais com os detalhes da língua no uso real – o campo que Hymes tem chamado de “etnografia da fala” (1962). Há muito o que fazer na descrição e na análise dos padrões de uso de línguas e dialetos dentro de uma cultura específica: as formas de “eventos de fala”; as regras para a seleção adequada dos falantes; as inter-relações entre falante, ouvinte, público, tópico, canal e contexto; e os modos como os falantes se valem dos recursos de sua língua para desempenhar certas funções.” (Labov, 1972, p. 216)

Partindo para a abordagem da vertente variacionista de Labov, de fato, uma das suas principais ideias é a de que a variação é inerente à linguística, pois ela é necessária para o funcionamento da língua na sociedade, tornando necessária a observação da pronúncia e de expressões que surgem em uma determinada região, em nosso caso, a observação levará em conta a região do estado do Ceará, no nordeste brasileiro. Marcos Bagno (2008) traduz a citação de Labov (1972) em que ele explica que é comum que uma língua tenha diversas maneiras diferentes

de falar uma mesma coisa. Para comprovar essa ação, basta observar a variação do nome da fruta *tangerina*, que no sul do país, por exemplo, chama-se *mexerica*, como também o *pão francês* que pode ser chamado de *cacetinho*, *pão de sal* ou até mesmo *pão d'água*. Além desse exemplo, o evento variacional ocorre durante todo o filme na maioria das falas do personagem Eri.

É válido reafirmar que o estudo da variação linguística está fora dos estudos oriundos do estruturalismo e gerativismo, pois ele é totalmente dependente da linguagem em uso. Por essa razão, o foco do linguista que estuda a sociolinguística é compreender os fatores que irão influenciar o modo como as pessoas irão falar e fazer uso das variações. Dessa forma, fica mais fácil a compreensão quando se observa a afirmação que os autores Cezario e Votré (2008) fazem, na página 141: “A variação ilustra o caráter adaptativo da língua como código de comunicação e, portanto, a variação não é assistemática” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 141). Conclui-se, portanto, da contribuição dos autores, que os diversos fatores influentes na fala podem ser tanto internos como também externos.

Os linguistas estudantes dessa área, geralmente, fazem suas análises por meio de gravações durante conversas espontâneas, isto porque, o objeto de estudo é a língua em seu uso real, como já foi dito antes. De acordo com o livro Manual de Linguística (2008), mais especificamente no capítulo direcionado para a discussão da sociolinguística (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 149) destacam a metodologia para conseguir um bom desenvolvimento do objeto estudado. Os estudantes costumam fazer suas pesquisas por meio de uma entrevista de maneira informal e nela deixam com que os entrevistados relatem experiências sem se preocuparem em falar de um jeito tão formal, deixando-os livres para que se expressem como uma conversa rotineira. O método que os linguistas buscam consiste em uma separação para melhor proveito da entrevista que será feita, para isso, eles preferem que sejam pessoas nascidas e criadas na comunidade que será analisada, ou crianças que cresceram ao menos dos cinco anos em diante, para mais, que sejam dois sexos diferentes, três níveis de escolaridade e faixas etárias diferentes.

Essas exigências acabam se tornando mais específicas, pois como a linguagem vai mudando com o passar dos anos, novas variantes vão surgindo. Crianças que não nasceram em uma comunidade, mas que sua fase inicial foi nesse espaço geográfico, consequentemente, pegará os hábitos de fala daquela região. Além do fato do desenvolvimento inicial, surgem ainda outros fatores os quais serão delimitados pela sua condição financeira, pois querendo ou não, esse fator é delimitador forte na vida de uma pessoa, e, portanto, no modo de falar. Nesse ponto, é de suma necessidade expor que existem dois tipos de variantes,

as conhecidas por serem padrão, ou seja, elas vão variando, porém continuam dentro da gramática normativa, e são mais utilizadas pelos falantes os quais possuem um melhor posicionamento social. E, há também, as variantes não padrão, elas, costumeiramente, são reproduzidas por pessoas que não possuem um grau de escolaridade elevado, por essa razão, acabam sendo estigmatizadas pelos falantes da variante padrão.

Finalizada essa primeira exposição, faz-se necessário, todavia, relatar que a aparição desses elementos variados pode ser vista em vários âmbitos, seja na fala ou na escrita. Para melhor compreensão do próximo tópico, o qual abordaremos uma análise mais direcionada nas expressões vistas nas falas do personagem Eri, é preciso salientar e frisar o quão notório é a variação na maneira de falar, se observamos um diálogo com pessoas de um estado para outro, principalmente, no nível fonológico. Porque, mais uma vez, esse é o jeito mais fácil de compreender esse estudo, já que o foco dele é o vernáculo em sua aplicabilidade.

5. Apresentação da metodologia realizada e análise das expressões utilizadas pelo personagem Eri.

Para melhor descrevermos e discutirmos sobre as expressões e os dialetos falados por Eri, apresentaremos uma tabela que será organizada da seguinte maneira: primeira coluna – listagem para menção da expressão, segunda coluna - expressão dita pelo personagem e terceira coluna – minuto no qual o personagem falou a expressão. Assim sendo, iremos mencionar a expressão e em seguida dissertaremos no que concerne a expressão, seu significado e por fim, faremos uma breve conclusão sobre qual motivo pode ter levado a expressão ser falada de tal forma. Observe a tabela a seguir:

Tabela de Expressões

Ordem	Expressão	Minuto
1)	Zoin	27:13
2)	Chei	27:13
3)	Valha	27:26
4)	Tu	27:26
5)	Torar	27:26
6)	Espinhaço	27:28
7)	Num	27:47
8)	Mermo	27:48
9)	Pelas bandas	27:49
10)	Bixa	28:12
11)	Oxe	28:24
12)	Bixinha	28:25
13)	Vixe	30:49
14)	Peguemo	34:37
15)	Entremo	34:38
16)	Êta	36:01
17)	Ói	36:04
18)	Amostrando	37:19
19)	Papocando	39:59
20)	Pére	40:09
21)	Né	43:43
22)	Vamo	43:49
23)	Mei	45:56
24)	Samo	1:02:41
25)	Vá se lascar	1:19:22
26)	Djabo é isso	1:27:09
27)	Bixa véa traíra da gota	1:27:43
28)	Encucado	1:37:17
29)	Calango seco do cão	1:32:25

Começa-se a ver a variação linguística, no filme, pela interpretação do personagem Eri, a partir do minuto 27:13 quando ele pronuncia as expressões *zoin e chei*. As duas expressões são ditas em uma mesma frase. A primeira resulta na variação do diminutivo da palavra *olho* no plural, que é tida como *olhinhos*, enquanto a segunda deriva da palavra *cheio* e decorre do apagamento da última vogal da palavra. Conforme afirmou o professor doutor Josenir Alcântara de Oliveira, a variação no vocabulário das pessoas no Ceará ocorre devido a três fatores importantes: o ensino da fala pelos colonizadores, o ensino da fala dos povos que já estavam antes da colonização e também a cultura de povos que não são colonizadores, nem nativos (PESSOA; DE SOUSA, 2022).” Dando continuidade ao desenvolvimento do filme, o personagem continua sua interpretação e mais variações são observadas, como *valha, tu, torar*. O *valha*, quando falado em rodas de conversas com pessoas de outros estados até mesmo do Nordeste, gera um desentendimento entre os falantes, pois apesar de ser muito utilizado para expressar *não acredito*, pelos cearenses, essa palavra tem outro significado gramatical, derivando-se do verbo *valer*. Um exemplo disso é “espero que o livro valha o preço que paguei”. O *tu* já é mais utilizado, pois é a segunda pessoa do singular, porém, geralmente, as pessoas utilizam o *você* para se comunicar, tornando o *tu*, por muitas vezes, uma apropriação mais regional. Já o *torar* mantém o significado real, que nada mais é do que partir ao meio.

Expressões pronunciadas durante a trama como *num, mermo, peguemo, entremo, êta, ói, né, vamo, mei, pére* são variações em relação à pronúncia, ou seja, elas estão relacionadas ao nível fonético-fonológico, todas mantêm o mesmo sentido da palavra real, apenas faltando alguma letra ou mudando a sílaba tônica. Elas não possuem uma identidade regional, como por exemplo, *encucado*, referindo-se a estar cismado ou desconfiado de algo ou alguém, e *calango seco do cão*, que seria basicamente um xingamento mais específico utilizado por cearenses, principalmente, do interior, como é o caso das pessoas de Quixeramobim. Para explicar o porquê desses dois casos de variação acontecer é necessário pensar que a fala é influenciada por diversos fatores, como já dito anteriormente, nesse filme, retrata a situação de pessoas de uma comunidade de baixa renda, o que seria um grande fator influenciador a falta de uma boa escolaridade.

Além de expressões específicas do Ceará, encontram-se, ainda, expressões Nordestinas, como exemplo, *bixa, oxe, bixinha, vixe, vá se lascar, djabo é isso, amostrando*. Elas são consideradas nordestinas pois sempre que são faladas, seja aonde for, as pessoas já as relacionam com o Nordeste do país, muitas vezes sofrendo o preconceito linguístico e territorial, oriundo de muito tempo. Tendo em vista que os nordestinos, por muito tempo, foram considerados como pessoas as quais não possuíam estudos, sendo sua maioria pobre e passando por inúmeras

dificuldades, no passado, quando iam para centros urbanos maiores em busca de melhores condições de vida.

Portanto, para finalizar a análise nas expressões é importante, todavia, ressaltar algumas falas feitas por Eri e suas possíveis significações. No minuto, 27:28 ele fala você vai *torar*- partir ao meio - meus *espinhaços*”, ou seja, em uma frase, nota-se que ele faz uma variação de duas palavras no sentido de “sinônimo”, ou seja, mantém o sentido, mas falando de maneira diferente do que a personagem principal fala em seu estado. Ademais, em 27:49, ele fala “tá fazendo o que *pelas bandas* de Quixé”, nesse texto, ele está se referindo a o que será que ela estava fazendo pela cidade de Quixeramobim, porque pelo contexto do filme, sabemos que a protagonista é rica e não faria sentido, para Eri, ela estar em uma cidade tão humilde. Já em uma outra cena, no minuto 39:59 do filme, enquanto eles estão em uma mesa conversando está chegando muitas mensagens no celular de Aimée, e Eri fala “seu celular está *papocando* aí”, esse termo, ele utiliza para se referir a estar chegando muitas mensagens. Ainda nessa mesma cena ele fala *pére* que é a abreviação de maneira informal da palavra espere que vem do verbo esperar. Mais uma vez, pode-se ver que a variação por uma baixa renda junto ao baixo nível de escolaridade existe, quando no minuto 1:02:41, o personagem fala *samo*, ou seja, a intenção era falar *somos amigos*, dessa forma, acaba por se concretizar o que já foi referenciado agora há pouco. E, uma expressão, que não foi citada em nenhum momento, é a dita em 1:19:22, quando Eri, por estar chateado que Aimée foi embora antes da conclusão do plano feito no longa, diz *bixa véa traíra da gota*. Nessa fala, ele demonstra sua chateação chamando-a de *traíra* que é uma variação de traidora.

6. Considerações finais

Diante da exposição realizada, conclui-se, portanto, que, por ser uma pesquisa descritiva analítica sociolinguística, nosso objetivo foi alcançado, pois queríamos apenas expor a existência da variação, e mostrá-la de maneira breve, não relatando e dando um direcionamento ao preconceito que existe. Ademais, a síntese feita antes da análise nos ajudou a fixar ainda mais os conhecimentos que já tínhamos adquirido em sala de aula e aprendermos novos conceitos durante o processo de pesquisa. Concluímos também que mesmo havendo uma forma de falar diferente em cada estado, ou até mesmo em cada cidade, as pessoas conseguem se comunicar e esse é o principal ponto ao estudar a língua.

O filme escolhido nos ajudou bastante a concretizar nossas teorias e entender melhor a Sociolinguística Variacionista. Nele pudemos observar um pouco do preconceito linguístico existente quando se fala de variação, além de

termos conseguido colocar em prática um assunto tão abordado no país referente a linguagem. Foi de suma importância os autores escolhidos para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido, com o auxílio de suas obras aprofundamos os nossos conhecimentos na área.

Esperamos que nosso artigo ajude os estudantes da área quando forem buscar algo simples e de conhecimento inicial. E que futuramente, possamos utilizá-lo para novas análises e estudos.

Referências bibliográficas

COELHO, Izete Lehmkuhl. **Sociolinguística** – Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. 172 p. Acesso em: 21 jul. 2023.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972]. 392p. Acesso em: 21 jul. 2023

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ORLANDI, Eni Puuccinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2013. 1942. Acesso em: 28 jul. 2023

PESSOA, Roberto Soares; DE SOUSA, Raimundo Erivelto. **Ditados Populares: a verdade que o povo consagrou**. Editora Dialética, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein Cultrix, São Paulo: 1975. Acesso em: 1 ago. 2023.



A “VONTADE COLETIVA” COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO DE GÊNERO: Uma Proposta de Diálogo Entre Gramsci e Connell

[Artigo]

Tharleton Luis
de Castro Santos

Sobre o autor:

Tharleton Luis de Castro Santos é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito/FAD, da Universidade do Estado do Rio Grande Norte/UERN, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais – PPGS-SDS, Vinculado a Faculdade de Serviço Social/FASSO, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN.

A “VONTADE COLETIVA” COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO DE GÊNERO: Uma Proposta de Diálogo Entre Gramsci e Connell

THE “COLLECTIVE WILL” AS A GENDER EMANCIPATORY INSTRUMENT: A Proposal For Dialogue Between Gramsci And Connell

Tharleton Luis de Castro Santos

RESUMO

O objetivo deste artigo é promover um diálogo entre Gramsci e Raewyn Connell. Ele apresenta estratégias práticas para viabilizar a emancipação do proletariado e fragilizar o poder hegemônico burguês. Connell propõe a ruptura com o cispatriarcado e respectiva masculinidade hegemônica em busca de um modelo harmônico no universo dos gêneros. A partir do raciocínio dedutivo, do materialismo histórico-dialético, de pesquisas bibliográficas e da abordagem qualitativa, o ensaio conclui que o diálogo entre Gramsci e Connell se potencializa na defesa da organização e da mobilização coletiva, bem assim da educação.

Palavras-chave: Gramsci; hegemonia; masculinidades; feminismo.

ABSTRACT

The objective of this article is to foster a dialogue between Gramsci and Raewyn Connell. He presents practical strategies to enable the emancipation of the proletariat and weaken bourgeois hegemonic power. Connell proposes a break with cispatriarchy and its respective hegemonic masculinity in search of a harmonious model in the universe of genders. Through deductive reasoning, historical-dialectical materialism, bibliographic research, and a qualitative approach, the essay concludes that the dialogue between Gramsci and Connell is potentiated in the defense of organization and collective mobilization, as well as education.

Key-words: Gramsci; hegemony; masculinities; feminism.

1. INTRODUÇÃO

Para uma proposta de diálogo entre categorias de Gramsci e de Connell, partimos da percepção de que esta se apodera dos conceitos trazidos igualmente por aquele, especificamente o de “hegemonia”, para explicar as interações entre os diversos padrões de gênero existentes na sociedade. Nele, para a emancipação do proletariado face à hegemonia burguesa. Nela, para a reforma

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 14/12/2023

das masculinidades hegemônicas na direção de um padrão mais harmônico no seio das expressões de gênero.

Para tanto, escolhemos como referencial a obra “Maquiavel, A política e Estado Moderno”, que, embora se volte à práxis da revolução, inclusive em muitos momentos em aspectos militares, acreditamos fornecer elementos úteis à desestabilização do modelo hegemônico de masculinidade.

Aqui, como um exercício de tentar replicar os estudos de Connell, buscamos, ainda que de maneira breve, observar quais são as estratégias possíveis para as reformas das masculinidades hegemônicas na luta por um padrão não opressor, que conviva em harmonia com as demais expressões de gênero. Todavia, não é um exercício de futurologia, nem tampouco uma cartilha, mas sim de previsão, uma possibilidade.

Qual o passado que se deve “ver bem”, ao analisar o processo de estabelecimento da masculinidade hegemônica brasileira? Por onde começar? Gramsci, no entanto, já nos dá uma pista de qual caminho seguir. Esta reforma passa pela abolição de toda estrutura econômica vigente no capitalismo.

Se a reforma passa pelo mundo econômico, é fato que sua construção também encontra ali suas bases. No Brasil, tal realidade não é diferente. A masculinidade dominadora que exerce a hegemonia é aquela branca, burguesa e heterossexual.

Sendo assim, para transformar essa realidade, urge fomentar uma nova visão de mundo, que venha a suplantiar a concepção do cispatriarcado. Por isso, propomos a necessidade de se fomentar a vontade coletiva como base material para revolução, através do estabelecimento de uma nova visão de mundo, mediante uma reforma intelectual e moral, e da organização, mobilização e educação dos setores oprimidos. Nesse sentido, para que haja a reforma das masculinidades hegemônicas, é necessário aproveitar os espaços deixados pelas constantes disputas entre elas para inserir a “nova masculinidade”, com um viés emancipatório e libertador, construído pela ótica da crítica feminista.

É nesse ponto que podemos evocar Gramsci na tentativa de compreender esse fenômeno. Nossa proposta consiste, então, numa análise dos pensamentos de Gramsci e Connell, aproximando a metodologia da práxis apresentada por Gramsci na obra “*Maquiavel, A Política e O Estado Moderno*”, da teoria das masculinidades de Raewyn Connell, o que é feito a partir do raciocínio dedutivo, de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa.

2. A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA EM RAEWYN CONNELL

Ao adentrar no estudo sobre masculinidades, é importante entender onde essa teoria se situa epistemologicamente. Diversas áreas do conhecimento

ofertaram suas contribuições a respeito da temática. No entanto, é dentro das ciências sociais, e, afunilando-se mais, dentro dos Estudos de Gênero, o local onde se encontram as melhores técnicas e os instrumentos mais adequados para realizar esta análise, pois foram através dos Estudos de Gênero que se fomentou o debate sobre quais os papéis do masculino e do feminino dentro da sociedade.

Assim, é indispensável, mesmo que brevemente, entender a definição de gênero trazida por Connell, antes de se engajar no estudo da sua Teoria das Masculinidades:

Questões de gênero dizem respeito tanto aos homens quanto às mulheres. Hoje, há uma extensa gama de pesquisas sobre masculinidades, paternidade, movimentos de homens, violência entre homens, educação dos meninos, saúde dos homens e seu envolvimento na construção da igualdade de gênero. Nós entrelaçamos esse conhecimento no quadro geral sobre o gênero (Connell; Pearse, 2015, p. 26).

Os conceitos de Gênero vão além do estático e arcaico binarismo de macho e fêmea, encontrados outrora na biologia e nas ciências naturais. Ao voltar um olhar mais dedicado para este objeto, constata-se que os conceitos de gênero estão eivados de uma carga histórica e política, e, portanto, passíveis de alterações em suas definições ao decorrer do tempo (Connell, 2003). A parte positiva do conceito de Gênero ter carga histórica é poder sonhar com a mudança para um panorama positivo. No entanto, não se pode olvidar que as classes dominantes podem e, costumam, se aproveitar dessa característica de constante mudança para permanecer no poder.

Dialogando com Marx e Engels “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (Marx; Engels, p. 47). Nesse sentido, afirma-se que é a partir da universalização do ideal masculino, que a masculinidade hegemônica estabelece sua perenidade, atuando, portanto, desta mesma forma enviesada no âmbito científico. Portanto, é natural que a classe dominante realize suas próprias considerações sobre gênero⁶.

Assim sendo, antes da insurgência do pensamento feminista, qualquer reflexão feita sobre o homem, decorria do interesse patriarcal. Aliás, nas palavras de Beauvoir:

6 Connell diz:“(...) As metáforas que guiam a investigação científica, a impessoalidade de seu discurso, as estruturas de poder e comunicação da ciência, a reprodução da sua cultura interna, todas elas, surgem da posição social de homens dominantes em um mundo estruturado que toma como base o gênero. O domínio das ciências nas discursões sobre masculinidade refletem então a posição da própria masculinidade (ou de masculinidades específicas) nas relações sociais de gênero.” (Connell, 2003, p. 20). Significa dizer, que as reflexões acadêmicas a respeito de e gênero e masculinidade (realizadas fora do âmbito da crítica feminista), possuem como base as estruturas materiais de relações sociais de gênero existentes, e com finalidade da perpetuação deste domínio.

“Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte”, escreveu, no século XVII, Poulain de la Barre, feminista pouco conhecido. Em toda parte, e em qualquer época, os homens exibiram a satisfação que tiveram de se sentirem os reis da criação (Beauvoir, 2009, p. 22 e 23).

Hodiernamente, percebemos, com certa frequência, a existência de homens que querem se apropriar do discurso e dos estudos de gênero. Entretanto, toda produção sobre gênero que não incorpore a crítica feminista serve apenas aos interesses dominantes. Como bem versa Connell:

Então, se considerarmos que se trata de uma forma de conhecimento criada pelo mesmo poder, que é seu objeto de estudo, o que podemos esperar de uma ciência da masculinidade? Qualquer conhecimento deste tipo terá os mesmos compromissos éticos que teria uma ciência que estuda a raça e que houvera sido criada por imperialistas, ou uma ciência do capitalismo produzida por capitalistas. De fato, existem formas de discurso científico sobre a masculinidade, que capitulam aos mesmos interesses dominantes, da mesma maneira que fizeram o racismo científico e a economia neoconservadora (Connell, 2003, p. 20).

É possível afirmar que a maior parte da teoria das masculinidades advém das teorias feministas, onde se iniciaram as reflexões sobre os papéis de gênero. Inclusive, vejamos como bem sintetiza Gardiner (2005), ao falar sobre a raiz dos estudos acerca das masculinidades advirem da luta pelos direitos das mulheres e de outros grupos marginalizados e inferiorizados como a população LGBTQIA+⁷

Com o ressurgimento de um movimento pelos direitos das mulheres na segunda metade do século 20, várias teorias se desenvolveram para explicar as causas da dominação masculina, para corrigir suposições errôneas sobre mulheres e homens e para imaginar novos tipos de homens e mulheres em novas circunstâncias (...) Além disso, o pensamento feminista tem sido fundamental para a formação do contemporâneo dos estudos de masculinidades e dos homens, nos trabalhos intelectuais e acadêmicos e nos movimentos sociais (Gardiner, 2005, p. 36).

Quando homens da chamada “nova esquerda”⁸ tentaram se organizar para se aliar aos feminismos, fez-se necessário a delimitação do papel dos homens

7 Em toda essa história, os movimentos feministas e gay dos anos 1960 e 1970 foram cruciais. Não atingiram todos os seus objetivos políticos, mas tiveram um impacto cultural intenso. Chamaram a atenção para todo um campo da realidade humana que era até então muito pouco compreendido, criando, assim, uma demanda por conhecimento, mas também por ação. Esse foi o trampolim histórico para as atuais pesquisas sobre gênero. A prática política iniciou uma mudança profunda - que cada vez mais parece uma revolução - no conhecimento humano (Connell; Pearse, 2015, p. 44).

8 Movimento Político progressista da geração que nasceu e se criou pós-guerra, mais precisamente, aquela geração que se tornou adulta na década de 1960 a 1970. Segundo a própria Connell, ela nasceu neste período, teria se integrado a este movimento. (Adelman; Rial, 2013, p. 212)

dentro dessa luta (Connell; Messerschmidt, 2013), para não incorrer no risco da usurpação e da retomada do discurso pelos homens.

No entanto, a maior contribuição para criação de uma teoria das masculinidades como um ramo crítico do feminismo, deu-se através das feministas negras. Elas descerraram os problemas que podem surgir quando a dominação é vista unilateralmente pelo viés de gênero. Dentro dessa crítica se consolidou o entendimento de que todas as categorias de homens são universais (Connell; Messerschmidt, 2013). Vigoya (2018) vai além, ao defender não só a existência da pluralidade “masculinidades”, mas também reconhecer estrategicamente a necessidade de se estabelecerem alianças na luta contra a desigualdade. Nas palavras dela:

Enquanto a estratégia feminista branca foi separatista, a das feministas de cor tomou outro caminho, como exemplifica muito bem o Manifesto do Coletivo Rio Combahee em 1974. Nele, o “luxo do separatismo branco” é recusado em solidariedade com os homens negros, pois, como as mulheres, eles são vítimas da discriminação racial. O coletivo destacou a necessidade de construir um espaço político de alianças e luta comuns que incluía os homens racializados, para combater não somente a dominação de gênero e de classe, mas também o racismo e o heterossexismo (Vigoya, 2018, p. 51 e 52).

Desde então, com a crítica trazida pelo feminismo negro, aumentou a percepção de que, assim como o corpo de mulheres não eram algo homogêneo, também existiam homens em diferentes posições dentro do patriarcado, com certas diferenças ocasionadas pelo mesmo nexos causal. Assim sendo, alguns dos homens poderiam servir positivamente como aliados, já que o sistema de privilégios não era tão definido estático como se pensava.

Todavia, não se pode olvidar que dentro dos feminismos a ideia de homens como aliados nunca foi unânime, e algumas pensadoras defendiam ou ainda defendem a ideia de extinção ou mudança total das masculinidades, pois advogam no sentido da opressão masculina ser a primeira e mais persistente das opressões, sendo os homens vistos, portanto, como inimigos (Vigoya, 2018).

Simone Beauvoir, uma vez disse: “ninguém nasce mulher; torna-se”⁹ (Beauvoir, 2009). Se isto é verídico, então é verdade também que não se nasce homem, torna-se. E torna-se proporcionalmente da mesma maneira que se torna mulher, em diversos graus, em diversas formas e com diversas atribuições.

9 A citação completa diz: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro”. (BEAUVOIR, 2009, p. 267). É interessante notar, que apesar da frase ter se popularizado aplicando-a ao contexto das mulheres, nas palavras seguintes a autora também traz o indicativo de que o “macho” também é uma referência estabelecida socialmente.

Isso se dá devido às mesmas condições que geram a generificação¹⁰ do papel da mulher esperado socialmente, o qual era criticado por Beauvoir, gerarem também uma expectativa do papel que deve ser desempenhado pelo homem na sociedade, estabelecendo, para tanto, como fundamento e como instrumento, as masculinidades hegemônicas e opressoras.

Consequentemente, é dentro dos questionamentos dos papéis sexuais, que surgem do estudo de gênero, e fundamentalmente nessa ideia de que existem diversos homens em diversas posições no sistema patriarcal, onde se ancora a compreensão da existência de variadas masculinidades, e, portanto, do estudo delas.

O surgimento de determinada expressão masculina está, dessa forma, vinculado ao contexto social do indivíduo e aos fatores sociais que influenciaram na sua personalidade. Como Connell bem define, masculinidade é:

[...] até onde o termo pode ser definido, um local nas relações de gênero, e nas práticas pelas quais os homens e as mulheres ocupam esse espaço no gênero, e nos efeitos de certas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (Connell, 2002, p. 109)

Assim, de posse do que significa gênero e masculinidade para Connell, é o momento de adentrarmos especificamente no conceito de masculinidade hegemônica e sua relação com as demais expressões de gênero.

3. A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA TEORIA DAS MASCULINIDADES

Segundo Connell, as masculinidades que divergem das opressoras surgem das diversas relações que envolvem poder, trabalho e experiências afetivas. Mas não só nesses aspectos, como também raça, sexualidade e classe social (Connell, 2003). Esse fato da construção de gênero se relacionar conjuntamente com outras esferas é conceituado por Crenshaw como “interseccionalidade” (Crenshaw, 2002).

Diante das plurais masculinidades, temos aquelas que são denominadas hegemônicas ou dominadoras, estabelecendo, para tanto, conforme lhes forem convenientes, relações de subordinação ou de alianças. É possível afirmar que há um modelo de masculinidade para cada modelo de estrutura de gênero existente (Connell, 2003). Afinal, as

10 Trata-se do processo da atribuição de um corpo a um gênero específico dentro da dicotomia binária, verbete comumente atrelado ao pensamento de Judith Butler e suas teses sobre performatividade de Gênero.

Relações estruturadas entre masculinidades existem em todos os contextos locais; no entanto, a motivação em direção a uma versão hegemônica específica varia de acordo com o contexto local e tais versões locais de masculinidade inevitavelmente diferem entre si. A noção de Demetriou de pragmatismo dialético captura a influência recíproca das masculinidades umas sobre as outras; padrões de masculinidade hegemônica podem mudar ao incorporarem elementos de outras masculinidades (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 264 e 265).

A hegemonia masculina é a expressão do gênero masculino que tem como objetivo a perpetuação do patriarcado e subordinação das demais expressões de gênero (Connell e Messerschmidt, 2013). Como fenômeno social, não fica satisfeita apenas por existir, pois requer o domínio ou aniquilação das demais expressões masculinas, para triunfar como modelo a ser seguido. Nesse sentido:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245).

Para a hegemonia temos sua contraparte, a subordinação. Exemplo claro disso no campo das masculinidades é a imposição da heterossexualidade para suprimir as expressões homoafetivas na sociedade. A subordinação é calcada dentro de práticas políticas e estruturais, que marginalizam, por exemplo, a vivência dos homossexuais, atuando em diversos espaços, ora mais simbólica e invisível, cerceando espaço na política, no mercado de trabalho, ora mais aparente e evidente, aplicando *bullying* e violência. Vale lembrar que essa opressão costuma existir por vincular a homoafetividade masculina às figuras femininas (Connell, 2003).

Dentro do sistema de masculinidades hegemônicas e subordinadas em Connell (2003), ainda temos duas expressões que valem destacar: a) as cúmplices, que são aqueles homens que não conseguem reclamar para si a hegemonia, mas tiram vantagem da sua existência; e b) as masculinidades marginalizadas, que figuram nas combinações dos fatores de raça e classe.

O reconhecimento de que existe uma pluralidade significativa de masculinidades cria-nos um cenário animador. A conscientização de que poucos homens estão de fato na posição hegemônica podem contribuir para o aumento do número de adeptos deste modelo. Tudo se baseando no fato de que justamente as masculinidades podem vir a se canibalizar na disputa deste poder.

É possível sonhar, então, com uma nova masculinidade, que não seja nociva, mas benéfica. Esse é, na verdade, um ponto diferencial na teoria de Connell. Denunciar a opressão protagonizada pelos homens já foi feito desde a origem dos feminismos. No entanto, uma proposta interessante de mudança com o engajamento dos homens consta de sua teoria. Nas palavras de Connell e Messerschmidt:

[...] as masculinidades hegemônicas passaram a existir em circunstâncias específicas e eram abertas à mudança histórica. Mais precisamente, poderia existir uma luta por hegemonia e formas anteriores de masculinidades poderiam ser substituídas por novas. Esse foi um elemento de otimismo numa teoria de outra forma bastante sombria. Talvez fosse possível que uma maneira de ser homem mais humana, menos opressiva, pudesse se tornar hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero (Connell; Messerschmidt, 2013 p. 245).

Vale ressaltar que o cunho da teoria não é apenas o reconhecimento dos pontos em que o patriarcado é prejudicial aos homens. Isto é rechaçado. Trata-se da conscientização para a construção de um novo padrão hegemônico de masculinidade, que busque as fontes feministas, que colabore com o movimento, recebendo os bônus destas conquistas, mas arcando também com os ônus.

Ainda assim, certos homens buscam se apropriar do estudo das masculinidades, visando apenas os benefícios que elas poderiam trazer para si, sem ter real intenção de reforma. Se for lançado um olhar superficial sobre essa conduta, podemos equivocadamente pensar que esta crítica ao patriarcado, feita por esse modelo de homem, é aliada aos feminismos. Entretanto este tipo de expressão masculina, na verdade em nada busca um progresso ou um avanço feminista, mas na realidade intenta encontrar um posicionamento favorável dentro do sistema de expressão. Neste sentido, afirma Connell:

As vantagens econômicas, sugerem que a maioria dos homens só está interessada de maneira limitada na reforma. (...) Para o feminismo, a libertação dos homens tem sido frequentemente vista como uma forma pela qual os homens extraem os benefícios do feminismo sem renunciar os seus privilégios básicos; em outras palavras, que se trata da modernização do patriarcado e não de um ataque a ele (Connell, 2002, p. 68 e 69).

Apesar dessa ressalva, o movimento feminista, em geral, observa de forma positiva o progresso alcançado pelos homens quando realizado de forma honesta e bem-intencionada. Reconhecer essas figuras, porém, leva-nos a um ponto interessante: a masculinidade muda conforme o local geográfico, social e histórico. E esse processo possui um cunho político e se relaciona diretamente com as estruturas de poder (Connell, 2003).

4. A VONTADE COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE ÀS MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS

Não é de hoje que indivíduos de diversos grupos inseridos nas variadas expressões de gênero femininas, masculinas e não-binárias já têm consciência da necessidade da abolição da masculinidade hegemônica e da sociedade patriarcal. Como, então, transformar esse potencial revolucionário em algo tangível? Para Gramsci, analisando situações análogas, esse papel era do príncipe moderno.

Na concepção de Gramsci (1989), o príncipe moderno não seria um ente, mas um coletivo, o “partido político”. Seria esse organismo coletivo, dotado de capacidade para realizar uma reforma intelectual e moral, com caráter propagandista e organizado. Nas palavras dele:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (Gramsci, 1989, p. 6)

Outrora, para Gramsci era o partido político. Hoje, para nós não se faz aqui uma proposta direta de criação de um partido feminista, embora a ideia não seja inútil ou ruim. Mas, surge a necessidade de unidade de sujeitos na luta contra o inimigo comum. Assim, ao invés de pulverizar os interesses e os movimentos em defesa da causa LGBT e da causa feminista, por exemplo, é preciso atentar, em verdade, para o patriarcado, fator gerador de opressão desses dois grupos, que ora se interseccionam.

Entendendo que o partido político, ou a organização coletiva que aqui se propõe como seu equivalente, é a ferramenta capaz de conseguir coadunar a vontade dispersa de um povo em prol de uma revolução, vincula-se a necessidade de sua existência a uma condição de preexistência de uma vontade coletiva dispersa, surgindo então o questionamento, de como preparar o terreno para sua germinação.

Quando falamos em masculinidades hegemônicas, estamos a nos referir a relações de força. Uma sociedade é mais ou menos patriarcal, na medida em que a masculinidade hegemônica consegue exercer mais ou menos poder sobre as demais expressões de gênero. Mas, como se dá essa dominação de um grupo sobre os demais? Gramsci explica:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários que visa a ‘liquidar’ ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás,

deve mesmo ser dirigente, já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e, mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (Gramsci, 2007, p. 2010- 2011 apud Silva).

No entanto, não podemos sonhar com uma dissolução de uma sociedade patriarcal, sem imaginar a construção das bases materiais de uma outra, que virá a suplantá-la. Faz-se imperioso fomentar as novas relações que virão a ocupar esse espaço. Nesse sentido, Gramsci aponta dois princípios:

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (Gramsci, p. 45, 1989).

Portanto, a fim de romper com o patriarcado, faz-se necessário um estado de vigilância constante. Não se pode ceder espaço político, nem permitir retrocesso de direitos, e simultaneamente, avançar nesses campos dentro do possível. Para tanto, a organização deve ser mantida constantemente, para que quando houver crise desse poder, a ação seja efetiva e o foco nas debilidades da hegemonia seja assertivo. Pode parecer algo óbvio e evidente, no entanto é um dispêndio mais árduo que parece. Assim, no que tange às relações de força, temos:

Mas a observação mais importante a ser feita a propósito de qualquer análise concreta das relações de força, é esta: tais análises não se encerram em si mesmas (a menos que não se escreva um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas indicam quais são os pontos débeis de resistência onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será melhor compreendida pelas multidões, etc. O elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e antecipadamente predisposta, que se pode fazer avançar quando se manifestar uma situação favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e esteja carregada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em cuidar sistemática e pacientemente da formação, do desenvolvimento, da unidade compacta e consciente de si mesma, desta força (Gramsci, p. 54, 1989).

Compreendendo essa urgente necessidade de organização, para aproveitamento eficaz da energia transformadora em potencial, deparamo-nos com a figura do intelectual orgânico. Gramsci percebeu a figura de intelectuais orgânicos na burguesia, em que, no contexto da Itália fascista, destacavam-se Gentile, Croce e o próprio Mussolini. E para combater essa ideologia, fazia-se

necessária a figura de intelectuais orgânicos do proletariado (Martins, 2011). Aqui, anotamos a necessidade da presença de intelectuais orgânicos com viés antipatriarcal. Nas palavras de Martins (2011), esse “novo” intelectual se define nesse sentido:

Diferentemente dos intelectuais orgânicos à burguesia, os intelectuais orgânicos ao proletariado deveriam organizar as classes subalternas para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas ético politicamente, o que exigiria a construção de um novo bloco histórico, orientado pelos interesses e pelas necessidades das classes dominadas e dirigidas, que na Itália se encontravam divididas econômica e ideologicamente entre Norte e Sul, um problema amplamente debatido por Gramsci (Martins, 2011, p. 139).

Para isso, a educação tem um papel relevante, por se revelar num instrumento fundamental de luta em busca da libertação face ao patriarcado, haja visto que as classes dominantes educam as classes oprimidas para permanecerem na sua condição subalterna. Como bem explica Martins (2011), a responsabilidade dos intelectuais orgânicos se dá da seguinte forma:

Então, a responsabilidade dos intelectuais orgânicos às classes subalternas é objetiva e subjetiva: dedicar-se à construção de um tipo de formação social igualitária sob o ponto de vista das condições econômicas, sociais, políticas e culturais, porque o que caracteriza tal realidade é a liberdade, a autocriação humana, e não a dominação e a direção de um grupo social sobre os demais, que resultou historicamente na exploração econômica e na alienação social de indivíduos, grupos e classes sociais (Martins, 2011, p. 143).

Far-se-ia necessário, como demonstrado, um constante trabalho de conscientização, educação, para se aproveitar os momentos de crise da hegemonia, e instaurar sua derrocada através da disseminação de uma nova visão de mundo. Fala-se, portanto, de uma educação política em convergência ao pensamento Freireano (2001), no sentido de que o educador, ao buscar o progresso, está intrinsecamente ligado à mobilização e organização:

Significa incentivar a mobilização e a organização não apenas de sua própria categoria, mas dos trabalhadores em geral como condição fundamental da luta democrática com vistas à transformação necessária e urgente da sociedade brasileira (Freire, 2001, p. 50)

Sobre a necessidade de reforma das masculinidades passar por uma mudança da visão de mundo, aponta Connell:

Uma nova política do gênero para os homens significa novos estilos de pensamento, incluindo uma disposição a não ter certezas e uma abertura para novas experiências e novas formas de efetivá-la. No dia

em que fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí saberemos que estamos realmente chegando a algum lugar (Connell, 1995, p. 205).

Essas não são as primeiras (nem serão as últimas) linhas que tentaram traçar um diálogo entre as ideias de Gramsci e as teorias críticas do feminismo. É bem verdade que a ideia de se apossar criticamente do pensamento de Paulo Freire para dialogar com os debates de gênero já foi amplamente proposta. Bell Hooks, por exemplo, falou sobre a influência e sua crítica à obra freireana (Hooks, 2013). A autora, referência do feminismo negro, endossa a tese da adoção da ideia de educação como ato político de Freire no estabelecimento de uma pedagogia feminista, e do potencial libertador e subversivo que ela possui:

Ao contrário das pensadoras feministas que fazem uma separação nítida entre o trabalho da pedagogia feminista e a obra e o pensamento de Paulo Freire, para mim essas duas experiências convergem. Profundamente comprometida com a pedagogia feminista, peguei fios das obras de Paulo e teci-os naquela versão de pedagogia feminista que acredito estar incorporada no meu trabalho de escritora e professora. Quero afirmar mais uma vez que foi a interseção do pensamento de Paulo com a pedagogia vivida dos muitos professores negros da minha meninice (mulheres em sua maioria) — que se viam cumprindo a missão libertadora de nos educar de maneira a nos preparar para resistir eficazmente ao racismo e à supremacia branca — que teve profundo impacto sobre o meu pensamento a respeito da arte e da prática de ensinar. Essas negras não defendiam abertamente o feminismo (se é que conheciam a palavra), mas o próprio fato de insistirem na excelência acadêmica e no pensamento crítico e aberto para as negras jovens era uma prática antissexista (Hooks, 2013, p. 74)

Gramsci falava de uma crise da elite dominante, mas o que significa isso no âmbito do patriarcado? Podemos estabelecer um paralelo direito com as crises das masculinidades, ou a crise do macho:

As transformações da condição masculina, marcadas pelas conquistas dos sujeitos anteriormente oprimidos, e que neutralizaram o estigma da força física e do lugar de poder do homem, provocaram o que tem sido nomeado de crise da masculinidade ou “crise do macho”. Esse novo acontecimento tem sido registrado não apenas nas pesquisas acadêmicas sobre as relações de gênero, mas também nos vários discursos do cotidiano, como em reportagens de jornais e revistas (Pires, 2009, p.2).

Tal hipótese está de acordo com a descrição de Gramsci para duas situações possíveis para ocorrências da crise, em especial a segunda: o fracasso em grande empreendimento político imposto à força às grandes massas, ou porque as

massas deixaram seu estado de inércia e passaram aparecer de forma mais atuante, realizando suas reivindicações para preparar sua revolução (Gramsci, 1989, p. 55) No contexto brasileiro, ganha destaque a segunda hipótese em vista ao avanço da conquista de direitos sexuais ocorridos nos últimos anos, seja na esfera legislativa ou judiciária.

No entanto, a própria ideia de Connell vai contra uma crise da masculinidade, tendo em vista que não há dentro do entendimento da autora uma masculinidade hegemônica específica:

Para se compreender a política da masculinidade, dois aspectos dessa historicidade são cruciais. O primeiro é o fato da luta por hegemonia. Grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade. A posição dominante na ordem do gênero propicia vantagens materiais bem como vantagens psicológicas e isso faz com que ela tenda a ser contestada. As condições sob as quais a hegemonia pode ser sustentada estão constantemente mudando. Como consequência, um dado padrão de masculinidade hegemônica está sujeito ou a ser contestado ou a ser transformado ao longo do tempo (Connell, 1995, 191-192).

Entretanto, tal fato nos revela que ao contrário. Esse profundo caldeirão de mudanças, disputas, reajustes, demonstra que o poder hegemônico masculino está cada vez mais tensionado e forçado a se adequar, crescentemente em mais espaços, para manutenção de seu *status quo*. Não há, portanto, uma crise da masculinidade, pois assim como as masculinidades hegemônicas são plurais para cada contexto, surgem para algumas suas próprias “crises”.

Se é desesperador pensar que não é apenas uma única batalha necessária para se derrubar a masculinidade hegemônica, germina a esperança em perceber que a cada crise é uma nova oportunidade de implantar novos perfis de masculinidades que sejam harmoniosos com as demais expressões de gênero.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das estratégias práticas estabelecidas na obra de Gramsci para viabilizar a queda do poder hegemônico burguês, destaca-se a necessidade de se fomentar a vontade coletiva como potencial energético revolucionário. Nesse caso, o príncipe, enquanto partido político, ficaria responsável por direcionar e canalizar essa vontade dispersa em prol da queda da burguesia.

Para isso, no entanto, faz-se necessário que se estabeleça uma nova visão de mundo através de uma reforma intelectual e moral. Assim sendo, o papel do intelectual orgânico, como aquele indivíduo com penetração na classe oprimida, é fundamental para a educação política do rincão subalternizado, de maneira a emancipá-lo.

A essa altura, fica demonstrado o potencial de diálogo entre as categorias de Gramsci e as de Connell. Tal qual pensa o primeiro em relação à quebra da hegemonia burguesa sobre a classe proletária, para Connell somente com essas bases materiais estabelecidas, através da organização, mobilização e educação, é que podemos sonhar com a reforma das masculinidades hegemônicas para um padrão que conviva em harmonia com as demais expressões de gênero.

Paratanto, é imperioso que se aproveite os espaços deixados pelas constantes disputas entre as masculinidades hegemônicas (ou as crises das masculinidades) para que se insira a “nova masculinidade”, com um viés emancipatório e libertador, construído pela ótica da crítica feminista ao comportamento patriarcal.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M.; RIAL, C. **Uma trajetória pessoal e acadêmica**: entrevista com Raewyn Connell. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 211–231, abr. 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Tradução: Sérgio Millet.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. Distrito Federal: Universidade Nacional Autónoma de México, 2003. Tradução em Espanhol de: Irene Ma. Artigas.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 08 out. 2023.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015. Tradução de: Marília Moschovich.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 131-148, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072011000300010>.

PIRES, Vera Lúcia. A Crise do Macho: reflexos da relação de gênero. In: Anais 17ª COLE. Campinas: 17 COLE, p. 1-11, 2009. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem16/COLE_1832.pdf. Acesso em: 12 out. 2023

SILVA, Deise Rosalio. Hegemonia e Educação: Teoria Para a Mudança Política . **I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas Em Antonio Gramsci**, UFC - Faculdade de Educação, 23 nov. 2016 2526-6950. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/HEGEMONIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-TEORIA-E-PR%C3%81TICA-PARA-MUDAN%C3%87A-POLITICA.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

VIGOYA, Mara Viveiros. As Cores da Masculinidade: experiências interseccionais e práticas do poder na nossa américa. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. Tradução de: Allyson de Andrade Perez.



RELATO HISTÓRICO DO TRABALHADOR NORDESTINO NO SÉCULO XX: análise da letra da canção Cidadão do compositor Lúcio Barbosa

[Artigo]

Bruno Emanuel
dos Santos Rosa

Sobre o autor:

Bruno Emanuel dos Santos Rosa é graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

RELATO HISTÓRICO DO TRABALHADOR NORDESTINO NO SÉCULO XX: análise da letra da canção Cidadão do compositor Lúcio Barbosa

HISTORICAL REPORT OF THE NORTHEAST WORKER IN THE 20TH CENTURY: analysis of the lyrics of the song Cidadão by composer Lucio Barbosa

Bruno Emanuel dos Santos Rosa

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a letra da canção Cidadão, escrita por Lúcio Barbosa na década de 1970, com o intuito de fazer uma relação entre a história do trabalhador, a migração do Nordeste para o Sudeste do país e os preconceitos que estavam submetidos. Também será abordado nesse artigo das transformações ocorridas no país com o projeto de industrialização iniciado por Getúlio Vargas na década de 1930 e ampliado com Juscelino Kubitschek, que acentuou a migração nordestina para a região Sudeste do país, além dos impactos nas esferas sociais desse fenômeno. A interdisciplinaridade também é uma proposta desse artigo, utilizando saberes de outras áreas das ciências humanas como geografia e psiquiatria. Por fim, será realizado a análise da letra da música, buscando inferir dela a realidade dos trabalhadores, em especial os vindos da região Nordeste. Nesse artigo não será analisada questões ligadas à musicalidade como a harmonia e o arranjo.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Trabalhador; Nordeste; Cidadão.

ABSTRACT

This work aims to study the lyrics of the song Cidadão, written by Lucio Barbosa in the 1970s, with the aim of making a relationship between the history of the worker, the migration from the Northeast to the Southeast of the country and the prejudices they were subjected to. This article will also cover the transformations that occurred in the country with the industrialization project initiated by Getúlio Vargas in the 1930s and expanded with Juscelino Kubitschek, who accentuated migration from the Northeast to the Southeast region of the country, in addition to the impacts on the social spheres of this phenomenon. Interdisciplinarity is also a proposal of this article, using knowledge from other areas of human sciences such as geography and psychiatry. Finally, the lyrics of the song will be analyzed, seeking to infer from them the reality of the workers, especially those from the Northeast region. In this article, issues related to musicality such as harmony and arrangement will not be analyzed.

Key-words: Interdisciplinarity; Worker; North-East; Citizen.

DATA DE SUBMISSÃO: 11/11/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 27/12/2023

1. Introdução

Durante o século XX, o Brasil viveu uma forte onda de industrialização iniciada pelo presidente Getúlio Vargas e impulsionada por Juscelino Kubitschek, contudo esse foi um processo concentrado na região Sudeste do país, em especial no eixo Rio-São Paulo, o que provocou uma grande migração principalmente das populações nordestinas em busca de melhores condições de vida. Levando em consideração que a perquirição da migração é geralmente cercada por diversos estereótipos negativos, no Brasil não foi diferente, assim tal questão majoritariamente envolve bastante preconceito e marginalização.

A industrialização trouxe consigo a ideia de modernidade, uma vez que, no início do século XX o Brasil ainda era uma economia ruralizada, que divergia do padrão seguido pelas grandes potências econômicas. Como esse processo ficou concentrado em uma região do país, a ideia de atraso tomou conta do imaginário da população do Sudeste, principalmente com relação à população nordestina, que até os tempos atuais, é comumente associado à terra seca, gado morto e pessoas pobres.

Observando toda essa problemática social, Lúcio Barbosa descreve na letra da canção Cidadão o trabalho duro ao qual o operário está submetido, aos desafios de viver numa região diferente da sua e o preconceito que sofre por ser nordestino, será analisado os relatos escritos na música, aliado a isso também será examinado a letra da canção como uma fonte histórica que oportuniza o entendimento da realidade de parte da população.

2. Desenvolvimento

2.1 O Artista e a canção

Primeiramente se faz necessário apresentar o compositor e sua trajetória no mercado fonográfico. Lúcio Barbosa é natural da cidade Senhor do Bonfim no estado da Bahia, nasceu em 1948 e faleceu em 2022 aos 74 anos, é identificado no meio artístico como poeta e compositor, escreveu muitas letras musicais, porém o grande destaque é a música Cidadão, composta nos anos 1970. Apesar de ter sido gravada e regravaada por muitos artistas, a música ficou imortalizada na voz do cantor Zé Ramalho, no álbum Frevoador, lançado em 1992 pela gravadora Columbia/Sony Music; devido ao grande número de gravações dessa letra, questões ligadas à musicalidade não entrará nesse artigo, uma vez que vários artistas musicaram de formas diferentes essa letra tornando um trabalho custoso de produzir.

2.2 Debate Metodológico

Antes de começar a análise do objeto de estudo, é necessário que alguns conceitos sejam esclarecidos, conceitos esses que pertencem ao campo da história como de outras áreas das ciências humanas, assim sendo, essenciais para o entendimento da análise. O primeiro aspecto a ser tratado nesse trabalho é a discursão do que é uma fonte para a história, a historiografia deu várias definições para isso, um exemplo é a visão positivista, ela defendia que as fontes estudadas pelos historiadores era apenas os documentos oficiais produzidos pelos governos que buscam retratar a história de um herói, ou algum evento importante para uma nação.

Porém a ideia de fonte que será utilizada para embasar este trabalho, é a produzida pela revista *Annales d'histoire économique et sociale*, também conhecida como escola dos Annales, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, eles pensavam a história não como o registro do passado, mas que os questionamentos do presente que mobilizam a ciência histórica, isso posto, permitiu que a história estudasse não só a política, mas também a sociedade e a economia. Consequentemente, a fonte histórica agora pode ser um documento governamental, mas também, registros financeiros, diários, jornais, cardápios, a oralidade, e, no caso desse artigo, a letra de uma música.

Contestando as posturas científicas que acusavam a historiografia de total subjetivismo, Febvre e Bloch defendiam o caráter particular das Ciências Humanas, que não podiam ser regidas por leis. Reconheciam também a necessidade de uma estreita colaboração entre as disciplinas sociais e divulgavam trabalhos recentes de autores de outras áreas. (Janotti, 2008, p.12)

A letra de uma música se transforma em fonte histórica a partir do momento que o artista Lucio Barbosa, através da liberdade criativa inerente a qualquer tipo de arte, expressa a vida de um migrante em busca de uma vida melhor, muitos trabalhos historiográficos também se utilizam desse tipo de fonte. Uma das propostas para esse trabalho é trabalhar com o conceito de interdisciplinaridade, ou seja, a junção de saberes de diferentes campos do conhecimento.

Essa interdisciplinaridade pode ser entendida através do conceito exposto pela historiadora Aline Silveira, 2016 como *spatial turn* (virada espacial) no qual a história pode se beneficiar da interdisciplinaridade com outras disciplinas como geografia, filosofia e sociologia.

A *spatial turn* surge da percepção de que as mudanças sociais não podem ser explicadas satisfatoriamente sem uma reconceitualização das categorias relativas ao espaço. Nas ciências humanas, o espaço não deve

ser visto como um 'contêiner' ou uma realidade apriorística da natureza, mas necessita ser pensado e investigado como condição e resultado de processos sociais. (Silveira. 2016. pg.46)

Saindo do campo historiográfico, será definido migração como: o ato do ser humano de sair do seu local de origem, para se estabelecer em outro que pode ou não ser de forma definitiva, mas para Eduardo Junior, Priscilla Gallo 2010 só essa definição não é suficiente para entender a migração, é necessário estudar os fatores sociais, ambientais e espaciais que levam o indivíduo ou um grupo a migrarem.

Que é ser migrante? Esta pergunta expressa a preocupação em pensar o fenômeno migração na forma como este é vivido. Em termos fenomenológicos, a atenção recai sobre a forma como o fenômeno aparece na experiência. Essa pergunta expressa também uma preocupação ontológica original: o migrante é um ser deslocado, movido de seu lugar primevo. E é neste deslocamento que procuramos o significado do que é esta condição. (Junior, Gallo. 2010. p. 01)

Esse migrante sai de sua terra natal muitas vezes fugindo de conflitos armados, desastres ambientais como terremotos, tsunamis e furacões, outro fator é uma economia falida e a falta de oportunidade de conseguir empregos que viabilize sua vida. Por isso muitas vezes o migrante não sai do seu lugar de origem por opção, Oliveira e Jannuzzi (2005) nos mostra duas abordagens para explicar esse fenômeno, a neoclássico no qual o indivíduo migra levando em conta um cálculo racional econômico para a escolha do destino, a histórico-estruturalista onde os fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país, independente da vertente adotada é visível que boa parte das migrações tem como base a questão econômica, o retorno também é possível e ele ocorre em dois passos:

A primeira, denominada de retorno de única etapa refere-se à pessoa que, retornada à unidade federativa – UF de naturalidade, possui igual tempo de residência no município de enumeração, podendo ser enumerada no município que nasceu ou não. O retorno com mais de uma etapa, por sua vez, é realizado pela pessoa que, após ter retornado à UF de naturalidade, efetua etapas migratórias dentro do estado, antes de, finalmente, ser enumerado no município de nascimento ou outro qualquer. (Oliveira, Jannuzzi. 2005. p. 141)

A migração estudada, nesse artigo, é a ocorrida pelo processo de industrialização do Brasil no século XX. É comum dar o crédito a isso ao presidente Getúlio Vargas quando assume por meio de golpe a presidência em 1930, porém, o que Vargas vai fazer de fato é criar uma política que priorize a industrialização, visto que, já haviam indústrias no país antes dele chegar no poder, o primeiro a pensar a industrialização nacional é Irineu Evangelista de Sousa, também

conhecido como Barão de Mauá, que tentou industrializar o país ainda no período imperial. A industrialização é o processo econômico/social no qual a produção industrial passa a ser a principal forma de aquisição de riqueza e produção de bens de consumo, em sobreposição à economia rural, escreve Junior (2013).

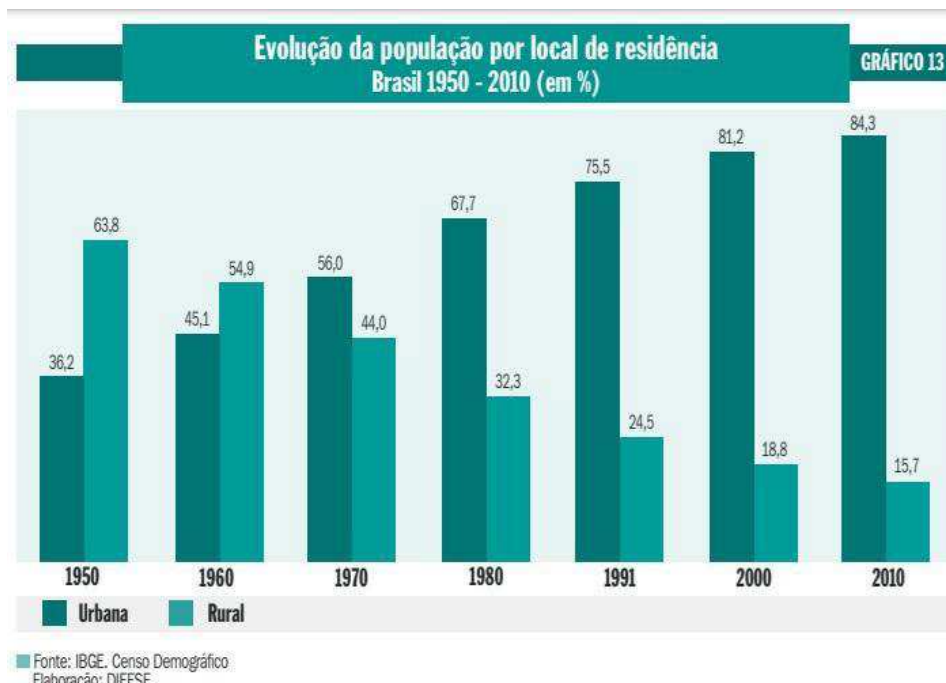
Eleito em 1955 Juscelino Kubitschek irá implantar no país o famoso plano de metas com o *slogan* de crescer cinquenta anos em cinco, nesse ponto, surgem grandes investimentos em construções de fábricas e obras que provocam grandes fluxos migratórios, um exemplo disso são os candangos, de maioria nordestina, que se deslocou para o Centro-Oeste com o objetivo de construir a nova capital, como os que se deslocaram para Sudeste em busca de empregos nas fábricas multinacionais de bens duráveis como automóveis. Juscelino e Vargas tinham visões opostas com relação ao progresso, Getúlio defendia a ideia de desenvolvimento com o aporte do capital interno, aliado à forte presença do Estado, nisso ele cria diversas empresas estatais como a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), enquanto Kubitschek abriu o país para o capital externo, adotando uma visão liberal da economia.

Haverá então um estilo de vida que prioriza o ser humano em locais urbanos em detrimento da vida no campo, que tirava a sua riqueza da agricultura, pecuária e extrativismo, todavia, um dos problemas dessa industrialização foi a sua concentração na região Sudeste do Brasil, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, isso mobilizou a migração de uma grande quantidade de trabalhadores, principalmente do Nordeste, que fugiam principalmente do esquecimento da região, que gerava problemas com a seca, o difícil acesso ao estudo, à qualificação e do trabalho em propriedades de latifundiários conhecidos como coronéis.

A urbanização faz com que as cidades passem a ser o principal local de vida do ser humano, uma vez que, até o *boom* da industrialização, as sociedades eram majoritariamente rurais, e cada vez mais foram migrando para a zona urbana, no Brasil essa inversão ocorre na década de 1970 como mostrado no gráfico abaixo, o passar das décadas só acentuou essa diferença, esse fenômeno ocorre pela elevada concentração de terras na posse de poucos, aliado à maior mecanização do trabalho rural, o que obriga à muitos a buscarem sustento nas zonas urbanas.

Com o grande número de pessoas chegando, as cidades não se planejaram para acomodá-las, fazendo com que fossem se ocupando os mais variados tipos de terrenos, muitos deles inadequados para a construção de moradias como as várzeas e os morros, agravando problemas urbanos muito comuns atualmente como dificuldade de mobilidade urbana, alagamento ou derrubada de casas, poluições de formas diversas, várias expressões de violência, entre outros.

Imagem 01: Evolução da população por local de residência Brasil 1950-2010. Fonte IBGE



Esse modelo de urbanização favorecerá o surgimento da exclusão social e do preconceito contra pessoas com cultura, fala, vestimenta, costumes e outros aspectos diferentes. Pesquisando o sentido etimológico de preconceito, pode ser definido como: juízo de valor preconcebido sobre algo ou sobre alguém que se pauta em uma opinião construída sem fundamento, conhecimento nem reflexão; prejulgamento Ribeiro (2021), mas para o psicanalista Mezan apud Silva ao lidarmos com outros seres humanos o preconceito pode ser definido como:

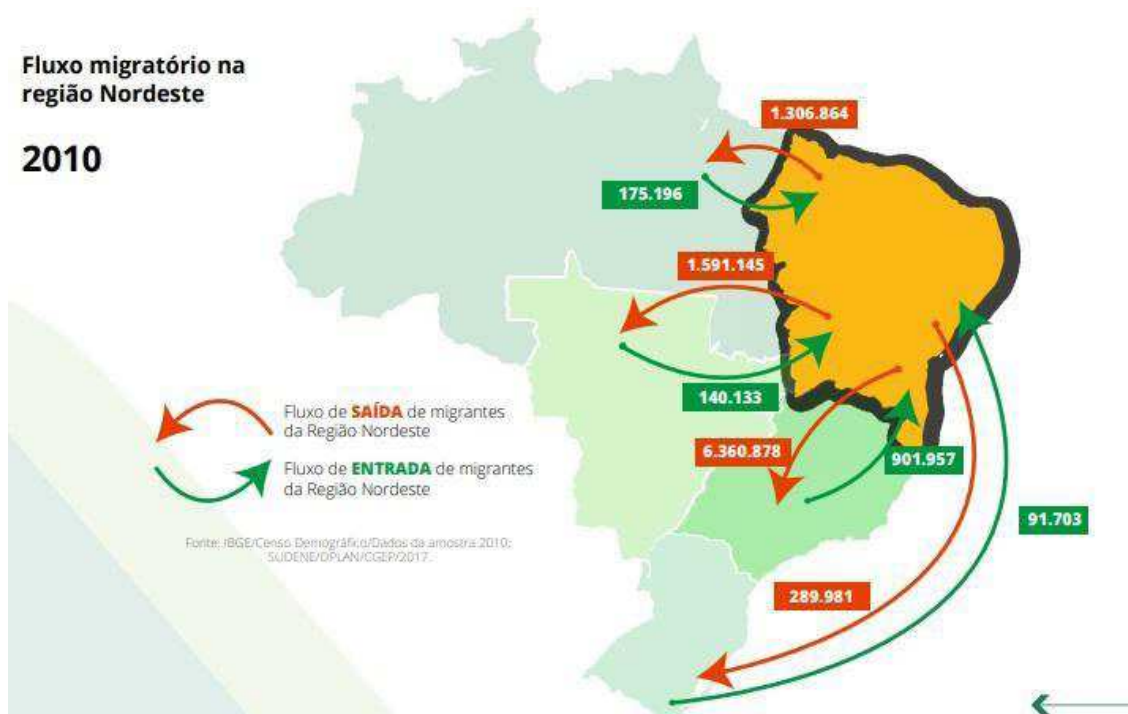
O conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e, portanto, adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem” (MEZAN apud SILVA, 2003, p.02)

No caso o preconceito contra a população nordestina está calçado na ideia de atraso social, baixa intelectualidade, alta inclinação à criminalidade, fanatismo religioso entre outros. Porém esse preconceito esconde o esquecimento e a exclusão social dessas pessoas de acesso à educação, moradia e renda.

A letra da canção Cidadão é a expressão de um artista, na qual pode-se inferir os conceitos discutidos acima, ele buscou retratar a realidade que possa ter vivido, ou da observação do cotidiano de uma grande cidade, as transformações sociais e urbanas, como também tenta ser um relato de um trabalhador, que está vivendo todo esse processo e não consegue entender as várias camadas de complexidade desse momento da história do Brasil.

Apesar de ser escrita nos anos 1970, a migração Nordeste-Sudeste ainda é alta no país, como mostra o gráfico abaixo, o número de pessoas que saíram do Nordeste segundo o Censo demográfico de 2010. Nesse interim pode-se afirmar que as coisas não mudaram e que a região Sudeste ainda tem o poder de atração aos moradores da região Nordeste, que apesar dos movimentos nas ruas, redes sociais e meios de comunicação de massa, para fazer a sociedade refletir sobre a questão do preconceito, ainda são registrados casos de discriminação contra o migrante. Com a apresentação dos conceitos que embasam esse trabalho, será feito uma análise da letra da canção.

Imagem 02: Fluxo migratório da região Nordeste 2010. Fonte: IBGE



3. Análise da letra Cidadão

A letra da música foi produzida de forma narrativa onde o eu lírico (o trabalhador) conta para uma segunda pessoa os locais onde trabalhou e as dificuldades que passou até serem concluídas as obras. Assim, fica nítido para o ouvinte que ele trabalhava na construção civil, num cargo que não exige estudo, mas muito trabalho braçal. É importante destacar que o setor da construção civil foi um dos que mais empregou migrantes nordestinos no século XX, devido às demandas da urbanização, no caso da música o eu lírico conta ter participado da construção de três edificações, um edifício, uma escola e uma igreja.

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição

Era quatro condução
 Duas pra ir, duas pra voltar
 Hoje depois dele pronto
 Olho pra cima e fico tonto
 Mas me vem um cidadão
 E me diz, desconfiado
 Tu 'tá aí admirado
 Ou 'tá querendo roubar?
 Meu domingo 'tá perdido
 Vou pra casa entristecido
 Dá vontade de beber
 E pra aumentar o meu tédio
 Eu nem posso olhar pro prédio
 Que eu ajudei a fazer.
 (BARBOSA, 1978)

Nessa primeira parte da música observa-se que o eu lírico descreve o edifício que ajudou a construir, deve-se observar também os problemas de urbanização, onde ele descreve *“foi um tempo de aflição, eram quatro conduções duas para ir, duas para voltar”*, nesse trecho percebe-se o problema da mobilidade urbana, onde as populações mais carentes vivem afastadas dos centros urbanos ou dos seus locais de trabalho, conseqüentemente encarando uma maior dificuldade na locomoção entre a casa e o trabalho.

No segundo parágrafo nota-se que o protagonista começa descrevendo o fato de estar em frente ao prédio que ajudou a construir, e feliz com o fato de saber que fez parte daquela obra. Mas seu momento de reflexão é interrompido por um cidadão que o pergunta se ele está admirado ou querendo roubar. A pessoa que faz essa questão enxerga no personagem o preconceito que carrega sobre populações pobres e emigrantes, de que eles são criminosos em potencial. Nesse caso ele reproduz um preconceito de classe, que apesar de ser criado pelas classes dominantes também é reproduzido por quem não faz parte dela.

No terceiro parágrafo percebe-se a tristeza do narrador, que é compartilhada por boa parte da classe trabalhadora, onde seu esforço não é reconhecido restando-lhe assim a bebida como consolo, esse ato também pode descrever que o sujeito encontrou na bebida um meio de aliviar as dores e as dificuldades que enfrenta em seu dia a dia, situação comum no setor de trabalho da construção civil, segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA) (2022):

Sabe-se que as taxas de consumo excessivo de álcool podem ser mais altas em alguns setores, como os de construção civil e o de artes e entretenimento, e entre alguns segmentos específicos, como trabalhadores prestes a se aposentar e aqueles mais jovens. Algumas

peessoas também podem utilizar, de forma equivocada, o álcool como um recurso para lidar com o estresse no trabalho. Para contextualização, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que de 20% a 25% dos acidentes de trabalho no mundo envolvem pessoas sob efeitos de algum tipo de droga, e que entre 3% a 5% da população de trabalhadores apresenta dependência de álcool e 25% são usuários de risco. (CISA. 2022).

Tá vendo aquele colégio, moço?
 Eu também trabalhei lá
 Lá eu quase me arrebento
 Fiz a massa, pus cimento
 Ajudei a rebocar
 Minha filha inocente
 Vem pra mim toda contente
 Pai, vou me matricular
 Mas me diz um cidadão
 Criança de pé no chão
 Aqui não pode estudar
 Essa dor doeu mais forte
 Por que é que eu deixei o Norte?
 Eu me pus a me dizer
 Lá a seca castigava
 Mas o pouco que eu plantava
 Tinha direito a comer
 (BARBOSA, 1978)

Nessa segunda parte da música o protagonista descreve a escola que ajudou a construir, seguido do trabalho duro que foi participar da construção. No quinto parágrafo é notável que a filha do personagem pensa em colher os frutos que o pai plantou, imaginando que por ele ter ajudado na construção ela teria direito à matrícula.

O acesso ao estudo nesse caso serve como uma libertação e possibilidade de ter um futuro melhor que o do seu pai, uma vez que, no século XX o Brasil possuía uma grande parte de sua população analfabeta, principalmente a nordestina, o personagem fica triste por saber que apesar do seu trabalho duro sua filha não vai poder desfrutar. Nessa parte da canção o preconceito de classe é reproduzido, mais uma vez, por um cidadão, onde as vestimentas definem a classe social do indivíduo, infere-se também que a escola que ele ajudou a construir era particular destinada às classes mais abastadas da sociedade. O sexto parágrafo demonstra uma reflexão do protagonista, onde ele se questiona o que está fazendo naquele local, onde não é reconhecido e que apesar de ter uma vida difícil no seu local de origem podia colher todos os frutos do seu trabalho.

Nesse parágrafo o narrador se questiona o porquê deixou o seu Norte, esse Norte não se refere à região Norte do Brasil, mas que a palavra foi usada com o sentido de destino, como se ele fosse destinado a ser um trabalhador rural da região Nordeste e que em algum momento deixou isso para trás, e que essa mudança de vida não está trazendo tanto resultado, em comparação a vida que tinha antes de migrar. Outro ponto que reforça essa noção de norte como direcionamento de vida é quando o personagem descreve que *“Lá a seca castigava, mas o pouco que plantava, tinha direito a colher.”* O fenômeno climático da seca é característico do semiárido nordestino, não da zona Norte brasileira.

A linguística da palavra cidadão segundo Ribeiro (2021) tem como significado: indivíduo que, por ser membro de um Estado, tem seus direitos civis e políticos garantidos, tendo de respeitar os deveres que lhe são conferidos. Nesse caso a música usa a ideia de cidadão para ironizar o fato de a urbanização evoluir a população, porém ela ainda continua reproduzindo ideias consideradas atrasadas, repetindo preconceitos enraizados na sociedade, geralmente contra pobres e negros, nesse caso um emigrante, que muitas vezes tem seus direitos negados e sua imagem associada à criminalidade.

Tá vendo aquela igreja, moço?
Onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo
Enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também
Lá foi que valeu a pena
Tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar
Foi lá que Cristo me disse
Rapaz deixe de tolice
Não se deixe amedrontar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asa
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar
(BARBOSA, 1978)

Nessa terceira parte da canção o narrador começa mais uma vez descrevendo o trabalho duro que teve para construir a igreja, mas que diferente dos outros dois locais citados, a igreja sim valeu a pena, pois ele poderia disfrutar dos frutos do seu trabalho. Capta-se o papel da igreja como acolhedora de

todos os povos, vale lembrar que durante o século XX a população brasileira era predominante católica, isso é uma herança da colonização portuguesa. Também é notório o papel da devoção do povo com Deus que tinha fé que um dia ele vai livrar a população carente das mazelas que o capitalismo impõe.

No nono parágrafo o eu lírico conversa com a divindade que acredita, e que essa entidade assim como ele não era aceita em muito dos lares. Essa não aceitação da divindade é um reflexo do iluminismo do século XVIII, que tinha como fundamento o uso da razão para guiar o progresso da humanidade, esse movimento foi o responsável por tirar o poder de estado da Igreja Católica no Brasil isso só vai ocorrer após a independência em 1822 e a Constituição de 1891 que garantia um país laico, diferente do período imperial que o Estado possuía uma religião oficial. Nesse contexto Deus é deixado de *escanteio* assim como o protagonista da canção, que percebe na divindade um ser como ele, excluído e marginalizado.

Conclusão

A análise da canção cidadão possibilita entender os desafios enfrentados pela classe trabalhadora, o preconceito vivido pelas populações migrantes, a dificuldade de adaptação ao novo local e a não aceitação dos povos com o recebimento dessas pessoas, em geral, o problema é encarado com exclusão e preconceito. Na letra o *estranho* veio do próprio país, carregando consigo uma cultura e modo de viver diferentes do novo cenário que está inserido. Cabe aqui também discutir a questão dos imigrantes, que fogem dos seus países geralmente fugindo de guerras, desastres ambientais, economias falidas e outros motivos, esse sai, muitas vezes, por falta de opção, sendo uma vítima da exclusão e do preconceito.

Apesar de ser escrita nos anos 1970, essa canção propõe uma reflexão atual, tanto com relação ao preconceito como com relação ao trabalho, além disso, também está presente na canção a visão da sociedade da época, porém na ótica de um trabalhador, que descreve problemas estruturais históricos do Brasil, servindo como uma fonte de estudo histórico, onde é possível utilizar o passado como forma de entender as adversidades da cidade grande atualmente. Nesse caso específico o relato está sendo registrado por uma classe que quase sempre é deixada de lado na história, por isso, é muito forte os debates de história social, presentes nesse artigo, que tem como foco mostrar os fatos vistos pelos excluídos, qual a versão da história para essas pessoas.

Como proposto na introdução fica destacado que é possível utilizar os conhecimentos de outras áreas para se produzir um estudo elaborado, a união entre conceitos da história, geografia e psiquiatria, dando profundidade à letra da canção que é o relato do preconceito sofrido por esse migrante, infaustamente,

ainda apresenta na sociedade, com as denúncias recorrentes de preconceito e discriminação recorrentes nos veículos midiáticos, também é possível inferir os problemas urbanos decorrentes de uma industrialização acelerada e concentrada em duas cidades, o acesso à moradia, educação, renda e o transporte urbano eficiente, também é dado visibilidade ao problema trabalhista, das baixas remunerações e do não reconhecimento merecido aos que derramam sua força de trabalho nas mais diversas atividades remuneradas.

Referências

- BARBOSA, Lúcio. **Cidadão**. In Álbum Profeta Cidadão, faixa 07. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_kSQcex94AfjpUWOyLrDIpgcJSyRzwjquc . Acessado em: 06 Jan. 2024.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. 4ª edição. Brasília. 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioRural10-11.pdf>. Acessado em: 10 Nov. 2023
- Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. GASPARETO, Junior. **Industrialização**. In Info escola. 2013. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/industrializacao/>. Acessado em: 10 Nov. 2023
- JANOTTI, Maria; PINSKY, Carla (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- JUNIOR Eduardo, GALLO Priscila. **Ser migrante**: implicações territoriais e existenciais da migração. In Revista Brasileira de Estudos Populares, volume 27, número 02. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n2/10.pdf>. Acessado em: 10 Nov. 2023
- KLEBER Oliveira, JANNUZZI Paulo. **Motivos para migração no brasil e retorno ao nordeste**: padrões etários, por sexo origem/destinoorigem/destino. In Revista São Paulo em perspectiva. Volume 19 número 04. P. 134-143. São Paulo. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/7rJvCKTFRVMpTRvjLrKD36G/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 10 Nov. 2023.
- Observatório do Desenvolvimento do Nordeste. **Migração**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/boletim-sudene-migracao.pdf>. Acessado em: 10 Nov. 2023.
- RIBEIRO, Debora. **Dicionário Online de Português**. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidadao/>. Acessado em: 10 Nov. 2023.
- RIBEIRO, Debora. **Dicionário Online de Português**. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/preconceito/>. Acessado em: 10 Nov. 2023.
- SILVA, Armando. **Desenvolvimento industrial e geografia**. In Boletim Paulista

de Geografia, Número 49, Ano 1974 Disponível em: <http://geopo.fflch.usp.br/sites/geopo.fflch.usp.br/files/inline-files/Desenvolvimento%20industrial%20e%20geografia%20%28Coment%C3%A1rio%20sobre%20uma%20abordagem%20geogr%C3%A1fica%29.pdf>. Acessado em: 10 Nov. 2023

SILVA, Sergio. **Preconceito no Brasil Contemporâneo:** as pequenas diferenças na constituição das subjetividades. In Psicologia: Ciência e Profissão, volume 23, número 02. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n2/v23n2a02.pdf>. Acessado em: 10 Nov. 2023

SILVEIRA Aline. **Algumas experiências, perspectivas e desafios da Medievalística no Brasil frente às demandas atuais.** In Revista Brasileira de História, volume 36, número 72. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LdkmyrPVNBspz559rMBdDKw/?format=pdf>. Acessado em: 10 Nov. 2023.

Site Instituto Memória Musical Brasileira. Ano 2017. Disponível em: <https://immub.org/compositor/lucio-barbosa/>. Acessado em: 10 Nov. 2023.

Site: Centro de Informação Sobre Saúde e Álcool. **Como o uso nocivo de álcool piora sua relação com o trabalho. Ano 2022. Disponível em:** <https://cisa.org.br/sua-saude/informativos/artigo/item/358-como-o-uso-nocivo-de-alcool-piora-sua-relacao-com-o-trabalho> . Acessado em: 10 Nov. 2023.

Site: Dicionário Cravo Albin da música popular brasileira, Ano 2021. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/lucio-barbosa/>. Acessado em: 10 Nov. 2023.

Um conglomerado de gentes e a identidade cultural do Brasil

[Resenha]

Acsa Fernanda de
Oliveira Freitas

Sobre a autora:

Acsa Fernanda de Oliveira Freitas é graduanda em Letras Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Possui certificação no curso técnico Assistente Administrativo Industrial, possui certificação no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Instalador e Reparador de Redes de Computadores, possui certificação no curso de Formação Inicial e Continuada de Operador de Computador, atuou como avaliadora na Feira de Ciências Escolar de Projetos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (FECIRME) e foi co-orientadora do trabalho vencedor “Aprendendo com o Mar: um estudo sobre ondas abissais” na II Feira de Ciências do Semiárido Potiguar Kids. Participou como membro durante o período de coleta de dados no Grupo de Fonética e Fonologia (GPeff), e atualmente é membro do projeto de iniciação científica “Direito Penal e Tradução: a busca de equivalência entre binômios do inglês e do português em um estudo baseado em Linguística de Corpus”.

Um conglomerado de gentes e a identidade cultural do Brasil

Acса Fernanda de Oliveira Freitas

A obra literária “O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil” foi escrita pelo historiador, sociólogo e também antropólogo Darcy Ribeiro, sendo publicada em 1995 pela editora Companhia das Letras. No livro, o autor apresenta um estudo sobre o processo de gestão étnica, dando introdução aos núcleos originais que, multiplicados, vieram a formar o povo brasileiro, apresentando, assim, uma análise sobre as linhas de diversificação que evidenciam “os nossos modos originais de ser”, além sustentar e defender, substancialmente, uma crítica ao sistema institucional, caracterizado principalmente pela formação da propriedade fundiária e marcado pelo regime de trabalho escravista, em que o povo brasileiro desvelou-se tão constrangido e deformado. A princípio, o sumário da obra é dividido em cinco capítulos, que incluem: Novo Mundo - que se subdividem em “Matrizes étnicas”, “O enfrentamento dos mundos” e “O processo civilizatório” -, Geração Étnica - que se subdividem em “Criatório de gente”, “Moinhos do gastar gente” e “Bagos e ventres” -, Processo Sociocultural - que se subdividem em “A urbanização caótica”, “Classe, cor e preconceito”, “Assimilação ou segregação” e “Ordem versus progresso” -, Os Brasis na História - que se subdividem em “Brasil crioulo”, “Brasil Caboclo”, “Brasil Sertanejo”, “Brasil Caipira” e “Brasil Sulinas” -, e “O Destino Nacional” - que se subdividem em “As dores do parto” e “Confrontos”. Nesse sentido, faz-se importante evidenciar a formação étnica e cultural do povo brasileiro, que a início o País era indígena, mas que, com o decorrer do tempo, passou por processos de miscigenação e diversificação - assim, o Brasil hoje é crioulo, caboclo, sertanejo, caipira e sulino. Por outro lado, o brasileiro também foi um povo muito marcado pelo genocídio e pelo etnocídio, um ciclo de violência que gerou ainda mais violência por muito tempo, como RIBEIRO (1995, v. 2, p. 25) relata “É de assinalar que essa preocupação se assentava, primeiro, no medo da rebeldia dos escravos. Logo, é devido à coloração escura das camadas mais pobres que esse medo racial persiste, infelizmente, quando são os antagonismos sociais que ameaçam eclodir com violência assustadora.

Ou seja, Ribeiro retrata as problemáticas que foram íntimas ao processo de escravização, e, de antemão, é válido lembrar que o escravo não era visto como pessoa livre perante a sociedade da época, do contrário, o escravo negro era tratado como um objeto, prestador de serviços, sem liberdade de expressão,

DATA DE SUBMISSÃO: 29/10/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 17/12/2023

que não recebia salário pelo trabalho realizado nem tinha direitos. Dessa forma, quando os senhores de engenho usavam da violência física contra os negros - os indígenas e os africanos - desde para apanhar negros fugidos na mata até a utilização da força como meio de controle e disciplina em casos de rebeldia - quando um escravo se negava a fazer o serviço direito, não queria fazê-lo, ou então quando faltava com respeito para com seu senhor -, a sociedade, em geral, aceitava esse tipo de comportamento como forma de controle, era comportamento aceito pela moralidade da época.

Por isso, muitos conflitos aconteceram no Brasil, como foi o caso da luta dos Cabanos, a Guerra dos Palmares e a Guerra de Canudos. No primeiro confronto houveram muitas tensões inter-raciais - incluindo-se brancos *versus* caboclos -, foi uma disputa hegemônica, que ocorreu em Grão-Pará, um confronto pela liderança política no Período Regencial, no contexto em que Dom Pedro II ainda não havia atingido a maioria. Enquanto isso, a Guerra dos Palmares envolveu os quilombolas - que eram africanos fugidos da senzala do branco, que abrigavam-se nos Quilombos -, quando o quilombo foi atacado e dizimado por grupos de bandeirantes. Por fim, a Guerra de Canudos pode ser definida como classista, pois foi uma luta que envolveu os sertanejos e o governo português - Conselheiro combatia a desordem da fazenda, oprimindo aqueles que se negavam a trabalhar. Assim, a segregação racial entre os brancos e os negros era uma prática comum no começo, porém, com o passar do tempo, a miscigenação foi mudando esse cenário, e, então começaram a surgir os mestiços, ou mamelucos, que eram filhos de europeus com mulheres indígenas - infelizmente, muitas dessas relações foram fruto da violação sexual -, depois os caboclos, e assim por diante - garantindo um “conglomerado de gentes” no Brasil.

Seguindo o raciocínio, o contexto apresentado revela as discussões que são paralelas à construção da identidade do índio, que foram as primeiras pessoas a habitar o Brasil, antes mesmo da vinda dos colonizadores europeus. É importante destacar que os índios não eram todos iguais e nem viviam todos em um mesmo grupo, os índios dividiam-se em aldeias, e aos conjuntos de aldeias aceitou-se a similaridade com os termos tribo e etnia. Assim, o País era formado por diferentes tribos, e cada etnia possuía sua própria cultura, suas crenças e formas de organização próprias, diferentemente do que imaginavam os primeiros portugueses ao chegar no Brasil, como é possível observar nas cartas que Pero Vaz de Caminha enviou à Portugal.

De acordo com dados relativos disponibilizados pela Fundação Nacional do Índio em 2010, a respeito das etnias indígenas e da situação fundiária indígena, no Estado do Amazonas havia uma população com cerca de 83.966 indígenas, que dividiam-se entre as etnias Apuriná, Arapáso, Aripuaná, Banavá-Jafí, Baniwa,

Barasána, Baré, Deni, Desana, Himarimã, Hixkaryana, Issé, Jarawara, Juma, Juriti, Kaixana, Kambeba, Kanamari, Kanamanti, Karapanã, Karipuna, Katawixi, Katakina, Katwená, Kalahari, Kaxinawá, Kayusiana, Kobema, Kokama, Korubo, Kulina, Maku, Marimam, Marubo, Matis, Mawaiâna, Mawé, Mayá, Mayoruna, Miranha, Miriti, Munduruku, Mura, Paríntintin, Paumari, Pirahã, Pira-tapúya, Sateré-Mawé, Suriána, Tariána, Tenharin, Torá, Tukano, Tukúna. Tuyúca, Walimiri-Atroari, Waiwái, Wanana, Warekena, Wayampi, Xeréu, Yamamadi, Yanomami e Zuruahã. Já no Estado de Mato Grosso havia uma população total de 25.123 indígenas, composto pelas etnias Apiaká, Arara, Aweti, Bakairi, Bororo, Cinta Larga, Enawené-Nawê, Hahaitsú, Ikpeng, Irantxe, Juruna, Kalapalo, Kamayurá, Karajá, Katitaulú, Kayabí, Kayapó, Kreen-Akarôre, Kuikuro, Matipu, Mehináko, Metuktire, Munduruku, Mynky, Nafukuá, Nambikwara, Naravute, Panará, Pareci, Parintintin, Rikbaktsa, Suyá, Tapayuna, Tapirapé, Terena, Trumai, Umutina, Waurá, Xavante, Xiquitano, Yawalapiti, Zoró. No Estado de Tocantins havia uma população total de 7.193 indígenas, composta pelas etnias Apinaye, Ava-Canoeiro, Guarani, Javae, Karaja, Kraho, Tapirape e Xerente. No Estado do Acre havia uma população total de 9.868 indígenas, composto pelas etnias Amawáka, Arara, Ashaninka, Deni, Jaminawa, Katukina, Kaxinawá, Kulina, Manxinéri, Nawa, Nukuini, Poyanawa, Shanenawa e Yawanáwa. No Estado de Rondônia havia uma população total de 6.314 indígenas, sendo composta pelas etnias Aikaná, Ajuru, Amondawa, Arara, Arikapu, Ariken, Aruá, Cinta Larga, Gavião, Jabuti, Kanoê, Karipuna, Karitiana, Kaxarari, Koiaia, Kujubim, Makuráp, Mekén, Mutum, Nambikwara, Pakaanova, Paumelenho, Sakirabiap, Suruí, Tupari, Uru Eu Wau Wau, Urubu e Urupá. No Estado do Mato Grosso do Sul havia uma população total de 32.519 indígenas, que era composta pelas etnias Atikum, Guarany (Kaiwá e Nhandéwa), Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinawa, Ofaié, Terena e Xiquitano.

No Estado do Rio Grande do Sul havia uma população total de 13.448 indígenas, compostos pelas etnias Guarani, Guarani Mbya e Kaingang. No Estado de Roraima havia uma população total de 30.715 indígenas, composto pelas etnias Ingaricô, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wapixana, Waiwái, Yanomami e Ye'kuana. No Estado de Amapá havia uma população de 4.950 indígenas, compostos pelas etnias Galibi, Galibi-Marworno, Karipuna, Palikur, Wayampi e Wayána-Apalai. No Estado do Pará havia uma população total de 20.185 indígenas, composto pelas etnias Amanayé, Anambé, Apiaká, Arara, Araweté, Assurini, Atikum, Guajá, Guarani, Himarimã, Hixkaryána, Jaruna, Karafawyána, Karajá, Katewena, Kaxuyana, Kayabi, Kayapó, Kreen-Akarôre, Karuáya, Munduruku, Parakanã, Suruí, Tembê, Timbira, Tiryó, Turiwara, Wai-Wai, Waiãpi, Wayana-Apalai, Xeréu, Zipaya e Zo'e. No Estado do Maranhão havia

uma população total de 18.371 indígenas, compostos pelas etnias Awá, Guajá, Guajajara, Kanefa, Krikati e Timbira (Gavião). No Estado do Ceará havia uma população total de 5.365 indígenas, compostos pelas etnias Jenipapo, Kalabassa, Kanindé, Kariri, Pitaguari, Potiguara, Tabajara, Tapeba e Tremembé. No Estado da Paraíba havia uma população total de 7.575 indígenas e era composto pela etnia Potiguara. No Estado de Pernambuco havia uma população total de 23.256 indígenas, composto pelas etnias Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankararú, Truká, Tuxá e Xucuru. No Estado de Alagoas havia uma população total de 5.993 indígenas, sendo composto pelas etnias Cocal, Jeripancó, Kariri-Xocó, Karapotó, Tingui-Botó, Wassú e Xucuru-Kariri. No Estado de Sergipe havia um população total de 310 indígenas e era composto pela etnia Xocó. O Estado da Bahia possuía uma população total de 16.715 indígenas, sendo composta pelas etnias Arikosé, Atikum, Botocudo, Kaimbé, Kantaruré, Kariri, Kiriri, Kiriri-Barra, Pankararé, Pankararú, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Tupinambá, Tuxá e Xucuru-Karirí. No Estado de Goiás havia uma população total de 346 indígenas, composto pelas etnias Ava-Canoeiro, Karaja e Tapuya. No Estado do Espírito Santo havia uma população total de 1.700 indígenas sendo composta pelas etnias Guarani (M'byá) e Tupiniquim. No Estado de Minas Gerais havia uma população geral de 7.338 indígenas, sendo composta pelas etnias Atikum, Kaxixó, Krenak, Maxakali, Pankararu, Pataxó, Tembê, Xakriabá e Xucuru-Kariri. No Estado do Rio de Janeiro havia uma população total de 330 indígenas, sendo composto pela etnia Guarani. No Estado do Paraná havia uma população total de 10.375 indígenas, sendo composto pelas etnias Guarani (M'byá e Nhandéwa), Kaingang e Xeta. No Estado de Santa Catarina havia uma população total de 5.651 indígenas, sendo composto pelas etnias Guarani, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Kaingang e Xokleng. Por fim, no Estado de São Paulo havia uma população total de 2.716 indígenas, sendo composto pelas etnias Guarani, Guarani M'bya, Guarani Nhandeva, Kaingang, Krenak, Pakararu e Terena.

Contudo, um outro olhar importante que Ribeiro propõe ao leitor orbita ao redor da definição de exemplos práticos que aconteciam nas cidades e vilas coloniais no Brasil, que incluem a Bahia, Rio de Janeiro, João Pessoa, São Luís, Cabo Frio, Belém e Olinda - que eram vilas coloniais rurais, destinadas à exploração do Pau-Brasil, para a produção do corante vermelho e a produção de móveis, à extração da cana-de-açúcar, à plantação e colheita do café, à mineração do ouro, metais e pedras preciosas, enfim, o Brasil sempre foi um país com uma diversidade de riquezas naturais muito significativas, despertando olhares de interesse de muitos países. Diferentemente de São Paulo, Mariana, Oeiras, Salvador e Florianópolis, que eram cidades urbanas bem desenvolvidas, onde abrigavam-se os centros de

comércio e negociação de mercadorias, a importação, o contrabando de escravos, a prestação de serviços das agências reais, com serviços relacionados à prestação de impostos e taxas, serviços de concessão de terras, serviços de legitimação de transmissões de bens por herança ou por venda, era onde eram realizados os julgamentos de conflitos entre outras atividades.

Principalmente, eram nas cidades em que se localizavam as igrejas, os conventos, as fortalezas e os centros de assistência médica, assim, a industrialização e a urbanização andavam de mãos dadas, promovendo a geração de empregos à população rural que migrava do campo para a cidade à procura de melhores condições de vida, movimentando a economia. O autor também disponibiliza dados esquematizados através de lacunas e tabelas com valores correspondentes à variação na quantidade de pessoas que formava a população no Brasil nos fins do século XVI, nos fins do século XVII e nos fins do século XVIII, além de apresentar uma análise que envolve a evolução da rede de cidades com mais de 100 mil habitantes de 1987 a 1991 - subdivididas de acordo com a quantidade de habitantes, São Paulo e Rio de Janeiro possuíam mais de 1 milhão de habitantes, por exemplo, o que torna o trabalho ainda mais enriquecedor devido à minuciosidade dos detalhes.

Após a apresentação de todo esse cenário, o autor questiona acerca da origem da identidade do povo brasileiro, garantindo o surgimento de debates na área, no que diz:

Quem somos nós, os brasileiros, feitos de tantos e tão variados contingentes humanos? A fusão deles todos em nós já se completou, está em curso, ou jamais se concluirá? Estaremos condenados a ser para sempre um povo multicolorido no plano racial e no cultural? Haverá alguma característica distintiva dos brasileiros como povo, feito que está por gente vinda de toda parte? (RIBEIRO, v. 2, 1995, p. 246)

Porém, logo em seguida Ribeiro (1995, p. 249) faz uma provocação ao leitor quando afirma que “o brasileiro comum se construiu como homem tábua rasa, mais receptivo às inovações do progresso do que o camponês tradicional, o índio comunitário ou negro tribal”. Nesse sentido, é realizada uma comparação ao potencial de desenvolvimento entre o brasileiro comum, o camponês tradicional, o índio comunitário e o negro tribal, sendo algo que realça ainda mais a ideia de que o que define um povo não é uma demarcação territorial, mas sim um conjunto de características que faz dele um grupo identitário, diferenciando-se de outros grupos, no caso do Brasil, houve o nascimento de um povo através da miscigenação - advindo do cunhadismo -, dos brasilíndios e dos afro-brasileiros. Por conseguinte, a obra literária “O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil” traz diversas abordagens relacionadas à construção identitária do povo brasileiro, o que incluiu

também o processo de aculturação e opressão promovidos pelo genocídio e etnocídio europeu, além disso, o autor apresenta questões conflituosas correlacionadas ao futuro conceito que o povo brasileiro poderá vir a ter - como Ribeiro (1995, p. 452) questiona “Que é o Brasil entre os povos contemporâneos? Que são os brasileiros?”. Em linhas gerais, a obra literária apresenta informações detalhadas em relação à construção cultural e identitária do povo brasileiro, apresentando um acervo riquíssimo, tanto em informações qualitativas quanto em informações quantitativas - expressos através de tabelas e diagramas - no que diz respeito ao assunto, o livro é questionador, instigante e fomenta a continuidade da comunidade acadêmica na pesquisa e descoberta das origens do povo brasileiro, incentivando o aperfeiçoamento e aprofundamento dos estudos na área da História e Sociologia acerca dos caminhos que a construção cultural do povo brasileiro percorreu até o presente momento, garantindo a resistência cultural e a continuidade da história do negro na memória do povo brasileiro na História Global.

No mais, vale ressaltar que a rede de ensino pública brasileira passou muitos anos sem incluir e priorizar a educação da história e cultura afro-brasileira dentro de sala - uma temática tão necessária principalmente olhando-se sob o viés de disciplinas relacionadas às áreas de Educação Artística, Literatura e História, por exemplo. Sendo apenas em 2003 a homologação oficial da alteração na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sendo através da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), oficializada em 9 de janeiro de 2003, ofertada a garantia da inclusão de temáticas relacionas à luta dos negros do Brasil, ao resgate da cultura negra brasileira, à construção da imagem do negro na formação da sociedade nacional, além das contribuições do povo negro nas áreas sociais, política e econômicas no País nas disciplinas escolares -, ficando definido conforme BRASIL (2003), que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências”. Dessa forma, espera-se que os estudantes das próximas gerações possuam consciência da própria origem, carregando consigo o pensamento crítico que a cultura do europeu não é superior à cultura do brasileiro cada vez mais cedo. Portanto, são obras literárias como “O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil”, escrito por Darcy Ribeiro, e tantas outros livros, que fazem o resgate da memória histórica do negro no Brasil, além de representar a resistência da cultura e identidade de um povo miscigenado, diversificado, que já sofreu com inúmeros genocídios e etnocídios, um povo que muito já foi oprimido pelo europeu, um povo formado por um “conglomerado de gentes”: o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**: Atlas. 1ª Ed. São Paulo: Editora Scipione, 2019.



PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: Serviço Social x Repercussões do racismo estrutural no acesso à saúde

[Artigo]

Vitória Brenda
de França Cunha

Sobre a autora:

Vitória Brenda de França Cunha: Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Especialista em Saúde da Família e Comunidade na Residência Integrada em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: Serviço Social x Repercussões do racismo estrutural no acesso à saúde¹¹

PARTICULARITIES OF THE SOCIAL ISSUE IN BRAZIL: Social Service x Repercussions of structural racism in Access to health

Vitória Brenda de França Cunha

RESUMO

Refletir sobre a *questão social* com foco nas suas particularidades no Brasil é ter a possibilidade de entender que cada sociedade, mesmo tendo como base o modo de produção capitalista, terá suas particularidades em como este sistema vai ser erguido no país. Por isso, o presente artigo tem como objetivo principal discutir sobre os antecedentes escravagistas da *questão social*, além de (re)pensar na sua relação com a efetivação do acesso aos serviços de saúde a partir do seu caráter universal. Para enriquecer o debate em torno de tal problemática, utilizaremos referenciais como Cisne e Santos (2018), Iamamoto (2001), Netto (2001), Behring e Boschetti (2011), entre outros. Por fim, serão expostos para reflexão alguns limites e possibilidades da atuação do Serviço Social na luta antirracista e na garantia do direito à saúde.

Palavras-chave: Questão racial no Brasil; Direito à saúde; Atuação do assistente social.

ABSTRACT

Reflecting on the *social issue* with a focus on its particularities in Brazil is having the possibility of understanding that each society, even based on the capitalist mode of production, will have its particularities in how this system will be built in the country. Therefore, the main objective of this article is to discuss the slavery antecedents of the *social issue*, in addition to (re)thinking about its relationship with the implementation of access to health services based on their universal character. To enrich the debate around this issue, we will use references such as Cisne and Santos (2018), Iamamoto (2001), Netto (2001), Behring and Boschetti (2011), among others. Finally, some limits and possibilities of Social Service action in the anti-racist fight and in guaranteeing the right to health will be exposed for reflection.

Keywords: Racial issue in Brazil; Right to health; Role of the social worker.

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 22/12/2023

11 Linha editorial 2: Saúde, Meio Ambiente e Vulnerabilidades Sociais: os desafios para o desenvolvimento humano saudável e sustentável na América Latina.

1. Introdução

Segundo Iamamoto (2001) compreende-se a *questão social* como fator inseparável do processo de acumulação, pois esta é resultado das relações sociais do modo de produção capitalista, se tornando matéria-prima da atuação do Serviço Social por ser uma profissão inserida na contradição imposta pela sociedade do capital. Por ter como ponto central a aproximação e apreensão da realidade, numa perspectiva dialética, tem-se como passo importante para a atuação do assistente social no Brasil a sua compreensão do processo de construção das classes sociais e relações sociais, afinal, é nesse espaço que a profissão vai estar inserida. Sendo assim, como pensar a *questão social* no Brasil? Qual a influência das relações sociais construídas a partir de um processo de colonização no acesso aos serviços de saúde, direito universal e que deve ser garantido pelo Estado? E quais contribuições o Serviço Social tem na luta antirracista?

Pode-se observar que, segundo dados mais recentes encontrados do IBGE, “apesar da população preta e parda representarem 9,1% e 47,0% respectivamente, da população brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém desta proporção” (IBGE, 2022, p.2). A partir disso e com o intuito de atingir o objetivo de responder os questionamentos apontados acima, fez-se uma reflexão referente à *questão social* e a sua relação direta com a questão de raça, trazendo alguns pontos importantes para pensarmos como a sociedade capitalista brasileira foi construída a partir de relações sociais desiguais de raça.

Posterior a isso, serão abordados os efeitos do racismo estrutural no acesso da população negra aos serviços de saúde, colocando em discussão a efetivação da universalidade da política. Por fim, mas não menos importante, serão apresentadas algumas contribuições do Serviço Social frente a essa problemática, além de estudos sobre os limites da atuação profissional, considerando a conjuntura que está inserida.

É na compreensão de que a saúde é direito de todos e de que o Projeto Ético-Político do Serviço Social defende um novo projeto societário de caráter emancipatório, justo e livre de qualquer forma de discriminação (CFESS, 2012), que criou-se a oportunidade, neste trabalho, de (re)pensar sobre quais pilares a sociedade brasileira vem sendo desenvolvida. Partindo do pressuposto de que o grau de acesso aos serviços de saúde numa sociedade capitalista ocorre mediante fatores socioeconômicos, este é o momento de somar a esta realidade a categoria raça, pois mesmo diante tantas lutas e resistência da classe trabalhadora que conseguiu avanços, esta ainda se encontra inserida em uma conjuntura de desigualdades e, quanto à raça e aos serviços de saúde, apontando para a necessidade de estratégias e políticas de equidade.

Para tanto, trazer essa discussão no presente artigo é buscar a aproximação do Serviço Social brasileiro à realidade concreta, fortalecendo a práxis da profissão com a reafirmação de um olhar crítico, humano e renovado no que diz respeito ao objeto de estudo, a *questão social*, frente ao conservadorismo que assola o âmbito profissional, principalmente na política de saúde.

2. Fundamentos da questão social no contexto brasileiro e seus antecedentes escravistas

Para estudar o capitalismo é necessário entender seus fundamentos, e, principalmente, suas nuances dentro de uma sociedade, ou seja, de que maneira este modo de produção afetará as relações sociais, fator imprescindível para compreender a *Questão Social*. Como aponta Behring e Santos (2009), a *questão social* é a expressão da contradição inerente ao modo de produção capitalista, não podendo ser pensada desvinculada das complexidades de contradições presentes na sociedade do capital. Com isso, pode-se acrescentar que tal fenômeno surge para substituir o pauperismo na Europa Ocidental, constituindo o fator decorrente da instalação do capitalismo.

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX - o pauperismo - aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (Netto, 2001, p.43).

A diferenciação da *questão social* para o pauperismo se dá, portanto, segundo Netto (2001), na sua relação com desdobramentos sociopolíticos, da qual não está diante de uma escassez natural, mas de uma pobreza surgida nos moldes do modo de produção capitalista. Dado esse modelo de produção, o qual é realizado de forma coletiva, tem-se uma apropriação do que se é produzido focada nas mãos de quem detém os meios de produção, fazendo com que o processo da mais-valia esteja relacionado com a exploração do trabalhador. Assim, no capitalismo, aqueles que vendem sua força de trabalho para a produção de bens de consumo se tornam seres invisíveis, tornando a *questão social* não só relacionada à pobreza e desigualdades, mas também à banalização do humano, como aponta Iamamoto (2009). Além disso, é importante pontuar que a riqueza produzida no capitalismo só é possível com a venda da mão de obra da classe trabalhadora, e que a gênese da *questão social* se dá pela exploração

desta, à medida que ocorre a obtenção da riqueza pelos capitalistas. Por isso, os trabalhadores foram essenciais ao colocar em destaque para a sociedade as consequências da exploração sofrida no espaço de trabalho. Concorde-se que “junho de 1848¹², portanto, é um divisor de águas na constituição da *questão social*. Primeiramente porque expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais do capitalismo” (Santos, 2012, p.42).

É com o antagonismo e lutas de classes que a *questão social* se consolida, afinal, a partir do momento em que a classe trabalhadora começa a resistir e a tensionar a ordem burguesa é que são tomadas outras medidas para o controle para além da repressão e de ações filantrópicas, além do seu reconhecimento enquanto classe pelo Estado. Assim,

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (Iamamoto, 2001, p. 17).

Depois de trazer à tona a discussão da gênese da *questão social* e a sua relação inseparável com o modo de produção capitalista, é preciso elucidar que os seus desdobramentos não são expressos de maneira uniforme em todo o mundo. Ou seja, apesar de ser um fenômeno inerente ao capitalismo e às relações sociais de produção, é preciso considerar as diferentes maneiras em que a exploração se consolida na realidade de cada sociedade. Caracterizar a *questão social* em uma dada sociedade é considerar as particularidades políticas, sociais e histórico-culturais postas e como estas vão se consolidar nas manifestações da *questão social*.

2.1 *Questão social* no território brasileiro: desdobramentos de um regime escravagista

Após abordar a *questão social* de forma geral, é evidente que há uma concepção homogênea no que se refere à relação Capital x Trabalho para explicar tal fenômeno a partir de uma perspectiva marxista. Concorde-se com isso, ao passo que se acha necessário complementar essa relação com as particularidades presentes em cada sociedade. Trazendo para a realidade brasileira, tem-se pontos essenciais no que diz respeito ao entendimento da *questão social*, desde a sua gênese até as expressões que a materializam nos dias atuais no país.

12 Ano em que a burguesia se consolidou e o proletariado industrial veio à tona, com os movimentos revolucionários na Europa.

A história da formação social do Brasil é regada por exploração e acumulação, e pensar o racismo para além do preconceito é essencial para compreender como isso se estrutura. Sendo assim, o racismo não deve ser visto como fator transversal, mas sim um fator estrutural da *questão social* no país.

Escravidão e patriarcalismo são categorias constituintes e atuais no processo de formação da sociedade brasileira, de acordo com as configurações histórico-conjunturais. Sendo assim, não estão descoladas das raízes latentes da nossa questão social representada no contexto da colonização, pela questão étnica e pelo trabalho forçado, motivos de tantos conflitos sociais e raciais que ainda não foram superados [...] (Silva, 2013, p. 49).

O ponto central da *questão social* é o trabalho, e, na sociedade brasileira, não é diferente, mas esse trabalho, numa perspectiva dialética, é tensionado por outras características que permeiam os solos brasileiros. Um país que se formou a partir de um regime escravista com a exploração de negros e indígenas desenvolveu uma dificuldade de valorizar o trabalho e a vida dessa população, mesmo em meio a um sistema de produção guiado pelo capital, cuja característica é o trabalho *livre*.

Não se trata aqui sobre as consequências societárias do modo de produção capitalista, mas sim que o entendimento sobre as relações sociais no Brasil e suas bases sólidas na exploração da força de trabalho negra é indispensável para analisar como isso vai influenciar de forma latente em como esse modo de produção foi erguido, além de que maneira vai se moldar a imagem do negro no país. Assim, isso pode ser explicado com o fato de que as desigualdades e opressões sofridas pela população negra e indígena são naturalizadas conforme a formação social do país, afinal, como traz Cisne e Santos (2018), foi sob essa estrutura que as relações sociais e as classes foram estruturadas aqui.

Com a análise do regime escravagista do Brasil e os seus fundamentos materiais, que durou mais de três séculos, é possível entender como as classes sociais foram organizadas, além de observar quais rebatimentos se desenvolvem no seio da sociedade até a atualidade sob uma justificativa econômica, persistindo diversos tipos de opressão e exclusão à população negra. Concorde-se com Netto (2001) quando este diz que não existe nova *questão social*, existem novas expressões da *questão social*, por isso não faz sentido tratar a categoria racismo apenas como algo contemporâneo, pois esta não faz parte das novas expressões, pelo contrário, ela é pilar do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

O contexto brasileiro estava voltado para atender os interesses econômicos das elites desde a chegada da corte portuguesa no país e o processo de independência, em que este último foi caracterizado por uma revolução social sem

a participação popular e “significou uma solução conservadora para os problemas políticos, econômicos e sociais do sistema colonial: um pacto entre as elites” (Silva, 2013, p. 62). Apesar de se acreditar que o processo de independência foi o primeiro passo para a emancipação política brasileira, o país ainda vivia um contexto de burguesia para burguesia.

Foi somente durante o século XIX, anos após a independência, que a escravidão começou a ser mal vista pelos olhares da sociedade brasileira. Apesar disso, deve-se compreender que o abolicionismo no Brasil foi um processo tardio e, além disso, foi uma conquista guiada por pressões internacionais e pelos interesses dos brancos, que tinha como objetivo atingir o avanço do país, vindo posterior a isso o advento industrial. Assim, “a escravidão foi abolida, portanto, em função do processo de desenvolvimento mais geral da sociedade, principalmente na economia” (Silva, 2013, p. 68).

Concorda-se com Cisne e Santos (2018) que o processo de urbanização e industrialização no Brasil também é inseparável das características que embasam as relações sociais, sendo eles o racismo e o patriarcado¹³, em que a história de um país colonizado carrega aspectos diferentes de um país colonizador para a construção das classes sociais e como os interesses destas são tratados no capitalismo. Mesmo em um período em que a escravidão estava abolida, com a industrialização (mesmo que tardia) ainda existiu a dificuldade da população, antes escravizada, de se inserir nos processos de trabalho e quando o acontecia era numa condição de mão-de-obra barata de situação precária.

Pode-se observar, a partir do que foi abordado anteriormente, que o regime escravagista durou tempo o suficiente para moldar a sociedade brasileira aos interesses de um capital explorador. Hoje em dia, nos livros de história, tem como marco importante para o povo negro a abolição dos escravizados, processo que trouxe para o país uma sensação de liberdade para aquelas pessoas que foram escravizadas por séculos. Porém, sabe-se que se trata aqui de uma falsa conquista no que se refere à como a população negra fazia e faz parte da sociedade, pois, em todas as suas fases, o capitalismo brasileiro era engendrado pelas desigualdades raciais, no qual os negros se viam de mãos atadas e sem rumo após uma liberdade sem garantias e dignidade.

É possível ver os resquícios da colonização nos dias atuais quando, em pleno século XXI, se tem um alto número de pessoas trabalhando em condições análogas

13 Acredita-se que os fatores raça e gênero são fatores imbricados quando falamos da configuração da “questão social” no Brasil, reafirmando o que Cisne e Santos (2018) vão denominar de Sistema patriarcal-racista-capitalista. Porém, para fins deste artigo, terá como foco a categoria raça para se ter um debate que possa dar conta do objetivo da discussão.

à escravidão. Em 2023, por exemplo, foram resgatados 3,1 mil trabalhadores nessas condições no Brasil, dado obtido na Agência Brasil (2023). Submetidas à carga de trabalho exaustiva, à ambientes insalubres e precários, essas pessoas tem em sua vida regida por um sistema racista e que vem reafirmando o seu caráter explorador.

Tem-se hoje, portanto, um país construído sob bases de um racismo estrutural que utiliza o mito da democracia racial como escudo para perpetuar as relações desiguais do modelo escravista. Pensar nessa falsa democracia racial é refletir sobre o resultado de uma visão eurocêntrica do que foi o abolicionismo, levando em consideração somente o olhar do colonizador do que foi o processo de “liberdade” dos negros. Isso pode ser explicado com o fato de que somos uma sociedade orientada pelos interesses da branquitude, ou seja:

A sociedade brasileira é racializada e, assim, constrói o lugar do branco como a experiência universal, a normalidade. Nessa relação, as pessoas negras são socializadas a partir das diferenças em relação ao branco, tornando-se estranhas frente aos pactos estabelecidos pela branquitude (Ferrugem e Machado, 2022, p. 450).

Com o discurso de igualdade e liberdade, essa mesma branquitude fecha os olhos para a vida dos negros e muitas vezes os colocam como apartados da sociedade, encontrando diversos obstáculos para acessar minimamente os direitos sociais garantidos na Constituição de 1988, documento importante no que diz respeito à efetivação da igualdade entre os brasileiros.

Sabe-se que a *questão social* foi colocada em destaque com as lutas populares e a resistência da classe trabalhadora à exploração da força de trabalho e, sabe-se também que as políticas sociais se tornaram consequência dessas lutas e resistências, apesar de serem instrumentos estratégicos do capital para conter as manifestações da *questão social* e continuar garantindo os interesses do capital. Como citado anteriormente, a Constituição de 1988 foi um grande passo para os brasileiros no quesito igualdade e garantia de direitos, mas será que essa garantia universal e igualitária é efetiva? Apesar dos avanços conquistados nessa época, inclusive para a população negra, é possível enxergar ainda que os pilares de exploração e desigualdade quanto ao povo preto do sistema capitalista brasileiro continuam firmes, fazendo com que hoje ainda estejam presentes os efeitos sociais, econômicos e políticos do regime escravagista.

3. O acesso à saúde em uma sociedade racista e a atuação do serviço social

Agora, é o momento de entender sobre como um sistema capitalista, engendrado por um racismo estrutural, vai se firmar na vida dos negros nos dias atuais, principalmente no que se refere ao acesso a um direito garantido pelo Estado para todos, a saúde. Será que a universalidade desse direito é efetiva no Brasil?

Para atingir tal reflexão, primeiramente será feita uma breve contextualização da construção da política de saúde a partir da Constituição de 1988, a qual passa a ser considerada como direito de todos e dever do Estado, com o intuito de, posteriormente, trazer para o debate o acesso a esse direito, tendo como pressuposto uma sociedade erguida por um capitalismo caracterizado por desigualdades raciais. Por fim, terá a discussão sobre a atuação do Serviço Social, com seus limites e possibilidades, e como esta é fundamental para o enfrentamento do racismo.

3.1 A raça/cor como fator determinante no acesso à saúde

O direito à saúde no Brasil foi mais uma conquista, fruto das lutas da classe trabalhadora, a qual se organizou através do movimento de Reforma Sanitária para mudar os rumos da saúde no país, movimento este que era composto por estudantes, profissionais de saúde e segmentos populares no geral, que tinha como objetivo a defesa do conceito ampliado à saúde¹⁴ trazendo propostas de caráter universal, impulsionando a criação posteriormente do Sistema Único de Saúde - SUS.

Com a Constituição de 1988, a saúde passou a ser reconhecida como direito de todo cidadão e dever do Estado, conforme o art. 196 e, posteriormente, veio a implementação do SUS com a Lei Orgânica de Saúde - LOS, 8.080/90, a qual tem como alguns de seus princípios a integralidade, equidade e universalidade. A partir disso, é necessário destacar que a saúde, apesar de ter sido implementada como direito de todos, vem sendo atingida de várias formas pela conjuntura capitalista em que se insere.

Desde o ano da sua regulamentação, o SUS é prejudicado pelo contexto histórico-econômico, tendo em vista a contradição existente no seio político com o advento do neoliberalismo, ofensiva que alastra o mundo do capital se firmando com a desresponsabilização do Estado sob as questões econômicas. Assim, “conforme já sinalizado, os direitos mantidos pela seguridade social se orientam,

14 Conceção voltada a uma saúde para além do olhar biomédico, trazendo consigo os determinantes sociais de saúde, dentre eles a moradia, lazer, alimentação, cultura, transporte, educação, habitação, emprego etc. (BRASIL, 1990).

sobretudo, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização” (Behring e Boschetti, 2011, p. 161).

O princípio da universalidade é uma das ferramentas para a consolidação da democracia, porém, sob a égide de um contexto capitalista em que o ideário neoliberal acarreta transformações no cenário social e econômico, percebe-se, então, a negação deste e de todos os princípios no que se refere ao acesso aos serviços de saúde. Não só por ser refém do capital, mas por estar em um país cuja sociedade foi construída sob os pilares das relações desiguais de classe somadas ao racismo estrutural, fator que agrava a não garantia dos direitos ditos universais.

Considerando a estrutura social brasileira e a segregação de classe e raça presente nela, terá como principal consequência a forma desigual de oferecer os serviços de saúde, pois, mesmo após a implementação do SUS, ainda é possível observar que parte da população sofre com obstáculos para conseguir um atendimento de fato universal.

O sistema institucional de saúde, na prática diária, apresenta dificuldades que impedem a satisfação das necessidades de assistência à saúde da totalidade da população. Um dos fatores que contribuem para esta situação é a inacessibilidade de numerosos grupos da população aos serviços de saúde (Unglert, 1987, p.439).

Como se pode agora debater sobre o acesso da população negra aos serviços de saúde? Para isso deve-se trazer para discussão algumas reflexões que são determinantes para pensar a dificuldade de acesso dessa população, não só a esse direito social, mas a todos. Primeiramente, retomando ao processo de industrialização e urbanização do Brasil, viu-se no tópico anterior que foi um momento de recomeços para os negros do país, os quais estavam *libertos* do regime escravagista, mas ainda se viam presos a um sistema de exclusão da sociedade. Tem-se aí o início da formação das favelas, pois, como aborda Filho (2011), ao passo que os escravos libertos se viam numa situação precária de moradia/habitação, e o Estado agia para uma limpeza no âmbito urbano com o intuito de dar lugar a uma cidade modernizada e civilizada, deram origem às ocupações dos morros, fato iniciado na cidade do Rio de Janeiro.

Fica explícito, portanto, que os negros, apesar de estarem livres do regime escravagista, estavam começando a se deparar com mais um obstáculo: a falta do direito à cidade, fator contribuinte até os dias atuais para essa população não conseguir acessar, de fato, os direitos sociais, pois apesar da promulgação da Constituição Federal de 1988 que considera, em tese, os direitos para toda a sociedade brasileira, ainda é possível presenciar resquícios de uma espoliação urbana no país.

Colocando no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito (Kowarick, 1979, p.73).

A partir do que foi falado acima, já pode-se fazer uma relação com outro fator que dificulta o acesso dos negros à saúde: o fator marginalização desse povo. Um país que vivenciou o regime escravista por séculos carrega até hoje as influências colonizadoras nas relações sociais, fazendo com o que os negros sejam vistos através de uma contradição: ao mesmo tempo que a sociedade brasileira defende a visão eurocêntrica de que o abolicionismo foi efetivo e que seus efeitos cessaram com o mito da democracia racial garantido em leis, os negros continuam sendo tratados às margens da sociedade, muitas vezes vistos como criminosos e não merecedores de direitos básicos.

Essa marginalização tem como fator determinante, tanto na sua construção como os seus rebatimentos na sociedade, a discriminação racial somado às questões socioeconômicas, de classe. Quanto mais os negros são vistos como pessoas que não pertencem ao espaço da cidadania, mais discrepante se torna o acesso aos direitos e serviços básicos e mais distantes estes se encontram da situação socioeconômica hegemônica da branquitude, incluindo o acesso aos cuidados da sua própria saúde. Ou seja, as medidas tomadas ao longo da história para reparar os efeitos da colonização não são suficientes numa sociedade que frequentemente reforça essa estrutura nas relações sociais.

Destaca-se que uma das características das ordens societárias capitalistas liberais é a transfiguração da desigualdade de classe da dimensão econômica para a igualdade jurídica, ou seja, “somos todos iguais perante a lei”, mas na prática, nas ações, nas repressões, nas opressões e nas formas de explorações, demonstram que a relação de cidadania é totalmente diferente entre as/os trabalhadoras/es negras/os e as/os trabalhadoras/es brancas/os (Alves, 2022, p. 451).

E aí, retomando ao conceito ampliado de saúde, tem-se uma vida saudável quando temos condições dignas para vivê-la (moradia, alimentação, emprego, lazer etc.) (BRASIL, 1990), e ao resgatar a história, vemos que isso foi negado aos negros desde o processo de formação social brasileira, e que hoje não é muito diferente. Inclusive, segundo IBGE (2022) os negros são a maioria no que se refere ao desemprego no país, somando-se as desigualdades relacionadas à condições de moradia.

As desigualdades por cor ou raça se expressam ainda no acesso a serviços de saneamento, o que, além das implicações relativas à saúde e condições de vida, também traz impactos patrimoniais. [...] Entre a população em

domicílios próprios, 27,8% das pessoas de cor ou raça branca residiam, em 2019, em domicílios sem esgotamento por rede coletora ou pluvial. Entre as pessoas pardas, a proporção era consideravelmente maior (45,9%) e, entre a população de cor ou raça preta, a proporção foi 36,0%. Registram-se desigualdades semelhantes em relação ao acesso à rede de abastecimento de água e à coleta de lixo (IBGE, 2022, p.7).

Por fim, ainda tem a questão da culpabilização dessas pessoas em relação à não garantia de uma vida saudável, com um discurso de que cada um é dono do próprio destino para desresponsabilizar o Estado das devidas funções de garantia de direitos. Isso se agrava quando somadas à questão de gênero, na qual mulheres negras sofrem os efeitos de uma sociedade racista e machista, principalmente no que se refere aos cuidados à saúde. As mulheres negras são responsabilizadas pela saúde do núcleo familiar, as quais tornam prioridade a saúde dos filhos, maridos, pais, etc.

Mas, sabe-se que não tem como cobrar um discurso de meritocracia se o Estado não dar condições reais efetivas para isso. Afinal, se tem oportunidades iguais quando se cria terrenos iguais para tais. Fala-se aqui, portanto, que a classe trabalhadora de pele negra vive o nó do capitalismo brasileiro: as desigualdades de classe somadas às de raça e gênero.

3.2 O serviço social na política de saúde: limites e possibilidades na atuação antirracista

Todo esse caminho percorrido até aqui foi de grande importância para fundamentar a discussão em torno da atuação do Serviço Social frente a essa problemática, afinal esta profissão vai atuar nas expressões da *questão social*, inclusive como traz Behring e Santos (2009), surgindo como uma das estratégias sistêmicas para o tratamento desta, estando presente dentro das políticas sociais, a saúde sendo uma delas.

Concorda-se com Iamamoto (2009) que é necessário ressaltar que o Serviço Social, carrega em si as contradições postas por um sistema capitalista pelo fato de atuar dentro da reprodução das relações sociais. Ou seja, por ser uma profissão que vai sentir as influências do padrão de acumulação, o Serviço Social irá acompanhar as mudanças ocorridas no seio das políticas sociais, principalmente no que cerne o enfrentamento da *questão social*. A compreensão da profissão enquanto configuração particular da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista faz entender tais contradições. A partir disso, como pensar a atuação do Serviço Social frente a uma sociedade racista que trata os direitos sociais como mercadoria com classe e raça/cor definida?

Os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde trazem algumas competências gerais para embasar a compreensão do contexto histórico pelos profissionais, dentre eles estão a:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais [...] (CFESS, 2010, p. 35)

A partir disso, pode-se fazer uma reflexão sobre a contribuição do Serviço Social na luta antirracista no âmbito da saúde, considerando que esta é uma profissão dotada de um Projeto Ético-Político que segue os caminhos para uma sociedade justa e livre. Pensando nisso, ter uma profissão na saúde que tem a capacidade de ter um olhar para além do imediato e que tem a oportunidade de refletir sobre os aspectos conjunturais que estão em torno é fundamental para o enfrentamento do racismo e suas manifestações.

Como aponta Alves (2022, p. 455) “as classes sociais e as reproduções sociais são categorias indispensáveis para compreender as demandas que são colocadas para o Serviço Social brasileiro”, por isso a sua aproximação com a história escravagista do Brasil se torna imprescindível para a efetivação do seu fazer profissional, na medida em que essas classes e relações sociais são estruturadas por um capitalismo pautado em um racismo estrutural.

No entanto, pelo fato de a profissão estar inserida em um contexto contraditório construído pelo capital, esta acaba encontrando limites quando buscam travar lutas em favor da classe trabalhadora, mais ainda quando essa classe trabalhadora é negra. Primeiramente, no que tange à atuação na saúde, o Serviço Social vem sofrendo uma dualidade no sentido de sua atuação, com a existência de dois projetos: o privatista e o projeto de reforma sanitária. O primeiro cobra do profissional um posicionamento conservador com uma atuação mais restrita ao biomédico, sem levar em consideração os determinantes sociais de saúde e a determinação social do processo saúde-doença; já o segundo traz um caráter ampliado e a sua aproximação com a realidade, visando a universalização do acesso.

Considerando os dois projetos supracitados, o segundo é o que se aproxima do que é defendido no Projeto Ético-Político do Serviço Social, sendo este ponto essencial para a presente discussão, afinal, o projeto da profissão está relacionado com um projeto societário emancipatório e livre de qualquer forma de discriminação, buscando a democratização do acesso aos direitos sociais.

Outro obstáculo que deve ser citado é o fato de, muitas vezes, atuação dos profissionais acabar sendo influenciada pelas vivências e crenças pessoais,

vivências essas que são construídas a partir de um sistema capitalista segregador e desigual. Ou seja, concorda-se que “é notório que o racismo projeta valores que podem interferir no trabalho da/o assistente social, que são oriundos da própria estrutura social e, que enquanto sujeitos históricos, as/os assistentes sociais estão inseridos” (Alves, 2022, p.463).

Retoma-se novamente o mito da democracia racial como fator limitante do trabalho do Serviço Social, afinal, apesar da consciência racial da maioria dos profissionais, compreendemos que o racismo, por ser estrutural, é anterior a essa construção de uma consciência coletiva, e portanto, vai moldar as relações e vai se somar às diversas expressões da *questão social*. Assim:

Para ampliação da materialização do Projeto Ético-Político, no que envolve uma disputa de consciência social e racial, visando a emancipação humana, o antirracismo deve ser apresentado como um eixo central das lutas, reflexões e embasamento teórico no conjunto das/os profissionais do Serviço Social (Alves, 2022, p. 461)

Pode-se apreender, portanto, que, se a *questão social* é objeto de intervenção do Serviço Social, se torna essencial a compreensão do racismo enquanto estruturante no processo de formação social do Brasil, e entender o passado para conseguir intervir na atualidade, tendo o Projeto Ético-Político como mecanismo para o combate desse racismo, à medida que os profissionais conseguem construir uma consciência racial que vai facilitar uma atuação comprometida com os direitos dessa população.

Dito isso, se torna essencial refletirmos sobre quais caminhos o Serviço Social deve seguir dentro da Política de Saúde, numa perspectiva de enfrentamento dos desdobramentos das desigualdades sociais dentro do sistema capitalista no país. Podem ser citados como tais caminhos o apoio nas políticas de equidade existentes e no estudo-pesquisa para ampliação ou criação, seja de políticas ou de estratégias de equidade, tendo como exemplo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instrumento que, junto a outros, busca a efetivação de uma saúde que chegue em toda a população, principalmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade. Somado a isso, devemos falar sobre a importância da atuação multiprofissional dentro do SUS, contribuindo para um olhar ampliado sobre o processo saúde-doença. Ou seja, pensar em políticas e estratégias de saúde, levando em consideração que a classe popular/trabalhadora tem raça/cor, sexo/gênero, orientação sexual etc., é contribuir para a efetivação de um atendimento integral, conforme o que defende o SUS, e para a garantia de direitos, conforme o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

4. Conclusão

O Brasil sofreu em seus segmentos sociais, políticos e econômicos uma forte influência de países estrangeiros, inclusive na forma que a sociedade é construída. Portanto, reconhecemos aqui uma *questão social* imbricada com a questão racial, na medida em que não se pode pensar o racismo sem ser numa perspectiva estrutural, o qual vai dar base para a *questão social* e suas particularidades no Brasil.

Aqui, foi possível observar a relação existente entre a falta de acesso aos serviços de saúde e a desigualdade racial presente desde o início da construção das relações sociais de produção no país. Se a *questão social* é fruto do modo de produção capitalista, a *questão social* brasileira resultou de uma luta de classes, na qual a vitória sempre foi da burguesia branca. Ou seja, no território brasileiro, até os dias atuais, raça/cor continua sendo fator essencial na reafirmação das classes e do acesso aos direitos sociais.

Entender o Brasil como um país racializado é compreender as nuances das manifestações da *questão social* na conjuntura capitalista, mesmo que essa realidade seja coberta por um manto chamado o mito da democracia racial. Assim, “o Serviço Social brasileiro precisa captar o movimento da realidade, que reverbera na situação social da população negra” (Alves, 2022, p. 454), fazendo com que a profissão esteja em sintonia com o seu Projeto Ético-Político ao se firmar no enfrentamento das desigualdades advindas de uma estrutura racista.

Por fim, debater sobre uma perspectiva racial dentro da política de saúde é importante para entender em que bases esta foi construída e quais são os obstáculos para a sua efetivação, tendo a oportunidade de refletir sobre em qual conjuntura o Serviço Social se reafirma e quais suas possibilidades dentro da política em meio a uma contradição posta pelo modo de produção capitalista pautado no racismo.

Referências bibliográficas

ALVES, Leonardo Dias. **Formação acadêmico-profissional em Serviço Social e racismo no Brasil**: Uma análise crítica. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 446-468, jul. / dez. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 9 ed, v.2, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti e SANTOS, Silvana M.M. Questão Social e Direitos. *In*: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009, v.1, p267-284.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Art.196.

_____. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

CFESS. **Código do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuario_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf.

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana. Questão social e diversidade humana na formação socioeconômica do Brasil. In: **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CISNE, Mirla e SOARES, Camila Mesquita. **Questão Social no Brasil contemporâneo**: Contribuições do feminismo marxista e antirracista ao Serviço Social. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 334-358, jul. / dez. 2022.

FERRUGEM, Daniela e MACHADO, Loiva Mara O. **Questão Social e questão racial na formação em Serviço Social**: Debate necessário. SER Social 51 | jul.-dez. 2022.

FILHO, Alfredo Pereira de Queiroz. **Sobre as origens da favela**. Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, v.10, n.23. 2011, p.33-48.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**, Brasília, ano 2, n.3, p.(9-32), jan-jul, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília:CFESS, 2009, v.1.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.48. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

MÁXIMO, Wellton. Brasil resgatou 3,1 mil trabalhadores escravizados em 2023. **Agência Brasil**. 03 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-resgatou-31-mil-trabalhadores-escravizados-em-2023>. Acesso em: 05/01/2024.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **ABEPSS – Revista Temporalis**. N. 3. Brasília: UNB, 2001

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. Biblioteca Básica de Serviço Social.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: Fundamentos sócio-históricos. Editora: Papel Social, 2013.

UNGLERT, C.V *et al.* **Acesso aos serviços de saúde**: Uma abordagem de geografia em saúde pública. Revista Saúde Pública. São Paulo, 1987.

LINHA 2:

**Saúde, Meio ambiente e
Vulnerabilidades Sociais:** Os
desafios para o desenvolvimento
humano saudável e sustentável
na América Latina.





CONSTITUCIONALISMO SIMBÓLICO: Dispositivos neocoloniais na construção de uma cidadania ilusória

[Artigo]

Douglas Antoni J. Sousa

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

Sobre os autores:

Douglas Antoni J. Sousa: Graduando do 10º Período do curso de Psicologia da Universidade Estácio FAP – Pimenta Bueno-RO.

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto: Doutorando em Psicologia Clínica pela Unisinos. Mestre em Psicologia pela UNIR. Psicólogo Pela UniFacimed. Analista Processual em Psicologia do Tribunal de Justiça de Rondônia. Docente da Escola da Magistratura de Rondônia.

CONSTITUCIONALISMO SIMBÓLICO: dispositivos neocoloniais na construção de uma cidadania ilusória

SYMBOLIC CONSTITUTIONALISM: neo-colonial devices in the construction of an illusory citizenship

Douglas Antoni J. Sousa

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

RESUMO

Este ensaio tem como finalidade discutir de modo crítico e reflexivo à vigente realidade constitucional em nosso país, utilizando como ferramenta paradigmática a noção de constitucionalismo simbólico, um dispositivo que vem se apresentando imperante no distanciamento dos direitos e acessos a serviços e assistência no âmbito público, além dos inter cruzamentos desses elementos com as realidades políticas, econômicas e sociais, gerando prejuízos significativos nos processos educacionais, inserção social e construção subjetiva das populações alocadas nas zonas periféricas da vida material e simbólica. Conquanto, é notória a gravidade dessa problemática na potencialização de violações, iniquidades e outros repertórios condicionantes/determinantes provocadores de vulnerabilidades e desencadeadoras de prejuízos irreparáveis no acontecer da experiência existencial, consequentemente inviabilizando o desenvolvimento biopsicossocial, condições de bem-estar, pertencimento social dessas pessoas, além disso, a inviabilidade da dignidade humana, preconizada constitucionalmente.

Palavras-chave: Constitucionalismo Simbólico; Dignidade Humana; Justiça Social.

ABSTRACT:

This essay aims to discuss in a critical and reflective way the current constitutional reality in our country, using as a paradigmatic tool the notion of symbolic constitutionalism, a device that has been proving to be prevalent in distancing rights and access to health and assistance services. in the public sphere, in addition to the intertwining of these elements with political, economic and social realities, generating significant losses in educational processes, social insertion and subjective construction of populations allocated in peripheral zones of material and symbolic life. However, the seriousness of this problem is notorious in the potentialization of violations, inequities and other conditioning/ determining repertoires that provoke vulnerabilities and trigger irreparable damage in the course of the existential experience, consequently making the biopsychosocial development, well-being conditions and social belonging of these people unfeasible, in addition, the unfeasibility of human dignity, constitutionally recommended.

Keywords: Symbolic Constitutionalism; Human dignity; Social justice.

DATA DE SUBMISSÃO: 13/11/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 30/12/2023

1. Introdução

Este ensaio foi realizado utilizando o método exploratório de pesquisa, realizados em bases acadêmicas e livros relacionados a temática, como base analítica, o termo “constitucionalismo simbólico”, almejando conectar as interseccionalidades que circunscrevem a elaboração e efetivação dos Direitos Humanos, de modo a identificar e compreender as causas e efeitos do fenômeno apresentado, possibilitando um caráter explicativo e a aproximação do tema abordado com a realidade social exposta.

Confrontar a atual realidade política e social de classes que foram subalternizadas ao longo da história brasileira, frente ao que se propõe nos discursos constitucionais, tem colocado em prova a capacidade dos poderes públicos em atender as demandas mais sensíveis da sociedade. Questões relacionadas às pessoas com deficiência, étnico-raciais, gênero, classe social, políticas, culturais, entre outras, efervescem os espaços onde se propõe essas discussões, fazendo com que as pessoas culminadas por essa incapacidade estatal de um modo ou de outro, confronto em sua realidade diária aquilo que por vezes é negligenciado pelas instâncias políticas do Estado. Em 1993, pouco tempo depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), quando o Brasil ainda respirava os ares de esperança que sopravam desde a Constituinte do final dos anos de 1980, Gilberto Dimenstein publicou uma obra questionando o abismo entre a cidadania das crianças e dos adolescentes nas legislações e a realidade em que sofriam constantes violações de direitos.

O momento era histórico, pela primeira vez em nossa democracia víamos surgir um sensível arcabouço jurídico às mais variadas realidades da população brasileira. Mas é justo nesse contexto reformista e áureo para a democracia que Gilberto Dimenstein (1993) contestava, não apenas ao sistema político, mas principalmente à cultura nacional que tendia a dispersar na vida cotidiana os direitos sociais da infância e juventude, formulando uma espécie de fronteira legal entre o que é disposto na legislação e o que é executado na vida concreta.

Dimenstein alertava para um risco que estava à espreita, e estava lá, à espera de nós, porque de fato éramos uma sociedade com imensas dificuldades para, mais que abandonarmos os velhos padrões de exploração, dinamitar as estruturas de opressão. A verdade incômoda apresentada em *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil* (Dimenstein, 1993), era de que, embora houvessem esforços para construção de uma legítima cidadania no corpo jurídico, no papel, pouco se alteraria na prática social caso fossem mantidos os sentidos estruturais de uma nação feita sob a norma colonial, com grande sensibilidade ao apaziguamento das injustiças sociais e moralista o suficiente

para se contentar com demagogias registradas em códigos jurídicos cada vez mais obsoletos em decorrência da sua distância na vida do povo.

O cidadão de papel foi escrito três anos antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em um tempo em que o analfabetismo entre crianças de 10 anos de idade chegava a 20% (Ferraro, 2011), que o direito de frequentar a escola ainda era uma conquista a ser alcançada para grande parte da nação brasileira. Hoje, trinta anos depois, muitas coisas aconteceram, inclusive uma guinada nos caminhos democráticos que o país estava seguindo desde meados dos anos de 1980. Os avanços totalitaristas, representados no governo de Jair Bolsonaro, impactaram significativamente nas políticas educacionais que foram convertidas em dispositivos de opressão, principalmente a grupos sociais historicamente marginalizados, evidenciando desse modo, a força dos instrumentos neocoloniais na modernidade.

A retomada dos valores ultraconservadores e o ataque deliberado a grupos sociais minorizados (Silva; Ortolano, 2022), fez com que o país não apenas retomasse, mas executasse a versão repaginada da cidadania de papel de modo muito mais atroz e selvagem, cujo imperativo é a produção de um constitucionalismo simbólico voltado à manutenção das desigualdades e produção de privilégios aos grupos sociais hegemônicos no poder. A noção de constitucionalismo simbólico que usamos aqui é semelhante à ideia de cidadania de papel formulada por Dimenstein, contudo, o que chamamos de constitucionalismo simbólico transcende aos argumentos apresentados por Dimenstein, por considerar a cidadania não apenas como um elemento normativo disposto no papel, consequência presumida das muitas desigualdades existentes no país, mas, sobretudo, como um elemento de fomento às injustiças sociais, tendo sido pensado para garantir ao Estado sua inércia na proteção dos direitos a determinadas parcelas da sociedade (Neves, 2007).

Se considerarmos, mesmo que minimamente, que o constitucionalismo simbólico é um mal que engendra desigualdades, não meramente um reflexo das assimetrias sociais, podemos supor que sua ação é nefasta sobre aquelas pessoas que estão às margens dos direitos sociais. Contudo, analisar as discrepâncias decorrentes das forças de opressão de modo homogêneo, por mais bem-intencionadas que sejam as intenções, pouco ajuda a compreender a vida real, principalmente de pessoas que interseccionam em seus corpos e subjetividades múltiplos marcadores de injustiça (Anders et al., 2021; Collins; Bilge, 2021). Dentre os vulneráveis há ainda os que são ainda mais expostos à invisibilidade e supressão de direitos, quando interseccionamos a raça, o gênero, a classe social e a condição física, basicamente o que emerge é a figura social de toda negação humana produzida pelos sistemas estruturais de poder (Missiatto, 2021).

Nesse contexto, pessoas com deficiências (PcD) são geralmente hipervulnerabilizadas, principalmente em uma sociedade cada vez mais capacitista e subserviente ao regime capitalista, já que seus corpos e mentes nem sempre atendem às expectativas sociais que transfiguraram o trabalho apenas a um meio de produção de bens mercantilizáveis (Cunha, 2021). Nessa sociedade pouco espaço há para aqueles que se distanciam das normativas de produção, pessoas que subvertem os padrões são tratadas como excedentes e disponibilizadas a tratamentos nada humanizados (Da Silva, 2022). Na lógica dessas arbitrariedades as escolas por vezes enfrentam são estimuladas, ou mesmo forçadas, a reproduzirem a supressão social das pessoas que não possuem valor “humano” (Pinto, 2015).

Logo, neste trabalho nosso olhar reside sobre as distâncias entre os dispositivos normativos voltados ao bem-estar, cidadania e dignidade de vidas periféricas, evidenciando que a realidade de dificuldades e percalços que resilientemente obstaculizam o acesso a direitos sociais legalmente constituídos, atuando sobre ela o constitucionalismo simbólico que as tornam cidadãos de papel. Faremos essas discussões a partir dos desafios que a efetivação dessas premissas tem gerado na materialidade social de classes marcadas pelos abismos e impossibilidades, além de outros agravos em suas condições de saúde e de vida, enclausurando e cerceando as existências a aniquilação.

2. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A REALIDADE MASCARADA

Quem escreve este ensaio são pessoas que estão alocadas em uma região do planeta que representa o maior paradoxo de nossa história atual, a Amazônia. Nesta região a vida vive em constante contraste, a maior reserva de biodiversidade do mundo é constantemente vilipendiada e assolada por programas devastadores que dominam os territórios verdes e conduzem as vidas deste lugar ao abismo de suas existências. Neste lugar, todos os dias a vida é desnutrida e atacada, crianças sendo expostas ao trabalho indevido, homens e mulheres sujeitos ao trabalho escravo, comunidades inteiras sendo dizimadas pelo ódio e ganância capitalista. Da janela de nossas casas vemos a vida transcorrer em um caos há muito anunciado, mas ainda pouco encarado como um dever humanitário de todos, (Acosta, 2019).

É da periferia do mundo, e dizemos mundo porque a Amazônia não é apenas as margens geopolíticas do Brasil, mas faz parte de todo deslocamento hegemônico que aterroriza o Sul-global desde os instantes iniciais dos processos de colonização no século XVI, que presenciamos com maior velocidade e profundidade a atuação dos poderes de opressão e exclusão que faz de certas identidades os subalternizados do mundo moderno. Pulsa nas zonas fronteiriças

um tipo hediondo de verdade que faz até a menor partícula da vida sangrar, uma verdade tingida de puro sangue que entrega ao mundo o contraste grotesco de uma realidade feita de assimetrias que com o tempo naturalizaram a vida em desigualdades, (Martín-Baró, 2017).

É certo que dói, talvez mais hoje do que antes, mas é certo também que de algum modo aprendemos a acomodar em nossas sociedades as impurezas das desigualdades. Nossos olhos aprenderam a apaziguar o horror da miséria que se abateu sobre o povo boliviano, venezuelano, haitiano, enfim, os despatriados que nos semáforos das cidades pedem não apenas o alimento, mas visibilidade e com ela a restituição da dignidade. Aprendemos a conviver com a precarização da educação, já não dói tanto a concorrência desleal que tornou o sistema de ensino brasileiro em uma máquina de produzir discrepâncias sociais. Aprendemos a incorporar na vida comum os absurdos do trabalho escravo, da violência ao povo negro e indígena, do assassinato em massa de pessoas transexuais, da destruição da Natureza. O tempo correu nossa humanidade e não fez isso sozinho, teve como aliado os vários dispositivos de poder que nos conduziram ao entorpecimento da vida e anestesiamento da alma (Dejours, 1999).

É fato que todo esse engessamento moral contribuiu para a formação de, no mínimo dois “brasis”, um em que a democracia e a cidadania dela decorrente já é uma realidade, ou outro, é o país do desejo, aquele que ainda luta pela conquista da humanidade, um país cambaleante formado por processos de violência que se encontra na base do país já democratizado, que sustenta a liberdade dos outros enquanto tem drenado de si sua força física e subjetiva, sendo o alimento da cidadania daqueles que vivem a democracia como privilégio, (Herrera Flores, 2009).

Em *Políticas da inimizade*, Mbembe (2017), recupera a ideia de Du Bois para aprofundar a noção de que existe uma democracia dos livres e uma dos escravizados. Para Mbembe a questão é muito prática, embora complexa, a formação das democracias modernas não teve força suficiente para erradicar as desigualdades estruturais da raça, gênero e classe social, e não teve força porque não a quiseram ter. As democracias foram construídas por identidades brancas, “cisheterossexuais”, cristãs e burguesas que colocaram às margens dos processos constituintes, centenas de vidas que não representavam a imagem do sujeito normatizado no poder. Para a periferia da democracia foram tensionadas vidas negras, indígenas, LGBTQIA+, não cristãs e com deficiência. Essas pessoas só existiam nas narrativas universalistas que elaboravam uma ideia homogênea de direitos, enquanto materialmente silenciavam as especificidades de grupos sociais historicamente violentados.

Nasce nos Estados modernos a cidadania dos escravizados, como uma outra dimensão existindo paralelamente ao mesmo tempo e lugar que a cidadania dos democratizados. É daí o discurso que se ouve desde a origem de nossas primeiras memórias coletivas, somos um país de profundas desigualdades (Souza, 2009). Enquanto muitos se deliciam com os prazeres de uma vida justa e digna, uma legião de invisibilizados socialmente caminha sobre as brasas da fome, da miséria, da precarização do trabalho, escolarização e saúde. Essa diferença já foi notada em inúmeros estudos (Fanon, 2008; Fernandes, 2020; Gonzales, 1988; Maldonado-Torres, 2020; Missiatto, 2021; Ribeiro, 1998), e sua existência não é uma exclusividade de nossos dias, longe disso, é uma faca cravada na carne brasileira que nos fere desde a colonização. A história não cansa de evidenciar que o presente de nossa sociedade foi construído sob os escombros do passado colonial, mantendo com esse passado um pacto de lealdade que institucionalizou nos dispositivos modernos os mecanismos históricos da anulação dos direitos dos grupos sociais subalternizados (Neves, 1994).

As constituições, mesmo a de 1988, um marco na promoção da cidadania brasileira não alterou o projeto tácito de opressão de identidades minorizadas, pelo contrário, as incorporou no discurso democrático apenas nos limites de sua representação simbólica. Pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e PcD's foram manifestos nos dispositivos legais, contudo sem assumir uma semântica de transformação que os alcançasse na realidade objetiva. É daí, do fato irretorquível apresentado pela realidade, que nasce a noção de constitucionalismo simbólico e cidadania de papel, (Neves, 1994).

Em seu livro *Constitucionalização simbólica*, Marcelo Neves (1994) desenvolveu o termo de igual nome ao de sua obra em que traça uma discussão sobre a limitada ação jurídica das constituições na produção dos direitos materiais, segundo Neves os textos normativos constitucionais não são capazes, em sua maioria, em produzir os efeitos que objetivam no corpo das leis, uma vez que o direito é, em si mesmo, afeto por outros sistemas sociais que controlam os dispositivos legais de modo direto e indireto. Em sua percepção as normas jurídicas constitucionais seriam apenas símbolos enquanto em torno delas gravitam discursos e práticas que operam para reprodução da sua ineficiência.

Evidente que a tese apresentada por Marcelo Neves gerou um grande número de controversas, principalmente dos juristas que se encontravam fortemente inspirados pela Constituição de 1988 e depositavam nela as últimas esperanças para o fortalecimento da democracia. Os opositores à noção de constitucionalização simbólica argumentavam que a tese levantada por Neves (1994) era problemática para a autonomia do direito, pois implicava uma

politização do sistema jurídico, e por não reconhecer qualquer efeito mais do que simbólico às Constituições, Neves acabava por negar aquilo que ele mesmo assumira ser possível no final de sua obra – a aprendizagem social com o direito (Carvalho, 2018).

Ambos os argumentos jurídicos falham por concentrar-se basicamente no campo legal e reduzirem os aspectos sociais a meros coadjuvantes na esfera jurídica. Embora haja um esforço significativo na obra de Marcelo Neves o doutrinador não foi capaz de aprofundar dados sociais que em sua própria natureza poderiam fortalecer seus argumentos, já, os outros, aqueles que não assumiram a proposição de Neves como argumentos razoáveis, o equívoco reside mais na cegueira legalista ao não admitirem a materialidade da cidadania menosprezada de milhões de brasileiras e brasileiros.

O fato é que, para além das apologias jurídicas, um mundo de verdades desconfortáveis desafia até os mais convictos juristas quanto às mazelas de um sistema constitucional que não foi capaz de incorporar para além dos simbolismos jurídicos a vida de centenas de milhares de pessoas que nasceram e se desenvolveram do outro lado da margem democrática. Falta neste debate mais da honestidade pronunciada em Du Bois (1935) e Mbembe (2017), especialmente no que concerne à concepção de que, embora teoricamente vibrante, as democracias modernas não foram capazes de transcender ao discurso e garantir ao povo oprimido o direito de uma justa cidadania.

O que há de emblemático nessa discussão e que passou despercebido por Neves e seus dissidentes é que a questão central se refere às vidas que estão sujeitas a uma cidadania materializada e quais aquelas que estão destinadas a uma cidadania de papel. Esse nos parece ser o âmago do problema. A história já nos deu evidências suficientes que pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outras, são recorrentemente enunciadas no *corpus* jurídico sem que consigam na prática garantir o que a Constituição preconiza. Daremos alguns exemplos apenas para título de ilustração.

Embora a Constituição (CF) reconheça desde seu nascimento (1988) o racismo como um crime, somente em 2021 o Supremo Tribunal Federal configurou a injúria racial como racismo, e deste modo, um crime imprescritível (STF, 2021). É certo que a comunidade negra ao se deparar com um crime de injúria racial contra um de seus membros entenda essa ofensa contra toda a humanidade negra, e perceber que seus efeitos deletérios se estendem não somente ao ofendido, mas sobre toda a população afro-brasileira. É certo também que tanto os ofensores quanto os ofendidos sabem, com maior ou menor clareza, que participam de uma sociedade cujas bases são coloniais e raciais, contudo, mesmo a injúria racial

ser uma obviedade no tecido social brasileiro, levou trinta e três anos para que a comunidade jurídica entendesse o que a vida social já denunciava há décadas (Nascimento, 1978).

Outro exemplo é o genocídio contra o povo Yanomami, mesmo a CF e outros dispositivos legais assegurando a proteção integral aos povos indígenas o que se viu acontecer nos últimos anos nos territórios Yanomami é uma verdadeira prova da ineficácia dos mecanismos legais. Povos indígenas sofrem com violências muitas vezes patrocinadas pelo Estado que, embora elaborem narrativas acerca do direito natural, executam sobre essas populações uma verdadeira artilharia com finalidade de extermínio (Pajolla, 2022).

Esses exemplos são apenas alguns nessa névoa de violações de direitos que vislumbram a ideia de que certos tipos de pessoas se encontram apenas representadas em um inócuo simbolismo constitucional. É claro que há os que desfrutam de uma gama de direitos, pessoas alocadas nos centros hegemônicos que dispõem não apenas do direito em si, mas ao direito de garantir direitos. Essas pessoas executam a cidadania plena e são capazes de gerenciar suas vidas tendo como suporte mínimo o Estado. A lei os alcança no campo teórico, mas não na concretude diária. O que possuem como realidade é uma vida perpassada por negligências e indiferenças estatais que colaboram para que tenham seus direitos reduzidos a uma esperança.

A cidadania de papel é o resultado prático do constitucionalismo simbólico, uma consequência imediata do Estado que forma um arcabouço de direitos simbólicos que mais serve como seu álibi do que para a produção da dignidade humana, especialmente a de grupos sociais marginalizados. A legislação como um álibi do Estado cria uma estrutura que responde aos problemas da população apenas da maneira normativa, sem se ocupar com sua real efetividade. A normatividade gera o “álibi” do Estado que quando questionado aciona em sua defesa as normas constitucionais para demonstrar seu suposto esforço em promover a defesa da cidadania (Neves, 1994).

2.1 Proposições de Efetivação Constitucional: Políticas Interseccionais

As responsabilidades aplicadas aos entes públicos geralmente se interseccionam em complexas políticas voltadas ao atendimento das necessidades coletivas. Quando se trata do âmbito escolar, com grande frequência, há o enlace das políticas educacionais com as promovidas pelo sistema de saúde. A promoção interconectada dessas ações, geralmente leva em consideração que a realidade não é estática, se modifica constantemente sendo importantes revisões e avaliações a partir dos resultados gerados pelo próprio passo das intervenções (AVAMEC, 2021).

Nesse sentido, as políticas de saúde também são, muitas vezes políticas de educação, e o contrário também é válido. Por vezes as ações de educação impactam significativamente na espera de saúde coletiva e as políticas em saúde pública são indispensáveis para o pleno atendimento das demandas emergentes na educação. Alguns desses casos ocorrem quando crianças chegam à escola apresentando necessidades específicas que precisam de atendimento especializado. Essa clientela muitas vezes apresenta demandas já diagnosticadas ou, por vezes, manifestam dificuldades que indicam a necessidade de encaminhamentos para diagnósticos e intervenções precisas, tanto no campo educacional quanto no de saúde (Cunha, 2021).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de serviço educacional oferecida no Brasil, que visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais, sejam elas decorrentes de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, entre outras condições. O AEE busca promover a inclusão desses estudantes no ambiente escolar regular, oferecendo recursos, estratégias e apoios pedagógicos especializados (EDIPUCRS, 2003).

A história do AEE remonta à década de 1980, quando o Brasil vivia um movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras legislações na tentativa de garantir a inclusão dessas pessoas no sistema educacional regular. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) foram marcos importantes nesse sentido. Posteriormente, em 2008, o Decreto nº 6.571 regulamentou o AEE, definindo-o como parte da oferta educacional da escola regular, que deve ser disponibilizada de forma complementar ou suplementar ao ensino regular. Esse atendimento é realizado por profissionais especializados, como professores de educação especial, em salas de recursos multifuncionais ou em outros espaços adequados (EDIPUCRS, 2003).

Apesar da importância do AEE, há uma série de desafios na sua efetivação e garantia do direito ao atendimento adequado. Um dos desafios é a falta de estrutura e recursos nas escolas para a oferta do AEE. Muitas instituições não possuem salas de recursos multifuncionais adequados, equipamentos especializados ou profissionais qualificados. Outro desafio é a demora na avaliação e no diagnóstico das crianças encaminhadas para a rede de saúde. Essa espera pode ser longa, o que prejudica o início do atendimento especializado e o planejamento adequado das intervenções pedagógicas. As famílias, muitas vezes, enfrentam dificuldades para acessar serviços de saúde especializados e acabam sendo deixadas sem acompanhamento adequado nesse processo, consequente gerando outros prejuízos para a criança/adolescente (Barciela, 2015; Montessori, 2014).

Além disso, existe o problema da invisibilidade das pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema educacional. Muitas vezes, elas são toleradas nas escolas, mas não são efetivamente incluídas (Montessori, 2014). Pode haver falta de tolerâncias curriculares, ausência de apoio pedagógico especializado e estigmatização por parte dos colegas e professores, se estendendo para a sociedade. Isso acaba prejudicando o desenvolvimento e a participação plena dessas crianças na escola. Para superar esses desafios, é necessário investir na formação de professores para o atendimento especializado, na ampliação da estrutura física das escolas e na garantia de acesso a serviços de saúde de qualidade, por fim, o aperfeiçoamento e efetivação das políticas públicas já existentes. Além disso, é importante promover a conscientização sobre a importância da inclusão e da valorização das diferenças, tanto entre os profissionais da educação quanto na sociedade como um todo (Brancher; Medeiros; Machado, 2019).

Considerando que, uma vez constatado a necessidade específica no atendimento, e que cada estudante é constituído de subjetividade e características únicas, o atendimento deve ser embasado nas especificidades e diferenças individuais, este pressuposto perpassa a noção de que o único sujeito detentor das garantias e direitos constituídos no âmbito educacional e aprendizagem seja somente o educando inserido no atendimento educacional especializado (AEE), a garantia de acesso à educação de qualidade abrange todos estudantes, também estudantes que apresentem dificuldades no aprendizado, sendo possível a evolução para quadros mais complexos, quando o estudante fica desassistido. Infere-se que um dos primeiros passos para sanar as inseguranças e as dificuldades geradas pela inclusão é a busca por garantia e efetividade de direitos e metodologias que diferenciam o ensino, tornando-o capaz para atender as mais diversas necessidades dos alunos em seu percurso educacional, em conjunto com a atenção integral em saúde e assistência social.

2.2 Atendimento Multiprofissional: possibilidades frente aos desafios

A convergência dos diversos saberes no exercício multidisciplinar precisa se tornar uma prática cada vez mais comum nas diversas áreas, principalmente na promoção da saúde e prevenção de agravamentos e o surgimento de outras dificuldades. Alguns dos benefícios incluem:

1. Identificação precoce de dificuldades de aprendizagem: através da intervenção clínica multidisciplinar, profissionais de diferentes áreas podem trabalhar juntos para identificar sinais precoces de dificuldades de aprendizagem em alunos. Isso pode ajudar a evitar que essas dificuldades se tornem problemas mais graves.

2. Abordagem holística do aluno: uma intervenção clínica multidisciplinar permite que profissionais de diferentes áreas trabalhem juntos para entender o aluno como um todo, incluindo suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Isso pode levar a uma abordagem mais abrangente para o ensino e aprendizagem.
3. Melhoria na comunicação entre escola e pais: uma intervenção clínica multidisciplinar pode ajudar a melhorar a comunicação entre escola e pais, pois os profissionais envolvidos podem trabalhar em conjunto para fornecer informações precisas e atualizadas sobre o progresso do aluno.
4. Desenvolvimento de estratégias de ensino mais eficazes: a intervenção clínica
5. Uma abordagem integrativa que leva em conta não apenas os aspectos físicos da saúde, mas também os aspectos emocionais, sociais e psicológicos do paciente.
6. Melhor coordenação de cuidados: com diferentes profissionais trabalhando
7. Maior Efetividade
8. Maior acesso a especialistas
9. Redução de custos e agravamentos com o atendimento multidisciplinar

Os profissionais que podem compor a equipe multiprofissional em saúde, pode ser constituída por fonoaudióloga, fisioterapeuta, psicóloga, assistente social, terapeuta ocupacional e psiquiatria, dentre outros que se fizerem necessários, desempenhando cada qual seu trabalho, realizando atendimento clínico, escolar e social, articulando seus saberes com o planejamento pedagógico e visando diminuir os problemas e dificuldades extraescolares que interferem no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, os quais só a pedagogia por si só não tem dado conta (SAPS, 2023).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O constitucionalismo simbólico ainda é uma ameaça à dignidade humana e à justiça social. Muitas vezes, os governos e as instituições jurídicas usam o símbolo da Constituição para promover uma imagem positiva, mas não se comprometem de fato com a realização dos direitos fundamentais, produzindo uma espécie de cidadania ilusória e fictícia para grupos lidos como dissidentes. Isso pode levar a uma falta de recursos e medidas concretas para garantir a proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais. Torna-se necessário a

dinamização de suas raízes estruturadas na consciência subjetiva e social, a fim de evidenciar o papel do Estado na garantia e proteção dos direitos.

Outro ponto fundamental, e que se faz a partir da materialidade da narrativa inicial, é a intersecção entre as redes, educação, saúde e demais que forem necessárias, pois é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, para isso é preciso que as políticas constitucionais de fato sejam abrangentes e efetivas a toda esfera social, bem como a oferta de serviços e estratégias que minimizem impactos educacionais e em saúde, frente à problemática que se tem apresentado no contexto escolar, carecendo de soluções emergenciais que possam potencializar os atendimentos já ofertados e providenciar os que são deficitários.

Destarte, o atendimento integrado permite que profissionais de ambas as áreas trabalhem juntos para promover a saúde, prevenir doenças e melhorar o bem-estar geral dos alunos, com amplas possibilidades de gerar resultados educacionais mais positivos. Em resumo, o intercruzamento entre educação e saúde, por meio da atenção multidisciplinar, é fundamental para garantir a saúde, bem-estar e cidadania dos estudantes, além de melhorar o desempenho acadêmico e reduzir os custos de saúde a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

ANDERS, C. et al. Attending to the intersectionality and saliency of clients' identities: A further investigation of therapists' multicultural orientation. **Journal of Counseling Psychology**, v. 68, n. 2, p. 139–148, 2021.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. [s.l.]: Editora Elefante, 2019.

AVAMEC, **Aperfeiçoamento em Bem-Estar no Contexto Escolar**, (2021). Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/14130/unidade/7888/acessar?continue=false> acesso: 27/03/2023

BARCIELA, Francisco Galvão do Amaral Pinto. **O estudo errado e a escola conivente: a escola como reprodutora das estruturas do capitalismo**. 2015.
BOIS, W. E. B. DU. **Black reconstruction: an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880**. New York: Harcourt Brace & Company, 1935.

CARVALHO, D. R. Caminhos para a superação da tese da constitucionalização simbólica. **Revive - Revista de Ciências do Estado**, v. 03, n. 02, p. 234–253, 2018.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. **Deficiência como expressão da questão social**. *Serviço Social & Sociedade*, 2021, 303-321.

DA SILVA, Alessandro Soares; ORTOLANO, Fábio. **DIREITOS HUMANOS COMO FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA E DA EDUCAÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ.** *Revista do Mestrado em Direito da UCB*, 2022, 146-183.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** [s.l.]: FGV Editora, 1999.

DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel. A infância, a adolescência e os Direitos Humanos.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

EDIPUCRS. **Educação especial: em direção à educação inclusiva.** [s.l.], 2003.

FANON, F. **Pele negra, máscara brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERRARO, Alceu Ravanello. **A trajetória das taxas de alfabetização no Brasil nas décadas de 1990 e 2000.** *Educação & Sociedade*, 2011, 32: 989-1013.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** *Revista Isis Internacional*, v. 9, p. 133-141, 1988.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Eds.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico2.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais.** [s.l.]: Editora Vozes Limitada, 2017.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** [s.l.: s.n.], 2016.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. **Colonialidade Normativa.** [s.l.]: Editora Appris, 2021.

MONTESORI, Maria. **Para educar o potencial humano.** [s.l.]: Papirus Editora, 2014.

NASCIMENTO, A. DO. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEVES, M. **A constitucionalização simbólica.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

NEVES, Marcelo. **Constitucionalização Simbólica e Desconstitucionalização Fática:** mudança simbólica da constituição e permanência das estruturas reais de poder. Trabalho apresentado à XV Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em Foz do Iguaçu, de 04 a 08 de setembro de 1994

PAJOLLA, Murilo. **Bolsonaro estimulou avanço de garimpeiros sobre os Yanomami; relembre casos e declarações**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/bolsonaro-estimulou-avanco-de-garimpeiros-sobre-os-yanomami-relembre-casos-e-declaracoes>

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
SAPS, Secretaria de Atenção Primária a Saúde. **Com novas especialidades, Ministério da Saúde retoma investimento em equipes multiprofissionais em todo Brasil, 2023**. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/21417>. Acesso: 06/01/2024

STF, Supremo Tribunal Federal. **Injúria racial é crime imprescritível, decide STF**, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=475646&ori=1>. Acesso: 06/01/2024

CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO (NEO)LIBERAL E ATUAÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

[Artigo]

Vilsemácia Alves Costa

Sobre a autora:

Vilsemácia Alves Costa: Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Pós-graduada em Políticas Públicas e Intervenção Social pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Servidora pública em exercício na UERN, lotada na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO (NÉO)LIBERAL E ATUAÇÃO DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA¹⁵

CONFIGURATIONS OF SOCIAL POLITICS IN (NEO)LIBERAL CONTEXT AND STATE ACTING IN A CAPITALIST SOCIETY

Vilsemácia Alves Costa

RESUMO

O presente artigo apresenta o percurso histórico do (neo)liberalismo, enfatizando os principais acontecimentos que marcaram a transição entre as fases do capitalismo. Para tanto, estabelece como marco temporal inicial a fase conhecida como “idade de ouro” do capitalismo, que tem início após a Segunda Guerra e se estende até o final da década de 1960. Assim, este artigo aborda os principais acontecimentos e fatos históricos que provocaram mudanças no sistema capitalista no decorrer do tempo, além de explicar como este sistema, por meio da política neoliberal, tem ditado as relações econômicas, sociais e culturais em escala global. Ainda na primeira parte, este artigo realiza uma análise da conjuntura social e econômica atual, a qual é marcada pelo fortalecimento do ideário neoliberal e suas nefastas consequências para a implementação das políticas sociais. Em seguida, o artigo faz uma abordagem conceitual das políticas sociais e dos modelos Bismarckiano e Beveridgiano de proteção social, especificando as principais diferenças entre esses dois modelos pioneiros de proteção social. Por fim, este artigo versa sobre desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, com ênfase no período posterior a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Neoliberalismo; ação estatal; proteção social.

ABSTRACT

This article presents the historical path of (neo)liberalism, pointing out the main events that marked the transition between phases of capitalism. For that, the established time frame is known as the “golden age” of capitalism, starting right after World War Two until the end of the 60’s age. Thus, this article addresses the main events and historical facts that provoked changes in the capitalist system through the ages, further explaining how this system, through neoliberal politics, has dictated the cultural, social, and economic relations on a global scale.

DATA DE SUBMISSÃO: 10/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 29/12/2023

15 Linha editorial 2: Saúde, Meio Ambiente e Vulnerabilidades Sociais: os desafios para o desenvolvimento humano saudável e sustentável na América Latina.

Still, in the first part, this article analyzes the current global economy and social conjecture, which is marked by the neoliberal ideal strengthening and its harmful consequences to the implementation of social politics. Then, the article does a conceptual approach to social politics and the Bismarckian and Beveridgian models of social protection, specifying the main differences between these two models, pioneers of social protection. Finally, this article talks about the development of social politics in Brazil, emphasizing the period before the promulgation of the Federal Constitution of 1988.

Key-words: Neoliberalism; State Acting; Social Protection.

1. INTRODUÇÃO

As discussões presentes neste artigo encontram-se divididas em duas partes. A primeira parte deste artigo, sob o título “(Neo)liberalismo: Origem e impacto nas Políticas Sociais” abordará as características e a origem do neoliberalismo, uma versão moderna e contemporizada do liberalismo clássico do século XVII, sob o contexto socioeconômico de desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Considerando que as políticas de cunho neoliberal exercem forte influência sobre a atuação do Estado e na implementação e gestão das políticas sociais, torna-se fundamental situar historicamente o surgimento do (neo)liberalismo e o papel desempenhado pelo Estado na condução das políticas sociais em tempos de perceptível e famigerado avanço da agenda neoliberal.

A segunda parte do texto intitulada “Políticas sociais: breve conceituação e traçado histórico” está dividida em dois subitens, quais sejam: “Os modelos europeus Bismarckiano e o Beveridgiano de proteção social” e “Políticas Sociais no Brasil pós-1988”. Após discorrer sobre os dois modelos de proteção social, este artigo apresentará brevemente a conceituação das políticas sociais, com base na concepção de alguns autores, tais como Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Marta Arretche, Potyara Pereira, entre outros.

Em seguida, este artigo abordará as especificidades das políticas sociais implementadas no Brasil após promulgação da Constituição de 1988. Cabe ressaltar que essas políticas estão inseridas em um contexto de acentuada precarização e desmonte de direitos sociais, fruto do processo de implementação de políticas neoliberais, especialmente nos países periféricos do capitalismo mundial.

Por fim, é válido destacar que as abordagens realizadas neste artigo têm como referência teórica a compreensão dos fenômenos sociais, considerando-os a partir do estudo e análise do contexto histórico, ou seja, da dinâmica social na qual os indivíduos estão inseridos na sociedade. Portanto, as discussões realizadas neste artigo basear-se-ão na concepção marxista para a compreensão da realidade, segundo a qual os homens são os responsáveis pela sua própria

história, porém não a conduzem conforme sua própria vontade. Desse modo, este artigo considera a perspectiva segundo a qual a construção da história e a dinâmica da realidade estão subordinadas a condições já determinadas e transmitidas historicamente.

2. (NEO)LIBERALISMO: ORIGEM E IMPACTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

No início dos anos de 1960, o capitalismo vivenciou o auge de um período de expressivo desenvolvimento, sendo denominado por alguns estudiosos como a “idade de ouro do capitalismo”, cujo início ocorreu no período pós Segunda Guerra Mundial (1945) e se estendeu até o início dos anos de 1970. A cidadania civil e social foi ampliada, sendo esta última vinculada à garantia dos direitos sociais. Nesse período, o Estado intervia na provisão social através da efetividade das políticas sociais e, por esta razão, ficou conhecido como “Estado de Bem-Estar social”, o *Welfare State*.

Não obstante, este padrão de desenvolvimento começou a dar indícios de seu declínio a partir do final da década de 1960, com a decadência das economias centrais, conforme aponta Perry Anderson (1995). A queda das taxas de lucro desses países, o endividamento internacional, a elevação da taxa de desemprego e de inflação, evidenciam esse processo. Segundo Perry Anderson (1995), as tentativas para resolver tal situação induziram a estruturação de um novo modelo denominado neoliberal, baseado na informalidade e precarização do trabalho (por meio do processo de reestruturação produtiva), no desemprego, na privatização de serviços públicos e no desmonte dos direitos sociais. A resposta diante da recessão dependeria do nível de desenvolvimento histórico de cada país, que adotariam, individualmente, medidas personalizadas de combate à crise. Em seu texto “Balanço do neoliberalismo”, Perry Anderson (1995) ressalta que o neoliberalismo surge como uma solução para a crise econômica instaurada no início da década de 1970, cuja culpa era atribuída à excessiva intervenção do Estado na economia e aos gastos públicos na área social, conforme acreditavam os liberais. A partir desse momento ocorre o declínio dos princípios keynesianos e de toda a lógica redistributiva e da política do pleno emprego.

Perry Anderson (1995, p. 2) reforça que “segundo os neoliberais, o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”. Assim, o Estado tinha sua atuação voltada para a garantia das condições ideais de produção, eliminando as barreiras para o desenvolvimento dos superlucros dos agentes econômicos. Portanto, atuava um Estado forte para a defesa dos interesses do capital e mínimo para os interesses sociais.

A partir da década de 1980, a reestruturação da economia ocorre por meio da revolução na área tecnológica e na forma de organização da produção: é a chamada reestruturação produtiva, onde se objetivava produzir cada vez mais para atingir os superlucros. Esse período também foi caracterizado pelo fenômeno da globalização/mundialização da economia e pelo retorno do ideário liberal, com nova definição do papel do Estado na proteção social.

A concepção neoliberal baseia-se na institucionalização da desigualdade, considerada necessária e fundamental para a realização do bem comum; este é um dos principais pilares ideológicos do ideário neoliberal. O bem comum, segundo os liberais, só seria alcançável por meio da liberdade individual dos indivíduos que, ao buscarem sua realização e atendimentos de suas próprias necessidades, estariam contribuindo para que o bem comum fosse atingido e, assim, todos seriam beneficiados. Este é o pensamento liberal defendido por Friedrich Hayek (fortemente defendido em sua obra, “O caminho da servidão”, publicado em 1944), Adam Smith, John Locke, Karl Popper, entre outros.

Na economia, o neoliberalismo adota todas medidas necessárias para garantir a maximização dos lucros. Para tanto, suas medidas incluem o forte controle e pressão sobre os sindicatos com vistas a abolir o pleno emprego, além da defesa da elevação dos juros como medida para conter a inflação. Na concepção liberal burguesa, o trabalho não passa de mera mercadoria a ser regulada pela “mão invisível do mercado” e o Estado desempenharia o papel de regulador das relações antagônicas e conflituosas entre capital e trabalho.

Os defensores do neoliberalismo advogam pela autorregulação do mercado e condenam a interferência do Estado na economia, tendo, assim, a liberdade econômica como princípio basilar. A privatização e o desmonte das instituições e dos serviços públicos também fazem parte da agenda neoliberal. De acordo com Behring e Boschetti (2007):

O predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal. O papel do Estado, uma espécie de mal necessário, na perspectiva do liberalismo, resume-se a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os ‘benefícios aos homens’. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 56).

Nessa perspectiva, as autoras corroboram a ideia de que o Estado atua em favor da classe burguesa, constituindo-se, assim, em um instrumento de poder utilizados pelos capitalistas para alcançar seu principal objetivo, qual seja, a expansão ilimitada dos lucros. Assim, Behring e Boschetti (2007), baseadas no pensamento marxiano, afirmam que o Estado (apesar de sua relativa autonomia), consistia em um verdadeiro comitê da classe burguesa

que, por meio da coerção e de seus instrumento repressivos, reprimia os trabalhadores e sua luta por direitos através da força. Além de realizar essa repressão, o Estado manifesta o seu caráter de classe ao garantir as condições econômicas e políticas favoráveis ao mercado, assegurando a liberdade econômica dos agentes através do livre mercado, tendo em vista que, de acordo com os preceitos liberais, Behring e Boschetti (2007, p. 56) afirmam que é “a mão invisível do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum”.

O Estado, cooptado pelos interesses da classe burguesa, monta uma estrutura que ajuda a manter e fortalecer o capital e, como exemplo, evidencia-se a estruturação de um sistema tributário e fiscal que concede generosos benefícios aos detentores do capital, através de isenções e concessões fiscais, facilidade para obter crédito, construções de megaestruturas aeroviárias, portuárias, terrestre, entre outras. Assim, o Estado, diante das necessidades impostas pelo capital, disponibiliza os recursos sob sua gestão para “a reprodução ampliada do capital”, utilizando, para isto, o fundo público, conforme defendem Behring e Boschetti (2018).

Acrescenta-se a tudo isto o fato do Estado, além de viabilizar as condições econômicas ideais aos interesses burgueses, viabiliza também as condições legais de legitimação dos interesses do capital através da criação de um aparato jurídico, formado por um conjunto de leis que formalizam os atos e conferem legalidade às práticas capitalistas no âmbito da sociedade de classes. Diante do exposto, podemos afirmar que o Estado consistiria em um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, regulamentando a exploração do sistema do capital.

No campo social, podemos afirmar que a lógica (neo)liberal, sob o conhecido argumento da crise fiscal do Estado, é responsável transformação de políticas sociais em políticas focalizadas, pontuais e compensatórias, limitando as possibilidades redistributivas e preventivas e fortalecendo a lógica da privatização, focalização, descentralização e da desresponsabilização do Estado na organização e efetivação plena das políticas sociais.

A concepção liberal/conservadora ou neoliberal tem como fundamento a evidência da excelência do modo individualista e seletivo de distribuir recursos em espécie, apenas aos necessitados, que por ventura o mercado não tenha dado conta de atender. Esta concepção, segundo Pereira, Silva e Patriota (2006), prega a excelência do mercado no bem-estar social, defende a ideia de que a interferência do Estado nas relações sociais introduziria perturbações ao mecanismo de mercado, dificultando o livre jogo da oferta e da procura. Assim, diante do intenso processo de globalização (tão evidenciado na conjuntura neoliberal), verifica-se a ação reduzida do Estado no que concerne

ao campo social, gerando um drástico sucateamento das políticas públicas sociais, contribuindo, desse modo, para a negação dos direitos sociais.

Portanto, corroboramos com a ideia de que sob a ótica do ideário neoliberal, as políticas sociais visam o atendimento da população vulnerável, desprovida de recursos materiais e que, por esta razão, demanda proteção social por parte do Estado, cuja atuação baseia-se na mínima intervenção nas relações de mercado, de modo que este seja conduzido conforme as suas próprias regras. Segundo a perspectiva neoliberal, o mercado é o principal instrumento de regulação social, com total ênfase na defesa do Estado mínimo e tem como meta a estabilidade monetária. A reestruturação produtiva é compatível com os ajustes neoliberais, refletindo, assim, na desregulamentação de direitos sociais, no corte dos gastos sociais e na valorização do mérito individual. A flexibilidade na economia – acumulação flexível – possibilita maior produtividade da força de trabalho com custo menor. A globalização faz parte das mudanças no mundo do trabalho. A “mundialização da economia” representa a nova configuração da ordem econômica, política e social do capital transnacional.

Neste período de expansão das políticas neoliberais, as políticas sociais sofreram e ainda sofrem cortes sistemáticos em seu orçamento, haja vista a orientação dos organismos internacionais é a focalização das ações com estímulos a fundos sociais de emergências, a mobilização da solidariedade individual e voluntária, bem como as organizações filantrópicas e organizações não-governamentais. O apelo à solidariedade e à parceria desresponsabiliza o Estado e despolitiza as relações sociais, deslocando a questão social da esfera pública e inserindo-a no plano de filantropia, como explicam Pereira, Silva e Patriota (2006). Desse modo, ocorre o desfinanciamento da proteção social em prol do pagamento da dívida pública. A meta é a obtenção do superávit primário e corte de gastos, evidenciando-se a crescente mercantilização dos serviços públicos e a redução dos direitos sociais, além da execução de várias reformas no âmbito do Estado.

Não há democracia sem direitos universalmente garantidos. As políticas neoliberais orientam a retração do Estado, ampliando as relações mercantis, as quais chocam com os direitos universais dos cidadãos. Estas políticas, combinadas com políticas sociais focalizadas e emergenciais atentam contra o direito principalmente daqueles que dependem da esfera pública para a garantia dos direitos universais.

3. POLÍTICAS SOCIAIS: BREVE CONCEITUAÇÃO E TRAÇADO HISTÓRICO

As sociedades anteriores ao capitalismo assumiam determinadas responsabilidades sociais, objetivando apenas o controle da ordem social e a punição e repressão da vagabundagem e da ociosidade. As ações filantrópicas

e pontuais de cunho assistencial são identificadas como as primeiras formas de políticas sociais.

As políticas sociais surgiram de forma diferenciada entre os países, pois o seu surgimento está diretamente relacionado aos movimentos de organização e luta da classe trabalhadora e aos diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas em cada país.

As primeiras iniciativas de políticas sociais foram identificadas ao decorrer do processo de ascensão do capitalismo em meio à efervescência da Revolução Industrial, no período marcado pelo conflito entre classes e pela maior intervenção do Estado. Costuma-se relacionar a sua origem aos movimentos de massa social-democratas e à afirmação dos Estados-Nação da Europa ocorrida no final do século XIX, período este em que o Estado capitalista assumiu e realizou ações sociais mais amplas, planejadas, sistematizadas e com certa obrigatoriedade. Somente no século XX, sobretudo, a partir dos anos 1940, a política social passou a ser reconhecida como direito.

Dessa forma, podemos afirmar que a sociedade urbano-industrial e a grande indústria caracterizam o contexto no qual os trabalhadores puderam se organizar e politizar suas necessidades, reivindicando-as e transformando-as em lutas e questão de interesse coletivo. Foi justamente através de incessantes lutas sociais da classe trabalhadora que o Estado passou a reconhecer as necessidades destes e de suas famílias, originando, assim, as políticas de proteção social ancoradas em direitos e garantias sociais.

A fim de abordarmos os aspectos conceituais, discorreremos sobre a percepção de alguns autores acerca das políticas sociais, entre eles Machado e Kyosen (2000), para quem a política social é uma política essencial para garantir o “bem-estar dos cidadãos”, constituindo elemento de reivindicação de vários movimentos sociais e sindicais. Ainda sobre o conceito de políticas sociais, Yasbek (2004) resgata a concepção de Offe ao afirmar que:

A política social consiste em uma atribuição, definida politicamente, de direitos e deveres legais dos cidadãos. Estes direitos consistem na transferência de dinheiros e serviços com objetivo de compensar condições de necessidade e risco para o cidadão que goza de tal direito, e que não consegue acesso a esses mesmos bens com seus próprios recursos e/ou dotes individuais. (Offe *apud* Yasbek, 2004, p. 23).

Partindo desta concepção, a política social se refere a um mecanismo de acesso a bens e serviços. Tais recursos seriam uma forma de compensar a população mais vulnerável socialmente pela sua condição. Desta forma, política social teria a função de suprir as carências básicas da população, tais como saúde,

educação, alimentação, entre outras necessidades fundamentais. O Estado, assim, utiliza as políticas sociais como um meio de atenuar as desigualdades sociais e econômicas, objetivando, assim, o enfrentamento e a amenização da questão social no capitalismo, o qual se encontra fundamentado nas relações permeadas de conflitos e baseadas por interesses divergentes e contraditórios entre o capital e o trabalho.

Com base na definição de Marshall sobre políticas sociais, Coelho (2012) afirma que:

A expressão “Política Social” não é um termo técnico com um significado preciso [...] será empregada sempre com referência à política dos Governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda (Marshall *apud* Coelho, 2012, p. 42).

A partir desta definição, Marshall destaca a imprecisão do conceito de políticas sociais, evidenciando a atuação dos governos no que se refere à geração de renda e serviços, de modo a utilizar as políticas sociais para provocar impactos na vida e no bem-estar das pessoas.

Conforme a concepção de Coelho:

As políticas sociais públicas constituem-se no conjunto de decisões e ações de Estado e governos no campo de materialização dos direitos sociais que rebatem diretamente na vida dos cidadãos, gerando *efetivações* ou conquistas, e possibilitando a ampliação de suas *capacidades e liberdades* (Coelho, 2012, p. 44).

A partir desta concepção, as políticas sociais devem possibilitar às pessoas conquistas, as quais terão algum efeito/impacto em sua vida. Segundo a autora, as políticas sociais públicas tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus usuários, sendo, portanto, um elemento que pode expandir e ampliar as capacidades e liberdades dos mesmos. Sob essa ótica, as políticas sociais públicas são consideradas aliadas do desenvolvimento, tendo em vista que o alcance de efetivações pode levar ao desenvolvimento dos indivíduos.

De acordo com a Coelho (2012), a concepção de políticas sociais públicas como o “Estado em Ação” está se ampliando e ganhando novos significados na medida em que aumenta intervenção do Estado (que adquire novas funções) na realidade social, incluindo no atendimento às parcelas específicas da população, organizações tanto públicas quanto privadas.

Coelho referencia Holfling, o qual faz a seguinte afirmação:

[...] políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio,

para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (Höfling *apud* Coelho, 2012, p. 43).

Destarte, com base nesta concepção, podemos afirmar que as políticas sociais possuem como objetivo amenizar as desigualdades sociais e suas mazelas, oriundas de um modo de produção, ou seja, um modelo econômico que priva maior parte da população dos bens produzidos coletivamente por toda a sociedade. E é justamente a somatória destes recursos advindos dos bens produzidos pelo conjunto da sociedade que são responsáveis pelo financiamento das políticas sociais através da tributação (especialmente pela arrecadação de impostos indiretos), além de outras contribuições financiadas pela classe trabalhadora.

A ampliação e expansão das políticas sociais ocorrem após a Segunda Guerra Mundial, com a experiência do *Welfare State*: o Estado de Bem Estar Social em diversos países da Europa Ocidental, período este caracterizado pela maior atenção do Estado para as necessidades sociais, ou seja, um Estado mais preocupado com a proteção social.

Behring e Boschetti (2007), com base nas reflexões de Pierson, afirmam que para este autor, alguns elementos explicam a emergência de políticas sociais no final do século XIX. O primeiro elemento consiste na criação de políticas sociais regidas pela lógica do seguro social na Alemanha, a partir de 1883. Essa nova forma de intervenção estatal na condução das políticas sociais marcou o reconhecimento por parte do Estado da necessidade de proteger as pessoas que estavam incapacitadas de trabalhar, considerando que esta incapacidade devia-se, por exemplo, a idade avançada, enfermidades, desemprego.

O segundo elemento que o autor aponta é que, nesse período, as políticas sociais ampliam a ideia de cidadania e tiram o foco de suas ações, as quais eram voltadas somente para os casos de extrema pobreza. Ocorre, assim, uma modificação na relação do Estado com os cidadãos. Destarte, o Estado passa a se preocupar também com o atendimento das necessidades sociais e não somente com a manutenção da ordem.

3.1 Os modelos europeus bismarckiano e o beveridgiano de proteção social

Os seguros sociais são legalmente reconhecidos como o estabelecimento de direitos e deveres dos cidadãos. A proteção social concedida pelo Estado torna-se veículo para o exercício da cidadania. Também nesse período constatamos o aumento do gasto social, onde no início do século XX os Estados europeus comprometiam uma parcela maior do Produto Interno Bruto (PIB) na área social.

Segundo Boschetti e Behring (2007), as primeiras iniciativas de proteção social ocorrem justamente neste período através da criação de caixas de poupança e previdência organizadas pelos trabalhadores com a finalidade de manter aqueles trabalhadores em greve. Sobre esta estratégia de organização e colaboração mútua dos trabalhadores, Boschetti e Behring afirmam que:

Essa forma de solidariedade de classe, contudo, foi completamente desvirtuada na Alemanha, quando o governo do chanceler Otto Von Bismarck instituiu o primeiro seguro-saúde nacional obrigatório em 1883, no contexto de fortes mobilizações da classe trabalhadora. As iniciativas tomaram forma de seguro social público obrigatório, destinada a algumas categorias específicas de trabalhadores e tinham como objetivo desmobilizar as lutas (Boschetti; Behring, 2007, p. 65)

Desse modo, delineiam-se as características do modelo bismarckiano de proteção social, cujos fundamentos divergem do modelo beveridgiano. Salvador e Boschetti (2006) afirmam que foi com base nestes dois modelos que os países capitalistas da Europa Central instituíram seus sistemas de proteção social.

O modelo Bismarckiano teve origem na Alemanha, no final do século XIX, no governo de Otto Von Bismarck e tinha como objetivo garantir renda aos trabalhadores nos momentos de ausência de trabalho. É um sistema de seguro social, pois se assemelha aos seguros privados, onde os direitos a determinados benefícios estão condicionados a contribuição prévia e a quantia recebida é proporcional a contribuição realizada. Os recursos para o financiamento são recolhidos dos empregados e empregadores, baseados principalmente na folha de salários. O modelo Bismarckiano possibilitava o acesso aos direitos somente dos contribuintes, excluindo a maior parte da população que não faz parte do mercado formal de trabalho. É conforme a lógica deste modelo que se estruturam os direitos da previdência social na maioria dos países capitalistas, inclusive o Brasil (embora, nesse caso, assumam características próprias).

Contrariamente a esta lógica, surge o modelo Beveridgiano na Inglaterra, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de combater a pobreza e miserabilidade, baseava-se na ideia de direitos universais, com a garantia dos mínimos sociais a todos os cidadãos que necessitem de proteção. Segundo esse modelo, pensado por William Beveridge, não há exigência de contribuição individual para ter acesso ao direito e o Estado seria o provedor dos bens e serviços sociais. O fato de ter nascido em determinado país já confere ao indivíduo o direito à proteção social. O financiamento provém de tributos (orçamento fiscal) e da gestão pública/estatal. Segundo Pereira (2011), foi em consonância com essa lógica que vários governos adotaram medidas favoráveis ao pleno emprego, de acordo com a doutrina keynesiana,

que exerceu grande influência no pensamento econômico da primeira metade do século XX.

Em diversos países as políticas que compõem os sistemas de seguridade social apresentam características dos dois modelos de proteção social e em diferentes níveis de intensidade. A seguir, iremos analisar como estas políticas foram pensadas e implementadas no Brasil, especificamente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

3.2 Políticas Sociais no Brasil após a Constituição de 1988

As políticas sociais brasileira adquirem particularidades indissociáveis de sua formação histórica, política e social. Afinal, o Brasil não faz parte dos países capitalista centrais, os quais foram os precursores no desenvolvimento de políticas sociais.

O Brasil carrega em seu histórico um passado de escravismo e exploração, e por esta razão que o pauperismo, as desigualdades sociais sempre estiveram presente na sociedade brasileira. Porém, somente a partir da primeira década do século XX é que a questão social será colocada como questão política, com as primeiras manifestações dos trabalhadores e com as primeiras legislações voltadas para o mundo do trabalho. Destacamos, ainda, que os direitos sociais no Brasil são frutos da luta entre as classes, o que evidencia a correlação de forças predominantes na sociedade. O sistema brasileiro de proteção social, antes do novo cenário político e social instituído pela Constituição de 1988, caracterizava-se por um conjunto disperso, fragmentado de ações, com índices de cobertura muito aquém do que realmente se fazia necessário e com evidentes lacunas no financiamento das ações na área social.

No entanto, a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, instituiu as políticas de seguridade social, quais sejam a saúde, assistência e previdência, reconhecendo e estabelecendo direitos que agora poderiam ser legalmente reivindicados pela população ao poder público. Além disso, a Constituição de 1988 instaurou novas diretrizes para a condução destas políticas, reorganizando-as e reestruturando-as. Foi a partir da promulgação da Constituição de 1988 que verificamos a ampliação do sistema de proteção social brasileiro.

Os ideais neoliberais que chegavam ao país no início da década de 1990, foram fundamentais, segundo Boschetti (2009, p. 09), “para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais”. Este fato tem seríssimas implicações no sistema de proteção social do Brasil e consequentemente, nas políticas que compõem esse sistema.

A seguridade social brasileira incorporou os princípios dos modelos bismarckiano e beveridgiano, ambos mencionados no item anterior. Ao mesclar características dos dois modelos, as políticas que compõem a seguridade social brasileira (saúde, assistência social e previdência social) apresentam consideráveis diferenças em sua estrutura e aplicabilidade.

No caso brasileiro o direito à previdência social é restrito aos trabalhadores contribuintes, a saúde é universal, tendo em vista que é destinada a todos os cidadãos e a assistência social é limitada, sendo direcionada àquelas pessoas que dela necessitar. Segundo Boschetti (2009, p.1), “em um contexto de agudas desigualdades sociais, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho, esse modelo, que fica entre o seguro e a assistência, deixa sem acesso aos direitos da seguridade social uma parcela enorme da população”.

Então, percebemos que apesar dos avanços sociais garantidos pela Constituição de 1988, ocorre ainda restrição de direitos e o acesso pleno a esses direitos não é garantido a toda população. Aderindo à lógica do mercado, as políticas sociais brasileiras apresentam caráter seletivo e focalizado em suas ações. O Estado transfere para o setor privado sua responsabilidade de conduzir serviços sociais, mercantilizando-os, privatizando-os e, conseqüentemente, limitando o acesso aos direitos.

No Brasil, os valores, condicionalidades e forma de gestão dos programas de transferência de renda colocam-nos na condição de políticas compensatórias, suscetíveis às vontades, interesses e intenções de cada governo que passa a gerir determinado programa. No contexto brasileiro, os princípios do modelo bismarckiano (modelo do seguro social) prevalecem na previdência social e os do modelo beveridgiano atualmente norteiam o sistema público de saúde e de assistência social, fazendo com que a seguridade social brasileira fique entre o seguro e a assistência social. Quanto mais a seguridade social estiver associada à lógica social e quanto mais afastada estiver da lógica do seguro, maior será a possibilidade de garantir o acesso da população aos direitos que foram legitimados constitucionalmente. Estes dois modelos serão abordados mais detalhadamente mais adiante.

Com a Constituição Federal de 1988, os municípios tornaram-se politicamente autônomos e as relações entre as instâncias federal, estadual e municipal foram redefinidas com o processo de descentralização da gestão das políticas da área social, redefinindo as competências de cada ente federativo na elaboração, implementação e condução das políticas sociais. De acordo com a concepção de Arretche (1999), as dimensões da pobreza brasileira e, portanto, da população-alvo dos programas sociais, a gestão de políticas sociais em nosso país tende a ser simultaneamente cara e ineficaz, na medida em que tende a consumir um elevado volume de recursos e apresentar baixos níveis de proteção efetiva.

Os direitos estão em retração na era dos mercados. O conjunto de direitos duramente conquistados na Constituição de 1988 foi submetido à lógica do ajuste fiscal, havendo uma discrepância, uma incompatibilidade entre direito e realidade. Foi exatamente na década de 1990 que estes fatos podem ser evidenciados, tendo em vista que a perspectiva adotada foi a da solidariedade, refilantropização da pobreza, da responsabilidade social, do corte nos gastos sociais, da mercantilização dos serviços sociais, o que contribuiu para o sucateamento de muitos destes serviços e para o desmonte e regressão dos direitos.

Então, o que podemos identificar na década de 1990 é a desregulamentação da Constituição Federal de 1988, num ataque aos princípios universais previstos. Os direitos antes mesmos de serem implementados já sofreram com a desregulamentação, por meio das reformas realizadas na previdência, com significativas percas para os trabalhadores e da focalização da assistência social e a universalização excludente na saúde. Sobre esta última, é mister destacar a transferência de responsabilidade pública da gestão ao setor privado que, ao assumir cada vez mais a administração de instituições públicas de saúde, lucram duplamente, pois além de receberem quantias vultosas de dinheiro público para a gestão de grandes hospitais, também maximizam seus lucros com a oferta clássica dos serviços privados, os quais são destinados exclusivamente às pessoas que podem pagar por tais serviços.

Voltemos agora à discussão sobre as políticas sociais de forma geral. Assim, podemos destacar a década de 1990 como o período em que surge uma nova visão sobre as políticas sociais fundamentadas em organizações internacionais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme apontam Pereira, Silva e Patriota (2006). Ainda segundo as autoras, esta condição prestigia uma ideologia de proteção social cujas ações e recursos oriundos do Estado focalizam apenas uma parte da população, logicamente aquela que se encontra abaixo da linha de pobreza, enquanto que o resto da população encontra sua proteção nas prateleiras e vitrines do livre mercado.

Portanto, podemos afirmar que a Constituição de 1988 significou um passo muito importante para as políticas sociais brasileiras, contudo, sua atual configuração não permite a erradicação da pobreza e da miséria, apenas a controla, amenizando os efeitos de uma economia de mercado transpassada pela desigualdade e injustiça social. Behring e Santos (2009, p. 280) afirmam que “quando os direitos são conquistados e regulados na forma da lei, isso não significa a superação da desigualdade social nem das formas de opressão vigentes na vida cotidiana”.

As constantes reformas realizadas pelo governo nas políticas sociais desconsideram os princípios constitucionais, tais como a universalidade dos direitos, a igualdade e equivalência dos direitos, a democratização, a descentralização da gestão das políticas, entre outros. A seguridade social é a que está mais suscetível a estas constantes reformas sob a justificativa já tão disseminada de conter o suposto déficit da previdência social.

Nesse sentido, concluímos que as políticas de proteção social brasileiras, apesar de serem orientadas pelas políticas sociais típicas do Estado de bem-estar social nos países europeus desenvolvidos, não contemplam a totalidade das necessidades sociais da nossa população, tendo em vista a quantidade de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho, o elevado nível de pauperização e a elevada e injusta concentração de renda no país.

Portanto, a defesa e o fortalecimento das políticas sociais em tempos de predomínio da ideologia neoliberal consistem em desafios permanentes, tendo em vista que estas políticas constituem campo político de disputa de interesses e que a luta por uma seguridade social pública e universal deve ser constante e cada vez mais fortalecida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudo das políticas sociais públicas atualmente é considerado interdisciplinar, visto que não é apenas objeto da ciência política, mas também de outras áreas do saber, entre eles a sociologia, a administração, a economia, o serviço social, dentre outros. Considerando a relevância de discussões sobre esta temática, especialmente para o Serviço Social, trouxemos neste artigo algumas reflexões acerca da influência do ideário neoliberal na atuação do Estado, de modo a influenciar suas decisões e orientar sua política de acordo com a vasta onda liberalizante na economia que, ao desenvolver estratégias inovadoras e adaptáveis ao contexto econômico atual, se fortalece e imprime suas marcas nos mais diversos países do globo e em seus respectivos povos.

As discussões aqui realizadas o possibilitaram o conhecimento sobre as mudanças estruturais do capitalismo, principalmente a partir do início das décadas de 1960 e 1970, quando se define uma nova configuração no modo de produção capitalista, a partir da constituição do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) na Europa.

Por conseguinte, o presente artigo apresentou algumas reflexões sobre o surgimento e fortalecimento das ideias neoliberais e o impacto destas para as políticas sociais. Foram abordadas as percepções de alguns estudiosos da área de políticas sociais, proporcionando a diversidade de formas de se compreender

as políticas sociais no cenário dominado pelo ideário neoliberal. O texto trouxe ainda a exposição das características dos primeiros modelos de proteção: o bismarckiano e o beveridgiano, realizando um comparativo entre ambos.

Por último, foram apresentadas as configurações das políticas sociais no Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, contextualizando-as a partir de uma conjuntura neoliberal e um cenário de restrição e precarização dos direitos sociais. Assim, espera-se que as reflexões aqui realizadas sobre Estado e políticas sociais no neoliberalismo, baseadas em uma análise crítica da realidade, possam contribuir no conjunto das discussões sobre a temática e para a conscientização sobre as desigualdades, cuja perpetuação e fortalecimento movem um modelo econômico baseado no lucro e na exploração de uma classe sobre a outra.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ARRETCHE, Marta T. S Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 40, jun. 1999, p. 111-141. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9pWSrg88KpMy7N6mY8PpBhw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 39-72.
- BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 268-283.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. **Política Social: fundamentos e história**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 213p.
- BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. O financiamento da Seguridade Social no Brasil no Período 1999 a 2004: Quem Paga a Conta? In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: Conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS, 2009. p. 323-338.
- COELHO, Ivonete Soares. Políticas Públicas, Políticas Sociais e Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões. In: QUEIROZ, Fernanda; RUSSO, Gláucia; GURGEL, Telma (orgs.). **Políticas Sociais, Serviço Social e Gênero: Múltiplos Saberes**. Mossoró: UERN, 2012. p. 37-52.

MACHADO, Ednéia Maria; KYOSEN, Renato Obikawa. Política e Política Social. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, vol. 3, n. 1, p. 61-68, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v3.pdf>. Acesso em: 10. set. 2023.

PEREIRA, Jordeana Davi; SILVA, Sheyla Suely de Sousa; PATRIOTA, Lúcia Maria. **Políticas sociais no contexto neoliberal**: focalização e desmonte dos direitos. Revista Eletrônica: Qualit@s, v. 5, nº 3. 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16086073-Politicassociais-no-contexto-neoliberal-focalizacao-e-desmonte-dos-direitos-resumo.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <https://doceru.com/doc/e8sex>. Acesso em: 15 set. 2023.

YASBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**, n. 77, ano XXV, p.11-29. Ed. Cortez, mar. 2004.



PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

[Artigo]

Fernanda Medeiros de Souza

Sobre a autora:

Fernanda Medeiros de Souza é graduanda de direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

PROTECTION OF WOMEN'S HUMAN RIGHTS IN LATIN AMERICA: ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE INTER-AMERICAN HUMAN RIGHTS SYSTEM

Fernanda Medeiros de Souza

RESUMO

O sistema patriarcal machista construído ao longo dos séculos ainda tem grandes resquícios na sociedade contemporânea, o que causa danos irreversíveis, como o feminicídio e as diversas violências às mulheres, como a patrimonial e psicológica. Apesar de existirem ferramentas punitivas dos sistemas de justiça que tentam arrefecê-lo do corpo social, a discriminação contra as mulheres ainda permanece impregnada na sociedade. Cabe entender a dinâmica hodierna desse conjunto de relações e como o sistema de justiça tem entendido tais situações. Nesse contexto, o presente trabalho se propôs a investigar a dinâmica dos direitos humanos das mulheres na América Latina, tendo como referência a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Pretende-se estudar alguns aspectos sobre a justiciabilidade do direito das mulheres, observando a posição de sua jurisprudência quanto à tutela desse direito. Adotou-se o método dedutivo, comparativo e de estudo de caso, com pesquisa em doutrina e jurisprudência, para concluir que, apesar da eficácia restrita da Corte IDH, suas decisões detêm importante relevância para a mudança de comportamento e a geração de políticas específicas relacionadas aos direitos humanos na América Latina.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos; Violência de gênero; Discriminação

ABSTRACT

The sexist patriarchal system built over the centuries still has great traces in contemporary society, which causes irreversible damage such as femicide and various types of violence against women, such as property and psychological violence. Despite the existence of punitive tools in the justice systems that try to cool people down from the social body, discrimination against women still remains pervasive in society. It is important to understand the current dynamics of this set of relationships and how the justice system has understood such situations. In this context, the present work set out to investigate the dynamics of women's human rights in Latin America using the Inter-American Court of Human Rights as a reference. The aim is to study some aspects of the justiciability of women's

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

rights, observing the position of its jurisprudence regarding the protection of this right. The deductive, comparative and case study method was adopted, with research into doctrine and jurisprudence, to conclude that Despite the limited effectiveness of the Inter-American Court, its decisions have important relevance for changing behavior and generating specific policies related to human rights in Latin America.

Key-words: Inter-American Court of Human Right; Gender violence; Discrimination

1. INTRODUÇÃO

Em vista da evolução da sociedade ao longo do tempo, os direitos das mulheres foram sendo conquistados, e positivados em diversas constituições latino-americanas. No Brasil, a Constituição de 1988¹⁶ foi a primeira a trazer no ordenamento jurídico brasileiro a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

O grupo de mulheres conhecido como a “Bancada do Batom” na época da construção da constituinte foi essencial na apresentação de reivindicações do movimento feminista e contribuiu em assegurar às mulheres diversos direitos fundamentais, como a proteção do mercado de trabalho e a proibição de diferença salarial. A nova Constituição também criou ao Estado brasileiro a obrigação de implementar políticas públicas voltadas para a proteger as mulheres na sociedade.

Na América Latina, o Sistema Interamericana de Direitos Humanos auxiliou na queda de uma cultura dos governos autoritários para a geração de instituições que valorizam os direitos humanos e as reivindicações feministas, sobretudo nas decisões da Corte.

Nesse sentido, a pesquisa trata-se da justiciabilidade dos direitos humanos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), sobretudo demonstrando de qual forma a Corte IDH efetiva a tutela internacional em relação à violência de gênero.

Com esse esboço inicial, utiliza-se do método dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. O artigo foi dividido em três partes. Inicialmente, buscou-se uma parte histórica da construção do SIDH. No segundo tópico, buscou-se analisar a construção do reconhecimento internacional dos direitos das mulheres e em terceiro ponto discutiu-se sobre as decisões da Corte IDH.

A importância desse trabalho é a análise de como esse tema está sendo discutido e interpretado na Corte Interamericana de Direitos Humanos e as suas reações na América Latina, em vista que a discriminação contra as mulheres corresponde a um problema estrutural das sociedades latino-americanas.

16 Constituição de 1988 ampliou espaço das mulheres e garantiu direitos fundamentais. Supremo Tribunal Federal. Published 2022.

2. ACORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O DIREITO DAS MULHERES

2.1 A criação do sistema interamericano de direitos humanos

Com a criação das Nações Unidas e a adoção dos princípios da Carta da ONU, além da Declaração Universal dos Direitos do Homem, os direitos humanos tomaram importância na coletividade em conjunto com as reivindicações da sociedade em geral de diversos temas. Nesse diapasão, foram crescendo movimentos em prol da libertação de sistemas e práticas de opressão por estruturas baseadas na justiça e no respeito aos direitos humanos.

Nesse diapasão, surge a Convenção Americana, também chamada de Pacto de San José da Costa Rica, que é um tratado internacional que prevê direitos e liberdades. Essa Convenção foi adotada na Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos, em 1969 na cidade de San José, Costa Rica, e entrou em vigência em 18 de julho de 1978. Os Estados que ratificaram essa Convenção Americana foram: “Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai.”¹⁷

A Convenção instituiu o Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos (SIDH) que se ramifica pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). O SIDH iniciou-se formalmente com a aprovação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, primeiro documento internacional de direitos humanos, na 9ª Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá em 1948.

A CIDH é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) com o objetivo de promover a proteção dos direitos humanos no continente americano. Criada pela OEA em 1959, trata-se de servir como órgão consultivo da Organização dos Estados Americanos, tendo competências com dimensões políticas, como a realização de visitas *in loco* e a preparação de relatórios sobre a situação dos direitos humanos nos Estados membros.¹⁸

Já a Corte IDH é um dos três tribunais regionais de proteção dos direitos humanos, conjuntamente com o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e a Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Trata-se de uma instituição judicial autônoma, cujo propósito se manifesta na interpretação da Convenção Americana. A Corte Interamericana de Direitos Humanos exerce uma função contenciosa, na resolução de casos e no mecanismo de supervisão de sentenças; além de uma função consultiva na função de proferir Medidas Provisórias. Cabe destacar que, a partir de 1998, o Brasil reconheceu a competência obrigatória da

Corte para julgar os casos. O SIDH foi instituído em meio à Guerra Fria e por longos períodos de governo repressivo e autoritário. Segundo os autores Cambiaghi e Vannuchi sobre esse Sistema:

O SIDH surgiu no contexto da evolução pós-guerra do direito internacional e em complementação sincrônica à construção do sistema universal de proteção que começou a ser erguido com a Declaração da ONU de 1948. Tanto em escala mundial quanto continental, esse novo sistema representou uma reação normativa, jurídica, política, ética e moral ao extermínio provocado pela Segunda Guerra, com sua catastrófica destruição de vidas humanas, que atingiu o paroxismo no terror do holocausto.¹⁹

É válido esclarecer que nem sempre esse movimento deteve uma valorização dos direitos humanos. Na época da criação da Convenção a maioria dos países da América Latina viviam em sistemas políticos ditatoriais. Piovesan esclarece alguns pontos particulares que permearam essa reformulação do sistema interamericano:

Em 1978, quando a Convenção Americana de Direitos Humanos entrou em vigor, muitos dos Estados da América Central e do Sul eram governados por ditaduras. Dos 11 Estados-partes da Convenção à época, menos que a metade tinha governos eleitos democraticamente, ao passo que hoje quase a totalidade dos Estados latinoamericanos na região tem governos eleitos democraticamente. Diversamente do sistema regional europeu que teve como fonte inspiradora a tríade indissociável Estado de Direito, Democracia e Direitos Humanos, o sistema regional interamericano tem em sua origem o paradoxo de nascer em um ambiente acentuadamente autoritário, que não permitia qualquer associação direta e imediata entre Democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos. Ademais, neste contexto, os direitos humanos eram tradicionalmente concebidos como uma agenda contra o Estado. Diversamente do sistema europeu, que surge como fruto do processo de integração europeia e tem servido como relevante instrumento para fortalecer este processo de integração, no caso interamericano havia tão somente um movimento ainda embrionário de integração regional.²⁰

Nesse sentido, fica evidente como o Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos (SIDH), formado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), reflete e detém conexões com as realidades dos Estados Partes. Nesse sentido, se tornaram essenciais para a descoberta de grave violação dos direitos humanos.

19 CAMBIAGHI, Cristina Timponi; VANNUCHI, Paulo. Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH): reformar para fortalecer. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 90, 2013, p. 140.

20 PIOVESAN, Flávia. Ius constitutionale commune latino-americano em Direitos Humanos e o Sistema Interamericano: perspectivas e desafios. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2017, p. 1361.

Dessa maneira, o SIDH auxiliou e deu forma às lutas políticas no processo de democratização da América Latina e contribuiu para o rompimento de uma cultura autoritária.²¹ Assim, a discussão política se expandiu para além dos muros dos Estados de forma doméstica, mas abriu uma conversa internacional entre os países, o que ampliou a internacionalização dos espaços internos, conforme Cardoso:

O sistema interamericano teve um papel fundamental na denúncia de violação de direitos humanos nos regimes autoritários na América Latina. Especialmente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CmIDH), que produzia e divulgava relatórios sobre a situação de direitos humanos nos países da região. Ante a ausência de mecanismos domésticos de pressão, as ONGs e ativistas domésticos conseguiam desencadear internacionalmente uma coalizão de atores para exercício de pressão sobre seus governos. A mobilização era pontual, em torno de determinados casos/questões e o objetivo era a denúncia/publicização e ao fim a mudança da política doméstica. Pode-se dizer que o sistema interamericano, a despeito de todas as suas deficiências, colaborou com a democratização dos países da região. Mas o mérito dos resultados bem sucedidos não se deve apenas às ações dos organismos do sistema. Em boa medida ele serviu como um locus institucional útil à ação coordenada de transnational issue networks, verdadeiros grupos de advocacy em torno de principled issues. Essa mobilização de recursos e oportunidades por meio de redes transnacionais foi denominada por Keck e Sikkink de activism beyond borders. O espaço do exercício político deixa de ser limitado às fronteiras do Estado.²²

Dessarte, o SIDH foi essencial para uma a modificação dos países em referência à democracia e aos direitos humanos na América Latina. Essa dinâmica acontece até hoje, visto que suas decisões geram resultados no ambiente externo.

Entretanto, cabe destacar que o SIDH detém um histórico baixo de cumprimento das suas determinações, o cumprimento parcial de suas recomendações vira a regra. Hillebrecht, cunhou o conceito de “observância *à la carte*” (Hillebrecht, 2014) em que os Estados escolhem quais medidas irão cumprir dentro de cada decisão. Cabe destacar a importância do SIDH na “*soft law*”, pois é um instrumento que não trata o direito através de mecanismos que dependem de legitimidade para fazer valer as suas decisões, não sendo plenas em si mesmas.

Sendo assim, o SIDH não mira na eficácia das suas decisões, mas na mudança de mentalidade e comportamento trazidas e na capacidade dos Estados em gerar políticas específicas sobre a temática discutida. Para os autores Levy et al.,

21 Reconceitualizando o Impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. 2017

22 CARDOSO, Evorah Lusci Costa. Ciclo de vida do litigio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais. Revista Electrónica del Intituto de Investigaciones “Ambrosio L. Gioja”, Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, ano V, número especial, 2011, p. 364.

referindo-se a instituições internacionais “os regimes efetivos causam mudanças no comportamento dos atores e nos padrões de interação entre eles de forma que contribuem para o manejo dos problemas que enfocam” (Levy et al, 1995).

Portanto, com o crescimento da valorização dos direitos humanos, o Sistema interamericano de Direitos Humanos composto pela Comissão e a Corte se mostram fundamentais para o combate de violações e ferramentas, a fim de arrefecer a violência contra a mulher.

2.2 A luta das mulheres por direitos humanos

A proteção em âmbito internacional dos direitos humanos, sobretudo às mulheres, decorre de uma construção evolutiva da própria sociedade. O avanço dos movimentos feministas no final do século XIX e XX, foram essenciais na discussão e na ampliação dos direitos humanos e fundamentais das mulheres. Na América Latina, região em que segundo Sonia Alvarez (1990) “[...] o machismo é sancionado pelo Estado”, o feminismo, por sua vez, eclodiu nas reivindicações e na conscientização feminina na forma de partidos ou organizações políticas.

Paradoxalmente, os movimentos feministas latino-americanos foram formados em uma época ditatorial em que o Estado possuía diversas ferramentas de opressão. Nesse panorama, além de reivindicações relacionadas ao gênero, também protestavam contra a opressão governamental e a violência institucionalizada.²³ Ademais, esse movimento enxergava que essa repressão militarista representava o ápice da opressão patriarcal, sobretudo em relação à: família e a opressão sexual das mulheres.²⁴ Como declarou a escritora Patricia M. Chuchryk, referindo-se ao Chile:

A Junta, com um sentido muito claro dos seus interesses, entendeu que devia reforçar a família tradicional e o papel dependente das mulheres, que é reduzido ao de mãe. A ditadura, que institucionaliza a desigualdade social, é fundamentada na desigualdade na família.²⁵

Já no início da década de 80, no Peru, as mulheres da classe operária estavam nas lutas rurais de base, que contestavam a política econômica e social do governo conservador civil. Da mesma forma, durante a década de 70, nos países

23 Varela M, Paes N, Machado L. A Dignidade Da Mulher No Direito Internacional: O Brasil Face à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 2009

24 STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRYK, Patricia and ALVAREZ, Sonia E.. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. Rev. Estud. Fem. [online]. 1994, vol.02, n.02, pp.255-295. ISSN 1806-9584. Acesso em 05 out. 2023.

25 Chuchryk, Patricia M. Protest, politics and personal life: The emergence of feminism in a military dictatorship, Chile 1973-1983. Ph.D. diss., York University, Toronto, Canada. 1984. Acesso em 05 out. 2023

militarmente governados como a Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, as mulheres ingressaram maciçamente na guerra pela democracia, e sua participação nas lutas pelos direitos humanos foi internacionalmente conhecida.

Sendo assim, a dignidade da pessoa humana e os direitos das mulheres foram entrelaçados aos poucos nas Constituições latino-americanas no ritmo do aumento de movimentos feministas. Assim, o Brasil, por exemplo, ratificou outros tratados que versam sobre o assunto da dignidade da mulher, como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, expedida na cidade de Belém do Pará em 1994; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres de 1979.

Dessa forma, a proteção dos direitos humanos das mulheres foi crescendo e a violência contra o gênero foi finalmente reconhecida pelas ciências sociais relacionada a analisar a realidade social e as formas como se dão as relações de poder desiguais entre homens e mulheres (ONU Mulheres no Brasil, 2016, p. 31):

Os desdobramentos da menção à mulher nos tratados internacionais de direitos humanos como a tutela do reconhecimento da equidade de gêneros além de interferir na esfera doméstica das legislações quanto aos direitos fundamentais, atinge por efeito dominó as vítimas de violência doméstica, diretas e indiretas, onde localizamos a prole e consequentemente quanto à formação e o aprendizado dos saberes, a vida escolar. (Oliveira, 2017, p. 15).

Cabe destacar que a América Latina é composta de diversidade cultural e desigualdade social. Nesse viés, essa multiplicidade atinge os movimentos feministas. Segundo o pesquisador Peruano Aníbal Quijano (2005) haviam diferentes funções entre o colonizador e o colonizado. Essa diferenciação é discutida até hoje no que tange a reprodução da mentalidade do colonizador e a supervalorização de hábitos e costumes europeus.

A partir da imposição desse pensamento eurocêntrico, criou-se um tipo de negacionismo de identidade ao associar a figura do homem branco e seus interesses à figura do homem latino-americano. Conforme a visão colonial, há uma distorção em comparar com as culturas latinas às europeias:

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a

nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (Quijano, 2005, p. 130)

Dessarte, há uma diversidade cultural, política, social e econômica nos países da América Latina e em seus movimentos feministas, o que não pode ser resumido em um contexto só. Urge avaliar essas reivindicações com interseccionalidade.

No que tange ao SIDH, a partir da Recomendação n. 19 de 1992 26do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da Corte de IDH, entendeu-se a dinâmica entre homens e mulheres como “relações de poder historicamente desiguais”, conforme Organização dos Estados (1994). Assim, reconheceu-se a estrutura patriarcal que produziu decisões disfuncionais não baseadas em uma perspectiva atenta à vulnerabilidade de gênero. Apesar de que, desde a Opinião Consultiva n. 4/84, a Corte já se mostrava sensível a discriminação contra as mulheres devido ao modelo social patriarcal vigente na Costa Rica.

Porém, apenas em 2006, a perspectiva de gênero passou a ser considerada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos de fato. Como relatam Clérico e Novelli, por muitos anos a Corte teve uma atuação “mais tímida” em que foram identificadas violações de direitos humanos das mulheres, mas sem que fossem consideradas uma consequência de sua condição feminina, segundo Clérico (2014).

A partir de casos como o da Penitenciária Miguel Castro Castro²⁷, em que as detentas foram submetidas a atos de violência física e psicológica que ameaçaram sua integridade física, a Corte IDH (2006) devidamente reconheceu a causa de sua condição feminina, estando, portanto, submetidas à violência pelo fato de serem mulheres. A violência de gênero é reconhecida hoje pela Corte como sendo, em si mesma, uma forma grave de discriminação contra as mulheres que impede por completo o exercício dos direitos humanos conforme raciocínio do autor Clérico (2014).

Todavia, apesar do avanço do SIDH em relação aos direitos das mulheres e o arcabouço legislativo, nos textos constitucionais e nas legislações internacionais da América Latina, as mulheres continuam tendo seus direitos desrespeitados. Além disso, os casos que chegam para a Corte do IDH são interpostos porque os Estados não ofertam uma justiça efetiva ou promovem uma grande morosidade.

26 COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES. Recomendação Geral n. 19: violência contra mulheres. Décima Primeira Sessão. 1992.

27 CORTE IDH. Caso Penitenciária Miguel Castro Castro Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2006. Série C No. 160.

2.3 Lei maria da penha e sua ligação com a corte interamericana de direitos humanos.

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, tem seu histórico no caso nº 12.051, junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2001).²⁸ Essa legislação foi instituída através da história da Maria da Penha Maia Fernandes, que foi agredida pelo marido durante seis anos. Ela sofreu diversas agressões psicológicas, morais, físicas e uma dupla tentativa de feminicídio e resolveu então levá-lo à justiça.

O marido recebeu autorização judicial para sair de casa e Maria denunciou os mais de 20 anos de abusos. Em 1991 houve o primeiro júri, que foi anulado. Em 1996 enfrentava o segundo júri, e dessa vez fora condenado a dez anos e seis meses de prisão. Os advogados entraram com recurso e, após 15 anos da dupla tentativa de homicídio, o agressor continuava em liberdade e sem uma sentença definitiva. O recurso do processo se manteve estagnado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Diante da morosidade do sistema de justiça brasileiro, a qual, deixou margem para o risco da prescrição do caso de violência doméstica, em 1998, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu uma denúncia apresentada pela Maria da Penha Maia Fernandes, fundamentada na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A denúncia ocorreu através do Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM).

Nesse contexto, em 2001 o Brasil foi penalizado por omissão, negligência e tolerância à violência. Como cumprimento da sanção, o Brasil teve que criar políticas públicas para a prevenção da violência contra a mulher,²⁹ e assim houve a criação da Lei 11.340 – a Lei Maria da Penha.

Além de reconhecer que o Brasil não dispunha de mecanismos suficientes para proibir a prática de violência doméstica contra a mulher, a CIDH recomendou:

1. Completar, rápida e efetivamente, o processamento penal do responsável da agressão e tentativa de homicídio em prejuízo da Senhora Maria da Penha Maia Fernandes.

28 Menengoti D. O histórico das decisões do Sistema Interamericano sobre violência de gênero e a efetivação dos direitos humanos e da personalidade no Brasil. HISTÓRIA DEBATES E TENDÊNCIAS. 2022

29 CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Anual 2000. Relatório nº 54/01, 2001.

2. Proceder a uma investigação séria, imparcial e exaustiva a fim de determinar a responsabilidade pelas irregularidades e atrasos injustificados que impediram o processamento rápido e efetivo do responsável, bem como tomar as medidas administrativas, legislativas e judiciárias correspondentes.

3. Adotar, sem prejuízo das ações que possam ser instauradas contra o responsável civil da agressão, as medidas necessárias para que o Estado assegure à vítima adequada reparação simbólica e material pelas violações aqui estabelecidas, particularmente por sua falha em oferecer um recurso rápido e efetivo; por manter o caso na impunidade por mais de quinze anos; e por impedir com esse atraso a possibilidade oportuna de ação de reparação e indenização civil (CIDH, 2001).

A Lei nº 11.340/06 foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional brasileiro, sendo sancionada em 07 de agosto de 2006 pelo então Presidente da República. Dentro desse contexto, a Corte de IDH é instrumento principal para as reivindicações dos direitos das mulheres, sobretudo no que tange a uma justiça ineficaz que, na maioria das vezes, não pune os devidos acusados o que reverbera a impunidade e a precarização das pautas feministas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos casos analisados, observou-se que as decisões emitidas pelos órgãos do Sistema Interamericano, tem contribuído para o desenvolvimento do ambiente jurídico interno com recursos jurídicos efetivos.

O caso Maria da Penha, decidido no âmbito da CIDH, teve expressivos reflexos no direito interno, no que tange ao combate à violência contra a mulher em razão do gênero e ao combate à impunidade dos agressores, dando origem a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

Esse histórico de decisões e suas subsequentes mudanças no direito interno não mostram um aspecto positivo. Esse panorama demonstra que apesar das convenções internacionais imponham obrigações explícitas, há negligências dos Estados, responsáveis por estabelecer leis e instituições políticas específicas para promover os direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics* Princeton: Princeton University Press, 1990.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 7ª reimpressão.

CAMBIAGHI, Cristina Timponi; VANNUCHI, Paulo. Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH): reformar para fortalecer. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 90, 2013, p. 140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/LynCdwMMpg8bRCQ37RXW5f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 out. 2023.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. Ciclo de vida do litigio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais. *Revista Electrónica del Intituto de Investigaciones "Ambrosio L. Gioja"*, Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, ano V, número especial, 2011, p. 364. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5154944/mod_resource/content/1/Ciclo%20de%20vida%20do%20lit%C3%ADgio%20estrat%C3%A9gico%20no%20sistema%20interamericano%20de%20direitos%20humanos%20%20Evorah%20Cardoso.pdf. Acesso em 03 out. 2023.

Chuchryk, Patricia M. *Protest, politics and personal life: The emergence of feminism in a military dictatorship, Chile 1973-1983*. Ph.D. diss., York University, Toronto, Canada. 1984 Acesso em 05 out. 2023

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Anual 2000. Relatório nº 54/01, 4 de abril de 2001. Caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em 03 out. 2023.

CLÉRICO, Laura; NOVELLI, Celeste. La violencia contra las mujeres em las producciones de la Comisión y la Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Revista de Estudios Constitucionales*, Año 12, n. 1, p. 15-70, 2014. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pi-d=S0718-52002014000100002&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em 03 out. 2023.

COMITÊ PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES. Recomendação Geral n. 19: violência contra mulheres. Décima Primeira Sessão 1992. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/rec_geral_19_violencia_contra_as_mulheres.pdf. Acesso em 04 out. 2023.

Constituição de 1988 ampliou espaço das mulheres e garantiu direitos fundamentais. Supremo Tribunal Federal. Published 2022. Accessed November 14, 2023. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=495430&ori=1>. Acesso em 03 out. 2023.

CORTE IDH. Caso Penitenciária Miguel Castro Castro Vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2006. Série C No. 160. Acesso em 03 out. 2023.

HILLEBRECHT, Courtney. *Domestic Politics and International Human Rights Tribunals. The Problem of Compliance*. New York: Cambridge University Press, 2014

Levy, Marc A., Oran R. Young, and Michael Zürn (1995) 'The Study of International Regimes' *European Journal of International Relations* 1(3): 267-330

Menengoti D. O histórico das decisões do Sistema Interamericano sobre violência de gênero e a efetivação dos direitos humanos e da personalidade no Brasil. *HISTÓRIA DEBATES E TENDÊNCIAS*. 2022;22(2):109-126. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5524/552472327007/html/> Acesso em 03 out. 2023.

OEA/CIDH. OEA :: CIDH :: O que é a CIDH? Oasorg. Published online 2023. doi:<https://www.oas.org/> Disponível em:<https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/que.asp#:~:text=A%20CIDH%20foi%20criada%20em,visitas%20a%2023%20pa%C3%ADses%20membros>. Acesso em 04 out. 2023.

ONU Mulheres no Brasil. Diretrizes nacionais, feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, 2016. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/diretrizes_para_investigar_processar_e_julgar_com_perspectiva_de_genero_as_mortes_violentas_de_mulheres.pdf. Acesso em 05 out. 2023.

PIOVESAN, Flávia. Ius constitutionale commune latino-americano em Direitos Humanos e o Sistema Interamericano: perspectivas e desafios. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2017, p. 1361. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/28029/20617>. Acesso em 05 out. 2023.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em 05 out. 2023. Reconceitualizando o Impacto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. doi:<https://doi.org/10.12957/dep.2017.28027> | Acesso em 05 out. 2023.

STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRYK, Patricia and ALVAREZ, Sonia E.. *Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 1994, vol.02, n.02, pp.255-295. ISSN 1806-9584. Acesso em 05 out. 2023.

Varella M, Paes N, Machado L. *A Dignidade Da Mulher No Direito Internacional: O Brasil Face à Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r24591.pdf> Acesso em 06 out. 2023.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER INDÍGENA BRASILEIRA: A história construída na dor infringida aos seus corpos do passado colonial à contemporaneidade

[Artigo]

Ingrid Kristiensen
Silva de Oliveira Caetano

Sobre as autoras:

Ingrid Kristiensen Silva de Oliveira Caetano é graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atualmente, é graduanda de Direito na UERN. Possui interesse em pesquisas sobre a mulher, tanto no que diz respeito ao seu protagonismo nos mais variados espaços, como também a sua situação de vulnerabilidade dentro da sociedade.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER INDÍGENA BRASILEIRA: A história construída na dor infringida aos seus corpos do passado colonial à contemporaneidade³⁰

SEXUAL VIOLENCE AGAINST BRAZILIAN INDIGENOUS WOMEN: A history built on pain inflicted on their bodies from the colonial past to the contemporary¹

Ingrid Kristiensen Silva de Oliveira Caetano

RESUMO

Nascer mulher no Brasil é carregar por toda a vida o peso de pertencer ao gênero feminino, e estar na mira constante dos mais variados tipos de violência, entre elas a sexual. E para aquelas que estão à margem da sociedade, como é o caso das mulheres indígenas, o desafio é ainda maior. O presente artigo pretende dar visibilidade a mulher indígena dentro da história brasileira, abordando a persistência da violência sexual contra estas ao longo dos séculos. O estudo é baseado em pesquisas bibliográficas que abordam a situação do feminino indígena no Brasil. Tendo como objetivo demonstrar que a agressão existe desde o período colonial, onde estas mulheres eram vistas como objetos e sofriam abusos sexuais frequentes por parte dos colonizadores. Até a contemporaneidade, onde a objetificação continua presente, sendo evidente que a violência tem ocorrido, principalmente, por parte da figura dos garimpeiros, que, estando próximos às comunidades indígenas, são responsáveis por levar o terror às aldeias, onde as mulheres são violentadas. Tendo como caso emblemático os crimes cometidos contra o povo Yanomami. Por fim, analisamos quais as articulações que estão sendo realizadas, com o objetivo de mudar essa triste realidade.

Palavras-chave: Colonialidade; Gênero; Povos originários.

ABSTRACT

Being born a woman in Brazil is to carry the weight of being a woman for a lifetime, and to be constantly targeted by various types of violence, including sexual violence. And for those who are marginalized in society, such as Indigenous women, the challenge is even greater. This article aims to give visibility to Indigenous women in Brazilian history, addressing the persistence of sexual violence against them over the centuries. The study is based on bibliographic researches that deal with the situation of Indigenous women in Brazil. The objective is to demonstrate that the aggression has existed since the colonial period, where these women were seen as objects and suffered frequent sexual abuse by the colonizers. Up to the present day, where objectification is still

DATA DE SUBMISSÃO: 14/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 29/12/2023

present, it is evident that violence has occurred mainly by the figure of the gold miners, who, being close to Indigenous communities, are responsible for bringing terror to the villages, where women are raped. Having as an emblematic case the crimes committed against the Yanomami people. Finally, we analyze what articulations are being made, with the objective of changing this sad reality.

Key-words: Coloniality; Gender; Indigenous peoples.

1. INTRODUÇÃO

Em meados do século XV, o homem europeu, em busca de novas formas de obter lucros e movido pela ganância, se lançou ao mar rumo ao desconhecido. Aventura essa que o fez chegar ao continente americano. No território que mais tarde se tornaria o Brasil, povos que aqui habitavam antes da chegada dos portugueses, tinham hábitos e culturas próprias, mas viram suas tradições serem postas de lado em favor de uma nova forma de viver, que fora imposta. Os povos ibéricos concluíram que os indígenas eram inferiores, ao compará-los com o conceito de modernidade trazido da Europa como modelo ideal de sociedade.

Desta forma, tem início uma história de violência, exploração e opressão. Sendo assim, é importante situar a mulher indígena dentro dessa realidade, pois, muitas vezes, ao falarmos sobre esse período, percebemos uma história sendo contada apenas pela perspectiva masculina, ignorando a presença e a violência sexual³¹ enfrentada por elas.

Então, o europeu encontrou uma realidade diferente da vivida em seu continente, e visualizando o feminino indígena como objeto, não enxergou problema em usar seus corpos da maneira que achava conveniente. Sendo importante salientar que, no período colonial, diante das normas e valores culturais, os direitos a dignidade feminina não eram reconhecidos, e dessa forma a violência sexual não assumia o significado que conhecemos na atualidade. E, quando relacionado a mulher indígena, por ser considerada inferior, a situação se tornava ainda pior.

A violência sexual não ficou restrita apenas ao período colonial, ela ultrapassou os séculos de formação do Estado brasileiro. O conceito de “Colonialidade”, introduzido por Aníbal Quijano na década de 1990, nos faz refletir sobre como na contemporaneidade a sociedade continua reproduzindo um padrão mundial de poder colonial, capitalista e eurocêntrico. Onde a mulher indígena ainda sofre com um modelo estereotipado que a objetifica,

31 Qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coerção, por outra pessoa, independente de sua relação com a vítima e em qualquer âmbito.

diminui a sua capacidade cognitiva e colabora para que a violência ocorra.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a violência sexual cometida contra a mulher indígena desde da chegada dos portugueses ao Brasil, ainda permanece de forma tão evidente na sociedade brasileira atual. Citando a violência cometida contra o povo Yanomami, em muitos casos por garimpeiros, pretendemos exemplificar a questão central desse trabalho, e chamar atenção para o fato de que o passado não ficou “lá atrás” como pode parecer para algumas pessoas, mas, o passado é um presente doloroso na vida da comunidade indígena de forma geral, e principalmente para a mulher.

Sendo relevante ressaltar a importância das lideranças femininas indígenas, na luta contra a violação dos seus corpos. Na busca por soluções que as atendam, de acordo com a realidade vivida por elas em suas comunidades, onde estão expostas diariamente a violência sexual, sem que a proteção alcance resultado esperado em tempo hábil e muitas mulheres acabem por perder a vida.

2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO “DESCOBRIMENTO DO BRASIL”

É evidente que, a chegada do “homem branco” europeu à América no século XV mudou drasticamente a realidade dos povos originários dessas terras. Onde, utilizando o conceito de modernidade, os conquistadores justificavam a dominação exercida contra os povos indígenas, ao classificá-los como inferiores quando relacionados a eles. Esse processo contribuiu para o surgimento do conceito de raça. Como cita Quijano (2005, p. 117):

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde cedo foi construída como referência a suposta estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2005, p. 117).

Tal divisão foi responsável pelo fortalecimento das relações sociais entre conquistador e conquistado, onde um estava hierarquicamente acima do outro. Em 1500, os portugueses chegaram ao território que conhecemos hoje como Brasil, durante o auge do comércio europeu do Oriente, onde obtinham altos lucros. Diante dessa realidade, não houve interesse inicial de colonizar as novas terras. E, encontrando uma população de mais de 2 milhões de nativos, decidiram explorá-los como mão de obra para a extração do pau-brasil.

Somente em 1530, por medo de perder o território para os franceses, que constantemente praticavam contrabando, e devido o fracasso com o comércio oriental, os portugueses decidiram colonizar o Brasil. Os indígenas tentaram

resistir, pois cada vez mais era nítido a intenção real do colono português. Sem chance de escapar da exploração, esse passou a exigir como pagamento pelo seu trabalho ferragens e armas de fogo.

Originalmente, na comunidade indígena era praticada a divisão de tarefas, cabendo à mulher o papel da produção agrícola da aldeia. Dito isso, uns dos maiores conflitos enfrentados entre os nativos e portugueses estava relacionado a esse tipo de atividade, pois, para o homem indígena, exercer esse serviço contrariava suas crenças, mas para o europeu o trabalho pesado era exercido pelo homem. Sobre isso Souza cita Paraíso (PARAÍSO, 2003 apud SOUZA, 2007, p. 30):

Era preciso, também, de uma certa forma, desmontar esta sociedade. O fato de ela existir como sociedade, era uma possibilidade de possíveis revoltas. Era preciso desestruturar, esgarçar o tecido social, tornando aquelas populações mais frágeis, menos resistentes e, portanto, com menores possibilidades de virem a instalar qualquer tipo de revolta.

Diante do breve contexto histórico explicitado até aqui, algo chama a atenção. A história dos povos indígenas do Brasil é contada em vários momentos pela perspectiva do homem indígena, e como a sua força foi utilizada para cumprir as ordens do colonizador. Esse tipo de abordagem, apesar de importante, invisibiliza a presença da mulher nesse processo. Sendo importante localizar a violência cometida para com ela, dentro da nova realidade, que foi imposta aos nativos pelo povo europeu, e que reverbera até a contemporaneidade.

2.1 Localizando a mulher indígena na sociedade do período colonial

Os portugueses desembarcaram no território brasileiro e se depararam com uma forma de viver diferente da conhecida por eles em seu continente. As mulheres de cabelos longos e nuas chamaram a atenção dos conquistadores. As indígenas, por sua vez, chegaram a acreditar que se tratavam de Deuses, e algumas entregavam seus corpos em troca de utensílios que nunca tinham visto, como um pente ou espelho.

Recebidos como convidados pelas aldeias, o “homem branco” encontrou uma realidade muito diferente da vivida na Europa, com acesso facilitado às mulheres que no Brasil habitavam. Mas com o processo de colonização em curso e a exploração cada vez maior do indígena, o clima aparentemente amistoso foi rompido entre o colonizador e o colonizado.

A violência contra a mulher indígena foi se tornando cada vez mais evidente dentro da sociedade. Com as missões jesuítas em curso, seu modo de viver foi reprimido, sendo obrigadas a vestir roupas que condiziam com o estilo europeu.

Elas foram realocadas nas casas das famílias europeias, tratadas como objeto para satisfazer o desejo do colonizador e acabavam por gerar filhos que não seriam reconhecidos como tal pelo pai.

Durante o processo da colonização, mulheres brancas fixaram residência em terras brasileiras, para acompanhar seus maridos. Foi nesse momento que a mulher indígena deixava de ser usada como desculpa para a escassez de mulheres brancas, e foi reforçado seu papel na sociedade, onde “são vistas como objetos sexuais, como símbolos do pecado, com corpos nus, curvas, cabelos pretos e pele parda, em comparação a palidez sem graça das mulheres europeias”. (BASSEGIO; SILVA, 2015, p.22)

A mulher branca, cabia almejar um bom casamento e a maternidade, seguindo todos os preceitos católicos e preservando uma vida moralmente aceitável diante da sociedade. Por outro lado, as indígenas eram associadas ao pecado e tiveram seus corpos transformados em objeto nas mãos do colonizador, que se sentia livre para praticar a violência sexual.

É importante destacar que, baseado nos valores da época, para o Europeu, o que na contemporaneidade consideramos violência sexual, era considerado normal. E, no caso da mulher indígena, o colonizador afirmava ter direitos sobre seu corpo, por enxergá-la apenas como um objeto. Mas, isso não significa que por não ter nome a violência não existia.

3. O “EU MODERNO” PELA VISÃO EUROCÊNTRICA, COLONIALIDADE E GÊNERO

Os europeus idealizavam que o seu modo de vida e a história de como alcançaram o dito desenvolvimento na Europa Ocidental era o que fazia deles o modelo ideal de modernidade a ser seguido, e por isso estariam acima de outros povos, considerados por eles inferiores, diante do contato iniciado com a chegada às novas terras, resultado do advento das grandes navegações. Mas, em contraponto a isso, Quijano (2005, p. 122) diz:

Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas. Com todas as suas respectivas particularidades e diferenças, todas as chamadas *altas culturas* (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) anteriores ao atual sistema - mundo, mostram inequivocamente os sinais dessa modernidade, incluindo o racional científico, a secularização do pensamento, etc (QUIJANO, 2005, p. 122).

Esse processo iniciado na colonização do território brasileiro pelos portugueses têm reflexos na sociedade contemporânea, e é responsável por, ainda hoje, presenciarmos na sociedade brasileira estruturas de preconceito e violência enraizadas nesse pensamento eurocentrista.

O sociólogo Aníbal Quijano é o responsável por introduzir o conceito de “colonialidade” em sua obra “Colonialidad y modernidad/racionalidad”, durante a década de 1990, afirmando que a nossa sociedade continua a reproduzir um padrão mundial de poder: “colonial moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 126). As raças, classificadas de acordo com o pensamento eurocentrista, precisavam passar pelo processo civilizatório para sair do mito do estado de natureza, e só assim alcançariam o estágio da sociedade europeia.

A diferenciação entre os povos fortaleceu as relações de dominação. As mulheres, principalmente às ditas “raças inferiores”, foram as que mais sofreram e sofrem com um modelo estereotipado, criado com relação a elas e a sua capacidade cognitiva. A mulher indígena está inserida nesse contexto, originado desde a chegada dos povos ibéricos ao território brasileiro, quando seus corpos eram usados como objetos, seguindo até a atualidade, onde a violência contra elas persiste.

3.1 A objetificação da mulher indígena na contemporaneidade

No Brasil atual, a realidade vivida pelas mulheres indígenas não é tão diferente da experimentada por suas ancestrais durante a colonização portuguesa. Muitos casos de exploração sexual ocorrem com frequência, mesmo após terem passado tantos anos desde a chegada do “homem branco” a essas terras.

Ainda tratada de forma pejorativa, é vista como uma mulher inferior às outras e constantemente chamada de “índia”, como se não tivesse nome. Tem sua capacidade reduzida a uma hipersexualização e fetichização, reforçados pela TV e cinema, tornando-se grandes responsáveis pela violência sexual contra mulheres de origem indígena, inclusive nas áreas urbanas. As estatísticas apontam que:

(...) indígenas têm mais chance de serem estupradas do que outras mulheres. Um relatório da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), divulgado em 2010, mostra que mais de uma em cada três é estuprada durante a vida (USINA DE VALORES, 2019).

A cultura patriarcal foi responsável pela perpetuação da violência contra a mulher, principalmente aquelas pertencentes aos grupos considerados “inferiores”, como as indígenas. Um exemplo disso é quando, em comunidades de

povos originários com base matriarcal, o lugar da mulher é alterado na tentativa de adequá-la a determinada religião com forte presença patriarcal, gerando diversos conflitos.

4. A VIOLÊNCIA DO PASSADO: UMA PRESENÇA CONSTANTE

Uma história marcada pelo sangue da violência cometida pelos portugueses, que foram os principais responsáveis por alterar toda a estrutura de um povo que é o verdadeiro originário das terras que hoje chamamos de Brasil. A liberdade que antes existia foi interrompida pela chegada do homem europeu.

No que diz respeito à mulher indígena, a violência cresceu juntamente com a formação do Estado Brasileiro. Entre as ameaças cometidas contra estas, Wenczenovicz e Siqueira (2017, p. 10-11) afirmam:

Dentre elas pode-se citar: assédio moral e sexual, exploração de indígenas como “trabalhadoras sexuais”, lesão corporal, sedução e estupro, estupro e atentado violento ao pudor, rapto e estupro, agressão causada por investigação de paternidade e tentativas de estupro (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017, p. 10-11).

Agressões que, por serem tão frequentes, iniciam um processo de banalização na sociedade. E, quando se trata da mulher brasileira, é comum esquecermos daquelas que fazem parte das comunidades indígenas, como se estas pertencessem apenas ao local que habitam.

Aviolência sexual não atinge somente a mulher indígena na fase adulta, ela ocorre até mesmo na infância, causando uma sensação de grande insegurança em territórios que deveriam ser sinônimo de proteção. Em muitos Estados não se tem dados que permitam analisar a extensão dos danos causados. Pois entre as dificuldades para sua obtenção, pode-se citar problemas de acesso aos locais de denúncia e dificuldades na comunicação por não falarem português, ou apenas um pouco.

A relação da mulher indígena com a terra em que vive é forte e é responsável pela base de toda a sua cultura. Mas, com tamanha insegurança, é cada vez mais comum que estas saiam de suas terras e busquem por locais onde acreditam estar mais seguras.

O contato com drogas e álcool, oriundos da relação existente entre os indígenas e o “homem branco”, acarreta a maior incidência de violência cometida pelos próprios indígenas às suas respectivas companheiras e demais mulheres pertencentes ao seu grupo. A cultura machista incorporada ao meio indígena acaba por trazer a inferiorização do feminino dentro da comunidade, além do crescimento dos casos de estupro, que é evidente, pela forte influência externa.

O abuso tem sua origem no período colonial, e “A violência não é natural nem algo do povo indígena ou ancestral. Sua origem está na própria raiz da colonização, dessa ideia absurda de que alguém é superior a outro e, por isso, tem o poder sobre determinado corpo e território” (KAMBIWÁ, 2022).

Entre os maiores problemas enfrentados pelas comunidades indígenas na atualidade, está o perigo trazido pelo garimpo ilegal e o agronegócio, que é responsável pela exploração sexual, escravização indígena, contaminação da água por mercúrio e introdução de drogas e álcool na vida desses povos. Além de causarem grandes danos ambientais, destruindo o habitat dos indígenas e afetando um ecossistema importante para todos do planeta, financiados, em muitos casos, por grandes empresas, que se beneficiam com essa atividade.

4.1 Agressão ao feminino Yanomami

Imagine ter a sua casa invadida, sem motivo válido, por pessoas que você nunca causou nenhum tipo de dano, e que além de destruir a sua moradia, violam os seu corpo, de suas iguais e crianças. Provavelmente as forças de segurança seriam imediatamente acionadas, para resolver o problema. Agora continue o exercício, e tente se colocar no lugar dos povos indígenas que enfrentam esse tipo de agressão constantemente, e a ajuda não é possível em tempo hábil.

A reserva indígena Yanomami é a maior do Brasil, teve seu território demarcado em 1992. Apesar da violência contra os povos indígenas sempre existir, entre 2016 e 2022 houve um aumento significativo, ocasionado pelo descaso dos Governos Federal e Estadual.

Não é apenas a mulher Yanomami que sofre violência, todos os povos que mantêm contato com garimpeiros passam pelo mesmo, ou até pior. Mas, levando em consideração o grande destaque dado nos últimos tempos, diante de tantas barbaridades ocorridas contra essa comunidade, com casos concretos de violência, tornou-se propícia a sua menção.

Na busca por conquistar novos territórios para realização de atividades como o garimpo e a agropecuária, os agressores externos cometem a mesma violência ou até pior que seus ancestrais no período colonial, contra os povos indígenas. Sobre isso Wenczenovicz e Siqueira (2017, p. 9) salienta:

Soma-se a esse contexto, a desumanização, a escravização, os aldeamentos com as perdas territoriais, a depreciação semântica generalizante e a tentativa de redução linguística constituíram formas políticas violentas de negação das diferenças e práticas históricas de invisibilidade (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017, p. 9).

A ameaça constante praticada por garimpeiros contra a mulher Yanomami, principalmente relacionada a violência sexual, dificulta a livre locomoção em seu território, para buscar alimentos, água e assistência médica. Onde a segurança encontrada reside apenas no fato desta estar acompanhada de alguma presença masculina da aldeia, que possa ser capaz de fornecer proteção. De acordo com Wenczenovicz e Siqueira (2017, p. 9):

Em 2022, a Agência Sumaúma, em parceria com o Instituto Socioambiental – ISA25, e a organização indígena Hutukara, reportaram inúmeros casos em que mulheres e meninas indígenas estiveram sujeitas a exploração sexual e sexo por sobrevivência em troca de alimentos, álcool, celulares, armas e ouro (WENCZENOVICZ; SIQUEIRA, 2017, p. 9).

A violência sexual empregada a mulheres e meninas Yanomami é utilizada como forma de causar terror. Não sendo incomum ataques armados às comunidades, onde ocorrem estupros e mortes.

Portanto, mulheres e jovens são corriqueiramente aliciadas em troca de comida, roupas, entre outros tipos de “recompensas”, prática similar ao que ocorreu após a chegada dos portugueses nessas terras. Relatos de meninas entre 11 e 13 anos vivendo com garimpeiros são frequentes, em que da violência são gerados filhos. De acordo com o relatório “Yanomami sob Ataque” (2022), produzido pelas associações Hutukara e Wanasseduume, os garimpeiros constantemente oferecem bebidas alcoólicas as jovens do sexo feminino, para abusar sexualmente delas, como demonstra o relato a seguir:

Os garimpeiros fazem perguntas para os jovens que levam juntos suas irmãs. Assim pergunta para os Yanomami: “Aquela moça que você levou consigo, é sua irmã?”. Então os Yanomami respondem: “É minha irmã!”. Depois dos Yanomami disserem assim, deixam os garimpeiros informados. Por isso, [continuam pedindo:] “O que você pensa a respeito de sua irmã? Se você fizer deitar sua irmã comigo, sendo que você é o irmão dela, eu vou pagar para você 5 gramas [de ouro]. Faça o que eu digo! Se você quiser cachaça, eu vou dar também cachaça. Você vai ficar bêbado na sua casa!”. Falam assim para os Yanomami, por isso, têm relações com as mulheres. Induzem os Yanomami a fazer isso (YANOMAMI SOB ATAQUE, 2022, p.87).

Em seguida, não bastando tudo que fora citado até o momento, é importante mencionar que a presença do garimpo ocasiona doenças como malária, desnutrição, infestação por vermes e pneumonia. As mulheres indígenas são obrigadas a verem seus filhos morrendo, pois até mesmo parte das equipes de saúde, que atuavam na região, foram obrigadas a sair devido à violência empregada pelos garimpeiros. E, os postos de saúde que ainda resistem, em muitos casos, não possuem medicamentos.

4.2 A luta pela glória

A variedade de povos indígenas em nosso território dificulta que políticas públicas alcancem uma grande parcela desses grupos. E, quando tratamos da mulher indígena, está se articula através de coletivos de mulheres, marchas, e, em alguns casos, participando da política para defender e fazer com que seus direitos sejam respeitados. Desconstruir o imaginário criado sobre a figura feminina indígena é um processo árduo e a ausência de políticas públicas efetivas colabora para o cenário de abandono enfrentado pelas comunidades de maneira geral.

A ausência de leis que atendam as particularidades da mulher indígena dificulta ainda mais a luta, que tem como origem a violência que ocorre desde o período colonial. Durante a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, no ano de 2021, participantes protestaram durante homenagem a duas indígenas mortas brutalmente e pediram que parassem de matar seus corpos.

No decorrer da audiência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, em 2022, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos cobrou maior presença do estado brasileiro, para prevenir que crimes contra as mulheres ocorram.

Na abertura da 3ª Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em setembro de 2023, a deputada Célia Xakriabá (PSOL- MG) protocolou a proposta de Lei nº 4381/2023, com o intuito de combater a violência contra a mulher indígena, com orientações a serem realizadas nas unidades policiais para atender as vítimas, entre outros pontos relevantes sobre este assunto. A proposta inclui diversos tipos de violência, desde a física à política.

Ainda durante a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília,, houve reforço na reivindicação ocorrida na Marcha anterior já citada. O pedido pelo fim da violência contra as mulheres foi feito por mais de 6 mil mulheres que seguiam no movimento, e no diálogo ocorrido com a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, personalidade que serve de inspiração para as mulheres pertencentes aos povos originários.

As articulações que buscam maior qualidade de vida e garantias para as comunidades indígenas, e, especificamente, para a mulher pertencente aos povos originários são de suma importância, e lideranças saídas da própria comunidade para a política reforçam a luta. Segundo Shirley Krenak, liderança indígena da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA): “Podemos sim, ocupar esses espaços políticos educacionais, institucionais, sociais, culturais, ambientais, e trabalhar em prol da humanidade de uma forma totalmente coletiva” (UM SÓ PLANETA, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que, diante do que fora exposto, é essencial que ocorra a desconstrução do pensamento patriarcal, em que a visão da sociedade é orientada apenas pela experiência masculina. Para que assim seja possível considerar novas perspectivas, como a das mulheres indígenas, que foram vítimas da exploração e violência desde a chegada dos colonizadores ao território brasileiro.

A exploração sexual contra a mulher indígena tem fortes laços com o pensamento eurocêntrico, que foi responsável por incorporar conceitos de superioridade e estereotipar culturas e gênero. Conceitos esses que continuam sendo perpetuados na contemporaneidade, e são responsáveis pela objetificação e inferiorização da mulher indígena.

A presença da violência sexual contra o feminino indígena até os dias atuais, em nossa sociedade, está estritamente relacionada ao legado histórico que data do período colonial, juntamente com a presença constante, nos dias atuais, de atividades econômicas predatórias, como o garimpo ilegal e o agronegócio, que além de agredirem o meio ambiente, são responsáveis por levar o terror as aldeias onde, além do rastro de mortes, praticam a violência sexual aos corpos indígenas femininos.

É importante destacar a luta e resistência das lideranças femininas indígenas na tentativa de mudar essa triste realidade. Através da participação ativa em movimentos de defesa dos direitos das mulheres indígenas, os povos originários buscam a criação de políticas públicas efetivas, que sejam mais inclusivas e que tragam a proteção necessária à sua sobrevivência.

Essa é uma discussão que precisa ser amplamente debatida, com um olhar comprometido em dar ênfase a uma situação que não é apenas do passado, mas algo bastante presente nos dias de hoje, que necessita de medidas concretas e urgentes. É importante que sejam elaboradas políticas que visem as particularidades culturais da mulher indígena, para que possa ser possível atender aos seus problemas, além de que, deve-se incentivar a valorização e respeito da cultura indígena, por parte da sociedade de maneira geral, com o intuito de romper com a visão que se tem sobre o corpo indígena feminino.

REFERÊNCIAS

A fetichização é uma das maiores causas da violência sexual contra mulheres indígenas. In: Usina de valores. 2019. Disponível em: <https://usinadevalores.org.br/a-fetichizacao-e-uma-das-maiores-causas-da-violencia-sexual-contramulheres-indigenas>. Acesso em 30 de out. 2023

BASEGGIO, Julia; SILVA, Lisa. **As condições femininas no Brasil Colonial**. Revista Maiêutica, Indaial, v.3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/viewFile/1379/528.Pdf. (Acesso em 25 de out. 2023)

Mulheres, mães e defensoras da Terra: indígenas e quilombolas falam sobre resistência e luta por futuro melhor. In: Um só planeta. 2022. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2022/05/08/mulheres-maes-e-defensoras-da-terra-indigenas-e-quilombolas-falam-sobre-resistencia-e-luta-por-futuro-melhor.ghtml>. (Acesso em 30 de out. 2023)

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder**. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf (Acesso em 24 de out. 2023)

SOUZA, Telma. **Entre a cruz e o trabalho:** A exploração de mão-de-obra indígena no sul da Bahia. 237 p. Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/15_entre_a_cruz_e_o_trabalho_a_exploracao_de_mao-de-obra_indigena_no_sul_da_bahia_1845-1875.pdf. (Acesso em 25 de out.2023)

WENCZENOVICZ, Thaís; SIQUEIRA, Rodrigo. **Colonialidade, mulher indígena e Violência:** Reflexões Contemporâneas, Revista de Movimentos Sociais e Conflitos, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/1809/pdf>. (Acesso em 27 de out. 2023)

Yanomami Sob Ataque. In: Instituto Socioambiental. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. (Acesso em 30 de out. 2023)

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: é preciso conhecê-la

[Artigo]

Mislene Alves da Costa

Emanuela Alves da Costa

Meirelle Alves Da Costa

Sobre a autora:

Mislene Alves da Costa é graduanda em Pedagogia pela Faculdade Excelência (FAEX). Pós-graduação em AEE- Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncionais (FAVENI).

Emanuela Alves da Costa Maria Silva dos Santos é graduanda em Letras Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Meirelle Alves Da Costa é graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Pós-graduação em Psicopedagogia em educação especial (FAVENI).

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: é preciso conhecê-la

LENGUA DE SIGNOS BRASILEÑA: necesitas saberla

Mislene Alves da Costa

Emanuela Alves da Costa

Meirelle Alves Da Costa

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de buscar conhecimentos de libras, em relação ao sujeito surdo proporcionando sua inclusão na sociedade e as práticas dos profissionais da educação, tendo em vista o conhecimento de “mundo” dos surdos. Este estudo traz em seu teor os métodos que norteiam o ensino/aprendizagem da Libras para docentes surdos, com a necessidade da formação dos professores em libras (ou bilíngue), para que possa aperfeiçoar os conhecimentos e a difusão desta língua (LIBRAS), na perspectiva de sua inclusão e valorização em diversos contextos sociais, familiares e escolares. Além disso, oferecer oportunidades de comunicação e inserção do portador de necessidades auditiva, defendendo o princípio geral de igualdade para todos. Fundamentado nos renomados autores: Quadros (2006), (Vygotsky 1988), declaração de Salamanca (1994), além de documentos federais do Brasil (2010), dentre outros. Portanto, apesar da Libras, atualmente está ganhando um espaço maior na sociedade atual, ainda, sente-se uma grande necessidade de conhecer cada vez, a língua de sinais e propagar a mesma, para que se possa erradicar a segregação desta comunidade e por conseguinte, sua língua, para poder proporcionar a mesma oportunidade de aprendizagem para todos os discentes, sem que perca a qualidade do ensino. Para isso é preciso de profissionais qualificados, uma vez que, estes, podem ultrapassar o âmbito legislativo passando para o de aplicabilidade.

Palavras-chave: Libras; Comunidade Surda; Inclusão.

ABSTRACT

Este artículo tiene como objetivo buscar el conocimiento de Libras, en relación al sujeto sordo, proporcionando su inclusión en la sociedad y las prácticas de los profesionales de la educación, con miras al conocimiento del “mundo” de los sordos. Este estudio trae en su contenido los métodos que orientan la enseñanza/aprendizaje de Libras para docentes sordos, con la necesidad de una formación docente en Libras (o bilingüe), para que puedan mejorar el conocimiento y difusión de esta lengua (LIBRAS), en perspectiva. de su inclusión y valoración en diferentes contextos sociales, familiares y escolares. Además, ofrecer oportunidades de comunicación e inclusión a las personas con necesidades auditivas, defendiendo el principio general de igualdad para todos. Basado en reconocidos autores:

DATA DE SUBMISSÃO: 14/11/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

Quadros (2006), (Vygotsky 1988), declaración de Salamanca (1994), además de documentos federales de Brasil (2010), entre otros. Por lo tanto, a pesar de que Libras está ganando actualmente un mayor espacio en la sociedad actual, todavía existe una gran necesidad de conocer la lengua de signos y propagarla, de modo que se pueda erradicar la segregación de esta comunidad y, en consecuencia, su lengua, para poder proporcionar la misma oportunidad de aprendizaje para todos los estudiantes, sin comprometer la calidad de la enseñanza. Para ello se necesitan profesionales cualificados, ya que pueden ir más allá del ámbito legislativo y del ámbito de aplicabilidad.

Key-words: Libras; Comunidad Sorda; Inclusión.

1. INTRODUÇÃO

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) foi criada na década de 50, com o decreto de lei nº 839 de 26 de janeiro, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua natural do deficiente auditivo. No decorrer do tempo teve-se grandes conquistas para a comunidade surda, tendo sua oficialização em abril de 2002 com a lei Nº. 10436 de abril de 2002; em seu Art. “1º reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

No Art. 4º garantem a inclusão do ensino de libras nos cursos de formação de educação especial, em seus níveis médio e superior, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, (1997). Conforme legislação vigente. E assim, contribuindo para os avanços da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na política educacional dos surdos, proporcionando oportunidades e garantindo seus direitos no convívio social e escolar, para que possam ter uma formação de acordo com as suas necessidades individuais.

Foi precisamente na década de 1970 que aconteceu um marco na vida das pessoas com deficiência, uma vez que ocorreu um processo de desinstitucionalização, mudanças significativas para a educação daqueles que até então eram confinados em escolas caóticas e inadequadas ao seu pleno desenvolvimento humano. Nessas transformações sistemáticas, as pessoas surdas foram se aproximando cada vez mais das salas de aula comuns das escolas de ensino regular, exigindo adaptações bruscas no interior das escolas, como a contratação de intérpretes e professores de LIBRAS, a inserção da disciplina de LIBRAS no currículo, a compra de material didático específico, a mudança de enfoque nas aulas de língua portuguesa etc.

Surgiu, a partir disso, a necessidade de se ofertar um serviço que atendesse às nuances da aprendizagem dessas pessoas, especialmente à aprendizagem de uma língua, que aqui se entende como primeira língua. Cria-se, portanto, o

Atendimento Educacional Especializado – AEE – como resultado de inúmeras políticas públicas educacionais. É exatamente acerca desse serviço pedagógico que desejamos dissertar, tendo como linha de pesquisa, a seguinte temática “Língua Brasileira de Sinais: é preciso conhecê-la”.

De acordo com a temática, objetiva-se observar e refletir sobre as concepções teóricas acerca do ensino da LIBRAS no AEE sugeridas pelos documentos oficiais e literaturas da área. Diante da imensa necessidade de se dissertar sobre o ensino de LIBRAS como primeira língua para as pessoas surdas, este trabalho de pesquisa se insere no contexto da Educação de Surdos proposta pelo advento da inclusão. Há uma urgência de propostas linguístico-pedagógicas eficazes e adequadas que tornem possível a aquisição da Língua de Sinais por pessoas que nascem fora de um ambiente natural, ou seja, pessoas surdas que nascem de pais ouvintes e que, conseqüentemente, terão a língua falada como língua materna (português), tendo muito tardiamente o contato com a LIBRAS.

O presente artigo utilizou como método a pesquisa bibliográfica simples de forma qualitativa, partindo dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica. Percebe-se a necessidade de que o professor deve ter conhecimento sobre a Libras para poder quebrar a barreira da comunicação com o aluno surdo. Foi utilizado como metodologia as concepções e leituras de livros e artigos referente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tendo como fundamentação teórica os renomados autores: Quadros (2006), Vygotsky 1988 e a Declaração de Salamanca (1994), que proporcionou diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, em que deu a oportunidade da inserção da educação especial na estrutura da educação para todos.

2. O ensino de libras: da educação bilíngue de surdo

Neste tópico, discutiremos a respeito da lei que foi sancionada neste ano de 2021, dedicada à surdez e/ou à deficiência auditiva. Com isso, falaremos dos beneficiados dessa lei e das conquistas da comunidade surda. A comunidade surda possui uma série de direitos adquiridos com muita luta e esforço, embora saibamos que as pessoas com deficiência auditiva e/ou surdez deveriam ter os mesmos direitos e deveres dos ouvintes desde os primórdios da humanidade.

No ano de 2021 foi sancionada, pelo presidente Jair Bolsonaro, a Lei 14.191, de 2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da educação especial.

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo V-A:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas.

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

Parágrafo único. Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores a que se refere O 'caput deste artigo serão ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas. (BRASIL, 2021)

Os beneficiados serão estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas que tenham optado pela modalidade bilíngue, ou seja, ser fluente em duas ou mais línguas diferentes. Essa foi uma das grandes conquistas dos deficientes auditivos que são cidadãos como qualquer outra pessoa, tendo os mesmos direitos de estarem integrados na sociedade, especialmente, no contexto da qualificação profissional para que haja inclusão em qualquer nível de ensino.

Segundo Carvalho (2015) quando se fala em colocar na prática essas leis “a realidade é que existe um grande abismo entre a teoria, os direitos educacionais estabelecidos pelas políticas públicas e o que realmente tem acontecido nas escolas” (CARVALHO, 2015, p.11). Assim, quando partimos para a realidade nas escolas acerca dos alunos surdos fica evidente que muito do que se tem garantido por meio de leis, ainda não chegou a todos os alunos, que ainda tem alunos surdos que não tem o acesso aos serviços de apoio educacional especializado ou o acesso a tecnologias assistivas.

Desta forma, por vezes o professor titular da sala ou da disciplina tem que tentar ajudar esses alunos, e acaba sendo um grande desafio para esse profissional pois nas licenciaturas ou graduação atualmente são ofertados apenas uma disciplina de libras o que deixa o profissional com um conhecimento superficial sobre LIBRAS. Nos Art. 78-A e 79-C:

Art. 3º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 78-A e 79-C:

“Art. 78-A. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, desenvolverão programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura;

II - Garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas.”

“Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - Fortalecer as práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais;

II - Manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas;

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos;

IV - Elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.

§ 3º Na educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (BRASIL, 2021)

O autor Benchimol (2011) retrata que “A aquisição de uma segunda língua possibilita uma comunicação entre culturas diferentes gerando com isso oportunidades” (BENCHIMOL, 2011, p. 09). Com isso, todos devem ter direito à

educação escolar, esta, deve ser concedida pelo Estado, além disso, todos precisam ter condições para ingressar e prosseguir com os seus estudos. Ressaltamos ainda, a importância dos objetivos mencionados nos artigos 78-A e 79-C para a comunidade surda, por contribuírem para uma maior valorização da língua e cultura.

Segundo Lima (2016) o AEE é:

Um atendimento especializado, que ajuda, identifica e organiza recursos pedagógicos e, esse tipo de atendimento de maneira nenhuma pode ser caracterizado como um reforço escolar. É uma área do conhecimento onde envolve a interdisciplinaridade que envolve recursos, metodologias e práticas pedagógicas possibilitando a inclusão social de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e super dotação. (LIMA, 2016, p.6)

Desta forma, o atendimento educacional especializado é direito daqueles que precisam, e deve ser oferecido a todos que necessitam. Neste sentido, destacamos que se faz necessário que haja cada vez mais investimentos para que aquilo que se tem em documento venham realmente ser colocados em prática, e todos os estudantes tenham acesso ao que já se tem conquistado através de leis e documentos oficiais da educação.

2.1 A necessidade da formação dos professores em libras

Este tópico, tem como foco a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ambiente escolar, apontando que esta deve ser inserida desde o pré-escolar. Além disso, discutiremos a necessidade de um professor capacitado para esse ensino, bem como, do papel escolar para quebrar barreiras e sessar os preconceitos.

Mediante esse contexto, tornou-se fundamental a formação do professor capacitado para ensinar a LS, tanto para surdos como ouvintes com o intuito de que os mesmos possam desenvolver o processo de comunicação entre a comunidade surda como com os ouvintes. O autor Vygotsky (1988), ressalta que:

Tudo depende de quais exigências fazemos da educação das crianças surdas e quais objetivos que esta educação persegue. Também questiona quanto à situação desses alunos, se tem bastado ver os surdos frequentarem os bancos escolares, sem participar das atividades desenvolvidas em sala, olharem a boca do professor sem entender o que ele diz, esperando os movimentos dos colegas para descobrirem o que deverá ser feito, reproduzir o que vai ao quadro, sem compreender o significado. (VYGOTSKY, 1988, p.191).

Pode-se inferir que é de suma importância ter um professor capacitado em libras para desenvolver uma docência de qualidade para que os alunos que vão passar por este processo possam estar aptos para o seu desenvolvimento educacional. O

professor deve ter em mente quais os objetivos do que se ensina, para que se possa haver um desenvolvimento na formação da criança de acordo com suas necessidades respeitando as diferenças de cada um, e, com isso, auxiliar no desenvolvimento e na oferta de oportunidade de aprendizagem para todos. Segundo Carvalho (1998):

Para que tenha uma efetiva inclusão deste aluno é necessário “um melhor preparo e formação dos professores, projeto político pedagógico voltado para a diversidade de aprendizagem e que todos os integrantes da instituição estejam presentes no processo inclusivo.” (CARVALHO, 1998, p. 141)

E para desenvolver um trabalho exitoso, o professor, juntamente com a equipe pedagógica deve planejar atividades bem alinhadas, bem como, desenvolver seu trabalho com total autonomia. É necessário que seja traçado um planejamento e objetivos de ensino, sempre adaptando o currículo escolar para garantir o total acesso aos conteúdos para todos. Com isso, deve-se utilizar a língua de sinais, pois, esta é a ferramenta de comunicação da pessoa surda, uma vez que é necessário um professor bilíngue na sala de aula. Segundo Quadros (2006) “Não basta ter um vocabulário enorme de uma língua, a pessoa precisa ‘entrar’ na língua, ‘viver’ a língua para poder ensinar por meio dela” (QUADROS, 2006, p. 9). Como isso, os docentes passam por processo de aprendizagem diariamente. Os professores que trabalham com surdos são modelos de sistemas de interlíngua.

Para que tudo isto aconteça, o professor deve ter sensibilidade cultural, além de ser imprescindível uma formação acadêmica de qualidade para desenvolver sua profissão de forma satisfatória, desempenhando o seu papel perante a sociedade, tendo o desenvolvimento do ensino através da inter-relação professor/ aluno e com um intérprete que faz essa ligação em sala de aula. Com isso, o professor tem o papel de repassar os conhecimentos, devendo estar preparado para enfrentar as diversas dificuldades que lhe serão impostas em seu cotidiano. Além disso, caso este professor não tiver domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) enfrentará grandes dificuldades em atender aos alunos com necessidades especiais. O autor Quadros 2006 relata que:

Independentemente do contexto de cada estado, a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Assim, pensar em ensinar uma segunda língua, pressupõe a existência de uma primeira língua. O professor que assumir esta tarefa estará imbuído da necessidade de aprender a língua brasileira de sinais (QUADROS, 2006, p.19)

Podemos afirmar que há uma grande necessidade de profissionais capacitados para atuarem na área de Libras, uma vez que, pouco se tem

profissionais capacitados nesta área, e uma pequena quantidade tem o conhecimento da língua de sinais, com isto, ela ainda é escassamente difundida, sendo seus conhecimentos limitados a um pequeno número de pessoas e por conseguinte a sociedade não tem domínio desta, apesar de seus avanços.

Mesmo não sendo muito conhecida, ela é de fundamental importância para sua difusão e da comunicação dos surdos, para isto, é necessário que se tenha os profissionais bilíngues em sala de aula regular de ensino. Hoje, apesar do decreto de lei Nº. 10436 de abril de 2002, em seu Art. 4º garantir a inclusão do ensino de libras nos cursos de formação de educação especial, em seus níveis médio e superior, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), as escolas ainda se encontram despreparadas para inserção plena destes alunos em sala de aula, por falta de profissionais qualificados na área. Segundo Quadros (2006) afirma que:

Há, ainda, estados em que professores desconhecem libras e a escola não tem estrutura ou recursos humanos para garantir aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação e à informação.” É preciso chamar a atenção de profissionais, para que haja compreensão e transformação a respeito dessa necessidade realidade (QUADROS, 2006, p. 19).

OMEC, muito tem apoiado e contribuído com materiais e formas de incentivo aos profissionais da educação, porém, os professores ainda encontram grandes obstáculos na sua atuação em salas de aula, uma vez que enfrentam dificuldades, pois ainda existem várias pessoas na sociedade que acreditam que o ensino de Libras é desnecessário, mas aqueles que realmente têm o compromisso com a pedagogia, com a inclusão, com o desenvolvimento e com a educação especial, sabem da sua real importância para a sociedade e para a educação.

Através desse estudo realizado, pode-se inferir que, apesar das dificuldades encontradas por esses professores, existem aqueles que buscam por alternativas, se atualizando frente a essas dificuldades. Esses professores, comprometidos com o projeto da pedagogia da diferença, têm como objetivo abrir base material e discursiva, de maneira específica a produzir significado e representar a diferenças nos seus projetos pedagógicos.

Muitas vezes, os surdos não conseguem se comunicar em sua própria comunidade por desconhecer a sua língua, sendo imprescindível que os mesmos façam parte do processo de inclusão no âmbito escolar, inserindo estes indivíduos no ensino regular para que possam aprender sua língua oficial, que é a LIBRAS, como direito do cidadão com deficiência, para que depois, possa aprender a língua oficial do seu país, no caso o português, pois, é de suma importância para o seu desenvolvimento enquanto participante do contexto sociocultural, no processo de inclusão dos alunos considerados

“diferentes” dos ditos “normais” em escolas inclusivas e não exclusivas como anteriormente era feito, para poder acontecer o processo de socialização dos mesmos e construindo uma igualdade a partir das diferenças. Segundo a declaração de Salamanca (1994):

[...] Existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rudimentos de uma educação básica, principalmente nas regiões em desenvolvimento no mundo, justamente porque no passado uma quantidade relativamente pequena de crianças com deficiências obteve acesso à educação (SALAMANCA, 1994, s/n).

Desta forma, é fundamental que a criança com necessidade especial seja matriculada no ensino regular, para seu desenvolvimento social, intelectual e cognitivo. Além disso, não basta somente a inserção desta criança na escola sendo mero receptor, uma vez que, isso só prejudicará o aprendizado do discente que acaba não tendo a interação social e muitas vezes não compreende e não é compreendido. Segundo Andreis-Witkoski e Filietaz (2019):

[...] a única possibilidade de a criança surda obter o mesmo nível de desenvolvimento que a ouvinte é tendo acesso a uma língua plena, no caso, a Língua de Sinais, e a um ambiente linguístico bilíngue familiar, escolar e social, promovido para sua interação. (ANDREIS-WITKOSKI; FILIETAZ, 2019, p.3)

Por isso, é preciso que seu direito seja atribuído ao mesmo e que a sua linguagem seja explorada, pois cada criança precisa aprender a sua língua. Em relação ao papel dessas línguas segundo Batista e Canen (2012) podemos considerar que “assim como os ouvintes estabelecem suas relações e constroem seus significados no interior da língua oral, da mesma forma o surdo vai se constituir como sujeito no interior da linguagem de sinais” (BATISTA; CANEN, 2012, p. 27). Com a aprendizagem da Libras o discente poderá atribuir significado para formar uma interrelação entre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e o português falado, uma vez que isto proporcionará aos alunos um aprendizado significativo, se tornando um intérprete de vital importância para que o aluno surdo consiga entender o conteúdo repassado pelo professor regente em sala de aula.

É necessário que a criança surda faça parte do processo de ensino aprendizagem, pois, o único obstáculo que a criança surda tem no momento do entendimento do assunto abordado na sala de aula, é porque ela não ouviu, e, com isso compromete sua compreensão e sua comunicação. Percebe-se que, se a criança começasse desde cedo aprender as letras e sinais com ajuda de profissionais qualificados e de forma espontânea, através de seu convívio ou

comunicação, para ela não seria nenhuma dificuldade a aprendizagem escolar, pois, estaria trabalhando com sua verdadeira linguagem. Com isso, é necessário um atendimento especializado como o ensino da LIBRAS desde a sua alfabetização com intérprete, para dar suporte na sua interação com o professor, colegas, comunidade escolar e com a sociedade em geral.

Os autores Almeida e Fonseca (2019) defendem que “para lidar com a diversidade é preciso uma transformação radical nas formas de avaliação nas estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino, nas matrizes curriculares, mas principalmente nas atitudes” (ALMEIDA; FONSECA, 2019, p.5). É necessário que a escola trabalhe com os alunos a cultura surda, como rodas de conversa, eventos e leituras, para que assim possa extinguir esse “preconceito” relacionado ao aluno surdo, na tentativa de busca preencher as lacunas existentes em alguns aspectos da escolar.

3. CONCLUSÃO

Apesar dos avanços das leis constitucionais que garantem o direito de inclusão aos deficientes auditivos no convívio escolar e social, encontra-se muitos desafios em relação a sua socialização, pois, por muito tempo a comunidade surda foi excluída do âmbito escolar e social por utilizarem uma forma de comunicação diferente da maioria dos ouvintes.

A Língua Brasileira de Sinais é de vital importância para a comunidade surda, pois facilita o aprendizado e faz parte da construção da sua cultura e identidade, sendo necessário o seu conhecimento em todas as esferas como, social, familiar e escolar. Isso é de suma importância para que o indivíduo surdo consiga quebrar a sua maior barreira, que é a da comunicação com pessoas ouvintes, pois ele tem suas próprias condições linguísticas. É necessário que o surdo tenha o conhecimento mais cedo da sua língua natural (LIBRAS), para que se possa fazer a sua inserção na sociedade como um sujeito comunicativo.

A necessidade de aprendizagem de Libras surge desde a educação infantil até o ensino superior, tanto para ouvintes como para o surdo. Por isso, é importante a presença de profissionais capacitados para que a comunicação ocorra naturalmente e corretamente. O contato com colegas e/ou até mesmo professores surdos, traz a importância de conhecer a Libras a partir das expressões faciais até suas normas gramaticais. O conhecimento da língua Libras na escola, proporciona não somente relação interpessoal interna no âmbito escolar, mas, como também, fora dele. Com isto, percebe-se a necessidade de um intérprete de libras na sala de aula, pois, este é o intermediador na inter-relação entre os ouvintes e os surdos.

Por fim, ressaltamos que a importância de se avançar em atualizações e novas leis para garantir cada vez mais o direito à educação e respeito a identidade

da comunidade surda, mas que se faz necessário e urgente o investimento para que as leis realmente sejam colocadas em práticas e a comunidade surda tenham o seu direito garantido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA; A, O; FONSECA; M, C.V: **LIBRAS: A inclusão de surdos na escola regular, volta redonda**, 2019.

ANDREIS-WITKOSKI, S.; FILIETAZ, M. R. P. **A interface entre apropriação da linguagem por sujeitos surdos e a língua de sinais**. Revista Sinalizar, Goiânia, v.4. 2019.

BENCHIMOL. L. A. **Bilinguismo, Educação e escolas bilíngues**. Rio de Janeiro. 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**.

BRASIL. Senado Federal. **Nova lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb>>, Acesso em: 03 nov. 2021, 15:33:30.

CARVALHO, J. C. B. **Considerações sobre a aquisição da LIBRAS e do português escrito por um surdo em um contexto bilíngue**. Recife. 2015.

CARVALHO, R. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WMA, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Espanha, 1994.

BATISTA, A. C.; CANEN, A. **Multiculturalismo e o campo da surdez**: dialogando acerca das identidades e culturas das pessoas surdas. Espaço, n. 38, Rio de Janeiro, jul./dez. 2012, p. 19-29.

LIMA, A, V. **A Importância da sala de atendimento educacional especializado - AEE**. Paraíba. 2016.

QUADROS, Ronice Muller de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. & LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988, p.191.

A INCLUSÃO DISTÓPICA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma breve análise dos sistemas sociais de exclusão

[Artigo]

Isabely Santiago Guimarães

Sobre a autora:

Isabely Santiago Guimarães é Graduanda em Psicologia (bacharelado) pela Universidade Potiguar - UNP, Campus Mossoró/RN. Técnica em Massoterapia pela Escola Estadual de Educação Profissional Professor Walquer Cavalcante Maia (2019). Atualmente, é servidora pública da Secretaria Municipal de Educação e do Desporto Escolar - SEMED na Prefeitura de Russas. Possui interesse nos seguintes temas: aspectos morfofuncionais neurológicos e comportamento humano, processos mentais, transtornos psíquicos com ênfase em depressão.

A INCLUSÃO DISTÓPICA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma breve análise dos sistemas sociais de exclusão

DYSTOPIAN INCLUSION IN AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: a brief analysis of social systems of exclusion

Isabely Santiago Guimarães

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma análise histórica da evolução dos tratamentos de transtornos mentais, bem como a difícil inserção enfrentada por aqueles que são rotulados como “loucos” na sociedade, e como esses efeitos são perpetuados no atual contexto com crianças do Espectro Autista no ambiente escolar. O texto também aborda discussões sobre os desafios e a importância da inclusão efetiva dessas crianças, além de mencionar o papel da escola e da família para que esses objetivos sejam alcançados. A metodologia utilizada foi em formato de revisão narrativa da literatura, pesquisada nas plataformas da Scielo e Google Acadêmico. Foram utilizadas a base de dados da Constituição Federal de 1988 e livros, nos quais os textos foram criteriosamente percorridos e selecionados. A análise dos dados permitiu compreender o contexto sócio-histórico do preconceito, os desafios enfrentados e a crucial importância da promoção de uma educação inclusiva. Isso visa assegurar que as crianças no espectro possam não apenas ter acesso à educação, mas também participar ativamente nas salas de aula.

Palavras-chave: escola; neurodesenvolvimento; crianças.

ABSTRACT

The present work aims to propose a historical analysis of the evolution of treatments for mental disorders, as well as the difficult integration faced by those who are labeled as “crazy” in society, and how these effects are perpetuated in the current context with children on the Autism Spectrum. in the school environment. The text also addresses discussions about the challenges and importance of the effective inclusion of these children, in addition to mentioning the role of the school and family in achieving these objectives. The methodology used was in the format of a narrative literature review, researched on the Scielo and Google Scholar platforms. The database of the 1988 Federal Constitution and books were used, in which the texts were carefully reviewed and selected. Data analysis allowed us to understand the socio-historical context of prejudice, the challenges faced and the crucial importance of promoting inclusive education. This aims to ensure that children on the spectrum can not only access education but also actively participate in classrooms.

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

Key-words: school; neurodevelopment; children.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o indivíduo considerado “louco” era encarado como uma ameaça à sociedade, um ser perigoso que deveria ser retirado do convívio social para receber o tratamento adequado (ARBEX, 2013). No entanto, essa idealização de tratamento centrado no sujeito raramente se concretizava, se limitando muitas vezes à internação (ARBEX, 2013).

Nesse contexto, era instaurado o preconceito enraizado contra aqueles que sofriam de transtornos mentais, com a ilusão de que a simples exclusão seria a panaceia para a problemática enfrentada (CABRAL; MARIN, 2017). As práticas terapêuticas da época, longe de promoverem a recuperação, frequentemente contribuíam para a deterioração do quadro do paciente, resultando em sua internação perpétua até o triste desfecho de seu falecimento, distante da família, amigos, da sua história e de uma vida digna (ARBEX, 2013).

Embora o modelo de tratamento psiquiátrico tenha passado por transformações, a sociedade ainda perpetua a exclusão de indivíduos que enfrentam desafios psíquicos, como, por exemplo, nas instituições de ensino (NASCIMENTO, CRUZ, 2014). Nas escolas contemporâneas, alunos com transtornos do neurodesenvolvimento não são excluídos de maneira explícita, como registrada na história, mas sim de forma mascarada (NASCIMENTO; CRUZ, 2014).

No entanto, como no passado em que os “loucos” eram excluídos socialmente, há ainda a persistência de padrões discriminatórios, os alunos com transtornos são frequentemente excluídos das atividades propostas em sala, seja devido à percepção de incapacidade associada a eles ou à falta de adaptações que permitiriam sua integração e contribuição nas atividades apresentadas (CABRAL; MARIN, 2017). Nesse sentido, há alunos com o espectro que estão devidamente matriculados, frequentam a escola, por outro lado não há preocupação com desenvolvimento do aluno (CABRAL; MARIN, 2017).

Ao ser reconhecido a exclusão diária vivenciada por esses alunos, abre o espaço para contestações, intervenções e estratégias de inclusão em diversos ambientes (NASCIMENTO, CRUZ, 2014). É crucial potencializar a participação desses sujeitos em diferentes esferas, garantindo, acima de tudo, a igualdade de acesso à educação, independentemente de suas condições físicas ou psíquicas, assegurando, assim, a efetividade do direito à educação inclusiva (NASCIMENTO; CRUZ, 2014).

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo, construída em forma de revisão narrativa da literatura, foram utilizados elementos das consultas bibliográficas na base de dados da Constituição Federal de 1988, livros e buscas nas plataformas Scielo e google acadêmico. De acordo com Rothet (2007), as revisões narrativas são de crucial importância para atualização e aquisição de conhecimento por parte do leitor em um curto período de tempo. Logo, os materiais utilizados na construção desse projeto foram completamente percorridos, classificados e examinados de forma criteriosa para uma seleção das obras a serem utilizadas.

3. O VIÉS SÓCIO-HISTÓRICO DE REPRESSÃO

Em 13 de julho de 1841, foi assinado o decreto de fundação do hospital nomeado “Hospício de Pedro II”, no qual eram internados em massa indivíduos comumente rotulados como “loucos”. Além desses pacientes com transtornos psiquiátricos, também eram alocados pessoas consideradas impuras pela sociedade, tais como prostitutas, homossexuais, epiléticos, alcoólicos, entre outros (ARBEX, 2013).

Esses indivíduos eram retirados do convívio social, internados e submetidos a tratamentos severos. Conforme afirmou Arber (2013) em sua obra “Holocausto Brasileiro”, o hospício era principalmente visto como um local de exercício do poder médico, no qual os profissionais de saúde também compartilhavam a responsabilidade pelas dezenas de mortes, sendo considerado tão culpado quanto o governo da época (ARBEX, 2013).

Como elucidado por Arbex (2013), neste trecho: “[...] suas cabeças foram raspadas, e suas roupas, arrancadas. Perderam seus nomes, sendo rebatizadas pelos funcionários, começaram e terminaram ali”. Eles enfrentavam condições desumanas, incluindo tratamentos como choques elétricos, administração excessiva de medicamentos que mantinham os pacientes constantemente dopados e várias formas de negligência vividas por aqueles que estavam nas chamadas colônias (o maior hospício do mundo), conforme esclarecido pela autora neste trecho do livro:

Os pacientes do Colônia morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque. Em alguns dias, os eletrochoques eram tantos e tão fortes, que a sobrecarga derrubava a rede do município. Nos períodos de maior lotação, dezesseis pessoas morriam a cada dia. Morriam de tudo — e também de invisibilidade. (ARBEX, 2013, p. 14)

Esse cenário caótico perdurou por muitos anos na América Latina e no mundo. O médico e psiquiatra Franco Basaglia foi o precursor do movimento de reforma psiquiátrica (ARBEX, 2013). Na década de 1960, quando foi nomeado

diretor do hospital, iniciou inúmeras mudanças com o objetivo de transformar os hospitais psiquiátricos em comunidades terapêuticas. Em uma de suas visitas às colônias, Basaglia chegou a comparar o hospital com um campo nazista (ARBEX, 2013).

A superação manicomial teve início após algumas conferências, sendo fundamental destacar a importância da 8ª Conferência Nacional de Saúde e da Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica (HIRDES, 2009). Nesses eventos, os países da América Latina marcaram um ponto crucial na história ao se comprometerem com a restauração e reestruturação do cuidado em saúde mental, priorizando a dignidade e os direitos civis em um novo modelo humanizado de assistência. O marco dessa transformação foi a “Declaração de Caracas”, inaugurando um novo capítulo na história psiquiátrica (HIRDES, 2009).

Após a reforma, persistiu uma notável resistência da sociedade em aceitar a reintegração desses sujeitos no convívio social após os confinamentos hospitalares. Enfrentava, assim, uma “grade invisível” imposta pela sociedade, enraizada no preconceito e na falta de conhecimento sobre os transtornos mentais (AXBEX, 2013). Embora alguns aspectos tenham sido superados, surgiu uma nova perspectiva: à medida que esses indivíduos ocupavam espaços na sociedade, aqueles considerados “normais” julgavam esses sujeitos como pessoas aversivas e perigosas (AXBEX, 2013).

Este contexto não é muito diferente do que ocorre nas escolas, especialmente com crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Embora estejam presentes nas salas de aula e em outros ambientes escolares, muitas vezes permanecem invisíveis naquela esfera institucional (NASCIMENTO; CRUZ, 2014). A pergunta que surge é: o que constitui uma inclusão real? Estar no mesmo espaço que os demais não são suficientes, se esses indivíduos não conseguem estabelecer efetivamente conexões sociais. Como Michel Foucault menciona:

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros; pode ser que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato. (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

4. INSERÇÃO MASCARADA

O Transtorno do Espectro Autista está inserido na categoria dos transtornos do neurodesenvolvimento, e o termo “espectro” é usado devido à ampla gama de variações nas dificuldades enfrentadas, bem como nos níveis de manifestação dessas dificuldades. É caracterizado por comprometimentos precoces no desenvolvimento sociocomunicativo e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados (LE MOS; SALOMÃO, 2014).

Nos estudos de Lev Vygotsky sobre educação e aprendizado, ele enfatiza a importância da socialização no processo de aquisição de conhecimento. Vygotsky (2012) argumenta que as interações sociais desempenham um papel crucial no desenvolvimento humano, uma vez que quanto mais amplas e ricas forem as interações de um indivíduo, maior será seu desenvolvimento cognitivo (VYGOTSKY, 2012).

Em seus estudos Vygotsky (2012) também traz a chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que corresponde ao o que um sujeito pode desenvolver de forma independente e o que este pode alcançar com o auxílio de pessoas mais experientes. Isso demonstra a importância das interações como forma de aprendizado, visto que o compartilhamento da experiência, a moldação do comportamento em detrimento do indivíduo que já passou por aquele aprendizado, pode auxiliar o público infanto-juvenil em seu desenvolvimento social, como o contato com os colegas de classe, por exemplo, e em outras demais esferas. (VYGOTSKY, 2012).

No entanto, como no passado em que os “loucos” eram excluídos socialmente, há ainda a persistência de padrões discriminatórios, os alunos com transtornos são frequentemente excluídos das atividades propostas em sala, seja devido à percepção de incapacidade associada a eles ou à falta de adaptações que permitiriam sua integração e contribuição nas atividades apresentadas (CABRAL; MARIN, 2017). Nesse sentido, há alunos com o espectro que estão devidamente matriculados, frequentam a escola, por outro lado não há preocupação com desenvolvimento do aluno (CABRAL; MARIN, 2017). Como afirma Cunha,

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber (CUNHA, 2011, p. 68).

Em suma, o processo de inclusão é multifatorial, e todos os membros escolares (corpo docente, professores, alunos) desempenham um papel crucial para integrar o aluno na escola (CABRAL; MARIN, 2017). Isso vai além de estar presente em sala; trata-se de uma participação ativa que contribui para o contexto educativo, onde as potencialidades do aluno podem ser percebidas, estimuladas e postas em prática. Nesse sentido, a colaboração entre a equipe escolar pode ser fundamental para um aprimoramento no plano de desenvolvimento singular daquele aluno (CABRAL; MARIN, 2017).

5. PAPEL DA ESCOLA

Além disso, a escola como mencionada anteriormente desempenha um papel crucial nas interações desses sujeitos, uma vez que é nesse ambiente que ocorrem conexões por meio do brincar, da linguagem não verbal e verbal, estímulo à interação, entre outros (NASCIMENTO; CRUZ, 2014). O educador assume um papel fundamental como observador e mediador dessas relações, porém, para desempenhar eficazmente essa função, eles precisam estar bem qualificados para atender a essa nova demanda nas salas de aula. Dessa forma,

Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio”. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivar a experimentação e inovação pedagógica (CORREIA, 2008, p. 47).

Muitas vezes, é nas salas de aula que os professores identificam comportamentos atípicos em relação ao esperado para a idade do aluno, utilizando como referência o desempenho dos colegas. Em diversos contextos sociais no Brasil, devido à falta de informação, alguns pais acreditam que os sinais apresentados pelas crianças não são motivo que demarque seriedade, ou fazem parte do “jeito” natural da criança. (ZANON, BACKES, BOSA, 2014). Infelizmente, o atraso no diagnóstico infantil de crianças com o espectro autista pode prejudicar em longo prazo o desenvolvimento, tanto motor quanto da fala, por exemplo (ZANON, BACKES, BOSA, 2014).

Portanto, faz-se necessário que o Governo, em parceria com os municípios locais, forneça as ferramentas e recursos essenciais para aprimorar os conhecimentos desses profissionais. Há a queixa da falta de material e apoio para a implementação de aulas diversificadas que atendam às demandas dos alunos (ZANON, BACKES, BOSA, 2014). Os professores frequentemente se veem sobrecarregados pela grande quantidade de alunos em sala e destacam que salas com menor número de alunos poderiam contribuir para a efetivação da inclusão (ZANON, BACKES, BOSA, 2014). Além disso, destaca-se a importância das qualificações para lidar com as novas demandas da sala de aula, pois:

Flexibilizar o currículo, para responder a cada caso particular - comunidade, religião, língua, etnia, necessidade específica - não é ficar preso a conteúdos predefinidos e a ritmos e estratégias de aprendizagem rígidas,

mas antes adaptar os conteúdos, ritmos e estilos de aprendizagem, às condições concretas de cada grupo, subgrupo ou indivíduo (CORREIA, 2008, apud MORGADO, 2011, p. 8).

Por conseguinte, no geral as escolas contam com pelo menos um psicopedagogo que auxilia as crianças com transtornos do neurodesenvolvimento e outras condições (BERTOLDI; BRZOZOWSKI, 2020). O professor, juntamente com o psicopedagogo, precisa estar em constante comunicação para que as dificuldades percebidas sejam trabalhadas dentro e fora da sala de aula, e em casos necessários o acompanhamento especializado (BERTOLDI; BRZOZOWSKI, 2020). Dentre os direitos que os alunos com o espectro autista devem ser assistidos, cabe destacar a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista,

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

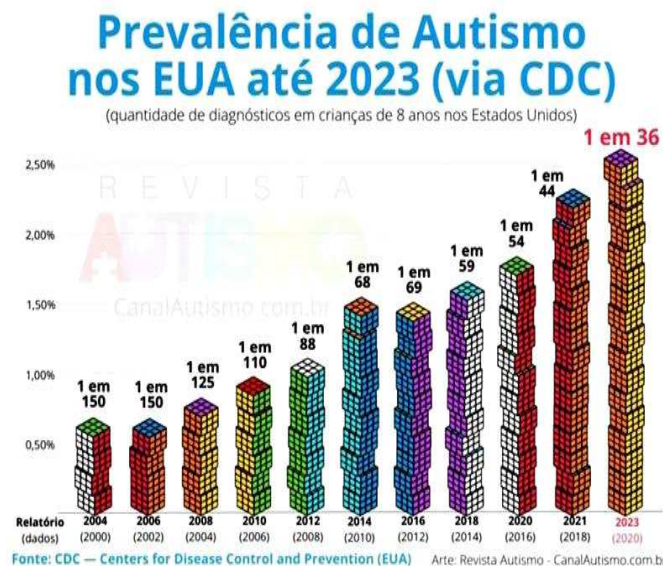
VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Outrossim, a escola precisa atuar no compartilhamento de informações, para informar a comunidade escolar por meio de rodas de conversa ou palestras, não apenas sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas também sobre outros transtornos do neurodesenvolvimento. Há muita desinformação em relação a esse tema, e é importante educar não apenas os membros da escola, mas também a comunidade, sobre como podem contribuir para o processo de inclusão dos alunos com TEA e que além de tudo possam compreender sua forma de comunicação, particularidades, dificuldade, entre outros (CABRAL; MARIN, 2017).

6. PAPEL DA FAMÍLIA

No autismo, é notável o crescimento contínuo ano após ano. Esses números são resultado de vários fatores, incluindo um maior acesso aos serviços

de saúde, bem como as escolas que realizam o acompanhamento e sinalização de casos suspeitos (ROMEY; ROSSIT, 2022). Como mostrado no gráfico abaixo, uma pesquisa realizada nos Estados Unidos sobre a quantidade de diagnósticos:



A partir do gráfico, é possível compreender um aumento significativo ao longo dos anos. Essa sinalização traz vários debates entre os profissionais acerca das possíveis causas. Até o momento atual, os especialistas apontam uma variedade de possibilidades, incluindo maior facilidade em diagnósticos, aumento da informação sobre o transtorno e a identificação de suspeitas por parte das instituições escolares, entre outros (ROMEY; ROSSIT, 2022).

A família desempenha um papel essencial na comunicação com a escola, pois possui conhecimentos valiosos sobre as particularidades do filho, sua trajetória em escolas anteriores e sobre o próprio espectro (CABRAL; MARIN, 2017). Além disso, cabe à família uma atuação ativa diária, monitorando e respondendo a qualquer mudança que possa afetar o humor e o comportamento da criança em sala, assim, auxiliaria a escola para um melhor desempenho com o aluno (CABRAL; MARIN, 2017). Pois, como afirma Cunha

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber (CUNHA, 2011, p. 68).

Essas particularidades se estendem a diferentes aspectos da vida cotidiana. Por exemplo, muitas crianças no espectro autista têm restrições alimentares. Algumas não apreciam a textura de determinados alimentos, enquanto outras seguem uma rotina alimentar rígida, repetindo as mesmas refeições diariamente

nos mesmos horários (OLIVEIRA; FRUTUOSO, 2021). Introduzir novos alimentos ou alterar a rotina desses alunos é uma tarefa desafiadora, uma vez que mudanças podem influenciar seu humor. Os responsáveis pela criança desempenham um papel crucial ao colaborar com a escola nessas questões e em outros aspectos que possam contribuir para o bem-estar do aluno naquele ambiente (OLIVEIRA; FRUTUOSO, 2021). Pois dentre as particularidades, há os chamados alguns traços que repetem entre eles, como:

(...) o denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações (...) apreciam ser deixados sozinhos, agindo como se as pessoas em volta não estivessem ali (...) quase todas as mães relatam a perplexidade causada pelo fato dos filhos, diferentes dos demais, não desejarem ser tomados em seus braços (KANNER, 1966, APUD KELMAN et al, 2010, p. 224).

Nesse viés, os responsáveis pela criança precisam, acima de tudo, estar atentos aos possíveis sinais que podem se manifestar ainda nos primeiros meses/anos de vida (ROMEY; ROSSIT, 2022). Além disso, quando se há a possibilidade de um diagnóstico, se faz crucial uma investigação com auxílio de profissionais multidisciplinares como psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, entre outros. Assim, permite que o tratamento seja iniciado mais cedo, o que, por sua vez, possibilita que a criança tenha um melhor desenvolvimento (ROMEY; ROSSIT, 2022).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário histórico-social que moldou as abordagens aos transtornos mentais ao longo do tempo, desde práticas antiquadas até avanços notáveis, como a reforma psiquiátrica, percebe-se a complexidade dos desafios contemporâneos na inclusão de crianças com transtorno do neurodesenvolvimento nos sistemas sociais. A reflexão sobre as dificuldades enfrentadas destaca a necessidade de superar obstáculos para fortalecer uma educação mais inclusiva, especialmente para as crianças no espectro autista.

A integração efetiva de alunos com espectro autista depende da colaboração que envolve a escola, família e comunidade. Vai além do simples acesso à escola, abrangendo o desenvolvimento social, cognitivo e das potencialidades singulares. A parceria entre família e escola não apenas qualifica a criança, mas também educa a comunidade sobre o transtorno, propiciando assim um comportamento coletivo através de um processo de subjetivação social mais assertivo para lidar com as demandas sociais educativas de saúde e comportamentais de pessoas com TEA. Essa colaboração mútua não só supera barreiras históricas, mas também promove

uma compreensão mais profunda do funcionamento neurológico dos alunos com autismo, resultando em um melhor ambiente educacional e enriquecedor, com vistas a superação das visões estigmatizantes acerca das pessoas com TEA.

Para construir um ambiente mais inclusivo que ultrapasse os muros da escola, é essencial integrar a tríade mencionada anteriormente, além de contar com o apoio governamental, tanto financeiro quanto qualificativo para os profissionais da educação. Assim, de maneira integrada, será possível garantir a participação plena de todas as crianças não apenas na escola, mas também na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. 1º ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013. Deverão conter somente as obras e autores/as citados no corpo do texto;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Centro Gráfico, 1989.

BERTOLDI, Franciele Stolf; BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf. O papel da psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da pessoa autista. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 341-352, dez. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jan. 2024. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20200028>.

CORREIA, L. de M. (1999), apud MORGADO, José Carlos. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto. 2008.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: Psicologia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

NASCIMENTO, Fabiana; CRUZ, Mara. **Da realidade à inclusão**: uma investigação acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do/a aluno/a com transtornos do espectro autista – TEA nas séries iniciais do I segmento do ensino fundamental. Revista UFG. 2014. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/sv/article/download/38149/19306/159710>>. Acesso em: 24 out. 2023.

KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

LEMONS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley. **Inclusão de crianças autistas**: um estudo

sobre interações sociais no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/54gYDFVCTvRBSmkrCSFK9NR/?lang=pt>>. Acesso em: 18 out. 2023.

OLIVEIRA, Bruna Muratti Ferraz de; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí. **Muito além dos nutrientes:** experiências e conexões com crianças autistas a partir do cozinhar e comer juntos. Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 37, n. 4, p. 1-12, 19 mar. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/54gYDFVCTvRBSmkrCSFK9NR/?lang=pt>>. Acesso em: 13 out. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, (2015a).

VYGOTSKY, L. S. **Obras completas – Tomo Cinco:** Fundamentos de defectologia. Paraná: EDUNIOESTE, 2022.

ZANON, Regina Basso et al. **Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 25-33, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/9VsXL3jPDRyZPNmTywqF5F/?lang=pt#:~:text=Evidenciou%2Dse%2C%20tamb%C3%A9m%2C%20que,meses%20de%20idade%20da%20crian%C3%A7a>>. Acesso em: 05 out. 2023.

REVÊS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: a inacessibilidade à saúde pública no Brasil como efeito da marginalização social

[Artigo]

Kelvin Riandson Teixeira de Oliveira

Sobre o autor:

Kelvin é graduando em Psicologia pela Universidade Potiguar - UNP, sendo bolsista integral do Programa Universidade Para Todos - PROUNI. Especialista em Enfermagem em Urgência e Emergência e Atenção Pré-Hospitalar pelo programa de especialização técnica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) – CPT-ETS/COFEN/UFPB. Técnico em Massoterapia pela Escola Estadual de Educação Profissional Professor Walquer Cavalcante Maia, da rede de ensino profissionalizante integrado do Estado do Ceará. Técnico em Enfermagem pelo Colégio Politécnico Alencarino. Desde 2021 atua como servidor público de Russas, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e do Desporto Escolar – SEMED, atualmente na função de Professor Mediador da Jornada Ampliada na Escola Municipal Coronel Murilo Serpa. É membro-voluntário do grupo de trabalho (GT) em Saúde Mental do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF BRASIL, por meio do TMJ/UNICEF, sendo redator do GT de saúde mental para os textos temáticos dos canais de comunicação UNICEF/ONU BRASIL.

REVÊS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: a inacessibilidade à saúde pública no Brasil como efeito da marginalização social³²

SETUP OF THE SINGLE HEALTH SYSTEM: inaccessibility to public health in Brazil as an effect of social marginalization

Kelvin Riandson Teixeira de Oliveira

RESUMO

Por um viés de análise histórico-cultural que perpassa o período anterior e posterior a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, pode-se conceber a materialização de um discurso progressista que, mais tarde, virá a servir de base para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde demarcadas pela lógica do tríptico de princípios doutrinários do SUS, inscritos na Lei Maior. No entanto, apesar do genuíno desejo de universalização da saúde pública, silenciosos fatores sociais culminam a renúncia forçada, velada e, portanto, uma negligência do Estado em equalizar a geopolítica expressa nas desigualdades sociais do país, estas fomentadoras dos inaccessos aos serviços de saúde pública. Como método de pesquisa para elaboração das discussões deste projeto se deu a revisão integrativa da bibliografia, qualitativamente, com foco em descrição e associação dos elementos empíricos dos dados censitários da PNS 2019, do IBGE, atravessados com o referencial teórico de livros físicos do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES, e artigos da Scielo e Pepsic, com foco em saúde pública. O presente trabalho tem por objetivo demarcar as nuances de inaccessos e seus agravantes geradores aos serviços de saúde pública, de modo a consubstanciar uma linha cronológica e referencial propostos a exprimir dados empíricos que contrastam a dissidência na universalização do direito constituído de acesso universal, integral e equânime à saúde pública no Brasil.

Palavras-chave: reforma sanitária, saúde coletiva; direito.

ABSTRACT

Through a historical-cultural analysis bias that permeates the period before and after the creation of the Unified Health System – SUS, it is possible to conceive the materialization of a progressive discourse that, later, will serve as a basis for the development of policies public health services demarcated by the logic of the triple doctrinal principles of the SUS, inscribed in the Major Law. However, despite the genuine desire for universal public health, silent social factors culminate in forced, veiled renunciation and, therefore, negligence on the part of the State

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

32 LINHA 2: Saúde, Meio Ambiente e Vulnerabilidades Sociais: os desafios para o desenvolvimento humano saudável e sustentável na América Latina;

in equalizing geopolitics expressed in the country's social inequalities, which encourage inaccessibility to public health services. . As a research method for preparing the discussions of this project, an integrative review of the bibliography was carried out, qualitatively, focusing on the description and association of the empirical elements of the census data from PNS 2019, from IBGE, crossed with the theoretical reference of physical books from the Brazilian Center of Health Studies – CEBES, and articles from Scielo and Pepsic, focusing on public health. The present work aims to demarcate the nuances of inaccessibility and its aggravating factors that generate public health services, in order to substantiate a chronological line and reference proposed to express empirical data that contrast the dissent in the universalization of the right constituted by universal, integral and equitable access to public health in Brazil.

Key-words: health reform, collective health; right.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde – SUS tem sua historicidade demarcada por diferentes contextos da geopolítica nacional do Brasil, considerando as diversas fases e reformas políticas ocorridas desde a proclamação da República Federativa. Nesse sentido, a organização do contexto político, via de regra, diz sobre a operacionalização das políticas públicas, ou mesmo a ausência destas, de forma a integrar o tecido social no qual o povo está imerso, e em como a civilidade se institui para viabilizar uma forma de Estado onde a assistência em saúde esteja presente. Tais prerrogativas, construídas no decorrer da história e localizadas em recortes culturais específicos, apontam que a justiça social é instrumento basal para efetivação dos direitos sociais, por pleitear a redução das desigualdades sociais existentes e garantir, minimamente, a dignidade humana e o bem-estar social para o povo.

Inicialmente, com a promulgação do Estatuto do Homem anunciado por Ulysses Guimarães na casa do povo, que instituiu a saúde como um direito, a carta constituinte afirmou um Estado de bem-estar social de direitos e deveres, contrastando os tempos sombrios pregressos em que o Brasil República vivia, na década de 60, sob as amarras de opressão da ditadura cívico-militar. A tempestividade que delineia esse contexto de regime militar no Brasil manteve presente, à época, como que em um movimento de reafirmação do autoritarismo, a cisão entre a cidadania e o exercício pleno dos direitos. Essa perspectiva enviesada, quando no âmbito da saúde pública, convocou os olhares da academia e da ciência para o cerne da questão, até então negligenciada e tão pouco conhecida: os determinantes sociais da saúde. A partir daí, o ímpeto da necessidade de ampliar as discussões sobre o impacto que o cuidado em saúde gera no tecido social tomou proporções em que não se discutia a saúde tão somente como um

efeito intrínseco à individualidade, mas sim como um produto de determinantes sociais expressos nos diversos contextos de vida da civilização brasileira.

Como um direito universal, integral e equânime, a saúde não poderia estar alinhada à perspectiva separatista que excluía, direta ou indiretamente, determinados grupos sociais de acessar seus direitos. Foi necessário, como que em um movimento simbiótico, reorganizar as estruturas basílicas do país que agora comportariam a constitucionalidade do direito à saúde e, sobretudo, da saúde pública como um elemento de autoafirmação identitária alinhado a inclusão de todos os grupos sociais na construção do sistema de saúde brasileiro.

Há de se pensar, com acentuado critério de análise social, que a exclusão de classes e/ou grupos sociais tem seus motivos enraizados nos próprios modelos de exclusão milenares interpostos às populações socioeconomicamente vulneráveis, mantidas na condição de subalternidade pelo próprio sistema geopolítico global capitalístico³³. É que a necessidade do aporte de servilismo dos menos favorecidos por esse sistema, como fator preponderante para estabelecimento e permanência das castas ora ditas superiores, advém do sectarismo que exclui deliberadamente para se manter em posição de superioridade. Tais características são cruciais para a edificação de barreiras consistentes, que alicerçam as dificuldades no acesso à saúde pública por parte dos menos favorecidos, socioeconomicamente e politicamente vulneráveis, em um SUS que preconiza universalização.

Como método de pesquisa para elaboração das discussões deste projeto se deu a revisão integrativa da bibliografia, qualitativamente, com foco em descrição e associação dos elementos empíricos dos dados censitários da PNS 2019, do IBGE, atravessados com o referencial teórico de livros físicos do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES, e artigos da Scielo e Pepsic, com foco em saúde pública. O presente trabalho tem por objetivo, portanto, demarcar as nuances de inacessos e seus agravantes geradores aos serviços de saúde pública, de modo a consubstanciar uma linha cronológica e referencial propostos a exprimir dados empíricos que contrastam a dissidência na universalização do direito constituído de acesso universal, integral e equânime à saúde pública no Brasil.

2. A REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

A reforma sanitária brasileira foi um elemento decisivo para impulsionar as discussões no campo acadêmico e, logo mais, no social frente às demandas emergentes que não estavam mais sendo comportadas pelas proposições excludentes até então colocadas pelo governo militar vigente. As taxas de adoecimento coletivo, oriundos de

33 Refere-se a elemento pertencente ou relativo ao capitalismo.

zoonoses, doenças venéreas e sazonais atingiam de forma incisiva grupos específicos e notadamente demarcados pela vulnerabilidade socioeconômica, pois:

(...) no que tange propriamente ao sistema público de saúde, o país vivia sob a duplicidade de um sistema cindido entre a medicina previdenciária e a saúde pública. O primeiro setor tinha ações dirigidas à saúde individual dos trabalhadores formais e voltava-se prioritariamente para as zonas urbanas, estando a cargo dos institutos de pensão. A saúde pública, sob o comando do Ministério da Saúde (MS), era direcionada principalmente às zonas rurais e aos setores mais pobres da população, e tinha como alvo, majoritariamente, atividades de caráter preventivo (PAIVA; TEIXEIRA, 2014, p. 17)

As fronteiras entre o tecido social e o mundo positivista das doenças físicas passam a se desfazer na medida em que os diagnósticos realizados no país “apontavam para um quadro sanitário preocupante que combinava baixa cobertura assistencial e disseminação de doenças marcadamente da pobreza, como as verminoses e aquelas de veiculação hídrica” (PAIVA; TEIXEIRA, 2014, p. 19). Nesse sentido, a vigência dos determinantes sociais da saúde entra em ascensão ao combinar o sanitarismo e a política em um campo de pesquisa e intervenção multifatorial voltado a identificar e operacionalizar metodologicamente não mais somente sobre a questão fisiológica, mas também na pobreza, precisamente porque “os grupos socialmente menos privilegiados apresentam maior risco de adoecer e de morrer do que os grupos socialmente mais privilegiados” (TRAVASSOS; CASTRO, 201, p. 184). Inicialmente, contudo, a própria distinção entre as modalidades de saúde ofertadas aos pobres impactou o contexto político vigente, na governança militar, impulsionando o ideário de revolução a ganhar força, uma vez que, segundo Paiva e Teixeira (2014), “tanto o movimento médico como o popular tiveram, segundo essa perspectiva, grande importância na ampliação da discussão sobre a reforma da saúde” (PAIVA; TEIXEIRA, 2014, p. 23).

A exclusão velada da classe trabalhadora, em especial a rural, dos modelos assistenciais de recuperação e reabilitação da saúde promoveram um separatismo que culminou uma preocupação implicada a confrontar a burguesia: as doenças não mais se restringiam aos espaços ocupados pelo proletariado, mas avançaram sinuosamente pelas ruas das cidades, atingindo os lares ora protegidos por uma segurança que não resistia aos impactos silenciosos das doenças infectocontagiosas. A partir desse recorte temporal, alcançar as demandas de saúde que tem como nascituro a pobreza, torna-se tarefa fundamental para a busca da erradicação das mazelas de saúde permeadas por uma dupla relação de afetação: ao ser mazela de saúde provém, inevitavelmente, de mazela social; esta, por sua vez, é agravada e intensificada pelas problemáticas de saúde. Nesse sentido, é criado em 1976 o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento – PIASS, caracterizado como:

uma iniciativa de investimentos que tinha em vista a expansão da rede de atenção primária de saúde em municípios do interior. Seus dois grandes propósitos foram (1) aumentar o alcance da cobertura dos serviços médicos, especialmente nas áreas rurais; (2) e viabilizar, com foco nos cuidados primários em saúde, a regionalização da atenção e da assistência médica, de forma descentralizada e hierarquizada. Como um programa estratégico, o PIASS não deixava de refletir uma aproximação da política de saúde brasileira aos princípios defendidos em âmbito internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (PAIVA; TEIXEIRA, 2014, p. 21).

O PIASS, fundamentalmente, buscou a inclusão das classes trabalhadoras e das populações rurais nos projetos de saúde do governo, tendo em vista que a luta contra as mazelas de saúde se alinhava cada vez mais com a luta contra a pobreza. Esse movimento se deu não pelo cuidado e atenção centrada nas necessidades dos sujeitos socioeconomicamente vulneráveis, mas sim pela intenção de extinguir os males de saúde. Nesse sentido, eram dados os primeiros passos, na Reforma Sanitária Brasileira, rumo à construção de um sistema de saúde unificado e orientado, principalmente, pelos determinantes sociais da saúde, ou seja, pelos agravos sociais que afetam diretamente a estabilidade sanitária e epidemiológica do país.

3. POLÍTICAS EM SAÚDE COMO ALTERNATIVA À DESIGUALDADE SOCIAL

Em seus princípios doutrinários o SUS preconiza a universalização como elemento norteador na estruturação das políticas públicas em saúde vigentes em todo o território nacional, desde a formulação da assistência nos territórios, modelos de intervenção, planejamento em saúde e prestação de serviços. O princípio filosófico de universalizar, ou seja, garantir a saúde como um direito comum a todas(os), anuncia uma responsabilidade jurídica e assistencial que o Estado assume com muitos tropeços devido às complexas camadas e tecidos sociais que o SUS se propõe a intervir, na intenção de promover a saúde como bem coletivo e um dever do Estado.

Ademais, como um bem coletivo de uma nação marcada por diversas camadas de desigualdades sociais, notam-se reveses estruturais de mazelas “historicamente e estruturalmente forjadas na sociedade; a pobreza e as desigualdades constituem faces de um contexto social perverso, estando implicadas no campo da saúde” (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 1700). Nota-se, portanto, que “as relações entre pobreza e saúde podem ser percebidas no cotidiano da vida da sociedade brasileira e evidenciadas nos serviços de saúde” (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 1700), uma vez que a maneira como os serviços são ofertados e, principalmente, como operacionalizam está sumariamente ligado a lógica de produção de um determinado tempo histórico e contexto socioeconômico.

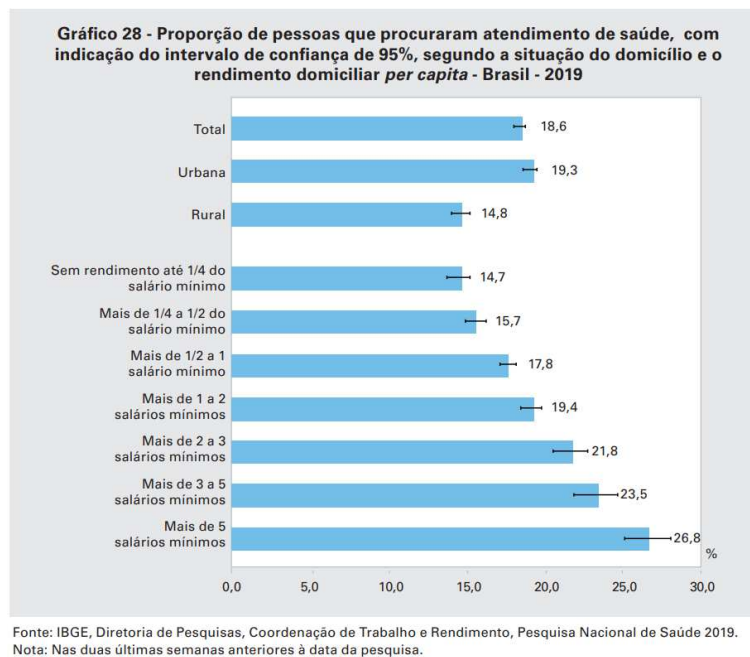
Diante de tamanha complexidade, a saúde, por sua vez, inaugura um campo de atuação integrado por uma complexa rede de atuação, subdividida em diversas outras redes confidentes, construindo assim um vasto sistema que é unificado e ao mesmo tempo descentralizado e regionalizado. Essas características, ainda que em primeira instância contraditórias, são produtos diretos das reivindicações sociais e políticas da Reforma Sanitária Brasileira, finalmente apreciadas na efetivação da política de saúde de Estado na Constituição Federal de 1988, com vistas à construção de um projeto da saúde pública cidadã. A Carta Magna, em sua seção II, Art. 196, determina que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Adverte-se, assim, uma relação diretamente proporcional construída nos princípios básicos da legislação, justamente pelo fato de os elementos basilares do ordenamento jurídico vigente evidenciarem a saúde através de políticas sociais e econômicas que, em si e nelas, dizem sobre a estruturação de uma saúde necessariamente multifatorial – não se experimenta mais aqui, portanto, os preceitos de uma medicina positivista pregressa que, via de regra, ao não considerar a saúde como um processo oriundo da junção entre sanitarismo, direitos e aspectos sociais, torna-se ineficiente em suas próprias conjunturas primárias; defasada em sua atuação enrijecida.

Mais tarde, como referendo do Art. 196 da CF de 1988, a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 provê os instrumentos jurídicos necessários para a efetivação – diga-se de passagem, teórica – da saúde pública nacional, ao padronizá-la como um direito universal, integral e equânime. São então formulados os princípios doutrinários e as diretrizes organizativas do SUS com foco em “universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência” (BRASIL, 1990), “integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos” (BRASIL, 1990) e descentralização político-administrativa. Analogamente, os preceitos teóricos da legislação alcançam parcialmente as demandas de saúde, pois:

As modificações nas características do sistema de saúde alteram diretamente as desigualdades sociais no acesso e no uso, mas não são capazes de mudar por si só as desigualdades sociais nas condições de saúde entre os grupos sociais. Isso porque as condições de saúde são preponderantemente influenciadas por fatores que afetam diferentemente os grupos sociais, tais como pobreza, exclusão social, estresse, desemprego, condições de moradia e trabalho, redes sociais, entre outros (TRAVASSOS; CASTRO, 2012, p. 184).

Em contraponto, convencionou-se que as próprias modificações no acesso e no uso dos serviços de saúde são interpeladas por melhorias notadamente

parciais, evidenciadas, inclusive, na própria Pesquisa Nacional de Saúde – PNS de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério da Saúde e Ministério da Economia. Na pesquisa, dois dos referenciais coletados se fazem imprescindíveis para a presente discussão, estando eles expressos nos gráficos que seguem:

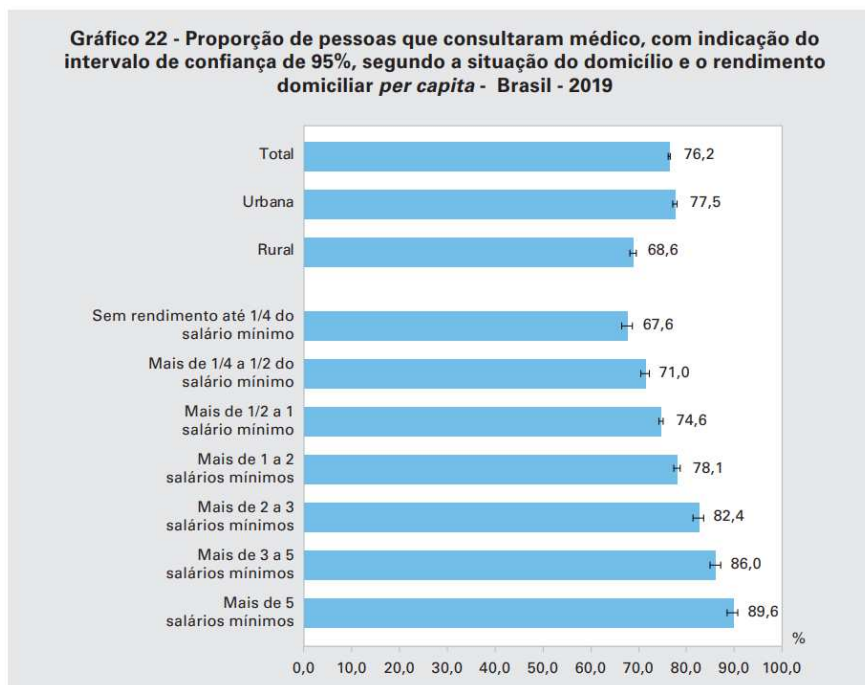


O comportamento do gráfico revela que a proporção de pessoas que procuraram atendimento de saúde, nas duas últimas semanas anteriores à data da pesquisa, cresce à medida que a faixa de rendimento domiciliar per capita se torna mais elevada, demonstrando, assim, uma relação direta entre a procura por serviços de saúde e condições socioeconômicas. A PNS 2019 também estimou que o percentil de pessoas que procuram os serviços da saúde é expressivamente maior na zona urbana que na zona rural. Fatos estes, ao serem atravessados com aporte teórico, consubstanciam a reflexão de que os fatores de acesso e inaccessos à saúde são diretamente proporcionais e fortemente influenciados pelo *status quo* socioeconômico, onde a população mais pobre segue sendo a que menos faz jus aos serviços de saúde devido às barreiras de acesso aos dispositivos de saúde existentes – elemento curioso é que esta mesma população menos favorecida é a que mais adoece, portanto, a que mais precisa. Para Travassos e Castro (2012), três barreiras são cruciais para o inaccessos: geográfica, financeira e de informação. A primeira diz respeito a “resistência que o espaço impõe ao deslocamento dos potenciais usuários dos serviços de saúde” (TRAVASSOS; CASTRO, 2012, p.186), configurando a mobilidade urbana como um contraponto à acessibilidade aos serviços assistenciais de saúde, tendo em vista o sucateamento progressivo dos

transportes públicos que tem como usuários frequentes os mais pobres; a segunda, se refere ao poder aquisitivo da população socioeconomicamente vulnerável, que se reflete na discrepância do acesso e permanência nos tratamentos, ainda que pelo SUS; a terceira se direciona à informação como elemento necessário para a facilitação dos processos de entendimento e apropriação sobre o próprio sistema de saúde, serviços ofertados e doenças relacionadas com suas respectivas alternativas terapêuticas, por parte da população mais pobre, uma vez que:

A difusão de informação em saúde para as pessoas e para os pacientes é atualmente considerada como uma característica importante dos sistemas e serviços de saúde. A informação em saúde impacta tanto na percepção de saúde das pessoas como no seu acesso aos serviços de saúde. No entanto, cabe ressaltar que o nível de informação das pessoas não resulta apenas de ações desenvolvidas pelo setor saúde, mas também do capital cultural das famílias, do grau de escolaridade e do acesso aos vários meios de informação atualmente disponíveis, como a Internet. Informação em saúde deve ser adequada à cultura e ao nível educacional de cada grupo populacional. Em geral, os grupos populacionais variam de acordo com o grau de informação que têm dos serviços a eles disponíveis, o que resulta em desigualdades sociais no acesso (TRAVASSOS; CASTRO, 2012, p.186).

Em sentido semelhante, contrastando os aspectos da marginalização social, o gráfico abaixo, apresentado pelo mesmo estudo da PNS, revela uma semelhança expressiva entre o coeficiente de público que busca dos serviços de saúde e o atendimento médico no que compete às especificidades de renda:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.
Nota: Nos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista.

O comportamento do gráfico acima exprime que a razão de pessoas que consultaram médico, nos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista, aumenta à medida que a concentração de renda domiciliar per capita se torna mais alta. Sendo assim, os dados demonstram uma relação direta entre a realização de consulta médica e o índice de renda dos indivíduos – frise-se, no SUS. A PNS 2019 constatou também, que 77,5% dos indivíduos residentes e domiciliados à área urbana haviam realizado consulta médica no período considerado, sendo que os indivíduos residentes e domiciliados à zona rural tiveram uma proporção de consultas médicas de 68,6%. Constata-se, portanto, uma discrepância de 8,9 pontos percentuais que demonstram o desfavorecimento da população rural em detrimento da urbana no acesso às consultas médicas.

Em ambos os casos analisados nos dois gráficos anteriores, a diferença de pontos percentuais culmina uma diferença expressiva entre o acesso à saúde pública por parte da população socioeconomicamente mais favorecida em detrimento da menos favorecida. Surge, portanto, um conflito entre as proposições da universalização da saúde presentes na legislação vigente, e aquilo que se apresenta na realidade factual, nos territórios onde os serviços estão inseridos e, precisamente, a quem eles se direcionam efetivamente. Para Rodrigues (2016), existe uma justificativa plausível quanto a não efetivação do alcance das políticas públicas em saúde, delineada pela razão de que “o Estado não consegue ofertar os serviços de saúde a que se propôs após a criação do SUS, seja devido ao subfinanciamento a que é submetido ou por má-fé institucional” (RODRIGUES, 2016, p. 6).

4. SAÚDE PÚBLICA NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL

Quando se pensa em promoção, proteção e recuperação da saúde, há pouca discussão acerca dos efeitos positivos que estes cuidados ofertam a economia nacional, tendo em vista que a relação entre economia e saúde, no Brasil, se deu a partir de uma nova perspectiva construída dentro da Reforma Sanitária Brasileira, e perpetuada pelas legislações e conceitos teóricos adotados na formulação de políticas públicas. Ao ponderar os reflexos gerados pelo cuidado da saúde da população, se tem uma amostragem de elevação dos indicadores de qualidade de vida e, conseqüentemente, uma evolução humanitária onde

(...) o bem-estar da população é fruto das políticas de crescimento econômico que garantem renda e emprego; das políticas sociais universais (previdência social, educação e saúde), que se responsabilizam pela promoção da igualdade e pela qualidade de vida; e das políticas assistenciais voltadas para os grupos excluídos em função da renda ou discriminados de alguma outra forma. Ou seja, o bem-estar é fruto tanto do desenvolvimento econômico quanto do desenvolvimento social (VIANA, 2006, p. 15).

Ademais, por esse viés é possível atestar os impactos positivos na economia nacional a partir dos cuidados em saúde oriundos de uma divisão coerente das atribuições do próprio sistema. Segundo as diretrizes organizativas do SUS, previstas na Lei nº 8.080/90, a regionalização e hierarquização da saúde são conceitos que inauguram ao mesmo tempo um cuidado em saúde e, em uma análise rebuscada, um cuidado com os indicadores econômicos. Nessa perspectiva, o art. 198 da carta magna estabelece que “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único” (BRASIL, 1988). Enquanto rede, a saúde no Brasil tem a necessidade de ser regionalizada devido, também, às proporções territoriais continentais do país e, concomitantemente, hierarquizada, com vistas à alocação e distribuição assertivas dos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e materiais, precisamente porque o objetivo central da Rede de Saúde é a facilitação dos processos de cuidado de forma organizada, eficiente e controlada. Alinhado a isto, Oliveira (2009) desenvolve a perspectiva de divisão das atribuições do SUS ao considerar que:

A construção de uma rede baseia-se na constatação de que os problemas de saúde não se distribuem uniformemente na população, no espaço e no tempo, e envolvem tecnologias de diferentes complexidades e custos. Assim, a organização dos serviços é condição fundamental para que estes ofereçam as ações necessárias de forma apropriada. Para isso, é preciso definir as unidades que compõem a rede por níveis de atenção (hierarquização) e distribuí-las geograficamente (regionalização) (OLIVEIRA, 2009, p. 128).

Economicamente, a prevenção tem custo efetivo menor que a remediação (OLIVEIRA, 2009, p. 129). Com isso, a ideia de alocar geograficamente os recursos de saúde para que eles estejam presentes e a serviço da comunidade no dia a dia fortalece a eliminação dos agravos em saúde, propiciando que as complicações de saúde severas demandantes de muitos recursos tecnológicos (em si, de alto custo) reduzam expressivamente (OLIVEIRA, 2009, p. 128). Nesse ínterim, a hierarquização do SUS acontece em três níveis: atenção primária, secundária e terciária à saúde. A Atenção Primária à Saúde – APS, também conhecida como Atenção Básica à Saúde – ABS, é a instância hierarquicamente responsável por estar presente de forma contundente na comunidade, ou seja, é a primeira instância de cuidado que realiza o mapeamento das necessidades em saúde do território adscrito e, fundamentalmente, intervém com métodos de saúde preventiva para evitar que os usuários ascendam para o uso dos serviços das demais instâncias de hierarquia do SUS; é um cuidado onde a vida acontece, no território. No entanto, apesar de os dispositivos de

saúde seguirem as premissas fundamentais do SUS, com objetivo de redução de custos, fortificação da economia e ampliação da Rede de Saúde, o acesso às políticas públicas em saúde, como demonstrado nos dados do PNS/IBGE, persiste em afastar seletos grupos sociais.

5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO SUS

Recente e pouco discutido, o elemento da participação social na construção e no controle social do SUS é indispensável para dar vez e voz à comunidade que, convenientemente, é o membro mais interessado no efetivo funcionamento das políticas públicas de saúde. No entanto, o ideário de construção coletiva do SUS exige, “por vezes, que os diferentes segmentos sociais exerçam oposição a práticas hegemônicas nas diferentes arenas públicas de disputa, especialmente no setor saúde” (GOMES; ÓRFÃO, 201, p. 1202). O contexto político, portanto, é um dos primeiros entraves que a efetiva participação social encontra para atuar de forma livre e compromissada com os interesses da comunidade. É cômico, contudo, que os interesses políticos comumente estão alinhados com os da classe dominante que, no uso de seu lugar de poder, suprime as necessidades dos ora considerados inferiores (FREIRE, 1967).

A participação social é também conhecida como participação comunitária, precisamente porque representam os interesses da comunidade no âmbito do planejamento e fiscalização da execução das políticas de saúde, instituída e regulada pela Lei nº 8.142/90 que criou os então Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde, órgãos colegiados e permanentes, presentes nas três esferas dos entes federados. O intuito da construção destas instituições é possibilitar que atores sociais historicamente não incluídos nos processos de formulação de tomada de decisão quanto a administração pública da saúde participem e expressem, influentemente, o desejo da comunidade na saúde local, regional e nacional (BRASIL, 1990). Essas ações de participação social não se esgotam somente no planejamento; estão presentes, principalmente na fiscalização quanto a execução dos projetos aprovados e discutidos coletivamente.

Apesar de a legislação que institui o sistema de conselhos de saúde ser muito precisa quanto a operacionalização destes órgãos, há defasagens em todas as três esferas de governo, tendo em vista que:

A debilidade no processo participativo também está relacionada com a desmotivação dos conselheiros diante das práticas irregulares na realização e/ou convocação para as reuniões dos Conselhos e com o desestímulo perante a dificuldade em exercerem influência nos processos de tomada de decisão dos gestores, bem como verifica-se a falta de garantia de que a contribuição da sociedade civil, através da

participação nas discussões e deliberações, será realmente efetivada, assim como a escassez de quórum deliberativo nas reuniões que ocasionam descrenças entre os atores coletivos quanto à eficácia dos Conselhos de Saúde, principalmente entre os sujeitos comprometidos e atuantes na busca do efetivo exercício do controle social (GOMES; ORFÃO, 201, p. 1203).

Em sentido semelhante, a construção social do SUS não limita a atuação dos Conselhos de Saúde; como política universal está de amparo para todas e todos em território nacional. O SUS transcende sua própria matriz conceitual porque diz, sobretudo, do cuidado com aquilo que assume escopo *vitallis* e grandeza absoluta na moral e na ética: a vida. O viver, neste caso, inaugura uma série de sentenças e elementos de encontro aos preceitos da própria cidadania, da auto afirmação dos sujeitos enquanto fazedores de sua própria experiência do viver, em todos os espaços.

A oitava Conferência Nacional de Saúde – CNS, ocorrida em março de 1986, foi a primeira na história a contar com a participação popular, haja vista que as anteriores se restringiam aos debates apenas com membros do poder legislativo e executivo (OLIVEIRA, 2009). Em seu célebre discurso na oitava CNS, da qual foi presidente, Sergio Arouca, emérito sanitarista e professor da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, conclamou que:

A saúde não é simplesmente ausência de doenças, é muito mais que isso. É bem-estar mental, social, político. As sociedades criam ciclos que, ou são ciclos de miséria, ou são ciclos de desenvolvimento. Saúde é o resultado do desenvolvimento econômico-social justo (AROUCA, 1986).

Arouca, ao alinhar a perspectiva de saúde com os vieses econômico, social e político, principalmente em um momento inaugural de participação social na construção coletiva do próprio sistema de saúde, abre margem para a determinação da saúde enquanto um processo complexo que não está isolado dos outros aspectos do viver. Por isso, convencionou-se afirmar que a fundamentação basilar do ideário processual da saúde está inserida precisamente na intersecção entre educação, segurança, habitação, emprego, renda e, soberanamente, pleno exercício dos direitos políticos da população e comunidade, fazendo jus ao que o próprio texto constitucional institui em seus princípios fundamentais: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o atravessamento dos referenciais estatísticos da PNS 2019 com o arcabouço teórico, infere-se que existe um distanciamento desfavorável ao acesso da saúde pública pela população socioeconomicamente vulnerável em detrimento do espaço amostral de indivíduos com rendas maiores, de maneira severa e persistente. Em sentido concorrente atesta-se, também, uma discrepância entre o que estabelece o ordenamento legislativo vigente e a garantia dos direitos constituídos, especialmente no que se refere à efetividade das políticas públicas em saúde para alcançar as populações e suas respectivas demandas. Hodiernamente, as dificuldades que atravessam o campo da saúde pública e o sanitarismo no Brasil elevam a discussão de acesso e inaccessibilidade para um patamar de multifatorialidade, onde há a necessidade de intervenção/atuação dos demais setores do Estado (educação, assistência social, segurança etc.) sob pena de, em sua ausência, a acessibilidade estar aquém das expectativas tanto legais como sociais e, em uma projeção negativa e concomitantemente realista, aumentar progressivamente as barreiras de acesso à saúde.

Portanto, as lutas coletivas, através de genuínas reivindicações para o estabelecimento da participação social da comunidade e efetivação factual das políticas de saúde, são indispensáveis para a edificação, no cerne do seio social, do ideário progressista de que todas as pessoas em território nacional são diretamente implicadas no processo de construção, aplicação e fiscalização das políticas públicas em saúde, independentemente de sua posição socioeconômica, étnica, sexual etc. Mormente, essas lutas não devem ser movidas por um radicalismo oriundo da necessidade de auto afirmação da cidadania dos sujeitos ou, ainda, na reivindicação dos direitos constituídos que lhes conferem a integridade e dignidade humanas, portanto, a própria cidadania salvaguardada no texto da Lei Maior. Mas é que esse radicalismo não pode, em si e nele, ser fruto da contestação vazia de significado e luta social; as reivindicações e lutas sociais por uma saúde de qualidade para todos e todas devem ser, pelo contrário, circunscritas por um radicalismo que não anula o direito do outro de optar e se fazer voz, mas que agrega, dialoga e constrói, crítica e coletivamente, a soberania de um povo democrático e ao mesmo tempo firme em suas exigências e contestações. Povo que é soberano no exercício pleno de seus deveres e direitos constitucionais.

Os caminhos para o alcance do almejado sonho coletivo de uma saúde universal, integral e equânime, alçado nos primórdios da Reforma Sanitária Brasileira e mantidos até os dias atuais pelas lutas sociais e políticas, são os

pilares fundamentais não de proposições alhures, mas sim de fortes ensejos de esperar por um SUS de revezes atenuados e, possivelmente, extinguidos; por uma República Federativa do Brasil progressista, com vistas a um projeto de nação em absoluta consonância à saúde como o bem-viver de cada sujeito, em todos os espaços e tempos.

REFERÊNCIAS

AROUCA, Sergio. **8ª Conferência Nacional de Saúde: discurso de Sergio Arouca**. Brasília, DF: Fiocruz/CICT, 1986. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48681>>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Centro Gráfico, 1989.

CCMS - Centro Cultural do Ministério da Saúde. **Conferências Nacionais de Saúde: Contribuições para a construção do SUS**. Disponível em: < <http://www.ccs.saude.gov.br/cns/sergio-arouca.php>>. Acesso em: 15 out. 2023.

COELHO, Juliana Sousa. **Construindo a participação social no SUS: um constante repensar em busca de equidade e transformação**. Saúde e Sociedade, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 138-151, maio 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4Wt8xWdgTMWXNkyqBmkpR7G/?lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2023.

FOUCAULT. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961. 608 p.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967. 157 p.

GOMES, José Felipe de Freitas; ORFÃO, Nathalia Halax. **Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa**. Saúde em Debate, [S.L.], v. 45, n. 131, p. 1199-1213, 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/sdeb/2021.v45n131/1199-1213/pt/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 183-206. ISBN: 978-85-7541-349-4. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/c5nm2/pdf/giovanella-9788575413494-10.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2023.

LUCHESE, Patrícia T. R. **Equidade na gestão descentralizada do SUS: desafios para a redução de desigualdades em saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 8,

n. 2, p. 439-448, 2003. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/pcMkFjbs3dKTxL5V4wcJt6P/?lang=pt&format=html#>>. Acesso em: 15 out. 2023.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de (Org.) **Qualificação de gestores do SUS**. / Organizado por Roberta Gondim de Oliveira, Victor Grabois e Walter Vieira Mendes Júnior. – Rio de Janeiro, RJ: EAD/Ensp, 2009. 404 p., il. Disponível em: < <https://biblioteca.univap.br/dados/00002d/00002dfd#page=125>>. Acesso em: 15 out. 2023.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/rcknG9DN4JKxkbGKD9JDSq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 out. 2023.

Pesquisa nacional de saúde: 2019: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 85p. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2023.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. **Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária**. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1699-1708, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n5/1699-1708/pt/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2. ed. rev. e amp. / organizado por Lígia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et al. — Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. 1100 p. il, tab., graf. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=lang_pt&id=Is0VBgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA183&dq=sus+desigualdade+social&ots=BRv9jkyVj4&sig=t1b6nOQ9WvQ1SD-ZG2dnG5u1KMB8#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 out. 2023.

RODRIGUES, Thais Ferreira. **Cidadania, desigualdade social e política sanitária no Brasil** / Thais Ferreira Rodrigues. - 1. ed. - Curitiba: Appris 2016. 145 p.; 21 cm - (Ciências sociais). Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=1h80DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=sus+desigualdade+social&ots=CQ_K4o4oOb&sig=CYLNky2DQLYNMwtKPWHauGy7QOo#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS DL, Gerhardt TE. **Desigualdades sociais e saúde no Brasil: produção científica no contexto do Sistema Único de Saúde**. Rev Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2008 mar;29(1):129-36. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/rngenf/article/view/5310/3011>>. Acesso em: 15 out. 2023.

TRAVASSOS, C., and CASTRO, M. S. M. **Determinantes e Desigualdades Sociais no Acesso e na Utilização de Serviços de Saúde.** In: GIOVANELLA, L., ESCOREL, S.,

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacifico da. **Economia e saúde.** IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon; SEIXAS, Paulo Henrique D'Ângelo. Política e Gestão Pública em Saúde. São Paulo: Hucitec Editora, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1166230/mod_folder/content/0/ECONOMIA%20E%20SA%C3%9ADE.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.



A SAÚDE NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO: repercussões para o serviço social

[Artigo]

Anelly Karolliny Araujo Lima
Carlos Dallas de Oliveira Souza
Andreyna Ferreira Maia

Sobre os autores:

Anelly Karolliny Araujo Lima: Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Carlos Dallas de Oliveira Souza: Graduando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Andreyna Ferreira Maia: Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

A SAÚDE NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO: repercussões para o serviço social.

HEALTH IN TEMER AND BOLSONARO GOVERNMENTS: repercussions for social service

Anelly Karolliny Araujo Lima
Carlos Dallas de Oliveira Souza
Andreyna Ferreira Maia

RESUMO: A contrarreforma do Estado brasileiro, impulsionada pela ofensiva neoliberal que se espalha no cenário social a partir da década de 1990, se expressa através da retirada de direitos e do ataque às políticas públicas. Diante disso, no presente estudo planeamos analisar as particularidades da contrarreforma do Estado na política de saúde com enfoque para os governos Temer e Bolsonaro, sinalizando para as repercussões desse fenômeno no trabalho das(dos) assistentes sociais nos serviços de saúde, resgatando também aspectos do contexto pandêmico. Para tanto, realizamos uma revisão de literatura para compreensão dos objetos de estudo, apoiando-nos no materialismo histórico-dialético. Como resultados, observamos a aproximação dos governos em questão ao projeto privatista da saúde, que impõe para as(os) assistentes sociais demandas emergenciais e burocráticas.

Palavras-Chaves: Contrarreforma; Política de Saúde; Serviço Social.

ABSTRACT: The counter-reform of the Brazilian State, driven by the neoliberal offensive that spread in the social scene from the 1990s, is expressed through the withdrawal of rights and the attack on public policies. Given this, in the present study we plan to analyze the particularities of the State's counter-reform in health policy with a focus on the Temer and Bolsonaro governments, signaling the repercussions of this phenomenon on the work of social workers in health services, also rescuing aspects of the pandemic context. Therefore, we carried out a literature review to understand the objects of study, relying on historical-dialectical materialism. As a result, we observed the approach of the governments in question to the privatist health project, which imposes emergency and bureaucratic demands on social workers.

Key-words: Counter-Reformation; Health Policy; Social Service.

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

1. INTRODUÇÃO

A contrarreforma do Estado brasileiro, impulsionada pela ofensiva neoliberal que se espraia no cenário social a partir da década de 1990, se expressa através da retirada de direitos e do ataque às políticas públicas, através de desmontes, desregulamentação e desfinanciamento. Nessa lógica, a esfera universal da saúde é posta de lado, desviando seus princípios basilares como uma política comprometida com a saúde pública, chocando-se com os direitos e conquistas que ao longo dos anos foram concebidos pela classe trabalhadora, tornando esse feito como um marco de regresso frente às reformas sociais já conquistadas. As primeiras manifestações da contrarreforma apareceram ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a Reforma Administrativa do Estado, sendo retomada nos governos posteriores sob novos prismas.

Enfatizando que existem dois projetos de saúde que se confrontam no cenário social, o Projeto de Reforma Sanitária e o Projeto Privatista da Saúde. A partir dos anos 2000, surge o projeto de “Reforma Sanitária Flexibilizada” ou o projeto “SUS possível”, que emerge em forma de apelo para efetivar os princípios do SUS, por meio de ações “modernizadoras”, que na verdade escondem as medidas de privatização que se encontram por trás. Dessa forma, o “SUS possível” aparenta defender os princípios da Reforma Sanitária, porém contempla medidas que se aproximam do Projeto Privatista. Além disso, o governo de Dilma Rousseff também ficou marcado pela abertura ao capital estrangeiro, pois a saúde passou a receber investimentos do exterior, atendendo aos interesses econômicos que davam sustentação ao governo e abrindo espaço para a acumulação do capital.

Faz-se urgente que consideremos que, após o movimento de Reforma Sanitária Brasileira em meados de 1970 e mais tarde com criação e formulação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, existem constantes tensões no que diz respeito a materialização dos princípios do SUS, que se confrontam com o modelo econômico vigente: o capitalismo. No sistema mundial capitalista, o principal objetivo é a acumulação financeira, ou seja, o fio condutor para a manutenção social, sempre é o capital. Assim, ao longo dos anos, o SUS tem passado por inúmeros ataques, desmontes, constantes tentativas de privatizações e terceirização dos serviços, pois, na medida em que a crise do capital se intensifica, esses modelos de precarização do serviço se adequam de acordo com os interesses sociais e econômicos dos projetos societários implementados pelo Governo Federal. Portanto, observamos que os interesses de mercado têm suplantado cotidianamente as políticas, com o frequente embate entre capital e direitos sociais.

Essa conjuntura tem se tornado ainda mais dramática nas últimas décadas e teve forte manifestação nos governos Temer e Bolsonaro, ambos assentados

na ideologia neoliberal que possuíam um duro ajuste fiscal, privatizando e sucateando as políticas sociais. Em síntese, as propostas apresentadas pelos ex-presidentes em seus mandatos buscavam suprir apenas os interesses de mercado, colocando as políticas públicas em última instância, inclusive a política de saúde, inferindo uma série de ataques ao SUS, por meio de propostas conservadoras que desestruturaram e precarizaram os serviços de saúde, restringindo o acesso da população usuária.

Dessa forma, na medida em que o projeto societário neoliberal avança e faz sua consolidação nos pilares da seguridade social, o Serviço Social como uma profissão inserida nos equipamentos de assistência, previdência, educação e saúde, será diretamente afetada com as contrarreformas e processos de sucateamento das políticas sociais. Devemos considerar, ainda, que ambos os projetos políticos, a saber o projeto da Reforma Sanitária e o projeto privatista da saúde, apresentam demandas e formas de atuação distintas para o Serviço Social, sendo que este último imprime ao exercício profissional das(dos) assistentes sociais tendências conservadoras, que têm por intuito tornar o trabalho destes burocrático e voltado para o imediatismo.

Com base nisso, planeamos, no presente artigo, analisar as particularidades da contrarreforma do Estado na política de saúde com enfoque para os governos Temer e Bolsonaro, sinalizando para as repercussões desse fenômeno no trabalho das(dos) assistentes sociais nos serviços de saúde, resgatando também aspectos do contexto pandêmico, haja vista que as medidas adotadas pelo Governo Federal no enfrentamento à pandemia da covid-19 resultaram em retrocessos na saúde brasileira, considerando os pronunciamentos do presidente que eram contra o isolamento social e colocavam em dúvida a eficácia das vacinas, levando ao agravamento da crise sanitária e a uma redução nas taxas de vacinação, não apenas das vacinas contra a covid-19, além do baixo fornecimento de equipamentos de proteção aos profissionais de saúde, ferindo aos princípios basilares do SUS.

Para tanto, realizamos uma revisão de literatura para compreensão dos objetos de estudo, apoiando-nos no materialismo histórico-dialético para fundamentar nossas análises críticas, tendo em vista que discutimos aqui categorias históricas, assentadas em relações de poder contraditórias. Em nossa pesquisa bibliográfica, utilizamos como fonte principalmente textos publicados em revistas de Serviço Social que versassem sobre as contrarreformas na política de saúde, o contexto pandêmico e as inflexões para o trabalho das/dos assistentes sociais. Além disso, nos valem do método de Marx para analisar as implicações do neoliberalismo à política de saúde, compreendendo que as contradições imanentes ao capital desembocam, no cerne dos governos neoliberais, na mercantilização dos serviços de saúde.

2. AS PARTICULARIDADES DA CONTRARREFORMA NA SAÚDE NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

Em 2016, a história atual do Brasil ficou marcada com o golpe parlamentar contra a ex-presidente Dilma Rousseff e a substituição na cadeira presidencial pelo seu vice-presidente Michel Temer. Esse período marcou uma série de ataques sofridos em todas as esferas dos três pilares que compõem a seguridade social: saúde, assistência social e previdência social, que tem impactado diretamente na qualidade de vida do público usuário. Temer adotou em seu projeto-político uma clara tendência pró-capital, em que temos um aceleração na privatização do acesso à saúde, justificada a partir da necessidade de diminuir os gastos ocasionados pelo SUS, alegando que o Estado não teria mais como viabilizar de forma contínua os custos, assim, indo contra os direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

Enquanto nos governos anteriores a contrarreforma na política de saúde era gestada de forma não explicitada, apenas como uma perspectiva de modernização dos princípios basilares do SUS, o governo Temer demonstrou uma nova face desse processo, expressando, desde seus momentos iniciais, a sua vinculação ao capital, tanto nacional quanto internacional. Uma das primeiras expressões da expropriação de direitos no governo Temer se deu na área de financiamento, através da Emenda Constitucional nº 95/2016, que implicou em um congelamento do teto de gastos primários por vinte anos, restringindo o orçamento da saúde pública, revelando-nos que os recursos destinados ao SUS são sugados na medida em que o projeto neoliberal ganha forma.

A Emenda Constitucional nº 95/2016 definiu um limite individualizado para as despesas primárias do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, cada um estabelecendo o seu limite e sendo vedado o aumento real dos limites. A nova regulamentação não permite que as despesas totais e reais do governo cresçam acima da inflação, fazendo com que não seja possível que se aumente o número de investimentos em uma determinada área, a menos que sejam feitos cortes consideráveis em outra, o que acarreta, por exemplo, cortes em áreas que o governo consideram “caras”, como a saúde. Assim, durante 20 anos, as taxas de gastos permanecem congeladas, inibindo o crescimento econômico e levando à precarização das políticas, cujo orçamento já limitado é constantemente reduzido pelas políticas de contenção de gastos e pelos cortes de investimentos (Mariano, 2017).

Conforme o mencionado, no período de 20 anos, a manutenção e a expansão das políticas públicas permanecerá estagnada pela falta de investimentos

decorrentes do corte orçamentário, impactando no aumento dos salários, na contratação de profissionais e restringindo a autonomia dos governos que se seguirem nos próximos anos, a menos que seja elaborada uma nova proposta de emenda em sentido contrário. Observamos, então, que o novo regime tem como foco o duro ajuste fiscal dos gastos com saúde e educação, redirecionando os investimentos para o capital privado (Mariano, 2017).

Além disso, o Ministro da Saúde que assumiu a gestão no governo Temer, Ricardo Barros, não apresentava vínculos com a área da saúde, e desde o primeiro momento afirmou não ser o “Ministro do SUS”, o que já manifestava que este não tinha como foco defender os ideais da Reforma Sanitária. Ricardo Barros também mantinha uma clara vinculação aos setores privados da saúde, o que ocasionou uma gestão do Ministério da Saúde descompromissada com a classe trabalhadora e comprometida com os interesses do capital. Uma clara evidência dos fatos em questão se expressa a partir da proposta de “Planos de Saúde Populares”, defendida pelo ministro, em que temos a descentralização do papel do Estado e restrições na abrangência das suas políticas de atendimento à população, que tem como pilares: o plano simplicidade, plano ambulatorial + hospitalar e o plano de regime misto de pagamento. Uma outra medida adotada pelo ministro foi a revisão gestada na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que tirou de foco a Estratégia Saúde da Família, que era um importante programa na garantia do acesso à política em questão. (Soares, 2017). Vale ressaltar que durante todas essas medidas o Conselho Nacional de Saúde se pronunciou mostrando-se contrário às ideias propostas pelo ministro.

A partir do governo Temer, podemos observar uma maior focalização na política de saúde, que impossibilita tanto o pleno exercício do SUS quanto ataca a reforma sanitária em todas as suas proposições fundamentais. Podemos observar essa ofensiva neoliberal especialmente através dos programas do PMDB *Ponte para o Futuro* e *Travessia Social*, que, conforme Soares (2017, p. 124), “informam, claramente, a necessidade de a política social brasileira ter como foco prioritário os 5% mais pobres da população: a miséria da política”.

O governo neoliberal de Temer também foi responsável por gestar inúmeros ataques à política de saúde mental, promovendo medidas que se opõem a Reforma Psiquiátrica e que priorizam o modelo manicomial. Em face ao conservadorismo presente neste governo, os retrocessos se iniciam com a proposta de revisão da Política Nacional de Saúde Mental a partir da portaria nº 32, lançada pelo Dr. Quirino Cordeiro Júnior em 14 de dezembro de 2017 e publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro do mesmo ano (Silva; Silva, 2020). No geral, essa portaria define:

A manutenção dos leitos em hospitais psiquiátricos, ao passo que veta fechamentos e expande valores pagos para a internação nessas instituições de R\$ 49 para R\$ 80; estimula a criação de novas vagas em hospitais gerais; e propõe a ampliação das comunidades terapêuticas ligadas ao setor privado, de caráter religioso, para atender dependentes químicos por meio de um investimento bastante significativo, no valor que poderia chegar a R\$ 240 milhões por ano, contra quase R\$ 32 milhões destinados por ano aos demais dispositivos que compõem a rede de atenção (Batalha; Dominguez, 2018, apud Silva ; Silva, 2020, p. 108).

Dessa forma, o governo Temer mostra-se a favor do modelo hospitalocêntrico de saúde, que leva à homogeneização dos usuários, trazendo uma concepção de saúde mental restrita, focada nos transtornos, além do apoio às comunidades terapêuticas, que retornam a práticas assistenciais e filantrópicas, especialmente pelo caráter religioso, que lhes faz assumir uma postura conservadora mediante aos pacientes e suas situações de adoecimento, principalmente quando envolvem o uso de álcool e psicoativos.

Além disso, outra medida que ataca a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é a Portaria nº 3.588 de 21 de dezembro de 2017, que:

Propõe um aumento do valor da diária de internação para aos hospitais psiquiátricos e amplia de 15% para 20% o número de leitos psiquiátricos nessas instituições. Também determina uma taxa de ocupação de 80% dos leitos de saúde mental nos hospitais gerais como condição para que recebam a verba de custeio do serviço, dentre outras medidas que representam juntas, segundo o representante do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira, um sério retrocesso, ao passo que incentivam a cultura da hospitalização que possui uma clara lógica de segregação (Sampaio, 2018 apud Silva; Silva, 2020, p. 108).

A Resolução nº 32/2017 também afirma os hospitais psiquiátricos como sendo parte importante da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, levando ao desfinanciamento de outros serviços importantes e dificultando a expansão e qualificação da rede, ocasionando seu sucateamento. A inclusão das comunidades terapêuticas como parte da RAPS desqualifica a rede, pois a afirmação destes espaços como equipamentos de saúde traz o retorno ao modelo assistencial, além de que as comunidades – instituições que historicamente vêm sendo mantidas por grupos privados e entidades filantrópicas – agora passam a receber investimentos do Ministério da Saúde (Silva; Silva, 2020).

Em 2019, o governo de Jair Messias Bolsonaro deu continuidade ao processo de desmonte iniciado por Temer. Em destaque, nos primeiros passos da gestão podemos citar as mudanças instauradas no Ministério da Saúde, primeiramente com a extinção das secretarias de Gestão Estratégica, reformulação na Secretaria

de Atenção à Saúde e no departamento das infecções sexualmente transmissíveis (IST's), que se chamará Departamento de Doença de Condições Crônicas e Infecções sexualmente transmissíveis. Além da criação de duas secretarias; de atenção primária a saúde e a de tecnologia da informação. Essas mudanças ocasionaram perdas irreparáveis para a saúde pública nacional, dando destaque para o âmbito das IST's, no qual o Brasil foi referência mundial na prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/AIDS e a junção enfraqueceu as estratégias nesse campo, além da tendência pró-capital e estímulo a iniciativa privada, como vemos na reformulação da Atenção à Saúde que amplia a articulação com Hospitais Privados.

No que tange ao Ministério da Saúde, o ministro nos momentos iniciais do governo Bolsonaro foi Luiz Henrique Mandetta, médico filiado ao Partido Democratas que mantinha relações com planos de saúde privados, como a Unimed, e entidades filantrópicas. Em seu discurso inicial, este defendia a construção de “um sistema privado forte” e “solidário”, afirmando que o SUS dispõe de muitos recursos e por isso seria interessante uma gestão voltada para a economia destes recursos, conforme apresentado por Bravo, Pelaez e Menezes (2020).

O governo em questão também promoveu ataques à política de saúde voltada para a população indígena, bem como voltou-se para a reformulação do Programa Mais Médicos, afirmando a necessidade de torná-lo mais técnico, levando à saída dos médicos cubanos e à desestruturação do mesmo (Bravo; Pelaez; Menezes, 2020). Ademais,

Defendeu ainda a carreira de Estado para médicos; a informatização das informações do setor de saúde no país; o fortalecimento das Santas Casas e um “choque de gestão” nos seis hospitais federais e nos três Institutos vinculados ao Ministério da Saúde localizados no Rio de Janeiro (RJ). Os últimos pontos merecem atenção, especialmente se somados às declarações que questionam a eficiência dos hospitais públicos em comparação com os filantrópicos. (Bravo; Pelaez; Menezes, 2020, p. 201)

Analisar os primeiros passos do governo e suas particularidades iniciais se faz necessário para apreensão das ações de saúde pública nacional durante a pandemia. Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o início da pandemia da COVID-19 em todo o mundo, logo medidas para conter a disseminação em massa do vírus deveriam ser adotadas seguindo as recomendações de pesquisadores, epidemiologistas e médicos. Desse modo, a maioria dos países adotou em seu território políticas de funcionamento, bem como distanciamento social, isolamento e higiene pessoal, pois essas decisões dariam “tempo” até que a ciência encontrasse medicações e vacinas capazes de proteger contra o vírus.

O primeiro caso de COVID-19 foi registrado no Brasil em 25 de fevereiro de 2020, e o primeiro óbito ocorreu três semanas depois, no dia 17 de março. As primeiras medidas tomadas frente à pandemia ocorreram em 13 de março, reunindo como estratégias o cancelamento de cruzeiros turísticos e instituindo quinze dias de isolamento aos indivíduos que estavam no país vindos do exterior. Contudo, tais medidas foram revogadas ainda no mesmo dia, o que acabou por direcionar os rumos que a pandemia tomaria a seguir, pois o momento foi marcado por contradições, nas quais o Ministério da Saúde aconselhava medidas para conter a doença e o presidente manifestava-se em sentido oposto, como em seu primeiro pronunciamento nacional frente à COVID-19, que aconteceu no dia 24 de março, no qual Bolsonaro proferiu falas de cunho negacionista à crise vivenciada no Brasil e no mundo.

O governo Bolsonaro foi marcado por tensões e conflitos entre o presidente e vários órgãos e instituições do governo, como o Ministério da Saúde. Logo no início da pandemia da covid-19, as relações entre o presidente e o ministro da saúde se tensionaram, haja vista que o ministro tentou implantar medidas de contenção do avanço da pandemia, por meio da comunicação diária, com o incentivo à higiene pessoal, ao isolamento social e ao não uso de medicação de forma precoce, medidas que se chocavam com a postura do governante, que chegou a contrariar, inclusive, as autoridades sanitárias internacionais. Por conta dos conflitos existentes entre Bolsonaro e Mandetta, o ministro foi demitido e ficou sob o comando temporário de Nelson Teich, até que o General Eduardo Pazuello o assumiu (Teixeira; Santos, 2023).

Desde o início, o ex-presidente tratou a pandemia e o alto índice de casos e de óbitos de forma negligente, afirmando que se tratava apenas de uma “gripezinha” e se posicionando contra as medidas de isolamento. A preocupação de Bolsonaro se concentrava mais nos interesses econômicos e nos prejuízos financeiros que o isolamento social poderia ocasionar na perspectiva do mercado, do que com as milhares de vítimas que o novo coronavírus causou. Ademais, o governo de Bolsonaro também propagou uma série de *Fake News*, especialmente por meio das redes sociais, buscando construir uma ideia de que a pandemia não se agravaria no Brasil e de que não haveria riscos significativos. Dentre as notícias falsas inferidas por Bolsonaro,

A mais compartilhada dentre elas sustentava que os moradores de rua eram imunes à contaminação, o que atestaria a desnecessidade de medidas de isolamento. Esse conjunto de mensagens sustentava, na senda do discurso presidencial, que a pandemia não avançaria no Brasil devido ao clima quente, ao predomínio de jovens e à baixa densidade demográfica do país. Uma das mensagens mais disseminadas naquele momento sustentava que o vírus não resistiria a temperaturas superiores

a 26 graus, mensagem que circulou especialmente nas regiões mais quentes do país e que estiveram entre as mais intensamente atingidas nos primeiros meses da pandemia no país, como Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. (Calil, 2021, p. 42)

Além disso, com o aumento dos casos e do número de mortes, a estratégia bolsonarista de espalhar notícias falsas com o intuito de minimizar a importância das medidas de prevenção contra a doença iam se propagando de região em região, assumindo discursos novos, porém com o mesmo cunho conservador e de negação do contexto pandêmico. Uma das alternativas adotadas por Bolsonaro foi disseminar medicamentos “milagrosos” no enfrentamento à doença, em especial a cloroquina, na qual o ex-presidente comprou inúmeros lotes do medicamento – sem nenhuma comprovação científica de eficácia da substância, quando na verdade deveria estar investindo em estratégias de enfrentamento realmente eficazes.

Sob essa perspectiva, a situação brasileira com relação à política de saúde já não estava favorável antes da pandemia – devido à contrarreforma que vinha sendo gestada de forma mais expressiva desde o governo de Temer e, em sequência, no início do governo Bolsonaro, e com a chegada da COVID-19 ao cenário social, observamos um agudização das expressões da “questão social” já existentes, pois a crise sanitária que se instaurou no país foi responsável por reforçar as desigualdades sociais. Consequentemente, o acesso à saúde, que já se mostrava restrito às camadas mais pobres da sociedade, ficou ainda mais escasso em detrimento de um projeto de saúde voltado para os interesses de mercado.

É válido ressaltar que o conceito de saúde não pode ser tido apenas como “ausência de doença”, mas que saúde compreende uma esfera que engloba alimentação, acesso ao saneamento básico, moradia, lazer etc. Isso posto, na realidade em questão, em que consideramos a sociedade brasileira no governo Bolsonaro, com índice elevado de desigualdades sociais, as próprias ações de combate à COVID-19 são comprometidas, levando em consideração a precariedade das condições sanitárias, em que a situação de pobreza é tamanha, que muitos indivíduos não têm nem mesmo água para higienizar suas mãos, tampouco acesso ao álcool em gel. (Soares; Correia; Santos, 2021).

Ademais, a negligência de Jair Bolsonaro perante a pandemia também se expressou por meio de suas decisões a respeito do Ministério da Saúde, em que:

Durante a pandemia, o governo Bolsonaro nomeou três ministros diferentes para o cargo, sendo o último deles, Eduardo Pazuello, um militar que vem implementando um processo de militarização do ministério e de desestruturação da sua base técnica. Todo o seu primeiro escalão é integrado por militares sem experiência ou formação na área de saúde. Ademais, têm sido realizados movimentos no sentido de restringir

o acesso à informação e a dados sobre a pandemia e a gestão da política. (Soares; Correia; Santos, 2021, p. 122).

Pazuello, por ser um militar, não tinha nenhuma experiência na saúde, gerindo o Ministério de acordo com os ditames impostos pelo presidente. Em decorrência disso, foi estimulado o tratamento de pacientes com covid-19 com a cloroquina e hidroxiclороquina e foram restritas as divulgações dos dados diários da pandemia. Ademais, a ocupação do Ministério por militares de diversas patentes fragilizou o mesmo como uma entidade de suporte no combate à pandemia. (Teixeira; Santos, 2023).

Sob esse viés, além de buscar restringir o acesso as informações sobre os dados da pandemia, o governo também demonstrou uma postura antivacina, tanto pela falta de investimentos e pela negação da Ciência enquanto capaz de produzir vacinas eficazes contra o vírus, como por meio de falas do ex-presidente que incitavam a população a não se vacinar. Isso impacta diretamente nos princípios do SUS, que defende a imunização da população como uma importante estratégia de prevenção contra doenças, inclusive, ofertando vacinas para todos de forma gratuita.

Outrossim, o embate entre o governo e a Anvisa foi um ponto marcante de tensão, pois a agência orientava o uso de máscaras e o distanciamento, bem como condenava práticas terapêuticas no tratamento aos pacientes com covid, enquanto o presidente era constantemente flagrado sem máscara e foi contra a aprovação pela Anvisa das vacinas AstraZeneca, Oxford e Coronavac para imunização da população, pondo em dúvida a eficácia das vacinas e levando seus apoiadores a questionarem a necessidade da imunização (Teixeira; Santos, 2023). Ou seja, em todo o tempo a comunidade científica orientava para um lado, e o presidente, apoiado pelo Ministro da Saúde, seguia por outro, levando ao agravamento dos números de casos e mortes, e fazendo com que em 2021 o Brasil atingisse a menor cobertura vacinal em 20 anos, segundo dados do Observatório da Atenção Primária à Saúde (Agência Brasil, 2023).

Em consonância com o supramencionado, de acordo com dados apontados pelo Rede Brasil Atual – RBA, o enfrentamento ao momento de pandemia no Brasil diante o governo de Jair Messias Bolsonaro, se encontra entre os piores do mundo, pois permitiu 75% das quase 690 mil mortes, que segundo especialistas totalizaram 517 mil óbitos ocasionados pela covid-19, em decorrência da promoção de tratamentos ineficazes e medidas inadequadas tomadas pela má conduta do governo federal do país, como o desestímulo à vacinação e o uso de medicamentos sem comprovação científica para o

tratamento da doença. Ainda segundo os dados desta pesquisa, se medidas eficazes tivessem sido colocadas em prática, uma a cada quatro mortes teria sido evitada.

Com base nessas análises, podemos ver que o governo Bolsonaro assume uma tendência que caminha para o Projeto Privatista da Saúde, tendo em vista os constantes ataques à política de saúde pública, que se evidenciam também pela escolha de um ministro sem nenhuma experiência na área da saúde, sem uma preparação adequada para gerir uma situação tão complexa e delicada. Assim, as políticas de precarização e focalização de Bolsonaro direcionaram para a morte de milhares de pessoas, pois sua conduta negacionista não permitiu que o mesmo seguisse as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), fazendo com que o governo adotasse medidas contrárias à proteção contra a doença.

Paralelamente aos fatos conturbados que envolveram a gestão de Bolsonaro frente a pandemia, a contrarreforma na saúde também atingiu outros âmbitos, como, por exemplo, a Política de Saúde Mental, na qual o ex-presidente atuou com vistas a desarticular a Rede de Atenção Psicossocial, demonstrou apoio às chamadas comunidades terapêuticas, posicionou-se contra a estratégia de redução de danos e a favor da abstinência como forma de tratamento, bem como demonstrou apoio às práticas de internação compulsória, dando continuidade aos desmontes iniciados no governo Temer. (Silva; Silva, 2020).

Nesse segmento, uma das primeiras medidas adotadas foi a Nota Técnica nº 11/2019, que aborda as mudanças ocorridas na referida política e também nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, na qual é reforçado o papel dos hospitais psiquiátricos como parte da RAPS, a internação de crianças e adolescentes e também a defesa dos tratamentos voltados para abordagens biológicas. A criação de uma nova modalidade de CAPS AD, do tipo IV, expressa uma precarização da rede, pois são criados com a justificativa de ampliar o atendimento, tendo em vista o funcionamento 24 horas, porém acabam por atuar como facilitadores das práticas de internação compulsória. Além disso, a política de álcool e outras drogas passou a ser de responsabilidade do superministério da Cidadania, resultando no rompimento com a política de desinstitucionalização e estimulando o tratamento desumanizado dos usuários. (Silva; Silva, 2020).

A partir dos fatos mencionados, percebemos que os governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro marcaram a conjuntura política de forma negativa, como governos voltados para a militarização da vida social, com políticas focalizadas que não podem ser acessadas por todos os indivíduos, além da crescente tentativa de mercantilizar a política de saúde e transformar o Sistema Único de Saúde em um sistema rentável para o capital.

3. AS REPERCUSSÕES DA CONTRARREFORMA NO TRABALHO DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE

A partir da década de 1980, através do movimento de intenção de ruptura, o Serviço Social rompe com as origens conservadoras da profissão, atingindo maturidade teórica na academia, nas entidades representativas da profissão e adotando a teoria marxista como norteadora para o exercício profissional. No entanto, nesse primeiro momento do movimento de renovação, a maior parte da categoria profissional encontrava-se inserida nas universidades, com poucas mudanças na intervenção (Bravo; Matos, 2006).

Contudo, os presentes avanços ainda eram considerados insuficientes, pois o Serviço Social chegou a década de 1990 com poucas alterações na prática institucional, embora a saúde seja o campo de maior inserção das(dos) assistentes sociais, a categoria ainda se encontrava desarticulada do movimento de Reforma Sanitária. Assim, a produção de conhecimento sobre as demandas postas à categoria no campo da saúde também era insuficiente (Bravo; Matos, 2006).

É também nos anos 1990 que se constrói o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, que tem a liberdade como valor ético central e busca construir uma nova ordem societária, pautada na emancipação humana. O mesmo se ancora no Código de Ética da profissão de 1993, na Lei nº 8.662/1993, conhecida como Lei de Regulamentação da Profissão, e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que juntos estabelecem a direção social e política que a profissão irá assumir. Contudo, os anos 1990 também são palco para a consolidação do projeto neoliberal, que se confronta tanto com o projeto profissional hegemônico no Serviço Social quanto com o projeto de Reforma Sanitária, ambos que se aproximam, tendo em vista seus aportes e referenciais teóricos e os princípios que defendem. Outrossim, nessa mesma década também se consolida o projeto de saúde privatista, que tem como base a focalização no atendimento às populações vulneráveis, a desconcentração dos serviços e o questionamento da universalidade do acesso ao direito (Bravo; Matos, 2006).

Conforme o discutido por Bravo e Matos (2006), constatamos que existem dois projetos políticos em disputa na área da saúde: o projeto de Reforma Sanitária e o projeto privatista da saúde, e que ambos apresentam diferentes requisições para o Serviço Social.

O projeto privatista requisitou, e vem requisitando, ao assistente social, entre outras demandas: seleção sócio-econômica dos usuários, atuação psico-social através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais. Entretanto, o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social

trabalhe as seguintes questões: busca de democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo a participação cidadã. (Bravo; Matos, 2006, p. 10)

Na conjuntura neoliberal, e contexto da contrarreforma gestada na política de saúde, temos visto a prevalência do modelo de saúde voltado para o mercado, tendo em vista os investimentos cada vez mais abundantes na iniciativa privada e os desmontes na referida política, expressos através da precarização do SUS.

Ao tomarmos como referência o documento dos Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2010), este aborda as principais ações a serem desempenhadas pelas(os) assistentes sociais na saúde. Dentre essas ações, passamos pelo atendimento direto aos usuários, que deve se dar desde a atenção básica até os serviços de média e alta complexidade, por meio de ações socioassistenciais, nas quais os profissionais realizam visitas domiciliares, avaliação socioeconômica dos usuários, devem atuar buscando a democratização do acesso à informação, a desburocratização do acesso aos serviços, conhecendo a realidade dos usuários etc., transpondo o caráter emergencial e burocrático. Estes também devem realizar ações de articulação com a rede e com a equipe de saúde, bem como desenvolver ações socioeducativas, por meio das abordagens individuais, grupais ou coletivas.

As(os) assistentes sociais também devem desempenhar atividades de mobilização, participação e controle social, para reivindicar os direitos e demandas na agenda pública, além de ações de investigação, planejamento e gestão para fortalecer a gestão democrática e participativa e ações de assessoria, qualificação e formação profissional, buscando o aprimoramento profissional no ambiente de trabalho. No entanto, embora o documento frise a necessidade de as(os) assistentes sociais terem pleno conhecimento de suas atribuições e competências, há muitos casos em que os profissionais as desconhecem, desempenhando em seu exercício profissional ações que não são próprias da profissão.

Exemplos como: selecionar e restringir o acesso a direitos e serviços de saúde, solicitar do usuário ou seus familiares que contribuam comprando medicamentos, pagando procedimentos antes incluídos nos serviços do SUS; assistentes sociais sendo convocados para selecionar qual o acompanhante do usuário internado que irá receber alimentação etc. Esses são alguns dos exemplos de situações que já vêm se tornando mais comuns no âmbito das práticas em saúde pelo Serviço Social, precisamente a partir de 2015, com o primeiro grande corte orçamentário da política, ainda no governo Dilma. (Soares, 2017, p. 124-125)

Dessa forma, na atual conjuntura, as principais demandas que têm se apresentado para as(os) assistentes sociais são demandas de cunho emergencial e assistencial, em decorrência da refilantropização dos serviços de saúde, que retoma práticas conservadoras e estimula seu fortalecimento no interior da categoria. Ademais, frequentemente são postas tarefas de cunho burocrático e tecnicista, que acabam por esvaziar a intervenção profissional em seu caráter crítico e político, e deixadas de lado as ações de controle social, planejamento, as ações socioassistenciais e educativas. Soares (2017, p. 129) afirma que “[...] as limitações impostas pela precariedade dos vínculos nas instituições privadas incidem diretamente sobre a relativa autonomia dos profissionais de saúde”.

Uma importante reflexão acerca das repercussões da contrarreforma na política de saúde para o trabalho de assistentes sociais pode ser feita a partir da análise de como se deu o exercício profissional da categoria durante a pandemia da covid-19. De acordo com Soares, Correia e Santos (2021, p. 124):

No tocante à condição de trabalhador da saúde, as contratações de assistentes sociais expressam cada vez mais a precarização e a profunda privatização da política de saúde. No bojo das estratégias de enfrentamento da covid-19, a maior parte da expansão dos serviços de saúde se deu via terceirização da gestão em saúde, conforme já discutimos, e, portanto, com contratos precários, inseguros e temporários de trabalho, além da histórica tendência de baixas remunerações. Ademais, no momento da pandemia houve um aprofundamento da plantonização da organização do trabalho profissional — inclusive utilizada como estratégia de menor exposição e risco do(a) trabalhador(a). Contudo, contraditoriamente, em muitos serviços tal estratégia intensificou a precarização das condições de trabalho e de riscos e agravos à saúde. Isto porque tem sido relativamente frequente a realização de plantões com duração de 24 horas de trabalho, caracterizando-se como extenuantes e que põem em risco tanto a saúde de profissionais quanto a qualidade dos serviços prestados.

Além disso, logo no início da pandemia, a categoria profissional teve que lidar com duas grandes problemáticas: a dificuldade de acesso aos equipamentos de proteção individual (EPI) e o tensionamento frente às suas atribuições e competências. Com a escassez de EPI, as(os) profissionais estavam constantemente expostos ao vírus, pois mesmo não tendo contato direto com os pacientes, estavam em contato com suas famílias. Inclusive, o contexto pandêmico trouxe novamente para o cenário velhas práticas, que se chocam com as atribuições e competências profissionais, como a requisição de que o Serviço Social comunique óbitos aos familiares dos pacientes com covid, retomando práticas tradicionais e conservadoras.

Assim, em meio às contradições da política de saúde, com intensa precarização, desfinanciamento, privatização e fragmentação, sem

articulação e coordenação de enfrentamento em nível federal, com expressões de uma política genocida ao mesmo tempo que extremamente privatista e ultraliberal, o Serviço Social é requisitado a reproduzir o perfil profissional tecnicista, voluntarista e conservador. (Soares; Correia; Santos, 2021, p. 126)

Porém, mesmo em meio a um cenário caótico e de inúmeras contradições, o Serviço Social ainda se mostrou como uma categoria de lutas e resistências, especialmente por meio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que emitiu notas defendendo as atribuições e competências da profissão, ratificando que a tarefa de comunicação de óbitos e de repasse de informações clínicas não compete aos profissionais (Soares; Correia; Santos, 2021). Dessa forma, reiteramos a necessidade de maior articulação entre a categoria profissional, vinculada ao conjunto CFESS/CRESS, em defesa dos direitos de toda a classe trabalhadora e do acesso democrático aos serviços, combatendo as posturas conservadoras nos mais variados espaços nos quais a profissão se insere, a fim de consolidar a direção sociopolítica do Serviço Social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de saúde no Brasil tem uma longa trajetória histórica perpassada dentre muitas nuances, como descritas brevemente ao longo deste artigo. A busca da classe trabalhadora por saúde pública de qualidade foi e continuará sendo sinônimo de lutas em meio às contradições que refletem os valores de uma sociedade capitalista, que é impulsionada pela implementação contínua do receituário neoliberal, bem como os traços do conservadorismo que se fixaram sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, implicando para a construção do exercício profissional do serviço social de maneira qualitativa em consonância com o Código de Ética profissional e materialização do Projeto Ético-político.

A partir de nossas observações, concluímos que os governos neoliberais analisados no presente artigo inferiram ataques a todo o conjunto das políticas que integram o tripé da Seguridade Social, onde analisamos em particular à política de saúde. Essas alterações e desmonte dos programas essenciais foram possíveis graças a ações mobilizadas por interesses econômicos de uma parte da população, medidas como a contrarreforma direcionada ao Sistema Único de Saúde – SUS.

A contrarreforma atingiu a efetivação da política de saúde em todos os seus segmentos, contrariando os princípios da reforma sanitária, desregulamentando as diretrizes que davam sustentação ao SUS previstas na constituição de 1988, Art. 196, que prevê a garantia da saúde como direito e dever do Estado, precarizando os serviços e consequentemente o trabalho qualificado dos profissionais de saúde, categoria em que os assistentes sociais também se inserem.

Os desafios vivenciados durante a pandemia para o Serviço Social, são roupagens do reflexo de uma sociedade perpassada por inúmeras problemáticas que não se isentaram, mas que se aglutinaram diante de uma pandemia devastadora. É diante desse cenário que a qualidade dos serviços é testada, manter a qualidade em um ambiente extremamente precarizado é um desafio, que aumenta à medida que a ideologia neoliberal avança/avançou mesmo que na pandemia. Encontrar caminhos de atuação para o exercício profissional sem que os usuários sejam prejudicados, é encontrar na criatividade profissional caminhos para a realização do trabalho.

Nos mandatos presidenciais em questão, percebemos a prevalência do projeto de saúde privatista sobre o de Reforma Sanitária, direcionando os investimentos que deveriam ser para a política pública ao capital privado. Vale ressaltar que ambos os projetos em embate demandam diferentes requisições para o Serviço Social, sendo o último responsável por aplicar ao exercício profissional tendências conservadoras, privilegiando atuações assistenciais e pragmáticas. Por isso, é imprescindível que as lutas e movimentos sociais estejam condizentes com as lutas da categoria profissional, para que os direitos dos trabalhadores e usuários possam estar mantidos e resguardados, mesmo em meio às adversidades vindouras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Brasil atingiu em 2021 menor cobertura vacinal em 20 anos: média nacional ficou em 52,1%. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/brasil-atingiu-em-2021-menor-cobertura-vacinal-em-20-anos> Acesso em: 08 jan. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso: 29, jul. 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez**, p. 343-365, 2006. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/cej472Fic4P2HK6fVW92.pdf> Acesso em: 31 de jul. de 2023

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. **A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências**. Ser Social, v. 22, n. 46, pág. 191-209, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630 Acesso em: 31 de jul. de 2023

CALIL, Gilberto Grassi. **A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfjNTypm87qS/> Acesso em: 31 de jul. de 2023

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. São Paulo, 2010.

DA SILVA, Berenice Lira; DA SILVA, Alessandra Ximenes. **A Política Nacional de Saúde Mental:** uma reflexão acerca dos retrocessos nos governos Temer e Bolsonaro. Serviço Social em Revista, v. 23, n. 1, p. 99-119, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38697> Acesso em: 31 de jul. de 2023

MARIANO, CYNARA MONTEIRO. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Revista de Investigações Constitucionais. 2017, v. 4, n 1, pp. 259-281. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>. Acesso em: 7 de jan. de 2024

OLIVEIRA, Cida de. Os sete erros de Bolsonaro que permitiram 75% das 690 mil mortes por covid no Brasil. Rede Brasil Atual, 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil/> Acesso em: 08 jan. 2024

ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira; FREITAS, Gleidiane Almeida. **As contradições do direito à saúde no capitalismo:** apontamentos da realidade brasileira. Ser Social. Brasília, v. 22, n. 47, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25428 Acesso em: 28 de jun. de 2023

SOARES, Raquel Cavalcante. **Tendências da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social: privatização e superprecarização.** In: SILVA, Alessandra Ximenes dá; NÓBREGA, Mônica Barros da; MATIAS, Thaisa Simplício Carneiro (Org.). Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social: as inflexões na política de saúde. Campina Grande-PB: Eduepb, 2017.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. **Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 118-133, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS> Acesso em: 31 de jul. de 2023

SOARES, Raquel Cavalcante. **Governo Temer e contrarreforma na política de saúde:** a inviabilização do SUS. Argumentum, v. 10, n. 1, pág. 24-32, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4755/475566804004/475566804004.pdf> Acesso em: 31 de jul de 2023

Teixeira, Carmen Fontes e Santos, Jamilli Silva. Análise estratégica da atuação do governo federal brasileiro na pandemia de COVID-19: 2020-2021. Ciência & Saúde Coletiva. 2023, v. 28, n. 05, pp. 1277-1286. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.10502022> <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.10502022EN>>. Acesso em: 07 de jan. de 2024

TRABALHO E SAÚDE, REPERCUSSÕES PARA TRABALHADORES INFORMAIS: “Sem trabalho eu não sou nada, não tenho dignidade, não sinto o meu valor, não tenho identidade”

[Artigo]

Antonia Thainá Evelyn Moraes Holanda

Ana Clara Tavares de Araújo

Maria Heloiza de Araujo Berto

Sobre as autoras:

Antonia Thainá Evelyn Moraes Holanda: Graduanda em serviço social (UERN) e estagiária do Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia (HRMPMC).

Ana Clara Tavares de Araújo: Graduanda em serviço social (UERN).

Maria Heloiza de Araujo Berto: Graduanda em serviço social (UERN).

TRABALHO E SAÚDE, REPERCUSSÕES PARA TRABALHADORES INFORMAIS: “Sem trabalho eu não sou nada, não tenho dignidade, não sinto o meu valor, não tenho identidade”

WORK AND HEALTH, REPERCUSSIONS FOR INFORMAL WORKERS: “Without work I am nothing, I have no dignity, I don’t feel my worth, I have no identity”

Antonia Thainá Evelyn Moraes Holanda

Ana Clara Tavares de Araújo

Maria Heloiza de Araujo Berto

RESUMO

Neste artigo, busca-se discutir e compreender a relação capital e trabalho. Ademais, como o trabalho informal rebate na realidade dos trabalhadores e de que maneira ocorre a materialização do acesso à saúde, nessa conjuntura. Logo, a discussão terá como base o debate acerca dos processos de trabalho que permeiam os vínculos empregatícios e o processo de precarização que quem trabalha informalmente vivência, tendo em vista, o não cumprimento de direitos que são assegurados para os cidadãos que possuem vínculos formais de trabalho. Dessa forma, o objetivo é apreender acerca das relações que envolvem a cessão da força com a realização de tarefas laborais em prol de uma remuneração e de que modo ocorrem rebatimentos para o cotidiano de quem cede. Assim, atuando como instrumento no processo de acúmulo do capital. Nesse contexto, o desenvolvimento ocorreu mediante uma revisão de literatura, através de análise documental de dados e revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Informalidade; Relações Sociais; Remuneração.

ABSTRACT

In this article, we seek to discuss and understand the relationship between capital and labor. Furthermore, how informal work reflects on the reality of workers and how access to health materializes in this situation. Therefore, the discussion will be based on the debate on the work processes that allow employment relationships and the process of precariousness that those who work informally experience, taking into account the non-compliance with the rights that are guaranteed to citizens who have formal employment relationships. work. In this way, the objective is to learn about the relationships that involve the transfer of force with the performance of work tasks in favor of remuneration and how repercussions

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 29/12/2023

occur in the daily life of those who transfer. Thus, it acts as an instrument in the capital accumulation process. In this context, the development occurred through a literature review, through documentary data analysis and bibliographic review.

Key-words: Informality; Social relationships; Remuneration.

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos informais têm ocupado cada vez mais espaços no mercado, causando rebatimentos tangíveis à vida dos trabalhadores. Em partes, as transformações no mundo do trabalho estão atreladas às tentativas cíclicas do capital de se reerguer, com ressalva aqui para a reestruturação produtiva, e isso contribui com esse processo. Se no século XX o que se ressaltava eram os trabalhos contratuais, hodiernamente, a realidade é atravessada por trabalhos independentes de contratos, ou com vínculos empregatícios flexibilizados, dificultando a efetivação de diversos direitos sociais, dentre eles, por exemplo, o direito social do trabalho. Ademais, o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, junto ao ideário neoliberal de empreendedorismo tem ganhado grande destaque nos trabalhos informais, ao passo que os impulsiona. A título de exemplo, se pode mencionar os trabalhadores por aplicativo e os pequenos empreendedores.

Nessa realidade, os rebatimentos e imbricações podem ser percebidas tanto fisicamente, quanto psicologicamente, pois, os trabalhadores informais aparecem em uma realidade de subalternização e precarização de empregos e da própria vida social. Diante da nossa perspectiva esses trabalhadores, em sua grande maioria, são descobertos de direitos trabalhistas e submetidos a situações impróprias de trabalho, tendo em vista que essa é a única maneira de prover minimamente suas necessidades sociais, como alimentação e moradia.

Assim, haja vista o processo de expropriação acerca dos direitos que os cidadãos possuem, tal como, a dificuldade para o acesso a uma saúde pública, gratuita e de qualidade, é primordial pensarmos acerca de como esses profissionais informais, que vendem sua força de trabalho em prol de uma remuneração e não possuem seus direitos trabalhista judicialmente assistidos por não terem vínculos estabelecidos com as empresas, conseguem ter acesso a política de saúde mental. De modo que, as atividades executadas dentro do espaço de trabalho apresentam implicações para a vida pessoal e profissional dos trabalhadores.

Portanto, o presente artigo possui como objetivo desenvolver uma contextualização teórica acerca dos processos de trabalho que envolvem a relação trabalhadores e capital, partindo-se de uma leitura macroscópica da realidade em

questão e, tendo em vista, a não validação legal dos direitos trabalhistas de quem trabalha informalmente. Ademais, busca apreender acerca da saúde no Brasil e seus equipamentos, tendo em vista a precarização que os norteia. Além disso, o título do artigo traz um trecho da “Música de Trabalho”, de Legião Urbana, com o intuito de ratificar o debate pautado ao decorrer da presente pesquisa acerca de como o trabalhador é visto historicamente.

2. RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO NA SOCIEDADE

Em primeiro lugar, ratifica-se a importância do debate acerca da centralidade do trabalho na vida social. Dito isso, evidenciamos a pertinência e relevância da discussão sobre a relação capital trabalho e os rebatimentos desta na vida dos trabalhadores. No sistema capitalista de produção, o trabalho é tendencialmente entendido como um meio para se produzir valor, nessa perspectiva, é importante discorrer acerca de como esta atividade laboral é entendida para além do sistema capitalista, ou seja, como se configurou em sistemas anteriores a este.

De acordo com Marx (2013), a diferenciação da espécie humana em relação a outros seres vivos, como os animais, está na transformação objetiva que o ser humano realiza na natureza para atender suas necessidades, o fazendo por meio do trabalho. Nesse contexto, o referido acontece para além da transformação da natureza em algo útil, mas quando o ser humano age teleologicamente, imbricado de finalidade em suas ações sobre a natureza. Nesse ponto, a teleologia é percebida antes mesmo da materialização da atividade, quando ocorre no campo da imaginação e abstração, em primeira instância, o ato inicial de pensar acerca de alguma ação.

Nesse viés, de acordo com Lessa (2015), o processo de desenvolvimento do trabalho afeta os indivíduos, gerando necessidades e possibilidades tanto objetivas, quanto subjetivas, as quais atravessam a todos. Logo, ele/este incide diretamente no processo de formação social e nas relações sociais daí decorrentes. Além disso, é importante mencionar, que o processo de desenvolvimento do trabalho atribui ao homem a dimensão de liberdade ontológica. Esta, podendo ser percebida a partir da oportunidade de escolhas, isto é, a capacidade de medir quais caminhos serão mais assertivos para suprir determinada necessidade, corroborando com o processo evolutivo do homem.

Conforme elucida Lessa (2015), o trabalho é categoria fundante do ser social, já que sem ele não se tem existência em sociedade. Entretanto, é válido ressaltar que o ser social não se reduz às atividades laborais, pois as necessidades e possibilidades geradas nesse processo se esgotam agora para além deste. Ademais, a propriedade privada e as consideráveis mudanças ocorridas no

processo de ocupação, a exemplo sua divisão social, caracterizam uma nova realidade na sociedade, o modo de produção capitalista. Nessa conjuntura, esta atividade não é mais requerida apenas para satisfazer as necessidades pessoais dos indivíduos, mas busca alta performance de produção e lucratividade, lucros esses, que não chegam igualmente a todos os trabalhadores de acordo com a atividade exercida.

A liberdade, diferente de sua significação ontológica, na realidade capitalista, só é direcionada ao trabalhador quando se trata de vender sua força laboral; liberdade mesmo é a do livre comércio. Além disso, as jornadas prolongadas de esforço eram análogas à quantidade de produtos que se queria produzir, ou seja, mais labutação, mais produção. Em verdade, as mudanças e reconfigurações no modo de produção capitalista acabam por repercutir em toda a totalidade social e as crises de reestruturação implicam também ao assumirem os discursos da burguesia junto ao controle da força de trabalho.

Hodiernamente, o trabalho é exercido dentro de grandes núcleos empregatícios, como empresas e indústrias, vinculando-se ao trabalhador por meio do salário, fonte primária de provisão para sua subsistência, e firmando-se por meio de contratos que devem constar as atribuições e direitos previstos na legislação trabalhista. Entretanto, existe uma massa de trabalhadores que não são amparados integralmente por seus direitos, tendo em vista as condições objetivas e subjetivas postas ao trabalhador, tais como jornadas extenuantes de esforço, falta de espaço físico em boa situação para o exercício de suas atividades e baixa remuneração. A título de exemplo, se pode mencionar os trabalhadores informais.

De acordo com dados levantados pela OIT - Organização Internacional do Trabalho - em 2020, o trabalho informal representa 70% dos empregos criados apenas no segundo semestre de 2020 nos países da América Latina. Conforme Antunes (2011), o que é perceptível hoje nas relações de trabalho é o declínio da utilização de contratos, que no século XX vigorava, mas transformou-se primeiramente devido ao modo de produção taylorista-fordista, que atribuiu ao processo de produção a divisão de atividades, junto a maior especialização e o aumento da produção permeado pela redução de custos. O trabalho formal é esvaído pelos diversos modos de precarização e informalidade. A título de ilustração, o autor cita os trabalhos terceirizados e todas as suas ramificações, o empreendedorismo e o corporativismo.

Nessa perspectiva, a informalidade é parte complexa e constituinte do trabalho. Apresenta inúmeras facetas de precarização, mas em medida geral, diz respeito a trabalhos subordinados a contratos temporários, sem carteira assinada, com horas destoantes de atividade laboral e baixos salários. Nessa realidade, os empregos informais aparecem como quase que única solução para o desemprego.

Evidentemente, o desemprego é a ameaça maior para a população privada das condições de existência. Ele continua sendo a expressão mais clara do despotismo do capital, maneira de disciplinar enormes massas de seres sociais, e deriva de dois processos principais: a permanência de expropriações, produzindo mais seres necessitados de vender força de trabalho em concorrência com os “empregados”, e a introdução de maquinaria e tecnologia, que dispensa força de trabalho. (Fontes, 2017, não paginado)

Ademais, é importante elucidar a quarta revolução Técnico Científica, que contribui diretamente com o processo de transformação no mundo do trabalho, a exemplo disso, tem-se a contínua introdução de tecnologias nos mais variados ramos de atividade. Nessa conjuntura, se tem uma crescente de empresas digitais, que alcança diretamente o público em situação de desemprego. Os vínculos empregatícios nessa realidade se dão de maneira descompromissada com os direitos do trabalhador, quando não inexistentes, o que Antunes (2018) irá chamar de escravidão digital. Assim, são exemplos dessa realidade os motoristas e entregadores por aplicativos.

Nessa realidade, os trabalhadores têm que estar sempre conectados e/ou disponíveis para qualquer oportunidade, independentemente de quais sejam as condições apresentadas para a realização daquela atividade, o que não é surpreendente, pois é a partir desse trabalho que esses indivíduos retirarão valores para sua subsistência. Além disso, pode-se analisar um processo de contínua ofensiva aos direitos que os trabalhadores possuem. No ano de 2017 houve um processo de reforma trabalhista³⁴ que aumentou e flexibilizou as relações e os direitos trabalhistas. Essas implicações elucidam um processo de negação de direitos, tal como o direito social do trabalho, e precariza as condições de vida social desses trabalhadores.

Desse modo, percebe-se que a garantia de direitos aos cidadãos, como o direito social ao trabalho é negado não só quando esses trabalhadores estão desempregados, mas, quando as condições de trabalho se dão de maneira diferente daquelas definidas constitucionalmente. Nessa perspectiva, é importante elucidar o que é resguardado no artigo 7 da Constituição Federal (1988), que dispõe acerca das condições básicas de trabalho que devem amparar os trabalhadores urbanos e rurais, logo, percebe-se que os trabalhadores informais não são assistidos por tais dimensões. Diante disso vale mencionar:

34 Conforme o site Senado Federal, a lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 ascende socialmente como um mecanismo para atuar frente a flexibilização no que refere-se aos direitos trabalhistas existentes e com o intuito de facilitar o estabelecimento de vínculos entre quem vende sua força de trabalho e aqueles que detém os meios de produção. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; (Brasil, 1988. cap. II, art. 7).

É nesse contexto onde se tem um processo deliberado de expropriações sobre os trabalhadores, atingindo-os em dimensões objetivas e subjetivas. Logo, os reflexos disso podem ser percebidos tanto na dimensão física, nas ações laborais dos trabalhadores, tanto nas condições mentais, ao vivenciarem jornadas intensivas e extensivas de trabalho. Ademais, podemos delinear um perfil baseado nas relações sociais históricas do Brasil. Dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021 ratificam o exposto,

(...) Em 2021, dos 12,7 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados no Brasil, as mulheres de cor ou raça preta ou parda representavam 5,3 milhões desses jovens (41,9%), enquanto as brancas formavam menos da metade desse montante: 2,6 milhões (20,5%), totalizando 7,9 milhões de mulheres ou 62,5% dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados. Os 4,7 milhões de jovens restantes nessa situação eram compostos por 3,0 milhões de homens pretos ou pardos (24,3%) e por 1,6 milhões de brancos (12,5%) (...)

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022, p.41)

Esse resultado mostra um claro problema estrutural racial inserido nas relações de trabalho, todas essas dúvidas e questionamentos provocados por essa realidade acarreta uma série de inseguranças, medos e incertezas, assim, ocasionando possíveis doenças relacionadas à saúde mental como: ansiedade, depressão e síndrome do pânico em massa, evidenciando o adoecimento tanto como processo biológico, como social na sociedade capitalista.

3. SAÚDE E A CLASSE TRABALHADORA

A política de saúde do Brasil mostra-se através de inúmeras questões que se apresentam na realidade social. Tendo como exemplo, adversidades que

envolvem condições de trabalho dos profissionais, importância do SUS para a realidade brasileira, o processo de precarização que essa política vivencia e o reatamento dessas problemáticas na vida dos trabalhadores, principalmente, trabalhadores que não possuem vínculos de trabalho formal. Atualmente, retrata-se um processo de defasagem mediante ao ataque neoliberal a uma saúde pública e de qualidade para os usuários dos serviços propiciados pelo Estado.

Salientamos a relevância de um Sistema Único de Saúde em que seja executado plenamente seus princípios, tal como a realização de atendimentos que possuam como tripé a universalização, equidade e integralidade, principalmente, para viabilizar o acesso aos cidadãos que, provavelmente, são quem mais necessitam desses serviços ofertados, a classe trabalhadora. Nesse plano, com o surgimento da pandemia do COVID-19 foi possível observar as consequências desencadeadas por essa enfermidade, as quais serviram para ratificar a relevância do SUS para a sociedade brasileira, seja pela distribuição de vacinas e o acesso aos leitos hospitalares, destinado tanto para aqueles que vendem sua força de trabalho em prol de uma remuneração, quanto para aqueles que detêm os meios de produção.

No contexto de crise sanitária e econômica, a população brasileira precisará cada vez mais do SUS para atender às sequelas deixadas pela Covid-19; às doenças agravadas pelo represamento de cuidados durante a pandemia; e para responder ao aumento dos adoecimentos, inclusive mentais, devido ao crescimento da fome, do desemprego e da miséria sem falar nos riscos de novas pandemias ocorrerem, como alerta a Organização Mundial de Saúde (Correia, 2022, p.73).

Assim, faz-se necessário debater acerca da realidade da saúde pública do Brasil e as implicações existentes ao decorrer dos processos históricos, pois a estruturação de uma administração/direção de qualidade interferirá diretamente no cotidiano da população. Nesse sentido, os cortes de verbas destinados a essa área influenciará a vida de quem do serviço necessita e de quem para esse vende sua força de trabalho. A implementação da política de saúde no país ocorreu a partir de um longo processo de luta e resistência histórica. Durante esse percurso alguns marcos impulsionaram a instauração do que hoje intitula-se SUS enquanto uma política pública, como o movimento de Reforma Sanitária, a 8ª conferência de saúde em 1986, junto a Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde).

Diante disso, instaura-se uma realidade de saúde que defende, em linhas gerais, a saúde pública, democrática, universal, integral e descentralizada. Hodiernamente, ela se caracteriza no Brasil como uma política pública, enquanto direito de todos e dever do Estado, como elucida a CF/88, apesar de se caracterizar também como um espaço de grandes disputas, tendo em vista o contínuo fluxo

do fundo público reservado a esse setor. Nesse contexto, atrelado ao processo de reestruturação produtiva, se percebe um cenário de contrarreforma do Estado, endossado por governos neoliberais que contribuem com um processo retrógrado do que outrora foi conquistado para essa política (Rosado; Freitas, 2020). Nesse plano, ratifica-se a luta de resistência dos conselhos e conferências para que a sociedade civil não venha ser massa persuadida de consentimento aos interesses do capital.

Ademais, como reflexo do processo de descentralização da saúde, se tem a criação do Conselhos de Saúde, enquanto um requisito legal a ser seguido. Nessa realidade, tem a tração de recursos dos níveis federal, estadual e municipal. Como afirma Correia (2018) e Vasconcelos *et al* (2022), por vezes, os conselhos foram criados apenas como forma de fazer um cumprimento legal do requisito, mas que em práticas sólidas se configuram como volantes dos interesses da sociabilidade capitalista. Diante disso e entendendo esse espaço contraditório, faz-se necessário um certo cuidado em relação ao processo de burocratização, com a passividade em relação às ameaças neoliberais nessas **esferas** e o déficit de participação e conhecimento da população acerca desses conselhos.

Nesse processo, os trabalhadores da política, efetivos ou contratados, também possuem sua realidade diretamente modificada haja vista as condições de trabalho que vivenciam cotidianamente. Pois, para que os serviços públicos de saúde sejam ofertados com qualidade, faz-se primordial melhorias na estrutura dos espaços, aperfeiçoamento profissional, salários que condizem com as tarefas executadas e articulação dos profissionais com a sociedade civil para fortalecer o processo de reivindicações. Assim, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS):

Destaca-se também que o processo de precarização dos serviços de saúde acontece em similitude com o processo de precarização do trabalho em saúde, tendo um forte rebatimento na qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS, visto que os serviços de saúde não se realizam sem o trabalho humano em todas suas dimensões. A Frente reivindica condições dignas de trabalho e uma política de valorização do trabalhador da saúde (Bravo; Andreazzi; Menezes, 2017, p.172-173).

Desse modo, é possível apreender que os indivíduos os quais constituem a sociedade, sejam profissionais da área ou usuários dos serviços, devem articular-se para que as reivindicações expostas tenham uma nítida participação popular, que ocasione uma maior visibilidade frente aos representantes políticos, haja vista a atuação destes junto aos projetos e propostas votadas. Essas decisões, por sua vez, implicam na vida dos profissionais e todos aqueles que utilizam a política, sendo diretamente prejudicados com o sucateamento existente. Para além dessas questões, é importante adentrar o debate acerca

da política de saúde mental que também surge como meio de acesso por parte dos indivíduos.

Mediante o Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Mental visa propiciar meios os quais possibilitem atender as pessoas em situação de adoecimento mental que vivenciam questões como depressão, ansiedade, utilização de psicoativos e psicotrópicos, esquizofrenia, entre outras particularidades que se relacionam com a saúde psíquica. Tendo como marco histórico a lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001, que versa sobre a proteção e o acesso aos direitos dos cidadãos que vivenciam uma realidade de sofrimento psíquico. Desse modo, a referida é institucionalizada enquanto elemento de notória relevância para a validação dos direitos às pessoas em situação de adoecimento psíquico.

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra. (Brasil, 2001, art. 1)

A partir desse debate, é importante salientar que atualmente o diagnóstico acerca de outros tipos de transtornos mentais e o processo que envolve o adoecimento psicossocial correlaciona-se com condições concretas da realidade dos indivíduos, tal como o modo como eles são inseridos no trabalho e o déficit de condições apropriadas para o desenvolvimento das funções, além da sobrecarga e a interferência em seus direitos enquanto trabalhador informal.

A inserção dos trabalhadores informais no desenvolvimento de funções que não possuem vínculos empregatícios ocasiona inúmeras implicações para sua vida pessoal e profissional. Tendo em vista que, o fato de não existir nesse processo uma regulamentação legal os deixam à margem de situações que poderiam interferir diretamente no funcionamento físico e mental de seus corpos. Como exemplo se pode mencionar a sobrecarga em relação ao tempo que terão para produzir determinado produto, ansiedade que se relaciona com a cobrança, depressão em razão da dificuldade para conseguir estabelecer um vínculo formal, desenvolvimento de problemas físicos que decorrem dos danos provocados pela falta de equipamentos apropriados e a profissionalização para que consiga desenvolver as funções solicitadas

De maneira geral, as condições de trabalho no setor informal, nas pequenas e microempresas, no domicílio e nas ruas são perigosas e insalubres, observando-se nelas a presença de múltiplos fatores de risco para a saúde e a ausência de dispositivos e mecanismos básicos de proteção. Soma-se a esses fatores de risco presentes ou decorrentes do

trabalho a ausência de proteção legal assegurada pela informalização do contrato de trabalho, o descumprimento de normas básicas de segurança, a ausência de fiscalização, além da falta de cobertura do seguro social e acidentes do trabalho. (Mendes e Campos, 2009, p.215)

Assim, o acesso às políticas de saúde mental para a classe trabalhadora ocorre, geralmente, através dos órgãos públicos propiciados pelo Estado. Nessa perspectiva, é de suma importância compreender que o adoecimento mental que os trabalhadores informais vivenciam possui como potencializador suas condições de trabalho, ou seja, torna-se inviável analisar as questões psíquicas e não observar a realidade socioeconômica a qual esses sujeitos estão inseridos. Desse modo, tendo em vista fatores econômicos, esses sujeitos são assistidos por equipamentos que constituem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Conforme o site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVSMS), a RAPS possui como objetivo assistir os cidadãos que vivenciam uma realidade de sofrimento psíquico ou adoecimento mental, assim, a rede é composta pelos Serviços de Residenciais Terapêuticos (SRT), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Convivência e Cultura, Unidade de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III). Ademais, a RAPS está presente em unidades básicas de saúde, atenção hospitalar e outros espaços.

Consoante Lima; Sampaio e Souza (2023), os CAPS surgem como equipamento público primordial no que se refere a assistir pessoas em situação de adoecimento psíquico. Contudo, a ascensão de governos com características neoliberais interfere diretamente no processo de acesso a um serviço público de qualidade, tendo em vista os acordos e contratos estabelecidos com o setor privado em detrimento do setor público.

Diante disso, é possível observar a importância da estruturação de uma rede de atenção psicossocial que possua espaços adequados, profissionais capacitados e verbas para que seja possível interferir positivamente no cotidiano dos usuários desses serviços e na sociedade. Logo, esses funcionários em que as condições de trabalho ocasionam rebatimentos para a saúde mental, provavelmente, fazem o tratamento e acompanhamento na RAPS.

O Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011 o qual disserta acerca da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, tem como princípios a universalidade; prevenção; precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; diálogo social; e integralidade. Logo, apresenta-se enquanto instrumento legal frente à luta da classe trabalhadora por condições de trabalho apropriadas para o desenvolvimento das funções. Nessa perspectiva, a política abrange o enfrentamento por uma melhor

conjuntura na área trabalhista para os cidadãos, seja os que possuem vínculos empregatícios através de contratos, relações informais, ou diferentes ramos de atuação, a luta é conjunta, e tem o intuito de interferir positivamente na realidade dos trabalhadores. Ademais, posteriormente, surge a portaria que trata sobre a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Dessa forma, a referida surge com o intuito de assistir aqueles que vendem sua força de trabalho, visando minimizar os danos que ocorrem, tal como acidentes no trabalho, por meio de uma supervisão das questões trabalhistas no território.

Art. 2º A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos. (Brasil, 2012, art. 2)

Diante desses instrumentos, observa-se a importância de uma política que seja voltada para a compreensão e promoção de ações que visem apreender as particularidades e as questões coletivas que envolvem a classe trabalhadora. Para que assim, essa consiga ter meios jurídicos legais, para serem utilizados como garantia no processo de reivindicação acerca dos seus direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões abordadas anteriormente, pode-se inferir que o trabalho informal traz implicações na manutenção da vida em sociedade. Logo, a viabilização de insumos, água, moradia e eletricidade dependem do capital para o seu consumo. Assim, os trabalhadores inseridos nesse processo acabam por receber baixos salários e a assumirem jornadas exaustivas, subordinados constantemente as ameaças capitalistas do exército industrial de reserva, além da ausência de plano de carreira, férias, folgas, reajustes salariais e em caso de mulheres, a ausência de licença maternidade.

Foi identificado, dessa forma, inúmeros desafios que atravessam a vida de um trabalhador informal. No entanto, acredita-se que o acesso fragmentado, pontual e até mesmo a não viabilização dele aos serviços de saúde, especificamente aos de cuidado à saúde mental, é um dos principais. Neste sentido, reafirma-se a necessidade de ampliação desses serviços, pensando que o princípio de universalidade deve efetivamente ser promovido, assim como, defendendo que o sistema de saúde se desprenda do modelo biomédico, curativista e assistencialista ao qual se encontra atualmente, e que

se fortaleça hegemonicamente o modelo horizontal, que leva em consideração as determinações da totalidade social.

Por fim, ao analisar a perspectiva ampliada de saúde que é regida por uma totalidade de determinantes sociais, observa-se uma constante privatização desse direito, visto que os adoecimentos psicossociais são reflexões emblemáticas das condições de vida e trabalho que se encontra uma população. Sendo assim, os trabalhadores inseridos na chamada “informalidade” do trabalho no Brasil, estão naturalmente mais expostos aos inúmeros processos de precarização e subalternidade, isso porque as políticas sociais continuam fragmentadas e subordinadas a lógica do capital, além da constante presença da alienação, que é inerente ao respectivo sistema e norteia essa modalidade. Logo, atenta-se para a necessidade de mudança da atual ordem societária, pois é somente a partir da emancipação humana que será possível trilhar um caminho rumo a uma realidade palpável em que os direitos fundamentais não vão somente ao limite da sociedade burguesa, mas caminham em direção a uma sociedade sem distinção de classes, renda e etnia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/3JD9n46H3Dhn7BYbZ3wzC7t/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Aprovada em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. **Senado Federal**, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. As lutas pela saúde nos anos 2000: a participação da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. In: SILVA, Alessandra Ximenes da; NÓBREGA, Mônica Barros da; MATIAS, Thaisa Simplício Carneiro (Orgs.). **Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social: as inflexões na política de saúde**. Campina Grande-PB: Eduepb, 2017.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Todo%20o%20poder%20emana%20do,diretamente%2C%20nos%20termos%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011**. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. 7 nov. 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. 6 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 5 maio 2023.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **A OFENSIVA DO CAPITAL E A NECESSÁRIA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA E ESTATAL**. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 72-89, jan./jun. 2022.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. Marx e o Marxismo, v.5, n.8, jan/jun 2017. Disponível em: <https://reunioes.sbpnet.org.br/72RA/textos/CO-VirginiaFontes.pdf>. Acesso em: 6 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores Sociais uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

LEGIÃO URBANA. Música de Trabalho. **A Tempestade**. 1996. 4:20. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/3elHKwPu5nXf6Tb80k7PUf>. Acesso em: 4 Jun.2023.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. IN: Revista Universidade e Sociedade, v. 52. Ed. Cortez, São Paulo: 1996.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**, v. 4. IN: Instituto Lukács, São Paulo: 2015.

LIMA, Israel Coutinho Sampaio; SAMPAIO, José Jackson Coelho; SOUZA, Karlla Christine Araújo. **A complexidade do trabalho precário na Atenção Psicossocial Territorial: reflexão crítica sobre o contexto brasileiro**. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, V. 47, N. 136, P. 215-226, Jan-Mar 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/n4tYSPmBj8xwsBHkBYMXSFz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun.2023.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I - crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MENDES; René. CAMPOS; Ana Cristina Castro. **Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira**. Rev. Bras. Med. Trab., Belo Horizonte. Vol. 2. No 3. p. 209-223. jul-set.2004. Disponível em: https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/SST_no_trabalho_informal.pdf. Acesso em: 19 jun.2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Rede de Atenção Psicossocial**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/conheca_raps_rede_atencao_psicossocial.pdf. Acesso em: 16 jun.2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 13 Jun.2023.

ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira; FREITAS, Gleidiane Almeida. **As contradições do direito à saúde no capitalismo: apontamentos da realidade brasileira**. Ser Social. Brasília, v. 22, n. 47, julho a dezembro de 2020.

SOUSA, Marina Batista Chaves Azevedo; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. **Juventude, trabalho informal e saúde mental**. Revista de Ciências Sociais, n. 51. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/48293/30306>>. PDF. Acesso em: 20 de Jun de 2023.

VASCONCELOS, Iana; RAMOS, Sâmia; SOUSA, Aione; FERNANDES, Mirley Jordana. Controle social em saúde no Brasil: contribuição de assistentes sociais em consonância com o projeto de reforma sanitária. In: SOARES, Suamy; SEVERINO, Socorro; VASCONCELOS, Iana (Orgs). **Políticas Sociais, Direitos e Serviço Social: debates, desafios e resistências na particularidade brasileira**. Mossoró (RN): Edições UERN: 2022.

PREVENTIVO AMPLIADO: a experiência da consulta multiprofissional na Residência em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade

[Artigo]

Ariele França de Melo

Adauto Vinicius Moraes Calado

Sarah Mikaelly Ferreira e Silva

Sobre a autora:

Ariele França de Melo é Assistente Social graduada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), especialista em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade da UERN e, atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais também pela UERN.

Adauto Vinicius Moraes Calado é licenciado e bacharel em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), especialista em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade também pela UERN. Atualmente é residente do primeiro ano do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE).

Sarah Mikaelly Ferreira e Silva possui licenciatura e bacharelado em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), é especialista em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade também pela UERN. Além disso, é especialista em Auditoria em Serviços de Saúde e em Enfermagem na Saúde Pública com Ênfase em Vigilância em Saúde.

PREVENTIVO AMPLIADO: a experiência da consulta multiprofissional na Residência em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade³⁵

MAGNIFIED PREVENTIVE: the experience of multi-professional consultation in Basic Attention, Family Health, and Community Residency

Ariele França de Melo
Adauto Vinicius Moraes Calado
Sarah Mikaelly Ferreira e Silva

RESUMO

O exame Papanicolau ou Preventivo é um dos principais métodos com excelente eficácia na prevenção do Câncer do Colo do Útero. Assim, este trabalho objetivou relatar a experiência do preventivo ampliado desenvolvido de forma multiprofissional por residentes de enfermagem e serviço social durante as consultas compartilhadas para a coleta citopatológica no ambulatório do programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade da UERN no município de Mossoró/RN em 2022. O presente estudo se embasou teoricamente em autores como Lisboa; Pereira (2023), Stieven; Pellegrini; Casarin (2021), Pedrosa; Spink (2011) entre outros e assim, alcançou o objetivo proposto, uma vez que explana satisfatoriamente uma experiência de assistência integral em saúde com possibilidade de ser reproduzida em diversos outros serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: Exame Papanicolau; Consulta Compartilhada; Assistência Integral à Saúde.

ABSTRACT

The Pap smear or Preventive examination is one of the main methods with excellent effectiveness in preventing Cervix cancer. Thus, this work has the goal of relating the experience of magnified Preventive, developed in a multi-professional form by nursing and social work residents during the shared consultations to the cytopathological collection in the ambulatory of Basic Attention, Family Health, and Community Residency from UERN in Mossoró city in 2022. This study is

DATA DE SUBMISSÃO: 07/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 27/12/2023

35 LINHA 2: Saúde, Meio Ambiente e Vulnerabilidades Sociais: os desafios para o desenvolvimento humano saudável e sustentável na América Latina;

theoretically based on authors like Lisboa; and Pereira (2023), Stieven; Pellegrini; Cesarin (2021), Pedrosa; and Spink (2011), and others, therefore, reaching the proposed objective, once it explains satisfactorily an experience of health integral assistance with the possibility of being copied in other services offered in the Unified Health System (SUS).

Keywords: Pap Smear Examination; Shared Consultation; Health Integral Assistance.

1. INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero (CCU) constitui um grave problema de saúde pública nos países em desenvolvimento. No Brasil, ele é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre as mulheres e o número estimado de casos novos desse câncer para cada ano do triênio de 2023 a 2025, é de 17.010, o que corresponde a um risco estimado de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres (INCA, 2022).

A respeito desta enfermidade, ela é causada, principalmente, pela infecção persistente do Papilomavírus Humano (HPV), especialmente os tipos oncogênicos 16 e 18, sendo esta infecção responsável por cerca de 70% dos cânceres cervicais. É transmitido sexualmente, portanto, sua prevenção primária envolve o uso de preservativos e vacinação contra HPV, além das ações de promoção à saúde; já a sua prevenção secundária condiz com a realização de diagnóstico e detecção precoce, por meio da coleta do exame Papanicolaou (INCA, 2017), também conhecido como exame para coleta de preventivo.

Ainda sobre o CCU, é importante mencionar que este pode ocasionar alguns sintomas como sangramento vaginal, secreção anormal e dores abdominais, relacionado a condições intestinais e urinárias em casos mais avançados (BRASIL, 2013). Contudo, vale salientar que, na maioria das vezes, esta doença apresenta um extenso período de lesões precursoras, assintomáticas, sendo curáveis na quase totalidade dos casos quando tratadas adequadamente, o que reforça a importância do diagnóstico precoce com a realização do exame citológico do colo uterino (INCA, 2016).

Desta forma, o CCU é facilmente diagnosticado e é considerado prioridade na rede de saúde pública no Brasil, por sua importância epidemiológica. Sobre o rastreamento de lesões precursoras, este foi implementado de forma regular nos serviços públicos de saúde do país desde a década de 1990, como estratégia de detecção precoce através da coleta de material no exame citopatológico papanicolau (IBGE, 2015).

Além disso, existem também os programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde (MS) que têm como objetivo promover a saúde da mulher de maneira

rotineira, com ações continuadas de promoção da saúde (BRASIL, 2012). A esse respeito podemos mencionar, de acordo com o INCA (2016), que as ações do Programa de Controle do Câncer de Colo do Útero por exemplo, foram integradas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher na década de 80, mas somente aderidas pelo Instituto Nacional de Câncer na década de 90, a partir desse momento essas ações começaram a ser coordenadas pelo então Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva (INCA), o qual passou a promover projetos visando à redução de incidência dos casos de câncer, avanços na padronização dos laudos, maior cobertura do exame, informações e recursos.

Já no ano de 1998, o MS implantou um projeto piloto conhecido como Programa Viva Mulher, com adoção de modelos assistenciais para a estruturação da rede assistencial denominada Estratégia de Saúde da Família (ESF). Assim, o Viva Mulher promoveu a captação das mulheres através de programas de promoção e prevenção e contínua capacitação dos profissionais nele inseridos. Associado a este programa, o MS estabeleceu também um Sistema de Informação do Câncer do Colo de Útero e Mama (SISCOLO) em parceria com DATASUS, que permite o alcance de dados a respeito da população alvo atingida por essas referidas patologias (INCA, 2016).

Isto posto, é necessário enfatizar que o exame para coleta do preventivo possui como público-alvo mulheres de 25 a 64 anos que já iniciaram a atividade sexual. Ademais, o procedimento deve ser indolor, de baixo custo e eficaz, sendo realizado mediante coleta de material citológico da parte externa do colo uterino (ectocérvice), com auxílio da espátula de ayres, e da parte interna do colo (endocérvice), com o auxílio da escova endocervical (BRASIL, 2013).

Portanto, salientamos que a coleta preventiva tem como principal função diagnosticar o CCU, porém essa não é a única doença a ser detectada. Além do câncer cervical, o exame preventivo pode identificar também o HPV e algumas Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), já que o exame citopatológico permite identificar a presença de verrugas e lesões no aparelho reprodutor feminino. (TEIXEIRA; BRITO; BORGES, 2021).

Todavia, são diversos os elementos responsáveis pela não adesão, especialmente do público alvo, ao exame Papanicolau, os quais consequentemente contribuem para os altos níveis de câncer cérvico-uterino no Brasil. Desta forma, dentre outros, podemos citar a insuficiência de recursos humanos e de materiais disponíveis na rede pública de saúde para prevenção, diagnóstico e tratamento, além da utilização inadequada dos recursos existentes, má articulação entre os serviços de saúde na prestação da assistência nos diversos níveis de atenção, indefinição de normas e condutas, baixo nível de informações de saúde da

população em geral, insuficiência de informações necessárias ao planejamento das ações de saúde e demora no recebimento dos resultados (RIBEIRO et al. 2019).

Contudo, em meio a esse cenário, destacamos a atuação das equipes de saúde multiprofissional da ESF na Atenção Básica de Saúde, as quais desenvolvem suas atividades levando em consideração o território e contexto histórico, cultural e social em que encontram-se os/as usuários/as. Para que o cuidado se efetive, é necessário o fortalecimento de vínculos, através das trocas de saberes, uso de linguagem acessível, além do incentivo às condutas que vão ao encontro da saúde ampliada e da problematização da fatores socioeconômicos que implicam negativamente na qualidade de vida da população (ACOSTA et al., 2017).

Deste modo, é possível percebermos o quão significativo é o trabalho multiprofissional para as ações integrais em prol da saúde da mulher, tendo em vista que profissionais como os/as assistentes sociais por exemplo, conseguem contribuir de forma satisfatória nas consultas para coleta de prevenção em conjunto com a equipe de enfermagem, em especial porque elementos como a cultura, as condições socioeconômicas e as relações sociofamiliares necessitam também serem levados em consideração para uma melhor condução dos cuidados continuados em saúde (STIEVEN; PELLEGRINI; CASARIN, 2021).

Em vista disso, este trabalho objetivou explanar a experiência do preventivo ampliado desenvolvido por residentes de enfermagem e serviço social durante as consultas compartilhadas entre estas duas categorias profissionais para a coleta de exames citopatológicos no serviço ambulatorial do programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde Família e Comunidade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em parceria com a prefeitura municipal de Mossoró/RN.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a atuação multiprofissional em consultas ginecológicas compartilhadas para coleta do exame papanicolau, que aconteceram a partir da atuação conjunta entre profissionais residentes de serviço social e de enfermagem do programa de pós-graduação em Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade (RMABSFC) da UERN em Mossoró/RN no ano de 2022.

Durante os atendimentos foram utilizados alguns instrumentos que nortearam as consultas e auxiliaram no registro das informações de cada paciente de forma adequada. Entre os instrumentos, destacamos a ficha de acolhimento

multiprofissional de saúde sexual e reprodutiva, que tem como objetivo proporcionar um direcionamento mais ampliado e instigar reflexões de acordo com as particularidades de cada sujeito.

A consulta compartilhada se deu mediante a observação, por parte da equipe de enfermagem, acerca de algumas situações de violências relatadas por pacientes que procuravam realizar o exame preventivo. Desta forma, estas consultas se revelaram como sendo um espaço propício para diversas intervenções multiprofissionais, em especial aquelas relacionadas às demandas sociais, econômicas e/ou familiares, das quais os/as profissionais assistentes sociais estão qualificados/as para intervir e contribuir.

3. Preventivo ampliado: o trabalho multiprofissional em consultas para coleta do exame preventivo

A saúde reprodutiva é fundamental para o desenvolvimento e perpetuação das diversas espécies, incluindo a espécie humana. Entretanto, os cuidados com a saúde reprodutiva devem estar para além daqueles necessários somente para a procriação. Portanto, são imprescindíveis ações continuadas com qualidade, em especial nos serviços públicos, que possuam a responsabilidade de assegurar com responsabilidade o direito à uma saúde sexual e reprodutiva para todos/as. (OPAS/OMS, 1998)

Contudo, historicamente na realidade brasileira, as mulheres estão inseridas em diferentes contextos de desigualdades de gênero promovida pela cultura patriarcal que se faz bem presente na maioria das relações sociais. Em situações de violência contra a mulher, por exemplo, Cisne e Santos (2018, p. 70) afirmam que “as mulheres não possuem autonomia sobre o corpo e a vida, porque não são valorizadas e respeitadas socialmente”. Dessa forma, a própria saúde sexual e reprodutiva feminina também se tornou motivo de interesse para manutenção dessa dominação machista, a qual por muitas vezes limitou a utilidade das mulheres apenas para fins de procriação.

Assim, muitos são os estigmas sociais associados ao ciclo menstrual, gestação, parto, puerpério e amamentação, os quais na maioria das vezes tendem a prejudicar, direta e indiretamente, a vida e a saúde das mulheres como um todo, especialmente no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva. Este cenário tende a piorar quando se percebe que por inúmeras vezes as próprias mulheres não compreendem suas sexualidades como sendo algo fundamental para o seu próprio autoconhecimento e satisfação, o que corrobora para que estas constantemente sejam submetidas a viverem e compreenderem o próprio ato sexual como sendo algo apenas para satisfazerem os desejos sexuais de seus companheiros. Contudo,

a perspectiva feminista compreende que deve ser assegurada a autonomia tanto da esfera sexual quanto reprodutiva. Isso permite relacionar essas duas dimensões às várias outras da vida social. O direito à autonomia das mulheres permite o rompimento com a visão conservadora da associação intrínseca entre sexualidade e reprodução. O que se observa é a importância do rompimento de regras e tabus que têm como premissa controlar e reprimir as experiências das mulheres em relação a sua sexualidade e reprodução (LISBOA; PEREIRA, 2023, p. 102).

Portanto, em meio a esta realidade, é possível percebermos como são perpetuadas as desigualdades de gênero e em como a figura feminina neste cenário foi reduzida aos cuidados domésticos e reprodutivos, além de ser a principal responsável pelo bem-estar de cônjuges e filhos antes do seu próprio. Deste modo, destacamos que existe uma tendência, no que diz respeito a precariedades nos cuidados em saúde, especialmente sexual e reprodutiva na realidade de grande parte das mulheres brasileiras, ainda que com melhorias nas políticas de saúde voltadas para este público como veremos a seguir.

Historicamente, na década de 1980, com o avanço do projeto de reforma sanitária brasileira, algumas conquistas aos poucos passaram a apresentar melhorias na garantia de direitos sociais fundamentais, inclusive para a saúde da mulher nesta sociedade. Em 1984, por exemplo, houve a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004). Entretanto, as principais vitórias vieram mediante a promulgação da Carta Magna, isto é, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e, obviamente, com a concretude do Sistema único de Saúde (SUS). Neste contexto de propagação da saúde de forma ampliada, os determinantes sociais de saúde passaram a ganhar um maior destaque nas discussões a respeito de como “os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico [...]” entre outros (BRASIL, 1990).

Assim, é crucial destacar aqui a importância de se considerar, para esta discussão, a adoção do conceito de saúde em sua forma ampliada, o qual, nas palavras de Frigo et.al é “um fenômeno abstrato, que envolve modos de ser e produzir e/ou recriar a vida em sua singularidade e multidimensionalidade” (2016, p. 1301). Dessa forma não são considerados apenas os fatores biológicos ou apenas a ausência de doenças como marcadores de saúde, visto que todo o meio social e ambiental nos quais as pessoas estão inseridas influenciam em seus níveis de saúde.

Destarte, foi nesse panorama da sociedade brasileira que nasceu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) no ano de 2004. E, entre suas diretrizes, destaca-se que

As práticas em saúde deverão nortear-se pelo princípio da humanização, aqui compreendido como atitudes e comportamentos do profissional de saúde que contribuam para reforçar o caráter da atenção à saúde como direito, que melhorem o grau de informação das mulheres em relação ao seu corpo e suas condições de saúde, ampliando sua capacidade de fazer escolhas adequadas ao seu contexto e momento de vida; que promovam o acolhimento das demandas conhecidas ou não pelas equipes de saúde; que busquem o uso de tecnologia apropriada a cada caso e que demonstrem o interesse em resolver problemas e diminuir o sofrimento associado ao processo de adoecimento e morte da clientela e seus familiares (BRASIL, 2004, p. 64-54).

Desta forma, é admissível observar que as ações para o acompanhamento da saúde sexual e reprodutiva feminina proporcionam e incentivam práticas de acompanhamento multiprofissional, visando a articulação de “profissionais capazes de prestar atenção integral e humanizada às pessoas, que saibam tomar decisões considerando o contexto em que vivem os pacientes, as medidas mais eficazes e os recursos disponíveis” (PEDROSA; SPINK, 2011, p. 126).

Dessa maneira, as consultas para coleta de exame citopatológico se apresentam como um abastado espaço para identificação das diversas formas de violências contra a mulher, além de possibilitarem o rastreio de inúmeras outras violações dos direitos fundamentais na realidade familiar e comunitária em que esta se encontra. Assim, se faz necessário que esse cuidado permeei constantemente as práticas profissionais daqueles que estão responsáveis por acompanharem as consultas ginecológicas, em especial quando a procura por estes serviços de saúde partem da própria usuária, tendo em vista que essa busca pode significar também um alerta para possíveis violências (PEDROSA; SPINK, 2011).

Todavia, ainda são constantes as situações em que o público que procura pela realização deste exame acaba recebendo atendimentos fragmentados, seguindo a lógica ainda difundida nos serviços de saúde brasileiros, os quais estão quase que totalmente atentos apenas a coleta do material citopatológico, quando na verdade este deveria ser um momento de acolhimento mais ampliado, de escuta qualificada, diálogos e educação em saúde.

Logo, foi na tentativa de romper com esta lógica pulverizada que o atendimento compartilhado/multiprofissional foi pensado como sendo uma estratégia que busca potencializar de forma interdisciplinar os conhecimentos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Dessa maneira, a gama de saberes permite um olhar mais ampliado tanto sobre as funções biológicas do sistema reprodutor, quanto sobre a importância do planejamento familiar e da qualidade das relações sexuais como elementos que contribuem para o bem-estar integral de cada pessoa.

Além disso, em um atendimento compartilhado para coleta de preventivo, as discussões coletivas possibilitam com mais eficácia a identificação e os possíveis encaminhamentos em caso de violências contra a mulher de forma menos burocratizada, mediante articulação com a rede socioassistencial, possibilitando mais agilidade e acolhimento às vítimas.

Assim, mediante as circunstâncias anteriormente mencionadas, foi possível efetivar a articulação multiprofissional entre o serviço social e a enfermagem para a realização dos atendimentos compartilhados nas consultas para coleta de exame preventivo no ambulatório geral da Faculdade de Enfermagem (FAEN) da UERN em Mossoró/RN. Vale ressaltar que este serviço funciona semanalmente nos dias de terças-feiras e quintas-feiras das 18h às 21h, mediante prévio agendamento. Este horário foi pensado para alcançar aquelas pessoas que não conseguem acessar os serviços de saúde em horário comercial devido ao trabalho ou a outros motivos que os impedem de frequentar suas Unidades Básicas de Saúde de referência.

Durante o período crítico em que a pandemia ocasionada pela COVID-19 perdurou, o ambulatório da FAEN precisou suspender suas atividades no decorrer dos anos de 2020 e 2021. Por consequência, no ano de 2022, com a crise pandêmica já melhor controlada, houve a possibilidade de continuar os serviços que anteriormente eram ofertados à população neste espaço. Contudo, para um melhor retorno desse serviço, novas estratégias de atendimento foram pensadas, com o intuito de contribuir e proporcionar atendimentos mais amplos e integralizados.

Entre as principais mudanças sugeridas nas reuniões de planejamento, a ideia do preventivo ampliado ganhou destaque, tendo em vista que antes a consulta para a coleta citopatológica era realizado exclusivamente por profissionais da enfermagem. Dessa forma, houve a inserção de profissionais assistentes sociais, especialmente porque se tem o entendimento de que a saúde sexual e reprodutiva possibilita aos profissionais de saúde intervenções diversas que estão além das razões que levaram os/as usuários/as a buscarem pelo serviço.

Deste modo, a participação do serviço social em consultas compartilhadas para coleta do exame citopatológico passou a contribuir fortemente no processo de ampliação dos direitos sociais e da cidadania do público atendido, em particular porque a profissão reconhece “a liberdade como valor central, a qual corresponde a sua dimensão política em favor da equidade e da justiça social” (SILVA, 2017, p. 3).

Isso posto, surgiu então a necessidade de realizar o planejamento entre as duas categorias profissionais supracitadas para o estabelecimento de parâmetros que nortegassem as consultas compartilhadas. Diante disso é que se foi adotado, em todos os atendimentos, a ficha de acolhimento multiprofissional

de saúde sexual e reprodutiva, elaborada anteriormente por residentes de serviço social e enfermagem que concluíram suas atividades neste programa de pós-graduação ainda no ano de 2021.

Este instrumento nos permite coletar informações essenciais e mais aproximadas da realidade em que cada paciente se encontra, tendo em vista que para o alcance de uma adequada saúde sexual e reprodutiva, se faz necessário que elementos socioeconômicos também sejam levados em consideração a todo momento. Assim, antes do início da consulta, quando o/a usuário/a adentra o consultório, tem-se inicialmente uma breve apresentação do que é o preventivo ampliado e o porquê da participação do serviço social neste momento, seguido de um diálogo aberto e horizontal explicando e aplicando a ficha multiprofissional. Ao final, ao ser constatada a necessidade de alguma outra demanda ou encaminhamento, são realizadas as devidas orientações.

A ficha de acolhimento multiprofissional de saúde sexual é então utilizada por ser um instrumento que melhor consegue se aproximar da realidade do público alvo de uma forma mais integral, em especial porque permite aos profissionais reflexões relevantes, mas que geralmente tendem a não serem associados como elementos que contribuem para o adoecimento cotidianamente.

Obviamente que o instrumento por si mesmo não é capaz de revelar todas as situações rotineiras relatadas ou não em cada consulta, e por isso a necessidade de que este seja utilizado por profissionais capacitados e que não se prendam simplesmente ao roteiro sugerido. No mais, o conhecimento intersetorial da rede é fundamental, visto que também é papel dos profissionais orientarem corretamente, ou o mais próximo que conseguirem, sobre os serviços pelos quais necessitarão encaminhar o público atendido.

É válido mencionar que as consultas de preventivo ampliado neste ambulatório são deliberadas para todas as pessoas com útero, inclusive aos homens trans conforme orienta as diretrizes preconizadas na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais mediante a Portaria Federal no 2.836, de 1º de dezembro de 2011, entendendo ser este um público muito atingido pela discriminação nos espaços de saúde e estarem, portanto, mais vulneráveis à doenças como o CCU. Com a finalidade de embasar essa informação, é possível constatar nos estudos de Araújo et. al (2021) a existência de constantes obstáculos a serem enfrentados pelos homens trans no processo de prevenção e rastreio do CCU, estes são permeados por diversos desconfortos mediante a prevalência de uma cultura preconceituosa que insiste em excluir pessoas dos serviços de saúde.

Particularmente em nossa experiência enquanto equipe multiprofissional, no que concerne ao momento das consultas compartilhadas, inicialmente, para condução do acolhimento e aplicação da ficha multiprofissional, participavam dois profissionais de enfermagem e um profissional do serviço social. Apesar do sobressalto inicial dos/das pacientes ao encontrarem tantos profissionais para a coleta de um exame um tanto quanto constrangedor, ao explicarmos sobre o preventivo ampliado, a grande maioria se acalmava e participava mais tranquilamente, inclusive no que diz respeito às respostas de perguntas mais íntimas como a frequência de orgasmos e se estavam satisfeitos/as com a sua vida sexual por exemplo.

Posteriormente, já no momento da coleta do material citopatológico, o/a assistente social se retirava da sala com a intenção de deixar o/a paciente mais tranquilo/a e para que o exame fosse realizado de forma mais ágil, e, justamente por isso, permaneciam no consultório os dois enfermeiros, já que a ideia é que um auxilie o outro nesta etapa. Ao final, todos os profissionais se reuniam novamente para discussão multiprofissional de cada atendimento e registro em conjunto dos prontuários.

Destarte, é fundamental destacarmos que, a partir da atuação do serviço social durante o ano de 2022 neste serviço em conjunto com a enfermagem, nos foi possível identificar diversas situações de violências, dentre elas a violência autoprovocada, inúmeros históricos de violência física, sexual e psicológica, além da fragilidade dos vínculos familiares e comunitários apresentadas por muitos/as pacientes. Tudo isso em um contexto social de sobrecarga emocional, insuficiência de renda, desemprego e/ou vínculos de trabalhos precarizados.

Acerca das demandas de violência, estas possibilitaram e oportunizaram diálogos sobre os tipos de violência, pois ainda se perpetua culturalmente a ideia de que só podemos caracterizar violência se esta for resultado de algum tipo de agressão física, lógica que desconsidera totalmente as violências moral, patrimonial e psicológica.

Sobre a violência sexual em especial, nos foi possível apresentar a alguns usuários/as que este tipo não acontece somente em casos de estupro praticado por pessoas desconhecidas por exemplo, mas que esta encontra-se presente também nas relações amorosas nas quais exista a pressão de apenas um lado para que ocorra o ato sexual sem que a outra pessoa esteja também com vontade.

Por fim, neste contexto então, “a negação do direito das mulheres à autonomia sobre o próprio corpo reflete uma estrutura patriarcal, apropriada pelo capitalismo, sobre a qual as relações sociais se constroem” (CARLOTO; DAMIÃO, 2018, p. 307). Assim, cada mínimo direito conquistado deve ser

caracterizado e compreendido como sendo resposta dos movimentos femininos contra o controle da sexualidade e reprodução imposto pelo patriarcado (WENCZENOVICZ; MAIA, 2022).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se reforçar a relevância do Câncer de Colo do Útero para a saúde pública mundial e como a prevenção mediante o exame ginecológico pela Coleta Citopatológica se faz necessária para a redução dos agravos por meio de intervenções precoce.

Além disso, o presente estudo relatou uma experiência exitosa de Atendimento Multiprofissional que permite um olhar ampliado da saúde das pessoas com útero para além da coleta citológica, direcionando o atendimento para outras perspectivas históricas e culturalmente ignoradas nos serviços de saúde.

Não obstante, vale ressaltar a importância da equipe multiprofissional, destacando aqui, para fins deste trabalho, os/as profissionais assistentes sociais na realidade das equipes de Saúde da Família, uma vez que os territórios em que estão localizadas as unidades básicas de saúde apresentam constantes situações de negações e violações de direitos que reverberam diretamente nas condições de saúde das populações que procuram os serviços disponibilizados.

Pode-se afirmar, portanto, que o presente estudo alcançou o seu objetivo de relatar uma experiência com possibilidade de ser reproduzida nos diversos espaços e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo uma maior integralidade e equidade no cuidado dos sujeitos assistidos, contribuindo, assim, para uma melhor consolidação do SUS enquanto política pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F. *et al.* Vivenciando o exame papanicolau: entre o (não) querer e o fazer. **Rev. enferm.** [on line], v. 11, n. 8, p. 3031-3038, 2017.

ARAÚJO, J. M. da S.; SANTOS, M. M. G. ; SILVA, R. S. da .; MARTINS, M. de C. V.; GALLOTTI, F. C. M. . Pap smear and cervical cancer in transgender men: integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e17010212342, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12342. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12342>. Acesso em: 25 apr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Manual de gestão da qualidade para laboratório de citopatologia.** Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro: INCA, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** Brasília, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf. Acesso em 22 abril 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama** [Internet]. 2 ed. Brasília: DF, 2013. 124 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf. Acesso em 22 abril 2023.

CARLOTO, Cássia Maria; DAMIÃO, Nayara André. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 132, p. 306-325, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.143>.
CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018. 206 p.

FRIGO, Jucimar *et al.* A CONSULTA GINECOLÓGICA E SEU POTENCIAL PARA PRODUZIR A INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO EM SAÚDE. **Rev Enferm Ufpe On Line**, Recife, v. 4, n. 10, p. 1299-1306, abr. 2016. Mensal.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013:** ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
INCA, Instituto Nacional de Câncer. **Controle do câncer do colo do útero:** Fatores de risco. Rio de Janeiro: INCA; 2017.

INCA, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero. Coordenação de Prevenção e Vigilância. 2. ed. **Rev. atual.** Rio de Janeiro: INCA, 2016. Disponível em: http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/Diretrizes_rastreamento_cancer_colo_uterio.pdf. Acesso em 22 abril 2023.

INCA, Instituto Nacional de Câncer. **Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA, 2022.

LISBÔA, Dalila Maria de Fátima; PEREIRA, Lucélia Luiz. Saúde Sexual e Reprodutiva de mulheres quilombolas do Goiás. **Argumentum**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 98-111, 24 abr. 2023. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.39001>.

Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). População e saúde reprodutiva **25a Conferência Sanitária Pan-Americana, 50 a Sessão do Comitê Regional.** Washington, D.C.; 1998.

PEDROSA, Claudia Mara; SPINK, Mary Jane Paris. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 124-135, mar. 2011. Trimestral.

Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.– Brasília: Ministério da Saúde, 2004

RIBEIRO, A. M. N.; RIBEIRO, M. F. S.; COSTA, K. B.; OLIVEIRA, M. P. S.; LIMA, A. C. E.; CUNHA, M. A. P., *et al.* O papel do enfermeiro na prevenção do câncer do colo. **Braz J of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, v. 27, n. 3, p.132-4, 2019.

SILVA, Livia Maria. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS FEMININOS: reflexões ao trabalho do assistente social no âmbito dos serviços de saúde pública. **In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS**, 2., 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Ufsc, 2017. p. 1-10.

STIEVEN, Samantha Oliveira; PELLEGRINI, Tainara Bolsoni; CASARIN, Gabriela dal Forno. SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: a pesquisa e o trabalho multiprofissional como potencializadores do cuidado integral. **In: I SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO SUL DO BRASIL - I SIMPÓSIO-SUL**, 1., 2021, Chapecó/Sc. Anais [...]. S.L: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021. v. 1, p. 1-6. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simpos-sul/article/view/15632/10502>. Acesso em: 24 abr. 2023.

TEIXEIRA, M. M. T. S.; BORGES, S. P. F.; BRITO, A. B. Desafios e aceitação do exame Papanicolau da mulher reclusa. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 6, n. 1, p. 87-100, 2021.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina; MAIA, Noelen Alexandra Weise da. COVID-19 e as mulheres brasileiras: direitos sexuais e direitos reprodutivos entre a crise política e a crise sanitária. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 273-291, 14 jun. 2022. Semestral. UNESP - Universidade Estadual Paulista. <http://dx.doi.org/10.5016/ridh.v10i1.91>.

SEQUESTRO DE CIDADANIA: notas acerca da internação compulsória na atualidade

[Artigo]

Andreyna Ferreira Maia

Carlos Dallas de Oliveira Souza

Esther Emanuelle Alves Feitosa

Sobre os autores:

Andreyna Ferreira Maia é estudante do 8º período de graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e bolsista de iniciação científica CNPQ.

Carlos Dallas de Oliveira Souza é estudante do 8º período de graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Esther Emanuelle Alves Feitosa é estudante do 8º período de graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), bolsista de iniciação científica CNPQ e estagiária na proteção social de alta complexidade do município de Mossoró-RN.

SEQUESTRO DE CIDADANIA: notas acerca da internação compulsória na atualidade

CITIZENSHIP KIDNAPPING: notes about current compulsory hospitalization

Andreyna Ferreira Maia
Carlos Dallas de Oliveira Souza
Esther Emanuelle Alves Feitosa

RESUMO

Previstas em lei, as internações compulsórias são intervenções determinadas pela justiça e destinadas majoritariamente às pessoas em situação de dependência química. Nesse sentido, o presente artigo possui como objetivo apresentar a discussão acerca da internação compulsória associada ao desmonte da política de saúde mental no Brasil, bem como às demandas apresentadas ao movimento de reforma psiquiátrica mediante pesquisa bibliográfica e documental. Com efeito, apreende-se que a utilização da internação compulsória como intervenção e tratamento às pessoas em situação de drogadição apresenta novos desafios na atualidade, além disso, por desconsiderar a autonomia do sujeito, a internação compulsória exprime uma contradição diante dos valores defendidos pela reforma psiquiátrica e pela luta antimanicomial.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica; Saúde Mental; Política de Saúde Mental Brasileira.

ABSTRACT

Provided by law, compulsory hospitalizations are interventions determined by justice and intended mostly for people in situations of chemical dependency. In this sense, this article aims to present the discussion about compulsory hospitalization associated with the Brazilian psychiatric counter-reform, as well as the demands presented to the psychiatric reform movement through bibliographic and documentary research. In effect, it is understood that the use of compulsory hospitalization as an intervention and treatment for people in a situation of drug users presents new challenges today, in addition, by disregarding the autonomy of the subject, compulsory hospitalization expresses a contradiction in the face of the values defended by the reform psychiatric care and the anti-asylum struggle.

Keywords: Psychiatric Reform; Mental Health; Brazilian Health Policy.

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as internações em saúde mental foram utilizadas como instrumentos de exclusão e sequestro da cidadania daqueles considerados como *loucos*. Com isso, os métodos terapêuticos dos manicômios não tinham como objetivo a recuperação da saúde mental e reinserção do indivíduo na sociedade, mas sim, o esquecimento de sua autonomia e estímulo da submissão. Essa conjuntura foi mantida até o fim da década de 1970, quando se deu início ao processo de reforma psiquiátrica no Brasil.

A reforma psiquiátrica ganhou notoriedade enquanto política pública com a Lei 10.216/2001, ao estabelecer a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial. A lei prevê internações voluntárias e involuntárias, que são aplicáveis quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes e devem visar a reinserção do paciente em seu meio social. Nesse aspecto, a luta antimanicomial, pauta presente na reforma sanitária e psiquiátrica, busca o cuidado com o paciente de saúde mental com serviços substitutivos de hospitais psiquiátricos, ao promover a defesa dos direitos humanos, o respeito pela cidadania e a manutenção do convívio comunitário e familiar. Ademais, a atual contrarreforma circunscreve-se como uma situação problemática que apresenta ameaças aos avanços conquistados na política de saúde mental. Isso porque, em 2016 originou-se no Brasil um processo de recuo de investimento e retrocesso na política por meio de instrumentos legais, como a Portaria 3.588/2017 que tinha como objetivo reverter a orientação do modelo biopsicossocial, dentre outras mudanças que culminaram na *Nova Política de Saúde Mental*. Portanto, os desmontes se intensificam no governo Bolsonaro, em que a nova configuração é adepta a um tratamento moralizante e segregador, sendo destinado privilegiadamente aos usuários de drogas ilícitas.

Sendo assim, os retrocessos evidentes na referida política e o avanço da contrarreforma na saúde mental são temas que não podem ser menosprezados, desse modo, suscita-se o interesse de incentivar o debate sobre o tema de maneira crítica. Para tanto, este artigo tem como propósito apresentar a discussão acerca da internação compulsória, da contrarreforma psiquiátrica brasileira e de seus influxos na política de saúde mental mediante pesquisa bibliográfica e documental.

2. REFORMA PSIQUIÁTRICA E LUTA ANTIMANICOMIAL

A Reforma Psiquiátrica brasileira tem sua gênese concomitante à eclosão do Movimento Sanitário, expressão utilizada para se referir às ideias de reformulação do modelo de atenção de saúde em favor do coletivo, equidade na oferta de serviços e protagonismo dos usuários e trabalhadores.

Ainda que se inscreva nas reivindicações do Movimento Sanitário, a Reforma Psiquiátrica tem sua própria trajetória, fundada na crise do modelo asilar e hospitalocêntrico, bem como nos esforços dos movimentos sociais pelos direitos dos pacientes psiquiátricos (Brasil, 2005).

Em 1978 identifica-se no cenário nacional o surgimento do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), composto por trabalhadores integrantes do movimento sanitário, sindicalistas, sujeitos que vivenciaram períodos de internação psiquiátrica e seus familiares. Esse movimento social denunciava a violência em instituições manicomiais e a mercantilização da loucura empreendida pela rede privada de assistência. Nesse período ocorrem congressos e conferências para discutir propostas e ações para a reorientação de atendimento, culminando no surgimento de serviços substitutivos à internação do Brasil, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), no estado de São Paulo. As experiências obtidas na execução desses serviços demonstraram, pela primeira vez, que a reforma psiquiátrica seria possível e viável (Brasil, 2005).

Nesse sentido, a reforma psiquiátrica ganhou notoriedade enquanto política pública com o projeto de lei nº3.657/1989, de autoria do deputado Paulo Delgado (PT/MG), que dispõe sobre a extinção progressiva de manicômios e a sua substituição por outros recursos. Com a promulgação da Constituição Federal em 1888, é criado o Sistema Único de Saúde (SUS) e, posteriormente, é publicada a Lei Orgânica da Saúde (LOS) que reconhece a saúde na perspectiva biopsicossocial, podendo ser influenciada por múltiplos determinantes e condicionantes, como “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.” (Brasil, 1990).

Gradualmente, os documentos do Ministério da Saúde passam a abordar a desinstitucionalização e atenção biopsicossocial, ainda que não tenha se manifestado explicitamente na defesa pela extinção de leitos em hospitais psiquiátricos. A efervescência do movimento reformista é fruto de lutas sociais, mas também de uma conjuntura política favorável a uma política de saúde mental relativamente progressista (Nunes et al., 2019).

Sob essa esfera, a PL que dispõe acerca da saúde mental tornou-se a Lei 10.216/2001, estabelecendo a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionando o modelo assistencial. Sob a égide do novo regimento, instaura-se uma real mudança no cenário assistencial em saúde mental, expressa na construção de rede de serviços extra-hospitalares organizados para ampliar as práticas e projetos de cuidado. Em estudo empreendido por Nunes et al. (2019), foi possível vislumbrar a mudança na curva de recursos destinados

a serviços terapêuticos substitutivas em detrimento voltado aos setores hospitalares: em 1997 os gastos extra-hospitalares eram de 6,86% e hospitalares 93,14%; em contrapartida, no ano de 2013 os gastos extra-hospitalares foram de 79,39% e hospitalares 20,61%.

Não obstante, a legislação vigente ainda considera os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

- I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;
- II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e
- III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça. (Brasil, 2001)

As internações voluntárias e involuntárias devem, dessa forma, ser autorizadas somente por médico registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM), enquanto a internação compulsória é prevista como uma necessidade de intervenção, sendo determinada pelo juiz competente. Por ser involuntária e determinada pela justiça, compreendemos que a legitimação de internações compulsórias representa uma contradição diante da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, o que vai de encontro aos valores defendidos por estes movimentos, os quais buscam defesa dos direitos humanos, o respeito pela cidadania e a manutenção do convívio comunitário e familiar.

Sob essa perspectiva, Azevedo e Souza (2017) argumentam que a lei regulamentadora da Reforma Psiquiátrica condiciona a internação compulsória aos novos princípios e diretrizes, à medida que altera a sua posição; se antes essa medida era central e prioritária, agora está inserida em um local de retaguarda, podendo ser utilizada em momento oportuno. Por conseguinte, no contexto atual de “guerra as drogas” a internação compulsória tem sido utilizada para justificar a internação de usuários de drogas, contrariando os aspectos alternativos à internação presentes na lei e sua origem progressista.

Ainda conforme Azevedo e Souza (2017), essa conjuntura resulta em uma complexa contradição, ao passo que destaca-se o artigo de uma lei reformista e o utiliza como justificativa para a reprodução de um mecanismo utilizados nos moldes do higienismo e exclusão, plenamente contrário à reabilitação, como estabelece a reforma psiquiátrica.

A controvérsia relativa ao papel da internação também perpassa os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que deve integrar a rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos. Cabe ao CAPS prestar atendimento clínico de atenção

diária, regulando a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na rede básica, logo, articulando de maneira estratégica a política de saúde mental no território (Brasil, 2005). Existem diferentes tipos de CAPS, a depender do porte, capacidade de atendimento e público-alvo, assim, os serviços se diferenciam como: I, II, III, i e ad. O CAPS III é o serviço de maior porte e complexidade, em razão do funcionamento 24 horas todos os dias da semana e dispor de leitos para promover curtas internações quando necessário. Embora a internação de curta duração seja uma prática terapêutica, “as experiências de espaço protegido, internação e intervenção da equipe, não aparecem afastadas das características territoriais e da implicação do usuário, bem como de uma lógica atrelada a projetos de cuidado individualizados.” (Azevedo; Souza, 2017, p. 503). Dessa maneira, a reforma psiquiátrica conseguiu gradualmente alterar a função das internações nos casos de pacientes com transtorno mental, no entanto, o fenômeno das drogas retomou essa medida enquanto elemento fulcral na naturalização do vínculo entre o jurídico e psiquiátrico.

As internações compulsórias em massa praticadas nos últimos anos, para conter cracolândias, principalmente no estado de São Paulo, fornecem respostas imediatas à demanda social de retirar esses sujeitos de circulação, além disso, demonstram a sua insuficiência em sanar uma questão que é estrutural e tem profundas raízes. Sendo assim, as referidas circunstâncias apresentam novos desafios ao movimento reformista, sendo necessário questionar a estratégia de retrocesso e desvalorização da assistência biopsicossocial utilizada. Paralelamente, a política de saúde mental já sofria tensionamentos devido às exigências com ênfase no modelo biomédico e demais interesses contrários ao fortalecimento de ideais democrático e antimanicomiais.

No governo Temer, originou-se o recuo de investimento e retrocesso na política por meio de instrumentos legais, como a Portaria 3.588/2017 que tinha como objetivo reverter a orientação do modelo biopsicossocial, dentre outras mudanças que culminaram na *Nova Política de Saúde Mental*. Posto isso, os desmontes se intensificam no governo Bolsonaro, em que a nova configuração é adepta a um tratamento moralizante e segregador, sendo destinado privilegiadamente aos usuários de drogas ilícitas. Em contraposição à proposta de redução de danos como alternativa de saúde pública para os modelos morais e criminais que abordam o consumo de drogas, a Lei nº 13.840 de 2019 altera a matriz da política acerca das drogas, uma vez que promove a abstinência total como tratamento e a internação enquanto método e, desse modo, tende a fortalecer comunidades religiosas neopentecostais como beneficiárias de financiamento público das comunidades terapêuticas.

3. CONTRARREFORMA NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL E COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

As iniciativas políticas tomadas após o golpe parlamentar contra a ex-presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016 favoreceram a expansão das comunidades terapêuticas em detrimento de estratégias mais inclusivas. Em 2017, o Brasil adotou a chamada *Nova Política Nacional de Saúde Mental* constituída por ações que retrocediam os princípios da reforma psiquiátrica, como direitos individuais do sujeito e os avanços conquistados pela luta antimanicomiais e pelo SUS, na perspectiva de democratização do acesso à saúde.

É importante ressaltar que as políticas de saúde e de saúde mental foram formuladas durante o processo de redemocratização. No entanto, a regulamentação e a implementação ocorrem na década de 1990, num contexto de debate sobre a necessidade da reforma do Estado brasileiro. Em resposta à crise mundial, há o avanço do neoliberalismo e as políticas sociais tendem à privatização, seletividade, focalização e descentralização. (Da Silva; Da Silva, 2020, p. 100)

A ofensiva do neoliberalismo ortodoxo, manifestada no governo Temer, gerou inúmeros ataques à Política Nacional de Saúde Mental, ao passo que visava atender a interesses puramente capitalistas, com cortes orçamentários e ajuste fiscal, conciliando a redução dos gastos com a manutenção do modelo manicomial. Nesse período, houve alterações em pelo menos quinze documentos normativos, entre editais, portarias, resoluções e decretos, que posteriormente vieram a se transformar na nota técnica 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, esta que, por sua vez, instituiu o hospital psiquiátrico enquanto parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020). Duas alterações que merecem destaque foram voltadas para o financiamento de comunidades terapêuticas e incentivo à internação psiquiátrica involuntária, bem como a separação das políticas de álcool e drogas, passando a ser chamada apenas de *política nacional sobre drogas*.

A hegemonia de interesses no governo Temer concretiza as contrarreformas da política de saúde mental, haja vista a abordagem adotada pelo Governo Federal, de caráter punitivista e excludente, fator comum nas gestões em que o interesse econômico se sobressai do social.

Há uma ofensiva neoliberal em curso, pela oferta da cobertura universal de saúde, que caminha ao lado de uma ofensiva neoconservadora, por meio de um ideário moralizante e criminalizador, que visa a retroceder à perspectiva manicomial e filantrópica, no campo da saúde mental, álcool e outras drogas. (Farias, 2019, p.48)

Efetivamente, a contrarreforma na saúde mental no governo de Michel Temer ganhou força a partir da Resolução nº 32 de 14 de dezembro de 2017, instituída pelo Dr. Quirino Cordeiro Júnior. Essa nota, publicada em 22 de dezembro desse mesmo ano no Diário Oficial da União, prioriza como estratégia de cuidado o modelo hospitalocêntrico, por meio do apoio à manutenção dos leitos em hospitais psiquiátricos, quando, em verdade, deveria alimentar a sua redução e substituição por outros serviços da rede.

O texto da Resolução nº 32/2017 apresentado garante: a manutenção dos leitos em hospitais psiquiátricos, ao passo que veta fechamentos e expande valores pagos para a internação nessas instituições de R\$ 49 para R\$ 80; estimula a criação de novas vagas em hospitais gerais; e propõe a ampliação das comunidades terapêuticas ligadas ao setor privado, de caráter religioso, para atender dependentes químicos por meio de um investimento bastante significativo, no valor que poderia chegar a R\$ 240 milhões por ano, contra quase R\$ 32 milhões destinados por ano aos demais dispositivos que compõem a rede de atenção. (Da Silva; Da Silva, 2020, p.108)

Além disso, ocorreu também, nesse mesmo período, em 21 de dezembro de 2017, a publicação da Portaria nº 3.588, que fere tanto os princípios da Reforma Psiquiátrica quanto contribui para a desarticulação da RAPS.

A Portaria nº 3.588/2017, por sua vez, propõe um aumento do valor da diária de internação para aos hospitais psiquiátricos e amplia de 15% para 20% o número de leitos psiquiátricos nessas instituições. Também determina uma taxa de ocupação de 80% dos leitos de saúde mental nos hospitais gerais como condição para que recebam a verba de custeio do serviço, dentre outras medidas que representam juntas, segundo o representante do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira, um sério retrocesso, ao passo que incentivam a cultura da hospitalização que possui uma clara lógica de segregação (Da Silva; Da Silva, 2020, p. 108).

Com base nisso, vemos que essas duas medidas compactuam para o enfraquecimento da rede, pois têm como foco a ampliação dos leitos nos hospitais psiquiátricos, quando estes deveriam ser utilizados apenas em último caso, além do fato de as vagas não poderem mais ser direcionadas para outros serviços substitutivos.

Sob esse prisma, os retrocessos na Política Nacional de Saúde Mental também foram responsáveis por fortalecer as denominadas *comunidades terapêuticas*, que configuram-se como exemplo de entidades não governamentais no cenário brasileiro e que prometem um atendimento mais especializado aos usuários de psicotrópicos. Contudo, o relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, revela outra realidade.

O referido relatório foi resultado de visitas técnicas realizadas em 28 instituições, no ano de 2017. O levantamento aponta dessa maneira, que o público-alvo das Comunidades Terapêuticas (CTs) são os dependentes químicos e que, naquele ano, já havia cerca de duas mil comunidades existentes. Um dos trechos do relatório exprime a seguinte realidade:

Em 16 dos locais inspecionados – mais da metade, portanto – foram identificadas situações de sanções e punições, com práticas que variam entre a obrigatoriedade da execução de tarefas repetitivas, o aumento da laborterapia, a perda de refeições e o uso de violência física. Nos casos mais graves, são perceptíveis relatos que denotam casos de arbítrio por parte da equipe da CT, ao fazer uso de sanções para impor poder sobre as pessoas privadas de liberdade. Assim, há fortes indícios de desrespeitos aos direitos individuais e de práticas que podem ser entendidas como tortura. (CFP, 2017, p.114)

Além da privação da liberdade, o sujeito acaba sofrendo diversos tipos de violação de direitos como forma de tratamento. Paralelamente, as CTs apresentavam regras, mas nem sempre explícitas, dado que existiam várias formas de punição pela violação das mesmas. A exemplo das consequências geradas com os desvios das diretrizes das CTs destaca-se: o confinamento, a punição via restrições (inclusive alimentares), punição por meio do trabalho, administração de medicamentos para que o paciente dormisse por longos períodos e até mesmo as agressões físicas. Diante desse cenário, imputou-se a necessidade de questionar os impactos na vida desses sujeitos e o quão primitivas, conservadoras e punitivas são essas comunidades.

Ainda assim, as CTs ganham maior financiamento e notoriedade, reafirmando o cunho neoliberal que as redes de atenção à saúde mental têm assumido. Nessa perspectiva, o que tem acontecido com frequência é a falta de investimentos e a precarização dos serviços e das políticas públicas em detrimento de investimentos em comunidades terapêuticas que, beneficiam pessoas específicas que custeiam essas instituições. Ademais, grande parte das CTs são instituições de caráter religioso, que se apoiam em discursos moralizantes e retomam práticas assistenciais, estas que, por sua vez, impactam na autonomia dos sujeitos, pois levam a sua homogeneização.

A mercantilização da saúde e desmonte dos equipamentos tem o Estado como alicerce fundamental para a sua concretização e materialização graças a todo seu alcance e força ideológica no meio social. Nesse sentido, o Estado brasileiro adota na contemporaneidade um caráter neoliberal conservador privatizante, o que dará amparo as revogações feitas na nota técnica 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, instituída no governo Bolsonaro, como uma das primeiras medidas de

sucateamento da Política Nacional de Saúde Mental. Essa medida não só fortaleceu a lógica dos hospitais psiquiátricos, como também deu ênfase ao modelo asilar, inclusive para crianças e adolescentes.

A nota técnica 11 marca, então, a mudança de discurso, na qual o governo recém-empossado assume, de fato, que se trata de outro modelo, no qual “o Ministério da Saúde não considera mais serviços como sendo substitutos de outros, não fomentando mais fechamento de unidades de qualquer natureza” (Nota Técnica 11). O texto questiona frontalmente a efetividade do modelo em vigor até 2017 e a direção de uma política pautada no cuidado comunitário, afirma a necessidade de aumento do número de leitos psiquiátricos e repudia a ideia de fechar hospitais. Também afirma ser democrática ao se apoiar em discussões realizadas com mais de 70 entidades “conhecedoras da realidade da saúde mental no país” – o que é facilmente contestável, pois não cita quais seriam estas entidades e nem com qual critério foram escolhidas para participar da construção das mudanças, sendo que as instâncias oficiais do controle social, como o CNS e o CNDH, além dos conselhos profissionais (de psicologia, enfermagem, serviço social etc.), entidades como a Abrasco e a Abrasme e pesquisadores do campo foram completamente alijados de participar das discussões e tiveram seus posicionamentos (amplamente divulgados e/ou registrados em meios oficiais) ignorados. (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020, p. 10-11)

Outro ponto que merece destaque na gestão de Bolsonaro é a criação de uma nova modalidade de CAPS AD, sendo do tipo IV, já iniciado no governo Temer. A proposta dos CAPS AD do tipo IV é que estes funcionem 24 horas, sob a ótica de ampliar o atendimento, mas que, na verdade resulta em internações compulsórias.

O CAPSad IV desvirtua a lógica de cuidado dos demais CAPSs ao se apresentar como um serviço capaz de prestar “assistência a urgências e emergências”, em detrimento da atenção à crise pautada no vínculo terapêutico, como até então. Apresenta a característica estrutural de um pequeno hospital psiquiátrico, uma vez que tem “enfermarias” (e não “acolhimento noturno”, como nos CAPSs III) de até 30 leitos! Uma estrutura com estas características não condiz com o referencial de cuidado pautado nos vínculos, na humanização, no cuidado de base territorial e na construção de projetos terapêuticos singularizados. A indicação de construção dessas unidades “junto a casas de uso” afronta o princípio do território, apontando que o sujeito seria cuidado (ou receberia uma intervenção) no local onde faz uso das substâncias, ignorando o local de moradia, trabalho, lazer, vínculos familiares etc., como se o território, e, portanto, a própria existência do usuário de álcool e outras drogas, só se desse no local de uso. Ainda, como se estas pessoas não fossem mais nada na vida além de usuários de drogas. Esta indicação ainda pode apontar para um projeto de intervenção por meio do recolhimento compulsório destas pessoas, capaz de servir como grande porta de entrada para internações compulsórias em comunidades terapêuticas. (Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020, p. 7)

Outrossim, o governo Bolsonaro também financiou as CTs, apoiando o uso da abstinência como forma de tratamento e pondo a política de redução de danos em última instância. Essas e outras medidas integraram o conjunto das mudanças na Política de Álcool e Outras Drogas, que passou a ser administrada pelo Ministério da Cidadania, órgão que, claramente, não apresenta embasamento necessário para dar suporte a mesma. Dito isso, o Governo Federal, nas mudanças emitidas através de resoluções e portarias, feriu a vários princípios da Reforma Sanitária, especialmente a estratégia de desinstitucionalização.

Portanto, esses retrocessos podem se manifestar na alocação desigual de recursos, priorizando instituições residenciais em detrimento de serviços de saúde mental comunitários, o que pode resultar em uma ênfase excessiva em modelos segregadores. Adicionalmente, questões relacionadas aos direitos individuais e à ausência de regulamentação apropriada podem surgir, suscitando preocupações sobre a privacidade e a autonomia dos residentes em comunidades terapêuticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial foram movimentos substanciais para a mudança sistêmica na concepção do tratamento para pessoas com distúrbios mentais, compreendendo a particularidade biopsicossocial do sujeito. Ainda assim, a Lei 10.213/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial, prevê tipos de internação, dentre elas a compulsória. Dessa forma, a internação compulsória é prevista como uma necessidade de intervenção, sendo determinada pelo juiz competente, logo, é involuntária e determinada pela justiça. À vista disso, entende-se que representa uma contradição diante da luta antimanicomial e reforma psiquiátrica, que por sua vez, buscam o cuidado com o paciente de saúde mental com serviços substitutivos de hospitais psiquiátricos, promovendo a defesa dos direitos humanos, respeito pela cidadania e manutenção do convívio comunitário e familiar.

Em meio a atual contrarreforma, a *Nova Política de Saúde Mental* define um tratamento com tendências moralizantes e segregadoras, em que promove a abstinência total como tratamento e a internação enquanto método. Nesse cenário, as comunidades terapêuticas surgem como instituições não governamentais que, em tese, deveriam fornecer um atendimento especializado às pessoas em situação de dependência química, no entanto, as comunidades adotam diversos tipos de violação de direitos como forma de tratamento, a exemplo do isolamento total, restrições alimentares, punições por meio do trabalho e a evidente privação de liberdade.

Em congruência com o explorado ao decorrer do estudo, averigua-se que a internação compulsória é uma prática estigmatizante e que possui como objetivo central o encarceramento, comprometendo a materialização dos valores previstos na Reforma Psiquiátrica, retrocedendo nas conquistas de abordagens alternativas e interdisciplinares. Em tempos de ameaça e regressão de direitos, cabe aos profissionais de saúde mental e a toda a sociedade manter o compromisso intransigente com os direitos humanos e defesa da autonomia e liberdade, especialmente ao que se refere setores vulneráveis da sociedade, onde se inserem pessoas usuárias de substâncias psicoativas, desse modo, é imprescindível compreender o uso de drogas como um fenômeno complexo e histórico, carregado de raízes sociais e culturais, que vão além da aparência e imediatismo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. O.; SOUZA, T. DE P.. **Internação compulsória de pessoas em uso de drogas e a Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 27, n. 3, p. 491–510, jul. 2017.

BRASIL. **Reforma Psiquiátrica e a política de saúde mental no Brasil**: Conferência Regional de Reformas dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 21 jul.2023

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências** (Lei Orgânica da Saúde). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set 1990.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas**. Brasília: [s. n.], 2018. 172 p. ISBN 978-85-89208-79-6.

CRUZ, Nelson F. O.; GONÇALVES, Renata W.; DELGADO, Pedro G.G. **Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxZ6hgQqBH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 Nov. 2023.

FARIAS, Lara Lisboa. **Estado, contrarreforma e as políticas de saúde e saúde mental no Brasil**. Argumentum, v. 11, n. 3, p. 47–66, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/22727>. Acesso em: 15 nov. 2023.

NUNES, Mônica de Oliveira *et al.* **Reforma e contrarreforma psiquiátrica:** análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2019, v. 24, n. 12. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25252019>. Acesso em: 11 nov. 2023.

DA SILVA, B. L.; DA SILVA, A. X. A Política Nacional de Saúde Mental: uma reflexão acerca dos retrocessos nos governos Temer e Bolsonaro. **Serviço Social em Revista**, v. 23, n. 1, p. 99–119, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38697>. Acesso em: 15 nov. 2023.



SOB O VÉU DA NOIVA: uma leitura das notícias sobre a sangria da Barragem de Umari, em Upanema-RN (2008)

[Artigo]

Guilherme Luiz Pereira Costa

Sobre o autor:

Guilherme Costa é formado em Ciências Sociais (2018) e História (2022) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, onde também concluiu o Mestrado em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN); especialista em Ensino de Sociologia (2022) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente atua como professor permanente de Sociologia na Educação Básica, no Estado do Rio Grande do Norte.

SOB O VÉU DA NOIVA: uma leitura das notícias sobre a sangria da Barragem de Umari, em Upanema-RN (2008)³⁶

UNDER THE BRIDE'S VEIL: a reading of the news about the overflow of the Umari Dam in Upanema-RN (2008)

Guilherme Luiz Pereira Costa

RESUMO:

Neste artigo, analisamos como os blogs discutem a sangria da barragem Senador Jessé Pinto Freire, conhecida popularmente como barragem de Umari, que fica localizada na cidade de Upanema, no interior do estado do Rio Grande do Norte. Assim, a partir das publicações envolvendo direta e indiretamente a sangria da respectiva barragem, recorreu-se aos seguintes blogs: Upanema News, Blog do Anax, Blog do Edgar e Entretendo e Sinformando. Os blogs citados apresentavam ao público a situação da barragem de Umari, inaugurada em 2002, que sangrou pela primeira vez em 2008. Ainda sobre nossas fontes para desenvolver a pesquisa, é interessante considerar as especificidades do material que está disponível na internet, refletindo sobre o suporte, o acesso, bem como o cuidado que deve ser destinado na hora da análise. Além disso, para se discutir as condições da população que sofre as consequências da cheia do reservatório em questão, utilizamos o conceito de atingido por barragem. Em termos de conclusão, percebe-se que a sangria da barragem não deve ser lida em nossas linhas apenas como um fenômeno natural apreciável aos olhos dos upanemenses. Da mesma forma, também é possível ter em vista que os impactos causados vão além do momento em que a barragem sangra. Outras questões podem ser levantadas com a leitura e discussão dos blogs.

Palavras-chave: Upanema-RN; Barragem de Umari, Sangria.

ABSTRACT

In this paper, we analyze how blogs discuss the overflow of the Senador Jessé Pinto Freire dam, popularly known as the Umari dam, which is located in the city of Upanema, in the interior of the state of Rio Grande do Norte. Thus, based on publications involving indirectly or directly the overflow of the respective dam, we make use of the following blogs: Upanema News, Blog do Anax, Blog do Edgar and Entretendo e Sinformando. The blogs mentioned presented to the public the situation of the Umari dam, opened in 2002 and which overflowed for the first time in 2008. Still regarding our sources to develop the research, it is interesting

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

36 LINHA 2: Saúde, Meio Ambiente e Vulnerabilidades Sociais: os desafios para o desenvolvimento humano saudável e sustentável na América Latina;

to consider the specificities of the material that is available on the internet, reflecting on the support, access, as well as the care that must be provided at the time of analysis. Furthermore, to discuss the conditions of the population that suffers the consequences of the flooding of the reservoir in question, we use the concept of people affected by dam. In conclusion, we realize that the overflow from the dam should not be read in our lines as just a natural phenomenon appreciable in the eyes of the people of Upanema. Likewise, it is also possible to keep in mind that the impacts brought go beyond the moment when the dam overflows. Other questions can be raised by reading and discussing the blogs.

Keywords: Upanema-RN; Umari Dam, Overflow.

INTRODUÇÃO

No nordeste do Brasil, é comum pensar alternativas para conter os danos causados pelos longos períodos de estiagens. Nessa região do país, as secas castigaram e ainda castigam o local, fazendo com que as pessoas tenham suas vidas modificadas pela limitação ou falta de água. Desse jeito, a construção de reservatórios hídricos surge como importante mecanismo para auxiliar os atingidos pela estiagem quando as chuvas não colaboram.

A construção de barragens e açudes, por exemplo, são importantes para a sobrevivência em lugares onde as chuvas são escassas. Por outro lado, pensar nas obras de barramento de água pode ser um exercício que demanda reflexão não somente a partir dos impactos da seca em determinados ambientes. Ainda que os reservatórios sirvam para armazenar água e perenizar os rios, torna-se interessante citar que outras questões podem vir à tona durante a execução ou após a conclusão das obras.

Quando não planejada junto às comunidades, a barragem pode se transformar em uma inimiga da população que habita o local. Isso pode acontecer, sobretudo, se não houver diálogo entre os atingidos e o poder público. Sem esse diálogo, os reservatórios podem ser transformados em problemas para os menos favorecidos, fazendo com que o cotidiano de grupos de pessoas seja modificado, pela alteração do lugar onde moram ou pela perda da fonte de renda e sobrevivência. Consequentemente, os espaços de sociabilidade ficam comprometidos.

Em virtude da limitação no encontro com as fontes de informações, neste artigo, não é pretendido discutir sobre a construção da barragem e os sujeitos envolvidos à época, nem saber sobre como teria ocorrido a negociação da obra do reservatório em questão. Nossa intenção é analisar como os blogs locais fizeram exposição da primeira sangria da barragem Senador Jessé Pinto Freire, reservatório conhecido, popularmente, como barragem de Umari, que

fica localizada na cidade de Upanema, no interior do estado do Rio Grande do Norte e que foi inaugurada em 2002.

Desse modo, com o advento da internet e outras tecnologias digitais de informação e de comunicação, entende-se que ambientes virtuais ganham espaço na sociabilidade das pessoas. A partir da cultura virtual, consideramos os blogs como um mecanismo que informa e seleciona aspectos relacionados entre as pessoas na rede mundial de computadores. Além disso, como alternativa à imprensa tradicional, o material produzido online favorece a rapidez no recebimento e envio da mensagem.

Como elemento que colabora para a informação e à comunicação, os blogs podem ser apresentados como recurso democrático, haja vista que, com acesso à internet e dominando o uso de computador, o leitor pode consumir as postagens de forma instantânea e com comodidade. Da mesma forma, para o editor, os blogs possibilitam editar e postar conteúdo quando quiser, diferentemente de um jornal ou revista impressa, por exemplo. Além disso, os blogueiros podem experimentar um ambiente capaz de trazer a sensação de liberdade e de expressão pessoal, uma vez que as postagens não têm obrigação de abarcar a lógica comercial, além de serem naturalmente coloquiais pela própria natureza do gênero textual blog.

Assim, a partir da seleção e análise de publicações envolvendo direta e/ou indiretamente a sangria da barragem de Umari e os impactos gerados pela sua primeira cheia, recorreremos aos seguintes blogs: Upanema News³⁷, Blog do Anax³⁸, Blog do Edgar³⁹ e Entretendo e Sinformando⁴⁰, sendo todos editados por upanemenses.

Os blogs citados foram escolhidos por apresentarem ao público a situação da barragem de Umari, que sangrou pela primeira vez no ano de 2008, momento a partir do qual notificaram a população sobre o nível da água do reservatório, oferecendo aos leitores boletins quase diários sobre a possibilidade de sangria ou não no período chuvoso. Também é possível encontrar publicações que dizem respeito às consequências da cheia da barragem, seja para as pessoas com residências mais próximas das margens do rio do Carmo ou mesmo para quem será atingido por não conseguir ter acesso a estradas e outros lugares que iriam ficar inundados, por exemplo.

37 Disponível em: <https://upanema.blogspot.com/>. Acesso em 12 nov. 2023;

38 Disponível em: <https://blogdoanax.blogspot.com/>. Acesso em 12 nov. 2023;

39 Disponível em: <https://blogdoedgar-lopes.blogspot.com/>. Acesso em 12 nov. 2023;

40 Disponível em: <https://blogdexaviergondim.blogspot.com/>. Acesso em 12 nov. 2023.

Dessa forma, tentando abarcar uma discussão sobre a situação da sangria da barragem em Upanema em 2008, organizamos o texto com a introdução e, em seguida, refletimos sobre a construção de mecanismos de barramento de água no Brasil, trazendo à tona, sobretudo, aspectos relacionados às barragens e aos fantasmas que as rodeiam, focando nos períodos de estiagem no Nordeste do país.

Posteriormente, é oferecido um debate a respeito das publicações⁴¹ nos blogs que versam sobre a expectativa da primeira sangria da barragem de Umari, discutindo os principais pontos trazidos pelos blogueiros sobre as mobilizações antes do reservatório citado verter. Em seguida, é trazida uma discussão sobre a sangria como acontecimento, buscando relacionar as condições de seca e de cheia da barragem com a vida das pessoas de Upanema, à época. Os blogs nos ajudam a perceber como a sociedade civil e as autoridades trabalharam para conseguir superar os contratemplos. Por último, são feitas as considerações finais sobre os resultados obtidos e os métodos utilizados para o desenvolvimento da nossa reflexão.

AS BARRAGENS COMO REDENÇÃO DE UMA REGIÃO

No nosso país, as primeiras experiências ligadas à construção de barragens estão relacionadas justamente à busca por conter os danos causados pelos longos períodos de estiagens, sobretudo, no Nordeste, haja vista que é muito comum a existência de secas na região, “[...] resultando em escassez de água para o consumo humano, animal e para as atividades produtivas em geral” (Alves; Lima, 2022, p. 458). Assim, Barbosa et al. (2020) concorda que, considerando essa realidade, também são recorrentes os problemas sociais ocasionados, segundo .

Com os problemas, também surgem as tentativas de saná-los. A construção de reservatórios de água, seja açudes ou barragens, aparece como opções nesse cenário. Porém, segundo Nascimento (2019, p. 02), “nas regiões semiáridas, o problema hídrico é percebido durante o século XVIII até meados do século seguinte apenas como um fenômeno natural, justificado pelas irregularidades de chuvas que caracterizavam o Sertão”.

Surgindo com o intuito de solucionar problemas advindos dos períodos de estiagem no Nordeste do país, de acordo com Pereira (2020), os barramentos de água ganham um significado importante diante do processo de construção do Brasil enquanto país em desenvolvimento, simbolizando o progresso,

41 Optamos por não alterar o conteúdo da fonte analisada quando citamos diretamente ao longo do nosso trabalho. Por isso, decidimos manter a grafia dos textos publicados nos blogs da forma original, mantendo os erros de ortografia e/ou concordância, por exemplo.

tornando-se também uma noção de geração de energia e estocagem de água que ultrapassava seu conceito básico:

São a expressão de uma ideologia dominante no contexto de modernidade tardia, projetadas para significar grandeza, poder e dominação, expressão material de como a técnica potencializa a afluência regional e representação da prosperidade viável que os empreendedores desejam que as obras civis e o reservatório assumam no imaginário dominante. No interior da grandeza e da promessa de bonança se oculta, todavia, a ameaça de colapso das obras civis (Valencio; Gonçalves, 2006, p. 80).

Por esse viés, é possível afirmar, segundo Silveira (2009), que as barragens de água têm um lugar de extrema importância nas regiões mais áridas do país. Então, “no semi-árido nordestino, em particular, as barragens tomam a aparência de uma das expressões materiais mais relevantes da disputa entre o arcaico e o moderno” (Valencio; Gonçalves, 2006, p. 81). Por outro lado, também devemos ter em mente que outros problemas podem aparecer com a implantação de medidas contra as secas quando não são pensadas em conjunto com a população, que deveria ser a principal interessada.

Quando o posicionamento da comunidade local, atingida pelas obras hídricas, não é considerado, percebemos a construção de barragem como artifício com caráter de imposição, uma política elaborada sem consonância e diálogo, deixando de lado as expectativas de quem deveria importar.

Contudo, na história do Brasil, a construção de barragens de água é visualizada por alguns como salvação de uma região:

A aura redentora que envolve os fazedores de barragens, como recriadores da natureza, é o mito em que opera a figuração segundo a qual o sertanejo clama pela extinção do seu modo de vida arcaico. A técnica vem ao seu encontro. Tudo se passa como se tais relações se dessem através de um mútuo reconhecimento: de um lado, o sertanejo chamando pelo perito, e, de outro, o perito tendo interesse, compromisso e condições de atender ao chamado (Valencio; Gonçalves, 2006, p. 86).

Não é sempre que esse chamado feito pelo sertanejo é ouvido pelo poder público. Assim, sobre os impactos gerados pela construção de barragens, é comum que os desapropriados tenham sua história, cultura e existência negligenciadas, conforme explica Pereira (2018). Com a falta de escuta e diálogo entre os interessados pela construção de barragens, a qual se torna um elemento político, ignorando o interesse pessoal e a comunidade que deveria ser a principal favorecida com a obra, as negociações fazem surgir organizações e manifestações de determinados grupos contra esse empreendimento. Dessa forma, devemos visualizar que:

As controvérsias surgidas com tais violações fizeram emergir uma nova categoria social, os atingidos. Isso significa dizer que, a partir da intensificação da construção de grandes obras de barragens no Brasil, também se intensificaram os conflitos sociais em seus territórios. Esses conflitos geraram lutas locais e regionais, que se unificaram nacionalmente a partir de 1991, com o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento social de maior repercussão entre as populações atingidas (Alves; Lima, 2022, p. 458).

Por esse caminho, tendo em vista a ideia de que a construção de barragens gera atingidos, compreendemos que, portanto, o termo deve ser analisado com cuidado, uma vez que se torna muito amplo e necessita de reflexão, seja no campo jurídico, social e/ou econômico. Sendo assim, usamos o termo “[...] atingidos por barragens, seja pela perda de terras para o reservatório, para a barragem em si, para a casa de máquinas, para a linha transmissão, ou pela perda de espaços de sociabilidade” (Santos, 2015, p. 124). Estamos abarcando os sujeitos que têm sua qualidade de vida comprometida a partir da proposta e planejamento das obras. São pessoas que têm seus espaços de sociabilidade prejudicados ou destruídos durante a construção ou após a conclusão das obras do reservatório.

Nesse sentido, vale salientar que não estamos preocupados em oferecer juízo de valor ou estabelecer uma discussão sobre os pontos negativos a respeito da barragem de Umari, tendo em vista que nossas fontes não permitem esse debate mais aprofundado. Nossa proposta é refletir sobre os impactos causados na vida dos atingidos após a obra hídrica ser concluída e inaugurada, mesmo tendo passado quase uma década desde que as autoridades oficializaram o funcionamento do reservatório.

Contudo, percebemos que a barragem de Umari pode ser lida como um elemento da produção humana que alterou significativamente a paisagem e dinâmica da cidade. É possível dizer que o referido reservatório surge “[...] modificando a oferta de água e levando a reconfigurações espaciais de grande impacto na vida cotidiana da população” (Nascimento, 2019, p. 01). Essa modificação ganhou uma nova etapa com a primeira sangria, em 12 de maio de 2008.

AS EXPECTATIVAS PELA SANGRIA DA BARRAGEM DE UMARI

É imprescindível ter em vista que alguns pontos são importantes para a nossa discussão, sendo preciso entender que o material produzido pelos blogueiros não pode ser lido pelo pesquisador apenas a partir do momento em que a água da barragem começa a passar por cima da parede do reservatório ou quando os editores dizem que o transbordamento aconteceu. Por isso, em primeiro momento, apresentamos uma reflexão sobre a sangria ainda como

possibilidade, como evento no futuro, uma hipótese que leva os sujeitos a se organizarem para seu acontecimento. Ou seja, discutimos como os blogs trazem as expectativas de sangria da barragem de Umari.

Sobre as expectativas criadas pelos upanemenses e refletidas nas publicações de alguns blogs da cidade, supomos que se trata de um momento em que as chuvas estão caindo sobre o solo nordestino, terra tão castigada pelo calor e seca por um longo período do ano. Podemos acrescentar que “os aspectos da vida cotidiana revelam a constante luta dos que vivenciaram e vivenciam a seca – dividida entre a esperança de haver chuva e a expectativa de boa colheita – faz parte da conjuntura que caracteriza o Sertão Nordestino” (Nascimento, 2019, p. 08).

Dessa forma, revirando as nossas fontes, levando em conta um olhar midiático sobre os acontecimentos, em consonância com Teixeira (2012), torna-se possível perceber que, no dia 1 de abril, as expectativas a respeito da primeira sangria da barragem de Umari começam a aflorar nos meios de comunicação. No blog Upanema News, é publicado que a sangria pode estar se aproximando devido ao fato de as chuvas estarem colaborando na região, naquele momento, e por outros reservatórios já terem sangrado em cidades vizinhas.

Nesse ínterim, além da barragem de Umari, a possibilidade de verter também abarca a barragem de Santa Cruz, no município de Apodi-RN:

Com relação a Barragem de Umarí em Upanema é possível que o reservatório comece a sangrar até o dia 10 desse mês. O Rio do Umari já está transbordando desde ontem, mas as águas não estão sendo destinadas totalmente para a barragem o que deve atrasar a sangria do reservatório. O levantamento feito pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) já aponta que até o final da tarde de ontem, 22 reservatórios acima de 5 milhões de metros cúbicos com a capacidade máxima ultrapassada. Já a previsão da meteorologia da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn), aponta que a região deverá continuar registrando chuvas ao longo de toda essa semana o que deverá resultar na sangria de outros reservatórios da região (Upanema News, 1 de abril de 2008).

Ainda que as previsões contem com a sangria da barragem de Umari, no dia seguinte, em outro blog, as expectativas parecem não serem tão favoráveis ao fenômeno inédito em Upanema, haja vista que,

Pelas informações fornecidas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, ainda vai demorar um pouco para Barragem de Umarí sangrar. Segundo a Secretaria o volume acumulado pela barragem não atingiu sequer a metade da capacidade. Enquanto barragens com Armando Ribeiro Gonçalves e Santa Cruz já sangraram, Umarí acumula

apenas 43% de sua capacidade de armazenamento. Outra notícia ruim é que o açude do Morcego, em Campo Grande, uma das principais fontes de abastecimento da barragem, apresenta volume menor ainda, com apenas 30% da capacidade. A não ser que tenhamos um aumento significativo no volume das chuvas, a possibilidade de Umarí sangrar pela primeira vez este ano está praticamente descartada. Vamos torcer para que o quadro invernososo mude (Blog do Anax, 2 de abril de 2008).

Até então, as possibilidades de sangria para os dias que se seguem tornam-se desanimadoras para quem estava torcendo pelo acontecimento. Porém, mais uma vez, as notícias voltam a trazer a sangria como conjuntura ainda possível, sendo publicado também no Blog do Anax (4 de abril de 2008) que, segundo um conhecido da Colônia de Pescadores, “[...] nas últimas 48h a barragem aumentou 1,4m o seu volume. Para sua sangria, a barragem ainda necessita de 5,4m. Genário também trouxe algumas fotos de açudes do município e região que estão sangrando”.

Apartir de então começa definitivamente a emissão de boletins com detalhes sobre o nível das águas que estão sendo tomadas pelo referido reservatório e o que esperar para o futuro. Ainda é lembrado que as primeiras especulações sobre uma futura sangria após a conclusão das obras da barragem de Umarí era de que apenas aconteceria quando os dez anos de inauguração do reservatório fossem completados.

Por outro lado, havia quem discordasse das estimativas, mas o blog do Anax (8 de abril de 2008) acrescenta: “pois é, o que vemos é que todas as grandes barragens do Estado sangram ou recebem grande volume de água, enquanto que a nossa não passa dos 60% da capacidade. [...] Depois de 6 anos construída, será que os engenheiros estavam certos?”. O futuro diria se os palpites teriam validade.

Sobre os boletins publicados nos blogs, é importante visualizar que seria inviável sua publicação em outros suportes, haja vista que, em Upanema, cidade pequena no interior do Rio Grande do Norte, à época, a forma de informação referente à imprensa local era o Jornal Upanema, publicado mensalmente. Assim, pode-se concordar com que “a mídia tradicional foi abalada pela chegada e crescimento dos blogs na medida em que a blogosfera conseguiu pôr em xeque o poder exclusivo da imprensa tradicional em dar as notícias e, em alguns casos, foi determinante da agenda midiática” (Marques 2012, p. 25).

Além disso, é interessante notar que a espera pela sangria transborda os limites do município e chega à Mossoró. Contudo, a informação repassada aos mossoroenses se trata de um boato, uma notícia cujo teor não confere com a realidade da barragem upanemense, considerando que, de acordo com o Blog do Anax (9 de abril de 2008), “para felicidade e tristeza de muitos, a SEMARH

(Secretaria de Meio-ambiente de Recursos Hídricos) atualizou agora há pouco os dados da nossa barragem. Os números apontam para um volume de 188.050.648 m³, perfazendo 64% de sua capacidade”. É acrescentado que, nos últimos dias que antecedem a respectiva postagem, a barragem teria acumulado 21% de sua capacidade, favorecendo, portanto, a sangria para as próximas semanas.

Salientamos, em consonância com Santos (2023, p. 01), que “seca e escassez de água são questões recorrentes quando se trata do Nordeste brasileiro”. Por esse viés, vislumbrando a importância da água, as chuvas que caem na região continuam estimulando as expectativas pelo transbordamento:

Neste domingo Upanema está sendo banhada por uma boa chuva, vemos assim que as chuvas continuam na região e favorecem para que todos os reservatórios de água que ainda não sangraram possam em breve espaço de tempo vir a sangrar. A sangria da barragem de Umarí está deixando muita gente de Upanema na expectativa de ver um fenômeno nunca visto antes, pois vemos várias pessoas até numa contagem regressiva para o acontecimento, e existem outras com um certo temor, entendemos estes sentimentos pelo fenômeno ser uma novidade (Blog do Edgar, 13 de abril de 2008).

Nos dias seguintes, os boletins continuam sendo publicados nos blogs na mesma proporção com que o nível da água continua aumentando no reservatório. Porém, é interessante notar que, mais uma vez, a espera pela cheia da barragem vai além de Upanema, chegando a outro município. Assim, em meados do mês de maio, é publicado em um dos blogs que, antes mesmo do fenômeno acontecer, há quem fique preocupado com os estragos nas salinas em Areia Branca:

Quem está bastante preocupado com a possível sangria da barragem de Umarí são os salineiros da região de Areia branca. Com a sangria, toda água do rio irá atingir os reservatórios de sal daquela região. Temos informação que quase todos os dias os salineiros ligam para o nosso município atrás de informações sobre o nível da barragem (Blog do Anax, 15 de abril de 2008).

Um ponto a ser refletido a partir do trecho supracitado é que, em consonância com o termo discutido por Santos (2015), a primeira publicação sobre os possíveis atingidos pela sangria, no ano de 2008, não é sobre as pessoas que vivem próximo ao rio, em Upanema. Mesmo assim, a espera da sangria continua e os boletins são mantidos ao longo dos dias seguintes, até que, nos primeiros dias de maio, parece que o transbordamento teve seu início, quando:

A Prefeitura chegou a anunciar a contratação de duas bandas e um trio elétrico para comemorar a primeira sangria da barragem durante o último final de semana, mas, como não aconteceu, a festa foi suspensa.

Na manhã de segunda-feira, a água começou a transbordar lentamente. Ainda não é um espetáculo, mas já causa euforia na cidade. No final de semana chegou a provocar correria nos moradores para ir ver o paredão transportando mais de uma vez. Nesta segunda-feira, a água começou oficialmente a passar por cima do sangradouro. A expectativa é que aumente nos próximos dias. O prefeito Jorge Luiz diz que está muito feliz com o fato, pois “a barragem é um grande sonho da população e a cheia será espetacular”. Para ele, não importa se o reservatório transborde com força ou não. O importante é que o reservatório está cheio e é garantia da reserva hídrica por um bom tempo. A estrutura do reservatório impressiona (Blog do Anax, 8 de maio de 2008).

Para o momento em questão, vale ter em vista que não são apenas os curiosos que esperam a sangria da barragem de Umari, uma vez que o poder público também buscava se organizar para comemorar a passagem das águas por cima do paredão do reservatório. Entretanto, o editor do supracitado blog descobre que a sangria não aconteceu, que acreditou e propagou uma mentira e fez uma nova postagem com a intenção de se retratar diante dos leitores.

Quando estamos falando de mundo virtual, algumas questões podem ser levantadas em virtude da rapidez da propagação, bem como o excesso de informações que podem ser consumidas pelo leitor. Sendo assim, tendo em vista a notícia falsa compartilhada no Blog do Anax nesse período de espera pela cheia da barragem de Umari, vale salientar que, no mundo da internet, “há o perigo da desinformação pelo excesso de informação, bem como pela notícia inverídica, sem critérios de apuração e checagem” (Marques, 2012, p. 21).

Diante da espera pelas águas para o transbordamento da barragem, algumas reflexões são feitas no blog Entretendo e Sinformando sobre assuntos que foram consideravelmente invisibilizados pelas expectativas a respeito da sangria:

O povo se esqueceu um pouco da sucessão municipal, ou seja, o povo se esqueceu de discutir se Márcia de Carlim Garcia vai ou não aceitar ser a candidata a vice na chapa da oposição. O povo se esqueceu que pra Luiz Jairo é uma dor de cabeça a escolha do companheiro ou companheira (como diriam os companheiros e companheiras) da chapa majoritária. O povo se esqueceu de Ronaldo Garcia, como pré-candidato a vereador ou administrador do Mercado. O povo se esqueceu que ao PT foi prometida a vaga de vice na chapa majoritária. Até os possíveis vices o povo se esqueceu. E a carrada de pretendentes a vice da situação, apesar de o prefeito ter dito que esta seria do PT? Do que só se fala na cidade? É do sangramento da barragem (Entretendo e Sinformando, 8 de maio de 2008).

Com a possibilidade de sangria, as especulações sobre vítimas em potencial (ou seja, os futuros atingidos com o transbordamento), começam a fazer parte das conversas em qualquer esquina da cidade, conforme é citado nos blogs, uma

vez que a possibilidade de cheias e inundações pode acarretar transtornos na vida das pessoas, bem como explica Franca e Mendonça (2015). Dessa forma, um dos moradores de um bairro mais próximo das margens do Rio Carmo tenta ser ouvido pelas autoridades locais, procurando participar de uma sessão na Câmara dos Vereadores do município:

A preocupação de Pepeta faz sentido, pelo menos pra mim! Sei que como Pepeta, sou minoria nessa questão, mas já venho a bastante tempo analisando quais benefícios e prejuízos traria a sangria dessa barragem. Na minha balança, os prejuízos poderão superar e muito os benefícios. Já perguntei a várias pessoas que torcem pela sangria, qual o benefício que isso traria para o município. Todos gaguejaram e não me convenceram (Blog do Anax, 9 de maio de 2008).

Pode-se confirmar a proposta de um blog enquanto mídia que oferece a seu editor a oportunidade de expressão, oferecendo uma sensação de liberdade diante do debate de determinados temas⁴², de acordo com Escobar (2007). Por vez, sobre os rumos tomados por uma possível sangria da barragem temida pelo civil citado na publicação do blog, deve-se acrescentar que, “dito de outro modo, a barragem é o outro possível desastre que não impede que secas e cheias ocorram” (Valencio; Gonçalves, 2006, p. 94). Portanto, quando não mitiga os danos, as barragens podem maximizar os riscos.

Finalmente, no dia 12 de maio, o fato se concretiza: a barragem de Umari sangra. Com isso, as pessoas se deslocam até o local para verem de perto a passagem da água por cima do sangradouro. Consequentemente, pulamos uma fase do fenômeno sangria da barragem de Umari, superando a ideia de expectativa, de espera. Sendo assim, agora adentramos ao momento em que os transtornos começam a surgir e são noticiados pelos blogueiros da cidade.

ENFIM, A SANGRIA COMO FATO

Dois dias após a primeira sangria do reservatório de água em Upanema, os impactos causados na comunidade local começam a ser noticiados em publicações dos blogs analisados, confirmando o lado negativo visualizado por algumas pessoas em relação à cheia da barragem. Sendo assim, é publicado:

42 O blogueiro em questão se sente confortável para se posicionar em relação à sangria da barragem e os impactos causados aos atingidos. Portanto, não podemos esquecer que o blog “é uma mídia sem censura, que não é monopolizada; pelo contrário, pode ser acessada e utilizada por todos. É sabido que nem todos têm acesso à internet, mas a conexão à rede é o único requisito para acessar blogs” (Marques, 2012, p. 16).

Por sugestão de um dos nossos leitores, informamos que a sangria da barragem de Umarí já começou a causar alguns danos ao longo do leito do Rio Upanema. Começando pela passagem molhada da comunidade de Umarí (prainha). Fomos ao local e observamos que o volume d'água já começou a destruir as duas pontas da passagem molhada e os tubos não estão mais dando "volta" a quantidade de água que passa no local. Outro ponto que poderá não permitir mais a passagem de pedestres e veículos nos próximos dias é a passagem molhada localizada na cidade de Upanema. O volume de água já aumentou, mas ainda é possível a passagem (Blog do Anax, 14 de maio de 2008).

A sangria da barragem de Umari trouxe consigo não somente água, garranchos e curiosos, mas também contou com visita de autoridades do estado para observar o fenômeno de perto. Dessa forma, o Blog do Anax informa que suas fontes asseguram que a então senadora Rosalba Ciarline tem passagem por Upanema marcada em sua agenda, bem como o vice-governador, à época, já teria feito a visita à cidade e visualizado a situação da barragem com seus próprios olhos.

Depois de notificar a visita de políticos à barragem de Umari, há quem entenda que, logo em seguida, o respectivo reservatório sai de cena, considerando que o espetáculo do transbordamento tem suas cortinas abaixadas, cedendo o palco para outros temas mais urgentes no imaginário da população da cidade. Ou seja, agora, depois dos 15 dias de fama da barragem, a política local volta a ser o tema mais comentado pelos cantos da cidade, uma vez que é publicado: "a barragem de Umari não é o assunto do momento. O assunto do momento é a política até que ela (a barragem) esborrote (sangre) outra vez ou seque" (Entretendo e Sinformando, 25 de maio de 2008).

Dessa forma, compreende-se que, depois de sangrar, a barragem de Umari deixa de ser alvo de conversas nos bancos das praças e das publicações feitas pelos blogueiros upanemenses. Porém, volta a ser debatida como assunto secundário em uma entrevista do engenheiro Dorian Freire concedida à equipe do Jornal de Upanema e que também foi (re)publicada em alguns blogs.

O referido engenheiro é apresentado na entrevista como idealizador da barragem de Umari em Upanema e profissional responsável pela sua construção. Em determinados momentos, ele exalta a referida obra hídrica como sinônimo de inovação e tecnologia quando comparada a outras barragens construídas no estado, na época. Além disso, na entrevista publicada é perguntado a respeito de seus sentimentos diante da primeira sangria da barragem, cuja resposta foi:

É uma emoção que às vezes você nem imagina. É aquela emoção de dever cumprido; é entender que a barragem chegou a seu ponto máximo, seu clímax, de uma obra de armazenar 300 milhões de metros cúbicos. Muita gente me indagava: rapaz, sua barragem nunca vai encher? E ficávamos

com frustração, embora que na minha visão as barragens do nordeste não deveriam sangrar nenhuma. Devia guardar 100% da água que chegasse na sua bacia hidráulica, mas isso não é possível, evidente. Você tem um prazer de ver uma obra funcionando em toda sua plenitude (Upanema News, 17 de junho de 2008).

Portanto, compreende-se que o engenheiro visualiza a sangria da barragem como uma etapa importante e esperada desde a construção do reservatório. Para ele, é interessante notar que, ainda que as águas tragam prejuízos para parte da população do município, esses contratempos poderiam ser ainda piores se não existisse o barramento, haja vista que não haveria mecanismo capaz de controlar o caminho das águas. Além disso, em consonância com Silva (2021), é importante ressaltar que Upanema se desenvolveu às margens do rio.

Com isso, é importante frisar que, conforme explica Valencio e Gonçalves (2006, p. 82), “barragens são a solução técnica mais recorrentemente implementada no semi-árido como síntese mitigadora de dois diferentes tipos de desastres, situados em pólos opostos e que marcam o modo de vida sertanejo: as secas desoladoras e as cheias devastadoras”.

Da mesma forma, ainda sobre a sangria, o referido engenheiro acrescenta que, nem mesmo a água que passa por cima do sangradouro deveria ser desperdiçada, haja vista o histórico de secas e as mazelas ocasionadas por elas no Nordeste do nosso país. Nesse sentido, é possível mencionar que “a seca, de um modo geral, tornou-se um dos principais fatores que justificam as ações do homem sobre a natureza, através do uso e exploração da água” (Nascimento, 2019, p. 03). Compreende-se que as ações do homem sobre a natureza podem ser lidas como efeito político, seria o uso político da natureza. Por conseguinte, pode-se dizer que a água no semiárido é sinônimo de poder, conforme declara Silveira (2009).

A sangria, por sua vez, também não durou muito, pois o período eleitoral chegou, o ano passou e a barragem saiu do foco, ficando esquecida, como já citado. Em novembro de 2008, é possível encontrar uma publicação no Blog do Edgar que não está diretamente relacionada à sangria, mas aparece como fruto, consequência do evento. Na publicação, informa-se que está sendo construído, às margens do rio, o Centro Turístico e Lazer de Upanema. Então, ainda que não exista referência na postagem, supomos que a realização de tal obra é um reflexo da cheia da barragem no respectivo ano. Ou seja, é investimento do poder público para aproveitar a chegada de turistas, caso aconteça novamente.

Por esse caminho, consideramos importante destacar que, sobre o espaço para recepção de turistas que está sendo construído nesse período, alguns

elementos surgem na publicação feita no Blog do Edgar, sobretudo uma crítica ao favorecimento de uma catástrofe nos próximos períodos chuvosos:

As enchentes do rio Upanema mesmo estando atualmente sendo controladas pela barragem de Umarí, não podemos ocupar o leito do rio com obras, um dia ele pode precisar para escoar suas águas e não encontrando, pode causar problemas mais graves para a população. Grandes desastres naturais que atualmente vemos é porque as pessoas ocupam o espaço de algum acidente geográfico. Aí depois vêm as consequências (Blog do Edgar, 30 de novembro 2008).

O trecho supracitado faz crítica ao fato da construção do centro turístico estar muito próximo do leito do rio, salientando que uma obra desse tipo poderá afetar a cidade no futuro. Dessa forma, vale acrescentar que o blogueiro, quando fez essa reclamação, imaginava que uma sangria seguinte poderia causar contratemplos e mais estragos. Nesse sentido, certamente, ele não tinha como prever que a barragem realmente voltaria a sangrar em menos de um ano desde a sua primeira cheia e que tanto a passagem molhada como o centro turístico seriam impactados com isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando os blogs como fonte de pesquisa, entendemos que algumas considerações devem ser feitas para o desenvolvimento da investigação, haja vista que, enquanto material disponível na internet, a respectiva rede de interação possui suas especificidades em relação a outras fontes que podem ser acessadas em material físico. Além disso, a possibilidade de uso dos blogs como fonte surge como alternativa à dificuldade e escassez de material advindo da imprensa tradicional, acervos pessoais ou arquivos institucionais.

Assim, para nossa pesquisa, os blogs conseguem abarcar aspectos necessários para alcançar o objetivo proposto. Entretanto, o uso do material criado e disponível na internet combinado a documentos impressos poderia favorecer uma visão mais ampla dos impactos causados pela sangria da barragem de Umari, em Upanema-RN, apresentando aspectos relacionados à cheia do reservatório, bem como às expectativas em volta da possibilidade de verter.

Portanto, percebe-se que a sangria da barragem não deve ser lida em nossas linhas apenas como um fenômeno natural apreciável aos olhos dos upanemenses. Ou seja, outros municípios também se preocupam com os danos que podem ser causados em virtude da cheia do rio.

Da mesma forma, também é possível ter em vista que os impactos gerados vão além do momento em que a barragem sangra, existindo, portanto, a partir das

publicações nos blogs selecionados, que deixa a população ciente, um histórico de boletins sobre o nível da água. Sendo assim, enxergamos que a preocupação com a possibilidade de sangria já mobiliza parte dos possíveis atingidos.

Por esse caminho, também visualizamos nas fontes estudadas que a preocupação com a sangria aparece bem mais antes de ela realmente acontecer do que depois que a água passa por cima do sangradouro. Ademais, percebemos que a espera pelo transbordamento é mais discutida do que os impactos causados quando o fenômeno realmente se concretiza.

No mais, diante dos blogs, outras questões podem ser levantadas a partir da leitura e discussão do conteúdo postado. Desse modo, os blogs podem ser vistos como recurso disponível para auxiliar no trabalho do pesquisador. Ainda que tenha caído em desuso nos últimos anos, o material publicado fica disponível na internet enquanto o editor permitir. Além disso, as publicações analisadas podem ser úteis para alcançar o objetivo traçado e apresentar como a sangria da barragem de Umari impacta a dinâmica da cidade de Upanema, em 2008.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marina Calisto; LIMA, Filipe Augusto Xavier. A construção de barragens e seus efeitos sobre comunidades rurais: uma análise a partir do Reassentamento Novo Alagamar. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 2, p. 457-471, abri./jun, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/kdCkyZkGNLpbXZKQZbnL3XF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 nov. 2023.

BARBOSA, Rodrigo de Andrade et al. Diagnóstico e execução de ações corretivas em barragem de terra: Estudo de caso da barragem Poleiros em Barra de Santa Rosa-PB. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 51, p. 86-96, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/4103>>. Acesso em 08 jan. 2024.

ESCOBAR, Juliana Lúcia. **Deu no post**: blogs como nova categoria de webjornalismo: um estudo de caso sobre o Blog do Noblat. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FRANCA, R. R. da; MENDONÇA, F. de A. A cheia histórica do Rio Madeira no ano de 2014: riscos e impactos à saúde em Porto Velho (RO). **Hygeia**, Uberlândia, v. 11, n. 21, p. 62-79, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/30374>. Acesso em 8 jan. 2024.

MARQUES, Márcia Siqueira Costa. **O blog como meio de comunicação**: origem, apropriações e horizontes da blogosfera na sociedade contemporânea. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Ládina Gildo do. Águas e memórias: seca, barramento e os impactos socioambientais em Itapiúna-Ceará. In: **30º Simpósio Nacional de História** - Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565712419_ARQUIVO_AGUASEMEMORIAS,SECA,BARRAMENTOEOIMPACTOSSOCIOAMBIENTAISEMITAPIUNA-CEARA.pdf. Acesso em 15 nov. 2023.

PEREIRA, José Washington Gonçalves. **Barragem Poço de Varas nos municípios de Cel. João Pessoa (RN) e São Miguel (RN):** proposta política, territorialidade e memória coletiva. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2018.

PEREIRA, José Washington Gonçalves; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. Barragem Poço de Varas: uma proposta política centenária. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 55, p. 238-261, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347736618_Barragem_Poco_de_Varas_uma_proposta_politica_centenaria. Acesso em 15 nov. 2023.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/12698>. Acesso em 15 nov. 2023.

SANTOS, J. G. Entre a Seca e a Cerca: um olhar histórico em torno da água no Nordeste brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, n. 59, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/13092>. Acesso em 15 nov. 2023.

SILVA, Radna Luana Medeiros. **Proposta de Plano Diretor para o Município de Upanema-RN**. 2021. 110 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. Água e poder no sertão: os discursos que construíram a cidade de Nova Jaguaribara no Ceará (1985-1996). **Revista Historiar**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 49-68, 2009. Disponível em: [//historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/4](http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/4). Acesso em 8 jan. 2024.

TEIXEIRA, D. V. os desastres ambientais a partir do olhar midiático. **REMEA** - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], v. 28, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3180>. Acesso em 8 jan. 2024.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; GONÇALVES, Juliano Costa. A convivência com os riscos relacionados às barragens no semi-árido nordestino: conflitos entre representações e práticas sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 8, n. 1, p. 79, 31 maio 2006. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/155>. Acesso em 15 nov. 2023.

O PLANO DIRETOR COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: um estudo de caso no município de Mossoró/RN sobre os impactos da expansão urbana desordenada

[Artigo]

Lorena Maria de Medeiros de Oliveira
Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos
Wislla Ellen Medeiros da Cruz

Sobre os autores:

Lorena Maria de Medeiros de Oliveira é graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e pós-graduanda em Penal e Processo Penal. Estagiária da Assessoria Especial da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA). Bolsista de Monitoria. Co-fundadora e ex-integrante da Revista Lampiar. Pós Júnior da Apex - Empreendedorismo e Soluções Jurídicas.

Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos é professor do curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA). Doutor em Direito pela Universidade de Brasília - UnB.

Wislla Ellen Medeiros da Cruz é graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Estagiária da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA). Pós-júnior da Apex - Empreendedorismo e Soluções Jurídicas.

O PLANO DIRETOR COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: um estudo de caso no município de Mossoró/RN sobre os impactos da expansão urbana desordenada

THE MASTER PLAN AS A TOOL FOR THE PREVENTION OF SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS: a case study in the municipality of Mossoró/ RN about the impacts of disorderly urban expansion

Lorena Maria de Medeiros de Oliveira
Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos
Wislla Ellen Medeiros da Cruz

RESUMO

A pesquisa foca em três objetos interligados: (1) a análise sobre a categoria dos conflitos socioambientais urbanos; (2) o processo judicial que envolve um empreendimento do tipo granja na cidade de Mossoró/RN e (3) a definição do Plano Diretor, bem como ele é afetado ao longo dos anos frente ao crescimento populacional e urbano, com enfoque nas nuances da expansão urbana e nos impactos provocados na vida da população local. Há dois problemas centrais no estudo realizado. O primeiro trata da expansão urbana desordenada como força motriz de conflitos socioambientais. O segundo atrela-se à pouca aplicabilidade e efetividade do Plano Diretor Municipal. Nesse cenário, os objetivos se concentram em utilizar o exemplo da granja, que foi condenada judicialmente a adotar providências mitigadoras de danos ao meio ambiente, para fazer um estudo empírico e analítico associado aos dois problemas mencionados. A originalidade circunda no fato da análise detalhada do processo judicial, das medidas sugeridas e das variações temporais na eficácia desses parâmetros estabelecidos para solucionar o conflito socioambiental. Esse cenário fornece um panorama único sobre os desafios enfrentados por comunidades locais em situações similares. Nesse contexto, propõe-se destacar a importância da elaboração de um plano diretor participativo, bem como estudos de impacto de vizinhança objetivando o monitoramento da expansão urbana. Some-se, também, a necessidade de um licenciamento ambiental adequado visando a prevenção de conflitos. Por fim, a metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, levantamento de dados dos processos judiciais e documentais do município, além de legislações pertinentes. Chegou-se à conclusão de que o Plano Diretor de Mossoró, apesar de bem formulado, não obteve êxito na aplicabilidade por parte do município.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais; plano diretor, expansão urbana.

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

ABSTRACT

The research focuses on three interconnected elements: (1) an analysis of the category of urban socio-environmental conflicts; (2) the judicial process involving a farming enterprise in the city of Mossoró/RN; and (3) the definition of the Master Plan, as well as how it is affected over the years in the face of population and urban growth, with a focus on the nuances of urban expansion and the impacts on the lives of the local population. Two central issues were identified in the conducted study. The first deals with disorderly urban expansion as a driving force for socio-environmental conflicts. The second is linked to the limited applicability and effectiveness of the Municipal Master Plan. In this scenario, the objectives are centered on using the example of the farm, which was judicially condemned to take mitigating measures for environmental damage, to conduct an empirical and analytical study associated with the two mentioned problems. The uniqueness lies in the detailed analysis of the judicial process, the proposed measures, and the temporal variations in the effectiveness of these parameters established to resolve socio-environmental conflicts. This scenario provides a unique overview of the challenges faced by local communities in similar situations. In this context, the proposal is to emphasize the importance of developing a participatory master plan and neighborhood impact studies to monitor urban expansion. Additionally, there is a need for adequate environmental licensing to prevent conflicts. Finally, the methodology used involved bibliographic research, data collection from judicial and municipal documents, as well as relevant legislation. The conclusion reached is that, despite being well formulated, the Master Plan of Mossoró did not succeed in its implementation by the municipality.

Key-words: Socio-environmental conflicts; master plan, urban expansion;

1. INTRODUÇÃO

A incidência de impactos ambientais e conflitos entre grupos sociais por domínio, controle e subtração de bens da natureza, bem como os impasses relacionados ao acesso e uso de recursos naturais, ou mesmo a titularidade e ocupação de território entre as comunidades e as atividades econômicas, evidencia que é necessário haver uma diferenciação sobre as categorias e como esses conflitos são divididos nos estudos do Direito Ambiental.

Nesse quadro, a problemática do presente trabalho refere-se a expansão urbana desordenada no Município de Mossoró/RN como fator desencadeador de conflitos socioambientais. Para tanto, utiliza-se como pano de fundo um estudo de caso específico e emblemático, sendo um empreendimento do tipo granja que, no passado, encontrava-se na zona rural da cidade. Porém, em função do crescimento urbano, o estabelecimento passou a integrar a denominada zona de interseção. Diante da problemática apresentada, o Plano Diretor poderia ser utilizado como uma ferramenta preventiva de conflitos socioambientais. Porém, segundo Santana (2018), um dos maiores problemas consiste no fato de que,

por muitas vezes, o plano não passa de uma obrigatoriedade burocrática que o município deve cumprir.

Dentro desse contexto, é necessário discutir a importância do planejamento urbano por meio da elaboração de um Plano Diretor Municipal efetivo, participativo e de acordo com a realidade local, visando dirimir os dissensos existentes. Com esse propósito, e no tocante aos aspectos metodológicos, realiza-se a pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados dos processos judiciais e documentais do caso do empreendimento do tipo granja, localizado no município de Mossoró/RN. Nessa perspectiva, o estudo empírico oferece uma oportunidade de examinar as nuances e complexidades de questões de saúde pública e ambientais em um contexto urbano e industrial. Sob essa concepção, isso adiciona originalidade à discussão, pelo contato primário com o problema, a vivência local e a experimentação.

O núcleo essencial do estudo se evidencia na afirmação de que o Plano Diretor é uma ferramenta importante na otimização da política e da gestão ambiental e urbana. Para tanto, isso será demonstrado conforme a seguinte sistematização de conteúdos: (1) o conflito socioambiental como consequência da expansão urbana desordenada no município de Mossoró/RN; (2) o caso da granja e o impasse pelo território; (3) o plano diretor como instrumento jurídico de prevenção de conflitos socioambientais.

2. O conflito socioambiental como consequência da expansão urbana desordenada no município de Mossoró/RN

Os conflitos socioambientais tornaram-se cada vez mais comuns no âmbito interno, uma vez que não se tem muita regulamentação no tocante às políticas e à gestão de uso dos bens da natureza. Outrossim, conforme Vargas (2007), as dinâmicas sociais e econômicas são ligadas aos recursos naturais, tornando as discussões mais complexas com o tempo. Além disso, Vargas (2017) também defende que os conflitos originam-se das tensões entre as comunidades tradicionais e movimentos sociais contra agentes do Estado e grupos empresariais, sendo que estes últimos detêm um maior poder de mudança e degradação ambiental sobre o espaço em que as comunidades se instalam. Por essa razão, é natural que o Estado tenha dificuldades em administrar os conflitos existentes, uma vez que há assimetria do poder, tal como defendido por Vargas (2007), visto que isto refere-se à situação em que uma parte possui significativamente mais influência, recursos ou poderio do que a outra. Nessa ótica, a administração dos conflitos torna-se complexa para o Estado, pois uma parte pode ter uma vantagem significativa sobre a outra, criando desafios para encontrar soluções equitativas que atendam o apelo de todos.

Logo, a gênese dos conflitos socioambientais se estabelece de diferentes formas, culminando na interpretação e na noção de que se expressam com as difusas concepções de espaço, território e utilização dos recursos. O que dá margem para as comunidades se mobilizarem pela luta identitária, no combate à iniciativa privada mercadológica. Como expressa Alves e Santos (2017, p. 221 apud ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010):

Os casos de conflitos socioambientais no Brasil revelam diversas situações em que grupos sociais afetados por diferentes projetos econômicos rejeitam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização social com vistas à denúncia. Dessa forma, pode-se dizer que os conflitos ambientais surgem das diferentes práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço.

O caso envolvendo uma granja, moradores e o município de Mossoró se associa com a tipologia de conflitos socioambientais, que se dividem em territorial, espacial e distributivo. Aqui, verifica-se a questão de grupos sociais afetados por atividades econômicas e pela expansão urbana desordenada. A seguir, apresenta-se a diferenciação sobre os tipos de conflitos e sua aplicabilidade no contexto local.

2.1. O conflito territorial: a escolha de quem deve permanecer no espaço geográfico

Segundo os autores Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos territoriais são aqueles em que se têm contendas dos mais diversos grupos, identidades e culturas sobre o mesmo espaço. Isto é, as classes sociais, as comunidades e as atividades econômicas possuem modos diferentes de produção e de concepção sobre o território e a natureza, o que desencadeia as discrepantes apropriações e conflitos de uso. Assim, por exemplo, a comunidade indígena mantém em seu território as árvores em pé e preserva os recursos naturais. Em contrapartida, um madeireiro industrial entende que a floresta deve ser transformada em bem ou produto.

Acrescente-se a esse debate que, a organização e o planejamento territorial são de responsabilidade das instâncias públicas, que controlam como as empresas atuam sobre determinado território. Porém, à medida que a empresa se agiganta no mercado, tem-se um maior poderio econômico e social. Isso culmina, a título de exemplo, na chantagem de rompimento de contratos com o poder público caso este não ceda em conceder a ocupação de novos espaços territoriais para deslocamento ou ampliação de parques produtivos. Ao fim, como sustentado por

Zhour e Laschefski (2010), o Estado acaba sucumbindo às pressões econômicas e à vontade empresarial enfeitado pelo desejo desenvolvimentista. Em síntese, a ideia por trás disso é de que essas entidades de mercado, ao ameaçarem romper contratos ou mudar sua presença geográfica (o deslocamento), exerçam uma pressão significativa sobre o Estado.

Trazendo essa perspectiva teórica para o estudo de caso, observa-se que a grande expansão urbana do Município de Mossoró mostra-se inerente à crescente demanda da população por mais espaços urbanos. No mesmo sentido, isso atrai empresas e empresários para investir em novos empreendimentos na cidade, gerando um aumento exponencial de construções habitacionais e empresariais, força-motriz para geração de conflitos socioambientais territoriais, como evidenciado por Moura e Oliveira (2010).

Desse modo, dois fatores influenciam o conflito socioambiental territorial: (a) a dinâmica de poder e (b) a influência entre entidades privadas e o Estado. Assim, quem possui mais pressão social e econômica consegue manipular as decisões administrativas e legislativas em favor de seus próprios interesses, definindo quem deve permanecer no espaço geográfico. Por outro lado, quando o Estado se alia aos empreendimentos privados, há clara postura de se posicionar contra os grupos tradicionais de um determinado território, de modo que o desfecho do conflito socioambiental será com a expulsão de pessoas, grupos, empresas e comunidades de territórios que antes ocupavam. Essa é uma reflexão que cabe no caso da granja, ou seja, a de quem deve permanecer no local, num espaço urbano disputado por moradores individuais, condomínios, construtoras, empresas e atividades agrossilvipastoris.

2.2. O conflito espacial: a expansão urbana desordenada e os impactos refletidos

Visualiza-se este conflito a partir da expansão urbana em que se tem um crescimento populacional ao passo do desenvolvimento de indústrias na região, fazendo com que as práticas sociais de um grupo provoquem efeitos ambientais negativos em outros grupos que estão no mesmo fluxo espacial, como expressa Zhour e Laschefski (2010). Dessa forma, segundo os mesmos autores, o conflito espacial se dá quando os efeitos ou impactos saem do limite entre os territórios, como é o caso da emissão de gases ou poluição da água. Portanto, diferentemente do litígio territorial, o conflito não gira em torno de um espaço, mas sim de uma prática adotada por um grupo que causa impacto para outros grupos.

A expansão urbana desencadeia a combinação de atividades sociais e econômicas num determinado espaço, onde um empreendimento pode

causar impactos que fogem aos limites territorialmente estabelecidos. A título exemplificativo, uma casa de show instalada numa zona residencial provocará perturbação de sossego e impactos de vizinhança. Do mesmo modo, uma granja funcionando próximo a áreas residenciais terá dificuldades em impedir a proliferação de moscas, que são vetores de diversos tipos de doenças, impactando na saúde de moradores do entorno. Assim, a expansão urbana desordenada é determinante para provocação de conflitos socioambientais espaciais, conforme explica Moura e Oliveira (2010, p. 838), em estudo sobre a realidade da cidade de Mossoró:

No meio físico atrelando ao uso do solo nota-se que com o processo da urbanização, ou seja, a construção indevida ou inadequada de moradias, empresas ou outra forma de ocupação do solo, gerou impactos diretos e negativos na cidade de Mossoró [...] Para o meio biótico, há a então diminuição das espécies vegetais, ocasionada pelo desmatamento, que tem como causa a construção de locais utilizados pela sociedade de diversas formas, gerando então pouca oferta de abrigos aos animais, insetos, entre outras formas de vida que venham a trazer transtornos ao homem.

Isto posto, para entender o conflito socioambiental espacial, deve-se dar destaque a noção de impacto ambiental. Nesse sentido, a Resolução nº 1/1986 do CONAMA define impacto ambiental como qualquer alteração no meio ambiente provocada por atividades humanas⁴³, com potencial de afetar diversos aspectos, tais como: a saúde e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do ambiente, bem como a qualidade dos recursos ambientais. À vista disso, o esclarecimento entre os aspectos identificados em Mossoró e os critérios definidos pela Resolução destacam a importância das abordagens integradas para mitigar os efeitos adversos da expansão urbana e promover a sustentabilidade ambiental.

Deve-se ponderar que a expansão urbana desordenada de Mossoró intensifica o conflito socioambiental, pois a implantação de residências nas imediações de empreendimentos comerciais, como uma granja, resulta em práticas de efeitos diametralmente opostos: (a) os moradores residenciais são atingidos por impactos ambientais que saem dos limites territoriais de outros empreendimentos e vão pressionar o poder público, os órgãos ambientais e o ministério público por uma tomada de decisão protetiva de seus interesses; (b) as atividades econômicas são forçadas a adoção de novas práticas para se adequarem à exigências ambientais e urbanísticas e, em caso contrário, de desconformidade, o conflito espacial se transformará em territorial com a

43 Resolução nº 1/1986, artigo 1º.

expulsão ou a realocação de grupos considerados inadequados para a nova finalidade espacial definida pelo poder público. Por último, os conflitos socioambientais, territoriais e espaciais podem se transformar em conflitos distributivos, ou seja, por meio da definição das formas de acesso e de uso dos espaços urbanos, delineando os desafios inerentes à distribuição equitativa que o Plano Diretor deve contemplar, mesmo em meio ao debate entre interesses diversos.

2.3. O conflito distributivo: o dilema em definir as formas de acesso e de uso dos espaços urbanos

Os conflitos distributivos, segundo Zhouri e Laschefski (2010), são reveladores de desigualdades sociais em torno do acesso e do uso dos recursos naturais, girando em torno de sua distribuição desigual, em que alguns grupos têm muito acesso e outra parte vive da escassez de recursos. Essa disparidade alimenta uma complexidade adicional: a dificuldade em definir claramente quem terá o direito de utilizá-los. Zhouri e Laschefski (2010), trazem que os conflitos distributivos não ficam apenas em debates, ao revés, vão até o mundo real no acesso de florestas, de água, de minérios e de outros recursos, em que a população onde se originou a matéria prima recebe o mínimo da mercadoria, enquanto a grande parte dos resultados vai para as camadas mais ricas da sociedade.

Da mesma forma, os conflitos socioambientais distributivos no espaço urbano possuem o dilema em definir as regras de ocupação, com base em parâmetros de igualdade e participação democrática. Nesse viés, os regramentos de uso são importantes na elucidação das vocações dos espaços urbanos, suas especificidades e a compatibilização de atividades em áreas integradas. Em síntese, o grande problema do conflito socioambiental distributivo urbano está em definir quem terá o direito de utilizar as zonas de expansão urbana ou de intersecção. No caso pesquisado, entre a granja e as residências, eis o dilema a ser solucionado pelo poder público, cuja experiência resolutiva pode implicar positivamente nos desafios futuros de implementação do Plano Diretor.

Assim, visualiza-se que, na cidade de Mossoró/RN, têm-se, para além do crescimento populacional, a expansão e chegada de indústrias, empresas e iniciativas, a exemplo da notável expansão da atividade petrolífera na região. De igual modo, destaca-se a instalação de shoppings e centros empresariais, gerando conflitos, sobretudo, territoriais e espaciais, temáticas que serão examinadas com o estudo de caso do empreendimento do tipo granja. Em geral, os conflitos socioambientais têm múltiplas origens, sendo necessária a visão pluralista das diferentes causas para que se consiga compreendê-lo em sua integralidade.

Some-se a necessidade de se atentar aos diferentes níveis de conhecimento e informação das comunidades, aos variados recursos de poder e aos distintos aspectos culturais em que o conflito está inserido, como defendeu Vargas (2007). No caso de Mossoró, os conflitos surgiram a partir do momento em que se teve uma grande expansão urbana em direção a empreendimentos de grande impacto ambiental.

3. O caso da granja e o impasse pelo uso do território

O Ministério Público Estadual, na condição de substituto processual e defensor constitucional do meio ambiente, ajuizou uma Ação Civil Pública – ACP⁴⁴ em face do empreendimento econômico do tipo granja, por estar causando poluição e danos à saúde. Nessa perspectiva, o fato chegou ao conhecimento do Ministério Público do Rio Grande do Norte por meio de denúncias e abaixo-assinado de moradores das proximidades do empreendimento, incomodados, principalmente, com a proliferação de moscas.

3.1. Motivações e reivindicações da causa de pedir

O conflito socioambiental foi exteriorizado quando moradores das residências e condomínios no entorno da granja encaminharam ao Ministério Público relatos a respeito da ausência de limpeza das instalações do empreendimento. E isso resulta na proliferação de um grande número de moscas, forte odor e, conseqüentemente, na interferência direta no cotidiano das pessoas que residem no Loteamento Pousada dos Thermas e nos Residenciais Alphaville, Quintas do Lago e Bairros Abolição IV e V, todos inseridos no território do Município de Mossoró/RN.

Diante dos fatos descritos, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte instaurou Inquérito Civil⁴⁵, peça probatória que serviu de base para propositura de ação civil pública com pedido liminar em desfavor do empreendimento. Além do inquérito civil, a petição inicial veio acompanhada de documentos técnicos dos órgãos de vigilância sanitária e ambientais⁴⁶. A causa

44 RIO GRANDE DO NORTE. 4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró. Ação civil pública n. 0801253-05.2019.8.20.5106. Autor: MPRN - 03ª Promotoria de Mossoró. Réu: Granja Aviforte Ltda. Relator: Des. Dilermando Mota Pereira. Mossoró, 3 maio. 2019. Disponível em: <https://pje1g.tjrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>. Acesso em: 02 out. 2023.

45 MPRN, Inquérito Civil nº 06.2017.00002299-3.

46 Em vistoria realizada pelo IDEMA, as irregularidades ambientais foram confirmadas, resultando no Auto de Infração nº 2017/109702/TEC/AIDM-0160.

de pedir limita-se na afirmação de que o empreendimento está provocando impactos ambientais e a saúde humana, ao permitir a proliferação de uma grande quantidade de moscas, em decorrência de práticas inadequadas de produção e de manuseio de matéria orgânica. Doutro modo, a defesa do empreendimento sustenta que a empresa possui todas as autorizações para funcionar, respeitando as exigências dos órgãos pertinentes. E destaca que o problema foi ocasionado pelos próprios moradores que optaram por construir e habitar em área que fica a menos de 300 (trezentos) metros de distância da granja.

3.2. Questões jurídico-legais

Compreendidos os aspectos centrais do conflito socioambiental urbano, é imprescindível discorrer acerca da regulamentação do zoneamento urbano aplicado à área que é objeto desta controvérsia, considerando a maneira como a regulação afeta a permissibilidade das distintas formas de uso da terra. A partir disso, a Lei Complementar nº 12/2006, que dispõe sobre o Plano Diretor, alude que o Município de Mossoró/RN adote a divisão por meio de duas macrozonas. São elas: a Zona Urbana e a Zona de interesse Rural, enquanto a faixa compartilhada entre essas duas é designada como área de expansão urbana, permitindo atividades agropecuárias e rurais⁴⁷. Ademais, a diretriz normativa municipal determina exclusivamente que, na Área Especial de Segurança Alimentar (AESAs), com extensão de 1 km⁴⁸, correspondente à área circundante a Área de expansão urbana, o poder público municipal priorize atividades relacionadas à criação de animais e a produção hortifrutigranjeira.

Nesse rumo, tomando como base o disposto na legislação, a granja citada ocupa duas áreas, a de expansão urbana - onde é permitido o uso tanto rural, quanto urbano; e a área especial de segurança alimentar - cuja fronteira se dá com a zona de expansão, possuindo maior relevância para a produção de alimentos hortifrutigranjeiros, conforme imagem abaixo.

47 Estabelecido por meio do art. 44 da Lei Complementar nº 12/2006.

48 Nos termos do art. 47 do referido diploma legal.



Figura 1: Localização da área de interesse.

Fonte: Google Earth, 2017. Editado: CAOP Meio Ambiente, 2018.

De igual modo, considerando as leis ambientais aplicáveis ao caso, bem como os órgãos responsáveis pela promoção da política ambiental, urge salientar que, na época da instauração do Inquérito Civil pelo Ministério Público Federal, datado de 2017, o empreendimento do caso aqui analisado não possuía licença do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA. As licenças ambientais foram obtidas pelo empreendimento após a atuação do Ministério Público e dos órgãos ambientais, pelo temor das sanções legais e dos custos punitivos. No entanto, é imperativo mencionar que, mesmo com as licenças e autorizações vigentes, ainda subsistem para o empreendimento as obrigações relacionadas à não poluição e à preservação da saúde pública. Nesse contexto, o Plano Diretor se revela como um instrumento jurídico essencial para prevenir e solucionar os conflitos socioambientais no município.

4. O plano diretor como instrumento jurídico de prevenção de conflitos socioambientais no Município de Mossoró/RN

A partir do conhecimento dos tipos de conflito e o estudo de caso apresentado, passa-se a uma análise a respeito de como o plano diretor impacta na solução de controvérsias de ordem social e ambiental. Uma vez que o plano deve atender a população e suas demandas ecológicas, em busca de uma cidade que explore alternativas para cumprir as normas ambientais e integrar grupos, comunidades e atividades econômicas, conforme Moura e Oliveira (2010). Então, enxerga-se a relevância de um processo participativo e abrangente na atualização do plano diretor do município de Mossoró/RN como essencial para garantir que as decisões reflitam as necessidades

e aspirações da comunidade, consolidando, assim, diretriz normativa que promova o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental.

4.1 A importância de um amplo processo participativo para atualização do plano diretor

Deve-se refletir sobre as disfunções relacionadas à negligência do poder público municipal quanto à atualização do plano diretor como fator desencadeador de consequências negativas nas searas sociais, econômicas e ambientais. Segundo Santana (2018), um dos maiores problemas consiste no fato de que, por muitas vezes, o plano diretor não passa de uma obrigatoriedade burocrática que o município deveria cumprir, de maneira que os agentes públicos não se conscientizam da importância desse instrumento no auxílio da gestão. Nessa perspectiva, urge a necessidade de efetivar as diretrizes da política urbana conforme o Plano Diretor do Município de Mossoró, que estabelece, em seu artigo 12, a necessidade de definir o sistema de planejamento através de um processo participativo e democrático.

Outrossim, a participação dos cidadãos no planejamento urbano é um princípio democrático fundamental, visto que garante que as decisões sejam tomadas de maneira transparente e que as políticas urbanas representem os interesses da comunidade como um todo, não apenas de grupos específicos. Destaca-se que, os moradores do município detêm conhecimento íntimo de suas próprias necessidades, dos problemas, bem como das aspirações, o que lhes permite que essas necessidades sejam levadas em consideração de fato e de modo mais eficaz.

Sobre o assunto, Moura e Oliveira (2010) enfatizam que é interessante fazer um planejamento detalhado e preciso, permitindo antecipar e identificar possíveis impactos resultantes de empreendimentos urbanos. Essa antecipação capacita os gestores a desenvolverem alternativas mitigadoras, permitindo a correção de ações desequilibradas que possam surgir nas cidades. Este processo é particularmente relevante em contextos nos quais a desorganização do poder público em relação às normas ambientais e urbanísticas é evidente. Em muitos casos, a sociedade é afetada diretamente por essas lacunas, tornando essencial a implementação de medidas preventivas que promovam um desenvolvimento urbano mais harmonioso e em conformidade com os princípios normativos vigentes. Desta forma, a ideia central é que o Plano Diretor pode ser uma via importante para otimizar a gestão ambiental e urbana. Sendo que, de modo diverso, ao ser ignorado pelas autoridades da administração pública, pode acarretar grandes conflitos sociais e ambientais.

A partir disso, para a transformação desses conflitos é necessária a tomada de decisão em conjunto, onde a colaboração é essencial no processo que visa a mudança das relações sociais. Como expressa Vargas (2007, p. 198):

A cooperação é a base do processo que deve apontar para a transformação de dinâmicas sociais que permitam arranjos mais justos de acesso e uso dos recursos naturais. Neste sentido, a criação de esquemas de gestão verdadeiramente participativos, de formulação de políticas públicas com a participação da sociedade, podem ser exemplos de processos de transformação de conflitos baseados na cooperação entre as partes.

Desse modo, tais mecanismos contemplam a contribuição ativa da sociedade e emergem como exemplos concretos de processos transformadores de conflitos, nos quais a colaboração entre as partes se revela essencial para construir bases sólidas, não só de convivência, mas também de sustentabilidade. Outrossim, o processo participativo também estabelece a legitimidade necessária para a construção de políticas urbanas robustas e homologadas com as demandas locais. Em Mossoró, onde a revisão do plano diretor deve ser encarada como prioritária, a participação ativa dos cidadãos assume uma dimensão ainda mais crucial, visto que incorpora as nuances e especificidades da realidade local. Assim, também é possível traçar o caminho para uma supervisão eficiente da expansão urbana, destacando, sobretudo, os estudos de impacto de vizinhança.

4.2 Os estudos de impacto de vizinhança para o monitoramento da expansão urbana

A aplicação de estudos de impacto de vizinhança como mecanismo de acompanhamento do crescimento urbano busca antecipar conflitos possíveis. O impacto da vizinhança se dá da seguinte forma, segundo Ventura (2020, p. 11):

O EIV consiste, basicamente, no estudo detalhado dos impactos que determinado empreendimento gera ao seu entorno. Tais impactos, que podem ser positivos ou negativos, estão diretamente relacionados ao porte ou às atividades que serão realizadas pelo empreendimento.

O estudo funciona como um suporte para o licenciamento urbanístico, visando evitar desequilíbrios com o crescimento, ter garantias mínimas de qualidade urbana e zelar pela ordem e uso justo do ambiente, nos termos de Ventura (2020). Por conseguinte, no Plano Diretor de Mossoró há citações normativas definindo o impacto de vizinhança como o estado de desacordo do uso ou atividade que causem reação adversa na estrutura física e nas relações sociais.⁴⁹

49 Nos termos do artigo 51, inciso I e II e parágrafo único da Lei Complementar nº 12/2006.

Além disso, quando se faz a avaliação do nível de incômodo e de impacto de vizinhança, um dos fatores analisados é a geração de resíduos sólidos, com riscos ao meio ambiente e à saúde pública⁵⁰. Logo, o Estudo de Impacto de Vizinhança se constitui numa importante ferramenta de prevenção e solução de conflitos socioambientais urbanos. Ao associar tal ferramenta ao caso estudado, ela poderia exteriorizar os impactos da granja sob o ponto de vista urbanístico, em específico, a grande incidência de moscas, o incômodo nas regiões circunvizinhas, os danos à saúde de moradores e os riscos de infecção de alimentos, de poluição atmosférica pelo odor e as possíveis doenças aos habitantes da localidade.

Dessa forma, o EIV apresenta informações para identificar, avaliar, prevenir, mitigar e compensar os impactos que um empreendimento irá causar. Também permite a análise sobre como aquele local de implantação ficaria com ou sem a atividade, ao contemplar os efeitos positivos e negativos quanto a qualidade de vida da população⁵¹. Nesse sentido, existindo o devido respeito às disposições da Lei Complementar nº 012/2006 (Plano Diretor de Mossoró), tem-se uma base sólida de dados e de informações para auxiliar na tomada de decisões.

Vale enfatizar que o EIV participativo promove a transparência, a inclusão e a prevenção de conflitos, corroborando para a construção de cidades e espaços mais resilientes e equilibrados. Isto se aplica ao caso da cidade de Mossoró, uma vez que a realização de estudo de impacto de vizinhança em relação às construções residenciais e à granja certamente teria mensurado adequadamente os desdobramentos do conflito socioambiental. E, conseqüentemente, o poder público municipal evitaria o agravamento do conflito, já que aspectos territoriais, espaciais e de impacto ambiental estariam no amplo domínio e conhecimento estatal para dar os devidos direcionamentos resolutivos, em especial, orientar processos de licenciamento ambiental e urbanístico.

4.3 O licenciamento ambiental municipal e seus reflexos na prevenção de conflitos socioambientais urbanos

O licenciamento ambiental municipal desempenha um papel fundamental na prevenção de conflitos socioambientais urbanos, especialmente devido aos impactos potenciais que essa atividade pode causar. A partir disso, alguns dos reflexos do licenciamento ambiental municipal, no contexto do caso em tela, incluem o controle de efluentes e resíduos, considerando que a ferramenta de gestão estabelece normas e diretrizes para o tratamento e disposição de

50 Vide artigo 52, inciso IV da Lei Complementar nº 12/2006.

51 Vide artigo 140, § 1º e § 3º da Lei Complementar nº 12/2006.

efluentes, tal como as fezes das aves e o manejo dos resíduos da granja. Logo, as condicionantes estabelecidas em licenciamento contribuem para evitar a contaminação do solo e da água subterrânea, assim como o controle de odores e da proliferação de moscas.

De modo oposto, o desrespeito das diretrizes provoca sérios impactos ambientais e à saúde pública. De acordo com o relato Rio Grande do Norte (2017, p.1135-1136) apresentado pelo órgão ambiental de controle em relação à situação da granja, o local utilizado para abrigo de resíduos é inapropriado, bem como não houve menção onde eles são descartados. Além disso, na lavagem dos utensílios, não há um local fechado com um ralo direcionado para uma fossa ou sumidouro, além da limpeza destes ser realizada em um espaço aberto, lançando a água no solo, em seguida.

Acrescente-se que o licenciamento também é responsável por determinar a localização adequada da granja em relação às áreas urbanas, garantindo que ela tenha uma distância entre residências e outros empreendimentos. Como visto, na localização da área de interesse, observa-se o adensamento populacional, cuja área de ocupação da granja se encontra em grande parte na área de expansão urbana e outra parte, apenas uma pequena - quase que irrelevante - na área de segurança alimentar. E, em virtude disso, os impactos causados pelas atividades desempenhadas pela granja são acentuados e afetam a população.

De modo complementar, o licenciamento impõe obrigações de monitoramento e fiscalização regulares, permitindo que a autoridade municipal verifique se a granja está cumprindo as condições necessárias. Entretanto, no relatório técnico constante em Rio Grande do Norte (2017, p. 5), é possível localizar as falhas na atividade de monitoramento e fiscalização da granja, visto que a diminuição da proliferação das moscas era observada somente na época da realização das audiências, após isso, o problema se intensifica, além de ficar demonstrado nos trâmites do inquérito civil que o empreendimento não dispõe de capacidade para adotar, de forma contínua, as medidas necessárias para diminuir o impacto negativo que causa aos moradores do entorno da granja.

Além disso, verifica-se uma falha por parte da fiscalização municipal, em dissonância com seu Plano Diretor, ao conceder alvará anualmente ao empreendimento, visto que, neste documento, se reconhece que a granja se situa na zona rural, porém, tecnicamente, localiza-se ao fim da zona de expansão urbana, início da área Especial de Segurança Alimentar, com avançado processo de adensamento populacional.

Nesse cenário, o Plano Diretor do Município de Mossoró/RN, em seu artigo 25, estabelece a criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente, fundamental

para implementar a Política Municipal de Meio Ambiente. Esse sistema deve incluir instrumentos normativos, administrativos e financeiros para facilitar a gestão ambiental local. Além disso, destaca a necessidade de integração entre os procedimentos de licenciamento e fiscalização municipal com as ações dos órgãos ambientais estaduais e federais, envolvendo uma abordagem coordenada na preservação do meio ambiente. No presente estudo, é mister destacar que o empreendimento foi licenciado pelo órgão estadual, o que sinaliza para o fato de que deve haver uma maior integração entre o licenciamento ambiental do órgão estadual e o licenciamento urbanístico do município.

Portanto, há necessidade de um engajamento proativo por parte da autoridade municipal e estadual na fiscalização e garantia do cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental. Esta medida não apenas protege a integridade do meio ambiente, mas também resguarda os interesses fundamentais da população municipal. A execução diligente dessas responsabilidades municipais e estaduais não apenas atendem às exigências legais, mas também se configuram como um compromisso vital para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a preservação dos recursos naturais essenciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de adoção de medidas corretivas e eficazes por parte do município torna-se evidente para garantir um ambiente saudável e habitável para a comunidade local. Ademais, o caso relatado ressalta a importância da sustentabilidade e da gestão ambiental municipal responsável, principalmente no que tange à utilização do Plano Diretor como essa via integrativa de interesses antagônicos. Nesse caminho, no estudo empírico realizado sobre o conflito socioambiental envolvendo a granja e moradores residenciais, a exigência de medidas consistentes e sustentáveis para controlar a proliferação de moscas enfatiza a necessidade de práticas agrícolas e industriais que minimizem os impactos negativos no ecossistema circundante.

Concomitante a isso, o aspecto legal e urbanístico também se constitui numa implicação prática significativa, visto que a ocupação da granja em áreas de expansão urbana e zona urbana, de acordo com o Plano Diretor Municipal, sublinha a importância do planejamento urbano e das regulamentações locais para garantir o desenvolvimento harmonioso e a conformidade legal das atividades comerciais. Outrossim, a relevância da pesquisa estende-se igualmente para a gestão sustentável de operações industriais, uma vez que o caso em questão ressalta a importância da implementação consistente de medidas de controle ambiental.

Desse modo, existe a necessidade do plano diretor em estabelecer um modelo regulatório que seja compatível com diretrizes socioespaciais e socioeconômicas integrativas, para que exista um efetivo crescimento residencial da cidade de Mossoró, em congruência com o desenvolvimento econômico e industrial, ao mitigar os conflitos existentes, provocados, muitas vezes, por crescimento urbano desordenado. Portanto, constata-se que o desenvolvimento harmônico está intimamente ligado ao planejamento urbano efetivo, com ciclos atualizados, a fim de suprir as possíveis demandas urbanas que venham a surgir.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro.

Alves, S. G., & dos Santos, S. L. (2017). **INJUSTIÇAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O QUE SÃO E COMO SURGEM?**. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 6 (2), 216–226.

MOURA, M. C. F. OLIVEIRA, L. C. S. **Breve análise dos impactos ambientais urbanos em Mossoró/RN**. Fórum. Ambiental da Alta Paulista, v.6, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. 4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró. Ação civil pública n. 0801253-05.2019.8.20.5106. Apelante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Apelado: Granja Aviforte. Mossoró, 3 ago. 2017.

SANTANA, Luiza Marcelli Vieira. **Plano diretor como ferramenta de gestão ambiental, um estudo de caso no município de Rio Claro/SP**. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociência. Rio Claro, São Paulo. 2018.

VARGAS, Glória Maria. **Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, p. 191-203, dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/MXkhjF53BqGnHvDrG3f7mjv/abstract/?lang=pt>.

VENTURA, Andréa Cardoso. **Estudo de impacto de vizinhança** / Andréa Cardoso Ventura. - Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2020.

ZHOURI, Andrea, and LASCHEFSKI, Klemens, eds. **Desenvolvimento e conflitos ambientais** [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. ISBN: 978-85-423-0306-3. Desenvolvimento e conflitos ambientais: Um novo campo de investigação. Link: <https://play.google.com/books/reader?id=m92sDwAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PA11>.

PROPOSTA DE UMA ABORDAGEM AMBIENTAL E ECOLÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

[Artigo]

Maciel Trajano Santana

Mariana Mendonça Pessoa

Yáskara Fabiola Monteiro Marques Leite

Sobre os autores:

Maciel Trajano Santana é graduando em Licenciatura em Química pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Membro do projeto de Extensão Educação Ambiental.

Mariana Mendonça Pessoa é graduanda em Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Membro do projeto de Extensão Educação Ambiental.

Yáskara Fabiola Monteiro Marques Leite possui doutorado em Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará (2003), atualmente é professora adjunta 4 da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, coordenadora da ação extensionista Educação ambiental e professora titular do departamento de Química/DQ.

PROPOSTA DE UMA ABORDAGEM AMBIENTAL E ECOLÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

PROPOSAL FOR AN ENVIRONMENTAL AND ECOLOGICAL APPROACH TO ELEMENTARY BASIC EDUCATION

Maciel Trajano Santana

Mariana Mendonça Pessoa

Yáskara Fabiola Monteiro Marques Leite

RESUMO

Diante do cenário atual, fatores ambientais influenciam diretamente na manutenção de um conjunto de outras espécies. As abelhas, contudo, assumem um papel crucial para a manutenção da flora e, conseqüentemente, da fauna, uma vez que a polimerização proporciona a reprodução de espécies que previam desse mecanismo reprodutivo. Nessa perspectiva, esse trabalho visa como objetivo expandir o pensamento dos alunos da educação básica, acerca da temática ambiental e ecológica, despertando novas perspectivas para o meio ambiente. Essa pesquisa é de cunho qualitativa-descritiva, desenvolvida em 4 etapas. Assim, a realização do presente trabalho foi estruturada da seguinte forma: pesquisa bibliográfica, pesquisa quantitativa/questionários, palestras e oficinas. Aplicado com alunos/as do 4º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Senhora Maria das Graças, localizada no município de Mossoró/RN. Com isso, os dados obtidos a partir da aplicação dos formulários e das discussões em sala de aula foi possível constatar resultados positivos. Acrescenta-se que, com as atividades desenvolvidas, a partir da utilização de recursos didáticos feitos com materiais recicláveis, desempenhou um papel significativo no ensino e na promoção da educação ambiental em relação às abelhas. Em suma, as práticas educativas desempenharam um papel fundamental na conscientização e na busca por soluções para a conscientização da preservação ambiental da escola escolhida.

Palavras-chave: Abelhas; Educação ambiental; Materiais Didáticos.

ABSTRACT

Given the current scenario, environmental factors directly influence the maintenance of a group of other species. Bees, after all, play a crucial role in the maintenance of flora and consequently fauna, since polymerization provides the reproduction of species that rely on this reproductive mechanism. From this perspective, this work aims to expand the thinking of basic education students on environmental and ecological issues, awakening new perspectives for the environment. This research is qualitative-descriptive in nature, developed in 3

DATA DE SUBMISSÃO: 30/10/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 30/12/2023

stages. Therefore, this work was structured as follows: bibliographical research, quantitative research/questionnaires, lectures and workshops. Applied to students in the 4th year of elementary school at Escola Municipal Senhora Maria das Garças, located in the municipality of Mossoró/RN. With this, the data obtained from the application of the forms and discussions in the classroom made it possible to verify positive results. It is added that, with the activities developed, the use of teaching resources made with recyclable materials plays a significant role in teaching and promoting environmental education to promote bees. In short, educational practices play a fundamental role in raising awareness and in the search for solutions for environmental preservation.

Keywords: Bees. Environmental education. Didactic Materials.

1. INTRODUÇÃO

Diante do cenário atual, fatores ambientais influenciam diretamente na manutenção de um conjunto de outras espécies. As abelhas, assumem um papel crucial para a manutenção da flora e da fauna, uma vez que a polimerização proporciona a reprodução de espécies que previam desse mecanismo reprodutivo.

A cadeia de eventos que possibilitam esses acontecimentos está em risco, uma vez que a influência da ação humana gera danos e posteriormente desequilíbrio dos ecossistemas. No entanto, com o crescimento de maneira exponencial da população global e a industrialização têm exercido uma pressão significativa sobre os ecossistemas do planeta, levando a uma série de desafios ambientais que afetam a todos nós.

Neste contexto, as abelhas assumem grande influência na manutenção da flora e da fauna, uma vez que são responsáveis pela polimerização de plantas que fazem uso desse mecanismo reprodutivo. Sendo assim, fatores ambientais geram desequilíbrios aos ecossistemas, como por exemplo: as mudanças climáticas e a degradação da biodiversidade até a poluição do ar e da água. Além disso, a urbanização descontrolada e o consumo excessivo contribuem para a degradação ambiental, gerando riscos diversos, impactando diretamente o meio ambiente.

Nesse sentido, a educação ambiental (EA) no ensino básico desempenha um papel fundamental na formação das futuras gerações, pois prepara os/as alunos/as para compreenderem e enfrentarem os desafios ambientais que o mundo enfrenta. Nessa perspectiva, esse trabalho visa como objetivo principal expandir o pensamento dos/as alunos/as da educação básica, familiares e comunidade escolar, acerca da temática ambiental e ecológica, despertando novas perspectivas para o meio ambiente.

1.1 Preservação ambiental, cuidados e biodiversidade na educação básica.

A degradação ambiental, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade são desafios globais que exigem ações imediatas e sustentáveis para um melhor rendimento da preservação ao ambiente (Confalonieri, 2002; Silva; Xavier e Rocha, 2021). Nesse contexto, a educação ambiental se apresenta como uma ferramenta indiscutível para sensibilizar e capacitar os jovens a se tornarem cidadãos responsáveis e conscientes de suas ações em relação ao ambiente, como vem sendo discutidos em diversos trabalhos na literatura (Andrade, 2000; Silva; Xavier e Rocha, 2021; Jacobi, 2005; Santos e Silva, 2017; Brasil, 1999).

Dessa maneira, vale frisar que a educação ambiental no ensino básico não se limita apenas a fornecer conhecimentos sobre ecossistemas, poluição e/ou conservação da natureza em sua totalidade. Ela também promove a reflexão crítica, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, e o estímulo à ação prática, como ressalta (Dias, 2004; Tozoni-Reis *et al.*, 2013). Ao compreenderem a interdependência entre os seres humanos e o ambiente, os/as alunos/as podem tomar decisões informadas e bem fundamentadas, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável e limpo.

Além disso, segundo Tozoni-Reis *et al.* (2013), a educação ambiental no ensino básico tem o potencial de promover mudanças comportamentais não apenas entre os alunos, mas em suas famílias e comunidades, gerando um laço de cuidados que devem ser preferíveis para um resultado significativo e positivo. Ao disseminar conhecimentos sobre a importância da conservação, redução do consumo e adoção de práticas ambientalmente responsáveis, a escola desempenha um papel central e primordial na promoção de uma cultura de respeito pelo ambiente.

1.2 Educação ambiental e ecológica na educação básica.

A educação ambiental no ensino básico não é apenas uma disciplina isolada, ou vista como uma disciplina teórica e abstrata, mas sim uma abordagem integrada que permeia todas as áreas do currículo. Ela não apenas prepara os estudantes para enfrentarem os desafios ambientais do presente, mas os capacita a serem agentes de mudança em um mundo onde a sustentabilidade é essencial para a sobrevivência da humanidade e do planeta como um todo (Kondrat e Maciel, 2013). Concomitantemente, essas questões não apenas afetam o ambiente, têm-se sérias implicações para a saúde humana, a economia e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Portanto, é crucial que a sociedade na totalidade, juntamente com governos, empresas e indivíduos, se comprometam a abordar e resolver esses problemas de forma eficaz e conjunta.

Assim, a educação ambiental na formação docente desempenha um papel essencial na preparação de professores/as para enfrentar os desafios ambientais do nosso tempo e para capacitar os alunos/as se tornarem cidadãos informados e engajados em questões ambientais. Ela promove uma abordagem interdisciplinar, práticas sustentáveis e o desenvolvimento de habilidades críticas, e argumentativas, contribuindo assim para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo (Tozoni-reis, *et al.* 2013; Cascino, 2000).

Nessa conjuntura, para Pereira (1993), a “Educação Ambiental” nada mais é que uma adaptação contínua do homem ao ambiente onde vive e ao seu nicho ecológico, tentando sempre manter o equilíbrio harmônico em suas relações com o meio e com as populações que o rodeiam. Acrescenta-se ainda que para o autor a (EA), devido às suas características multidimensionais, se insere em outros campos e dimensões educacionais como, por exemplo: a educação para os direitos humanos, para a saúde, para o desenvolvimento e para a cidadania (Brasil, 1999).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é de cunho qualitativa-descritiva, quantitativa (Marconi; Lakatos, 2011; Richardson, 1999). Dessa forma, o presente trabalho é resultado do relato de experiência da ação promovida pelo projeto de extensão Educação Ambiental na construção do conhecimento desenvolvido por pesquisadores/as da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Em vista disso, o projeto visa expor a possibilidade da aplicação de práticas de Educação Ambiental para crianças do ensino fundamental, de forma que elas, e a comunidade escolar e seus familiares aprendam formas de reutilizar materiais que seriam descartados e desenvolver a coletividade, o pensamento individual crítico-reflexivo sobre questões ambientais, relacionando-os ao cotidiano, bem como com a importância da proteção dos animais.

O projeto foi aplicado na Escola Municipal Nossa Senhora Maria das Graças (EMNSMG), no município de Mossoró-RN, para alunos/as do ensino básico, matriculados no fundamental I. Dessa forma, a escolha desse tema se deu devido à grande necessidade da educação ambiental dentro da sociedade, por se tratar de um conteúdo que muitos desconhecem ou que consideram irrelevante.

Pensando nisso, a intenção do projeto foi usar materiais recicláveis para desenvolver materiais didáticos de apoio, e palestras que abordam a temática a respeito da educação ambiental e proteção da fauna e da flora, para obter um melhor entendimento e conscientização do conteúdo abordado no dia a dia e na sociedade em geral. Com isso, a realização do respectivo trabalho foi

estruturada da seguinte forma: pesquisa bibliográfica, pesquisa quantitativa/questionários, palestras e oficinas.

O levantamento bibliográfico é de extrema importância para dar início a todo e qualquer projeto. Serve para fazer uma revisão sobre determinado assunto, ter uma base de como iniciar ou dar continuidade a um projeto e ter um melhor entendimento da área que deseja explorar. Podendo ser realizado nas mais diversas ferramentas de pesquisa, bem como em livros, periódicos, artigos e sites, como reforça Gil (2002) que a pesquisa bibliográfica, ela é desenvolvida com base em material já elaborado.

2.1 Confeção dos materiais e palestras e aplicação

O desenvolvimento do projeto ocorreu em 4 etapas. Assim, em primeira instância foi a produção e confecção manual de materiais didáticos de apoio, recicláveis, que pudessem ser distribuídos na instituição escolar. Alguns dos materiais confeccionados foram: bonequinhos, representando abelhas, distribuídos aos alunos, variados jogos didáticos, estantes feitas de caixotes (para verduras) e assentos feitos de pneus, como mostram a (Figura 1).

Figura 1 - Materiais didáticos confeccionados, via reciclagem.



Fonte: Acervo pessoal

Na segunda etapa foi realizado a produção de três palestras sobre os temas: comportamento das abelhas, polinização e importância ecológica, no qual foram ministradas em um intervalo de tempo de aproximadamente 20 dias entre elas. Foram confeccionados questionários a serem aplicados antes e após a ministração das palestras, para poder ser avaliada a melhora ou não da compreensão por parte dos alunos sobre os temas abordados. Para as palestras foram criados, na plataforma *Power Point*, slides interativos, construídos com elementos visuais

chamativos e elementos textuais simples para estimular o interesse e facilitar a compreensão geral dos alunos/as (Figuras 2).

Na figura 2 mostra as palestras aplicadas para os/as alunos/as, na qual objetivava sondar seus conhecimentos básicos sobre as abelhas, entender como esses animais vivem e mostrar a importância delas para o meio ambiente (palestra o comportamento das abelhas). A segunda palestra, intitulada polinização, abordou esse importante papel desenvolvido pelas abelhas, responsável pela produção de alimentos, diversidade da flora e da fauna, dentre outros benefícios, muitas vezes ignorados até pelos adultos. A terceira palestra teve como tema “importância ecológica”, onde o foco principal foi orientar sobre o uso de agrotóxicos, enfatizando as suas desvantagens. Junto a isso, também foi mencionado sobre a sua importância no cotidiano e na alimentação humana, acompanhando dicas de como é possível cuidar das abelhas no dia-a-dia.

Figura 2 - Slides utilizados durante as oficinas ministradas para os alunos/as do 4º ano do ensino fundamental I.



Fonte: Acervo pessoal.

A terceira etapa foi baseada em instigar a competição entre as duas turmas do 4º ano da EMNSMG, através de 3 gincanas realizadas após a aplicação (em separado) das palestras e aplicações dos formulários. Na 1ª gincana, os/as alunos/as foram estimulados a coletar rolinhos de papel higiênico, na 2ª eles competiram entre si na coleta de garrafas PET de 2L e, finalmente, na 3ª, a meta era coletar a maior quantidade de palitos de picolés. A turma que ganhasse a gincana, ou seja, que conseguisse coletar o maior número dos itens solicitados, ganharia a possibilidade de participar da quarta e última etapa: a oficina (3 no total).

Na aplicação das oficinas de confecção de materiais de uso cotidiano, a partir de objetos que seriam destinados para o lixo, as crianças da turma vencedora da gincana aprenderam a produzir os itens que foram a eles doados. Eles aprenderam a produzir bonequinhos na forma de abelhas com os rolinhos de papel higiênico coletados na 1ª gincana; a confeccionar vasilhinhos/porta-trecos em formato de abelhas com garrafas PET de 2L obtidos. Na 2ª gincana e, finalmente, no encerramento do projeto, conseguiram decorar e montar jogos de damas com os palitos de picolés recolhidos na 3ª gincana. Vale salientar que no decorrer do projeto, durante a 2ª gincana, os/as estudantes participantes do projeto doaram assentos feitos a partir de pneus e estantes confeccionadas com caixas de madeira que pudessem ser usadas em um projeto idealizado pela diretora da escola: A biblioteca itinerante e que, ao mesmo tempo, serviram como artigo de decoração na sala dos/as professores/as. Já após a 3ª oficina, os integrantes do projeto doaram para a escola vários jogos educativos, confeccionados com materiais reciclados como os jogos da memória contendo vários conteúdos de matemática e português (feitos de caixas de leite).

2.2 Tabulação e análise dos dados obtidos

Na análise da transcrição do questionário, optou-se pela Análise Textual Discursiva (ATD), metodologia qualitativa de informações textuais e discursivas criada por Moraes e Galiazzi (2007). A ATD consiste em três grandes classes, tais como será descrita: na unitarização, categorização e comunicação. A unitarização se respalda no conjunto de respostas transcritas em um documento, possibilitando frações de um todo, fracionando porções para a pesquisa. Em seguida, destacam-se passagens que possuem semelhanças semânticas sintetizando em categorias, vista como a etapa de categorização, na qual será discutido brevemente nos resultados obtidos. Por fim, com base nas categorias traçadas, foram produzidos discursos que visam ajudar a ampliar as concepções sobre a temática de “educação ambiental” através das respostas (antes e depois) obtidas nos questionários aplicados.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A educação ambiental é um tema de grande importância, uma vez que a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade se tornaram questões cruciais para o nosso planeta. Dessa forma, vale lembrar que a educação ambiental é um processo de aprendizado que visa sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre a importância de preservar o meio ambiente e promover práticas sustentáveis. Ela não se limita apenas às escolas, mas deve ser uma abordagem ampla, envolvendo toda a sociedade.

Pois, é através da educação ambiental que as pessoas podem compreender melhor as interações entre os seres humanos e o meio ambiente, reconhecendo a importância de conservar a biodiversidade, reduzir o consumo de recursos naturais e minimizar os impactos negativos sobre o planeta, como discutir Tozoni-reis, *et al.* (2013); Cascino, (2000).

Entretanto, com a aplicação do projeto pode-se notar a vasta importância da temática para a sociedade. Então, com a palestra denominada “comportamento das abelhas”, que ocorreu no dia 14 de novembro de 2023 e contou com a participação de 21 alunos (figura 8), pode-se observar que o momento gerou muitas discussões entre os estudantes e professores, aproximando-os de forma dinâmica da transversalidade da temática da educação ambiental, sendo possível identificar e conhecer melhor a vida e o comportamento das abelhas e a importância de preservar as mesmas.

Figura 3 - Aplicação da palestra ministrada pelos/as membros do projeto na escola para os/as alunos/as do ensino fundamental I.



Fonte: Acervo pessoal.

Outrossim, a partir da aplicação dos formulários e das discussões em sala de aula foi possível constatar um resultado positivo. No entanto, vale discutir que ao questionar os/as alunos/as sobre qual tipo de abelha põe ovos, nota-se uma diversidade de respostas, como mostra o gráfico 1, em que apenas 28% das respostas mostram que sabem qual tipo de abelha põe ovos. Dessa forma, 38% (abelha zangão), 29% (abelha-operária) e 5% não sabem, de forma que 72% das respostas mostram que os alunos não sabem qual tipo de abelha põe ovos. Evidenciando, que os alunos não têm o conhecimento o suficiente sobre

a importância das abelhas ou não são instigados a pensarem mais sobre a importância das abelhas para o mundo.

Portanto, no gráfico 1 após a aplicação da palestra, pôde-se notar o quão significativo mostrou-se o projeto sobre a educação ambiental. Uma vez que ao comparar o mesmo questionamento sobre qual tipo de abelha põe ovos antes e depois, é notório o percentual de acertos, tendo em vista que, cerca de 90% dos/as alunos/as responderam de maneira correta, demonstrando assim que instigar e incentivar as crianças no seu momento de ensino favorece a educação e os incentiva a conhecer a importância da educação ambiental para toda a sociedade.

Gráfico 1 - Comparativo das respostas antes e depois dos alunos/as referentes a pergunta: “qual tipo de abelha põe ovos?”.



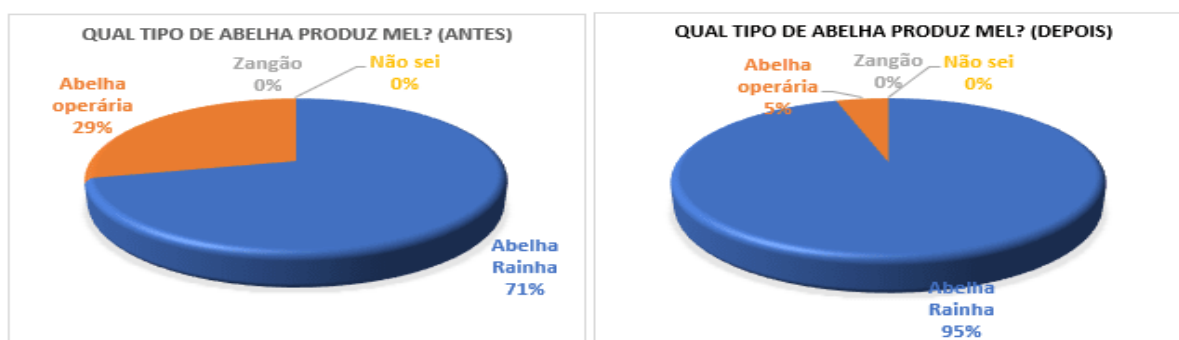
Fonte: Acervo pessoal.

Já na segunda aplicação dos formulários, devemos destacar que os alunos de ambas as salas encontraram bastante dificuldade em responder à questão “Qual a parte da planta que participa da reprodução?”. Como mostra o Gráfico 2, onde foi observado que antes da aplicação da palestra, os 23 alunos que estavam presentes, o índice de acerto da questão foi de apenas 35%, enquanto, após a aplicação, o percentual de acertos atingiu um salto significativo de 91%, distribuídos da seguinte forma: antes da apresentação 37% dos alunos responderam pólen e 63% néctar, já após a palestra, 84% responderam pólen, 4% própolis e 12% néctar.

Vale discutir que ao questionar os/as alunos/as sobre qual tipo de abelha produz mel?”, e é evidente como mostra o gráfico 2, antes da aplicação da palestra, que 71% (abelhas rainhas), e 29% (abelhas-operárias), assim mostrando que grande parte já possuía tal conhecimento prévio, sendo importante destacar que isso demonstra o interesse das crianças ao projeto. Após a aplicação da palestra pode-se notar que foi significativo para os alunos, e ao comparar com o mesmo questionamento mostrado no Gráfico 3, pode-se observar um acerto de 95% da turma.

Como destaca em estudos publicados na literatura de Bacaxixi *et al.* (2011); Dos Santos Silveira, *et al.* (2021); Vieira; Bendini e Borges, (2021) as abelhas desempenham um papel fundamental na manutenção do equilíbrio ecológico e na sustentabilidade de ecossistemas em todo o mundo. Sua importância é vasta e afeta não apenas a natureza, mas também a economia global e a segurança alimentar, desta forma, cabendo novas maneiras de divulgar, criar mecanismos de conscientização sobre essa lacuna existente na educação ambiental.

Gráfico 2 - Comparativo das respostas antes e depois dos alunos/as referentes a pergunta: “qual tipo de abelha produz mel?”.

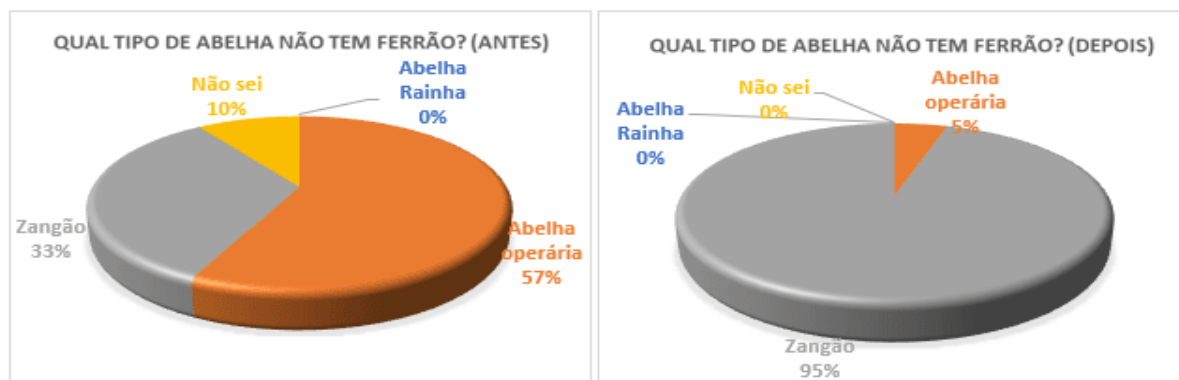


Fonte: Acervo pessoal.

Analisando o gráfico 2, pode-se notar que ao questionar os alunos antes da aplicação das atividades, sobre “qual tipo de abelha produz mel?”, foi evidenciado que cerca de 71% responderam abelha rainha, e 29% abelha-operária. Desta forma, é evidente que uma maior parcela dos alunos demonstrou não ter certeza de qual tipo de abelha produz mel. Assim, após a aplicação das atividades didáticas e palestras sobre as abelhas, foi possível notar que houve um aumento significativo no número de acertos da questão, uma vez que 95% dos estudantes responderam de maneira coerente a resposta, enquanto 5% responderam à abelha-operária.

Com isso os resultados sobre qual tipo de abelha não tem ferrão, e 57% responderam abelha-operária, 33% abelha zangão e ainda 10% não sabiam. Entretanto, vale salientar que com as atividades desenvolvidas e aplicadas na prática com os/as alunos/as, eles demonstraram um maior número mais acertos sobre novamente a pergunta presente no Gráfico 3, pois cerca de 95% responderam corretamente o tipo de abelha que possui ferrão, enquanto 5% responderam ainda que seria a abelha-operária.

Gráfico 3 - Comparativo das respostas antes e depois dos alunos/as referentes a pergunta: “qual tipo de abelha não tem ferrão?”.



Fonte: Acervo pessoal.

As atividades desenvolvidas com os/as estudantes, a partir da utilização de materiais didáticos feitos com material reciclável, oficinas e palestras desempenharam um papel significativo para a construção do conhecimento dos/as alunos/as sobre a importância da educação ambiental e conhecer um pouco sobre as abelhas. Todavia, o uso de recursos didáticos feitos com materiais recicláveis não apenas enriquece o acesso à educação ambiental, mas promove atitudes e práticas mais sustentáveis em relação ao meio ambiente. Essa abordagem educacional ajuda a moldar cidadãos conscientes e responsáveis, preparados para enfrentar os desafios ambientais do futuro.

Vale salientar que ao incorporar materiais recicláveis em sua abordagem de ensino, os educadores fornecem um exemplo prático de sustentabilidade para seus alunos. Isso pode inspirar os alunos a adotarem práticas mais ecológicas em suas vidas cotidianas, a partir do uso de práticas lúdicas, como mostram na (Figura 4).

Figura 4 - Aplicação dos materiais confeccionados sendo utilizados na escola.



Fonte: Acervo pessoal.

Após o término de cada etapa foram ministradas oficinas, nas quais os/as alunos/as aprenderam a confeccionar com o material reciclado obtido durante as gincanas: na primeira gincana foram produzidas abelhas feitas com rolos de papel higiênico, na segunda gincana vasos/ porta trecos com garrafas pet de 2 litros e para concluir na terceira gincana jogos da velha com palitos de picolé. As atividades geraram muito envolvimento e interatividade, podendo assim, auxiliar na formação e na socialização dos alunos de educação básica a desenvolverem de uma forma lúdica o pensamento crítico acerca dos problemas ambientais. Como pode ser observado nas respectivas imagens (Figura 5).

Figura 5 - Produção de abelhas na 1ª oficina, por parte dos próprios alunos, confecção dos vasos e jogos de palito de picolé.



Fonte: Acervo pessoal.

Nessa conjuntura, a importância de materiais didáticos recicláveis na educação é um tema de crescente relevância, à medida que a conscientização sobre a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente se torna cada vez mais crucial em todo o mundo. A utilização de materiais recicláveis no contexto educacional não apenas demonstra um compromisso com práticas ambientalmente responsáveis, mas também oferece uma série de benefícios educacionais e sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o respectivo trabalho aborda temas relacionados à preservação das abelhas e a manutenção dos ecossistemas, as práticas educativas que desempenham um papel fundamental na conscientização e na busca por soluções para a preservação ambiental. A educação ambiental deve ser uma abordagem integrada em todas as esferas da sociedade, promovendo a responsabilidade

individual e coletiva na preservação do nosso planeta. Além disso, os/as alunos/as demonstraram entusiasmo, participação ativa, engajamento e envolvimento na proposta desenvolvida. Durante a aplicação das oficinas, na qual foi tratado temas como a importância das abelhas, bem como o seu papel para a manutenção do equilíbrio ambiental. Obtendo assim, resultados satisfatórios quanto à aplicação dos questionários em comparação aos conhecimentos prévios, nos quais os alunos/as possuíam antes das práticas educativas.

Desta forma, foi possível mostrar maneiras alternativas de preservação ambiental por meio da reciclagem, fazendo com que a comunidade estudantil e, conseqüentemente, seus familiares possam ter a perspectiva que ações simples, como as de reciclar materiais que antes seriam levados para os aterros sanitários, têm grande impacto na preservação não só das abelhas, mas de uma gama de espécies ameaçadas de extinção. Dito isso, ao sensibilizar a comunidade estudantil a respeito da importância da preservação do meio ambiente e promover a conscientização sobre práticas sustentáveis, a educação ambiental desempenha um papel fundamental na construção de um futuro mais sustentável e equilibrado para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental nas Escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação, 2000.
- BRASIL, Constituição (1999). Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Capítulo I da Educação Ambiental**. Brasília: 1999.
- BACAXIXI, P. *et al.* A importância da apicultura no Brasil. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**, v. 10, n. 20, p. 1-6, 2011.
- CONFALONIERI, U. E. C *et al.* Mudanças globais e desenvolvimento: importância para a saúde. **Informe epidemiológico do SUS**, v. 11, n. 3, p. 139-154, 2002.
- CASCINO, F. **Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores**. 02.ed. São Paulo: SENAC, 2000.
- DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8.ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- DOS SANTOS SILVEIRA, M. *et al.* A importância das abelhas, da sustentabilidade e dos corredores ecológicos: estratégias de ensino para os anos iniciais do ensino fundamental. **VIDYA**, v. 41, n. 2, p. 61-78, 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JACOBI, P. R. **Em foco: educação ambiental**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005.

KONDRAT, H; MACIEL, M. D. Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 825-846, 2013.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (org.) **Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, C. F.; SILVA, A. J. **A importância da educação ambiental no ensino infantil com a utilização de recursos tecnológicos**. R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 4-19, out.2016/mar. 2017.

SILVA, M. A.; XAVIER, D. R; ROCHA, V. Do global ao local: desafios para redução de riscos à saúde relacionados com mudanças climáticas, desastre e Emergências em Saúde Pública. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 48-68, 2021.

TOZONI-REIS, M. F. C. *et al.* A inserção da educação ambiental na educação básica: que fontes de informação os professores utilizam para sua formação?. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 19, p. 359-377, 2013.

VIEIRA, M. M; BENDINI, J; BORGES, K. M. L. Educação Ambiental e abelhas: o que dizem os livros didáticos de biologia?. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 3, p. 404-414, 2021.

LINHA 3:

Modernização no século XXI:
Efeitos e implicações das novas
tecnologias como aspecto
desafiador na América Latina.





REVISIONISMO E NEGACIONISMO HISTÓRICO EM TEMPOS DE YOUTUBE

[Artigo]

Matheus de Moura
e Silva

Sobre os autores:

Matheus de Moura e Silva é graduando em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

REVISIONISMO E NEGACIONISMO HISTÓRICO EM TEMPOS DE YOUTUBE

HISTORICAL REVISIONISM AND DENIALISM IN THE ERA OF YOUTUBE

Matheus de Moura e Silva

RESUMO

É notório que, nos últimos anos, uma onda de narrativas que tentam distorcer ou falsificar acontecimentos do passado tem ganhado cada vez mais força por grupos e organizações do espectro político de direita. Nesse contexto, o YouTube se torna uma plataforma utilizada para a divulgação científica extremamente popular, pois condensa uma linguagem audiovisual atrativa e um algoritmo que provoca uma circulação rápida de vídeos e informações. O presente trabalho, portanto, busca explorar a ascensão dessas narrativas, procurando situá-las em um cenário crescente de desvalorização da profissão do historiador. Para isso, serão analisadas a forma e o conteúdo do revisionismo e negacionismo praticados, bem como alguns canais que atuam nesse sentido.

Palavras-chaves: História Pública, Revisionismo, Negacionismo, Youtube

ABSTRACT

It is notorious that, in recent years, a wave of narratives attempting to distort or falsify past events has been gaining increasing strength among right-wing political groups and organizations. In this context, YouTube has become a widely used platform for scientific dissemination, as it condenses an engaging audiovisual language and an algorithm that facilitates the rapid circulation of videos and information. Therefore, this study aims to explore the rise of these narratives, seeking to place them in a growing scenario of devaluation of the historian's profession. To achieve this, we will analyze the form and content of revisionism and denialism, as well as some channels that operate in this direction.

Keywords: Public History, Revisionism, Denialism, YouTube

1. INTRODUÇÃO

A internet tem se consolidado como um ambiente propício para a disseminação de informações em seus mais diversos meios, como blogs, sites e redes sociais. É a internet também que ascendeu nas últimas como um espaço fundamental para as disputas político-ideológico, tendo influenciado inclusive

DATA DE SUBMISSÃO: 16/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2023

em eleições, principalmente ao desempenhar um papel crucial na formação da consciência social e política de seus usuários. Como resultado, observamos partidos políticos, organizações e empresas investindo em propaganda e anúncios na internet, além de pautar suas campanhas de marketing visando uma popularidade nas redes sociais, a fim de fazer com que suas informações e publicações cheguem de forma massiva e mais rapidamente do que as informações de seus adversários. Um exemplo disso foram as eleições de 2022, quando, até o dia 28 de setembro daquele ano, mais de 147 milhões de reais foram gastos em propaganda eleitoral virtual (CNN, 2022).

Dentro desse contexto, o YouTube emerge como um terreno fértil para atingir esses objetivos, uma vez que dispõe de uma imensa popularidade entre os usuários de internet, contendo recursos audiovisuais extremamente atrativos. Os canais na plataforma produzem vídeos meticulosamente elaborados, caracterizados por roteiros estruturados e edições atrativas, resultando frequentemente em milhões de visualizações.

Não era raro ler de usuários da plataforma que o Youtube em poucos anos substituiria a televisão como principal meio de comunicação. Não foi o que aconteceu. Entretanto, não é errado dizer que hoje a plataforma alcançou um nível de influência similar aos meios televisivos, já que um relatório de 2017 aponta que 95% da população brasileira online acessa o site (TECMUNDO, 2017). Assim, a plataforma chega a se tornar peça-chave de campanha de marketing de políticos, algo que antes era mais limitada aos aparelhos televisivos em seus horários eleitorais. O Youtube acaba por facilitar também a divulgação de conhecimento, tornando livre qualquer pessoa que caso queira fazer.

Em uma radicalização de batalha ideológica que cresceu nos últimos anos, frequentemente dividida entre esquerda e direita, são empregados discursos e narrativas que competem online, cada um com suas respectivas visões. O algoritmo empregado nas plataformas, entre elas o Youtube, provoca um fechamento dos usuários em bolhas, recebendo apenas conteúdo dos posicionamentos que lhes convém, fechados a novas perspectivas críticas, provocando assim uma segregação onde uma certa bolha não reconhece outra (BUCCI, 2019).

Discussões nos comentários, debates em publicações e respostas em vídeo são mais comuns nesse cenário atual, sintomas de problemas que já existiam em meios de comunicação anteriores à internet, mas que foram acentuados e receberam uma nova roupagem com o advento desta (BUCCI, 2021). No entanto, é importante ressaltar que alguns desses discursos encontrados em vídeos na plataforma podem e devem ser analisados criticamente, uma vez que fazem uso de estratégias perniciosas com o objetivo de legitimar suas posições ideológicas.

O presente artigo busca explorar e compreender as causas do conteúdo revisionista e negacionista que é produzido e veiculado na internet, mais especificamente dentro da plataforma YouTube, distorcendo e manipulando acontecimentos do passado para perpetuar posições ideológicas do presente. A fim de analisar a ascensão dessas narrativas, a pesquisa ancora-se em uma revisão bibliográfica de pesquisadores e, principalmente, de historiadores que trabalham e estudam o fenômeno do revisionismo histórico e da história pública nas plataformas de internet. Além disso, o artigo também traça tanto um panorama geral do YouTube como um panorama do conteúdo de História dentro da plataforma. Ao final, será realizado um breve estudo de caso de canais que detêm, em alguns de seus vídeos, as narrativas aqui citadas.

Logo, o artigo terá a seguinte estrutura: primeiro será feito um panorama sobre canais de História dentro do Youtube, logo em seguida será investigado o discurso negacionista e revisionista perpetuado por autores, organizações e grupos políticos de direita. Para por fim, analisar três canais que usam desses discursos em seus vídeos.

2. A HISTÓRIA NO YOUTUBE

O Youtube surgiu em 2005 causando um grande impacto na internet, afinal era uma plataforma onde qualquer pessoa poderia publicar um vídeo e compartilhá-lo para que mais pessoas pudessem ver. O sucesso da plataforma foi imediato, tanto que atualmente produzir vídeos para o Youtube pode ser considerado uma profissão, sendo esse o segundo site mais acessado do mundo (FORBES, 2023).

A importância do YouTube para a divulgação do conhecimento é imensurável. Primeiramente, a acessibilidade é um fator chave. Diferentemente de outros métodos tradicionais de aprendizado, o YouTube permite que qualquer pessoa acesse conteúdos educativos gratuitamente. Isso é particularmente crucial em regiões onde o acesso à educação formal é limitado. Além disso, a diversidade de temas é notável, visto que praticamente todo tópico imaginável encontra espaço no YouTube. Isso cria um ambiente inclusivo, onde pessoas com interesses variados podem encontrar conteúdos específicos para suas necessidades de aprendizado.

A interatividade é outro aspecto fundamental. Os espectadores têm a oportunidade de interagir com os criadores de conteúdo, fazer perguntas e participar de discussões nos comentários. Esse engajamento contribui para uma compreensão mais aprofundada e permite que a aprendizagem seja uma experiência colaborativa.

Com isso, surgiu vários nichos de vídeos no Youtube em todo o mundo, como o da educação e o da ciência, onde se tornou comum a imagem do professor-youtuber ou do pesquisador-youtuber, pois o avanço da tecnologia propiciou que cientistas e professores se deslocassem para plataformas digitais.

Além disso, cada vez mais o YouTube deixa de ser “um site de vídeos” pura e simplesmente para se tornar uma fonte de informação. Isso porque 59% afirmaram ser melhor se atualizar pelo YouTube do que ver notícias, enquanto 31% dos consultados consideram a plataforma uma fonte de aprendizado (TECMUNDO, 2017).

Nesse sentido, os tipos de consumidores desse tipo de conteúdo educacional podem ser divididos principalmente em dois tipos: aqueles que desejam apenas adquirir mais conhecimento e/ou aqueles que estão estudando para conseguir aprovação, como em algum vestibular, por exemplo.

Essa mesma dinâmica observada em campos como Biologia, Física, Geografia e outros, estende-se à disciplina da História, com uma vasta gama de canais dedicados à exploração dessa área do conhecimento. Até a data deste artigo, destacam-se entre os maiores canais do YouTube Brasil que tem uma ênfase maior na História: “Debora Aladim” (3,57 milhões de inscritos), “Buenas Ideias” (1,39 milhões de inscritos), “Foca na História” (1,31 milhões de inscritos), “DGP Mundo” (1,09 milhões de inscritos), “Parabólica” (926 mil inscritos), “Hoje na Segunda Guerra Mundial” (824 mil inscritos), “Impérios AD” (842 mil inscritos), “Vamos falar de História?” (775 mil inscritos), “Sala de guerra” (713 mil inscritos), “Iconografia da História” (627 mil inscritos).

É preciso fazer algumas considerações a respeito dessa breve pesquisa feita. Dos dez principais canais que se dedicam de maneira exclusiva ou em grande parte à divulgação da História, a maioria tem como foco principal as narrativas em torno dos grandes conflitos bélicos que têm marcado a trajetória da humanidade, área que pode ser denominada como História Militar. Exemplos notáveis incluem canais como “Impérios AD”, “Sala de Guerra” e “Hoje na Segunda Guerra Mundial”.

Além disso, pelo menos quatro desses canais são administrados por indivíduos sem formação formal em História. A indefinição sobre os demais se dá por muito dos donos dos canais não aparecerem ou não se identificarem. Um nome de destaque entre esse grupo citado é Eduardo Bueno, criador do canal “Buenas Ideias”. O foco do artigo não é o canal “Buenas Ideias”, já que não contribui para as narrativas perpetuadas pela direita aqui abordadas, entretanto vale algumas ressalvas sobre ele.

Eduardo Bueno é um jornalista gaúcho que ganhou notoriedade nacional ao escrever a “Coleção Brasilis”, composta por quatro livros que tratam da História do Brasil: “A viagem do descobrimento” (1998), “Náufragos, Traficantes e Degredados” (1998), “Capitães do Brasil” (1999) e “A Coroa, a Cruz e a Espada” (2006). Esses livros tornaram-se um grande sucesso, com milhares de vendas. Bueno é frequentemente criticado por narrar os fatos históricos de forma superficial, sem realizar uma problematização dos acontecimentos e das fontes, limitando-se apenas a expor os eventos. A necessidade de escrever dessa forma muitas vezes é justificada por uma demanda do mercado, afinal seus livros são escritos para o grande público. Perguntado sobre o modo como os jornalistas fazem história, ele responde:

Como já falei, o que os jornalistas produzem, em geral, são obras de divulgação. Não se tratam de investigações historiográficas originais. Salvo exceções, não fazem pesquisa de arquivo; não vão às “fontes primárias”, no jargão dos historiadores. Meu trabalho, em especial, sempre foi pautado pelas ferramentas que a minha profissão original proporciona: escrevo livros com um trato jornalístico no texto e um olhar de editor no produto. E essa é uma tarefa do jornalista: como comunicador, tornar um tipo de produção em geral inacessível ao grande público em algo mais palpável. Nesse sentido, dotar o texto histórico de uma narrativa mais fluída; inclusive com a aplicação de técnicas literárias a um texto de não-ficção; é, por que não, uma maneira mais leve e divertida de se ler sobre História do Brasil (sem o compromisso chato de estudá-la ou aprender com ela). Afinal, o passado não precisa ser um fardo, ele também pode ser entretenimento, diversão. Acho que essa é uma forma muito mais libertária de encarar a questão - embora certeza não seja, e muito menos deva ser, a única. (CORREIO BRAZILIENSE, 2010)

Em seus escritos e, conseqüentemente, em seus vídeos, Bueno comete erros típicos daqueles que buscam fazer história sem ter formação na área. Ora, não necessariamente todos aqueles sem formação de historiador serão ruins ao tratar da ciência histórica, e há casos emblemáticos que provam isso. No entanto, existem uma série de parâmetros que os historiadores de formação aprendem e se dedicam com mais afinco, para que erros já refutados dentro da historiografia há décadas não voltem a ser utilizados, como a escrita de uma história sem problematização ou uma história política que privilegie apenas os grandes eventos e os grandes heróis. Dessa forma, aqueles que não são da área tornam-se mais suscetíveis a erros. Jurandir Malerba (2014) sintetiza a obra de Eduardo Bueno da seguinte maneira:

Politicamente, a obra de Bueno é muito conservadora, pois sua narrativa linear não comporta crítica nem análise; por outro lado, sua perspectiva compartilha com a historiografia do século XIX o fato de ser marcadamente eurocêntrica, como quando discute a exploração dos índios ou a mão de obra escrava. (MALERBA, 2014, p. 35)

Paralelamente aos canais dedicados exclusivamente à História, existem também aqueles que, embora abordem outras áreas científicas, reservam espaço para a discussão de tópicos históricos. Essa característica é evidente em canais como Nostalgia, Brasil Paralelo e Nerdologia, que adotam uma abordagem híbrida. Dado que o foco desse segmento não é a História em si, listar os mais destacados seria uma tarefa quase impossível, entretanto, iremos analisar esses três mencionados.

O canal “Nostalgia” é liderado por Felipe Castanhari, em que são abordados temas em vídeos que geralmente ultrapassam uma hora de duração. O youtuber conta com consultoria e roteiro feito por historiadores que são creditados na descrição dos vídeos, onde é possível encontrar também as fontes, algo que não é possível encontrar em vídeos mais antigos. O vídeo sobre a Segunda Guerra Mundial do canal Nostalgia conta com 21 milhões de visualizações, sendo até a data desse artigo o segundo mais acessado do canal.

O canal “Nerdologia”, que acumula uma base de inscritos superior a três milhões, transcende os limites de um domínio específico do conhecimento. A equipe é composta por membros de diversas áreas acadêmicas, incluindo Filipe Figueiredo, formado em História pela Universidade de São Paulo (USP), responsável pela produção de conteúdo histórico organizado em uma playlist específica. Os vídeos geralmente possuem menos de 10 minutos, contando com animações e referências a cultura pop, o que deixa a narrativa mais atrativa.

Por sua vez, o Brasil Paralelo, um canal vinculado ao viés político de direita, alcançou proeminência significativa nos últimos anos devido aos seus documentários que propõem trazer a verdade sobre acontecimentos, oferecendo uma perspectiva alternativa às narrativas hegemônicas que, segundo eles, consistem em versões distorcidas contadas pela esquerda. Para atingir esse objetivo, o canal produz documentários e vídeos que exploram temas históricos. O canal será analisado mais minuciosamente no decorrer do artigo.

3. “DEIXA OS HISTORIADORES PARA LÁ”: REVISIONISMO E A NOVA DIREITA

A frase entre aspas que leva o título dessa seção foi proferida em 2018 pelo então candidato a presidente da República Jair Messias Bolsonaro durante a sabatina ao Jornal Nacional, no momento a apresentadora questionava o candidato se a tomada do poder pelos militares havia sido um golpe ou uma revolução. A afirmação revela um descrédito que a nova direita, em especial, o movimento denominado “bolsonarismo” confere à ciência e, mais especificamente, à história. Com isso, o negacionismo e o revisionismo sobre o passado entram em voga, em busca de legitimar determinados posicionamentos que fazem parte do discurso ideológico desse espectro político.

O passado tem sido e continua a ser objeto de controvérsia. Nesse contexto, uma característica que emerge da crise política que teve início no Brasil em 2013 é a intensificação dos esforços da vertente política de direita em disputar narrativas históricas, visando perpetuar seu domínio no cenário político. Essa disputa frequentemente segue um padrão que busca romper com a denominada “historiografia tradicional”. Como resultado, observa-se uma tentativa sistemática de desvalorizar historiadores acadêmicos e professores, sob a acusação de estarem “doutrinando” e promovendo uma versão distorcida da história.

Um exemplo proeminente e amplamente reconhecido que ilustra esse fenômeno remonta a 2009, mas ganhou maior notoriedade ao longo dos anos, alinhado com a ascensão das ideias de direita. O livro intitulado “O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil”, de autoria do jornalista Leandro Narloch, desencadeou uma série de reações por parte de historiadores em relação ao seu trabalho. A receptividade significativa do livro foi tal que o levou a ser adaptado em uma série documental pelo canal de televisão “History Channel”. Além disso, o autor lançou continuações seguindo a mesma abordagem, como “Guia Politicamente Incorreto da América Latina” (2011), “Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo” (2013), “Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira” (2015) e “Politicamente Correto: O Guia dos Guias” (2015).

Renato Venâncio, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, é um exemplo entre outros de acadêmicos que optaram por contestar as afirmações de Leandro Narloch, tendo escrito uma resenha crítica da principal obra de Narloch. Ao analisar a estratégia empregada por Narloch, o historiador salienta que o autor tem a inclinação de recorrer a obras produzidas por historiadores amplamente reconhecidos para conferir legitimidade:

O que torna ainda mais perversa a iniciativa, pois aproveita a credibilidade dessas fontes para agregar confiança ao texto. Quase sempre o conteúdo da bibliografia utilizada é distorcido para justificar uma interpretação que “choque” o leitor, tal como uma manchete de um jornal sensacionalista. Não sabemos ao certo a intenção do autor. Talvez tenha querido apenas divertir o leitor com afirmações surpreendentes, mas o resultado final é decepcionante.” (VENANCIO, 2018, p. 2)

Se de um lado há alguém destinado a escrever e deturpar os acontecimentos, de outro há uma parcela da sociedade, não necessariamente alinhada aos interesses políticos dos autores, que busca conhecer cada vez mais o passado. Ao analisar a chamada “historiografia comercial” e constatar o livro de Leandro Narloch entre os mais vendidos do ramo de não-ficção, Rodrigo Perez de Oliveira atribui o sucesso dos livros que fazem parte dessa historiografia comercial a qual

o “Guia politicamente incorreto da história do Brasil” faz parte a “capacidade de seus autores em oferecer ao público narrativas de orientação histórica, o que se dá pela mobilização de enunciados de síntese explicativa.” (OLIVEIRA, 2020, p. 64) Logo, “ao abrir um livro que acredita ser de história, o leitor não especializado busca, entre outras coisas, uma boa explicação capaz de iluminar o caos existencial típico de uma sociedade colapsada” (OLIVEIRA, 2020, p. 81).

Assim, além daqueles já entusiasmados e consumidores dos conteúdos desses dispositivos, há aqueles que não são especializados em história. Em momentos em que o passado se torna cada vez mais debatido, há um movimento onde a sociedade brasileira busca cada vez mais conhecê-lo e a direita com seu revisionismo histórico oferece as pessoas uma narrativa dita “contra hegemônica” que supostamente traz a verdade sobre os acontecimentos históricos, mas que visa reforçar o posicionamento do espectro político da direita, como no caso do jornalista Leandro Narloch. Isso só é possível graças a um vácuo de espaço deixado pelos historiadores, portanto “devemos reconhecer que a historiografia acadêmica brasileira ainda tem jogado um papel muito tímido, ao abrir mão da ocupação dos espaços públicos de debate para manter-se confinada nos circuitos fechados da academia.” (MALERBA, 2014, p. 31)

Esse fenômeno é ainda mais perceptível nos canais do Youtube e em seus conteúdos que são produzidos. Dentro desse universo, há temas que aparecem com mais frequência. Entre esses temas, talvez o campeão seja o golpe civil-militar de 1964 e a subsequente ditadura instaurada no Brasil. Ao pesquisar “Ditadura Militar Brasileira” na barra de pesquisa do YouTube, é bem provável que apareçam, entre os primeiros resultados, vídeos que contenham os títulos “A verdade sobre a Ditadura Militar” ou “O que seu professor de História não te contou sobre a Ditadura Militar”.

A narrativa revisionista em relação ao regime militar que se estendeu por 21 anos no país não é uma novidade. Conforme Melo (2013) observou, essa narrativa emergiu no início dos anos 90, tendo sido inaugurada por Argelina Cheibub Figueiredo. O debate acerca da ditadura militar ficou mais evidente ainda e ganhou a opinião pública a partir da instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2012. Antes, o revisionismo e, em alguns casos, o negacionismo sobre o período eram restritos aos acadêmicos. Com a ascensão da direita no Brasil, essas discussões alcançaram o grande público, com políticos de direita defendendo o período militar como uma era de progresso que manteve a ordem no país, especialmente em plataformas digitais.

O revisionismo por si só não é um problema, tendo em vista que as ciências constantemente passam por revisões com a chegada de novos argumentos e

pesquisas, a ciência histórica está sempre em movimento. Entretanto, o problema está no modo de fazer essa revisão:

Todavia, nessa reescrita, a possibilidade de que no final se acabe por produzir um conhecimento inferior ao que se pretendia superar está sempre colocada, especialmente quando o que move a produção de uma nova leitura não é mais que produzir uma leitura do passado ideologicamente orientada sob roupagem acadêmica (MELO, 2013, p. 70)

Tendo em vista o aumento de disseminação de tais narrativas revisionistas vale a pena analisar três canais que atuam nesse sentido, fazendo com que essas narrativas cheguem ao grande público disfarçadas de “apartidárias” ou “ideologias políticas”, quando na verdade elas atuam para reforçar um posicionamento ideológico.

4. IMPÉRIOS AD E BRASÃO DE ARMAS

Thiago Braga é o responsável por dois canais de História de grande destaque no YouTube. O canal “Impérios AD” conta com mais 800 mil inscritos e mais de 60 milhões de visualizações em seus vídeos, que se destacam pela inclusão de animações produzidas pelo próprio criador do canal. Já o canal “Brasão de Armas” possui mais de 500 mil inscritos e mais de 26 milhões de visualizações, oferecendo uma abordagem que se concentra nas explicações sem o uso de animações.

A especialidade dos dois canais é a História militar, com foco particular nos períodos da Idade Antiga e Idade Média. É notável que toda a estética visual dos canais é fortemente influenciada por elementos medievais. Contudo, é importante ressaltar que o autor não se restringe exclusivamente a esses períodos históricos, pois também aborda uma ampla gama de temas, incluindo a escravidão moderna, a Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial, entre outros.

Nos últimos meses, os canais de Thiago Braga alcançaram números extraordinários de visualizações, o que lhes rendeu convites para participar de podcasts conhecidos, como o “Flow Podcast,” “Inteligência Limitada,” e o “Programa Pânico” da Jovem Pan, além de possuir uma coluna regular no jornal “Gazeta do Povo.” Embora o criador do canal afirme buscar imparcialidade, é perceptível que os conteúdos dos canais conduzidos por Thiago Braga podem apresentar narrativas que se alinham com perspectivas defendidas pela direita política.

Os vídeos dos canais de Thiago Braga trazem sempre um sarcasmo e ironia, recursos utilizados pelo mesmo afim de dinamizar os vídeos e se distanciar dos historiadores dito tradicionais. Através desse sarcasmo, é possível ver que em suas animações há o reforço de estereótipos acerca dos professores, vistos

como vilões que distorcem a história, corroborando assim a ideia de que os professores são doutrinadores e que a narrativa que o vídeo traz é a verdade que “eles não querem que você saiba”.

Na onda de revisionismo realizada pela direita, o autor tenta trazer a “verdade” sobre a escravidão em um de seus vídeos intitulado “O tráfico de escravos e a origem da escravidão no Brasil”, transferindo parte da responsabilidade dos europeus pelo tráfico de escravos aos africanos, ditos como complacentes e colaboradores da escravidão. Para comprovar a tese, é lido cartas trocadas entre o reino de Portugal e de Congo a época.

Dessa forma, o autor acaba por trazer velhos erros de uma história positivista, principalmente no tratamento do documento, considerado como verdade absoluta. É possível também afirmar que a história apresentada nos canais ainda é a dos “grandes eventos” e dos “grandes homens”, duramente contestada pela primeira geração de historiadores da Escola dos Annales.

5. BRASIL PARALELO

O “Brasil Paralelo” foi fundado em 2016 na onda de ascensão da direita e produz vídeos de política e história com narrativas alternativas as dominantes, já que essas estariam dominadas de doutrinação. O campo de atuação do “Brasil Paralelo” é bem mais amplo do que os canais citados anteriormente, já que enquanto esses acabam atuando na base do “faça você mesmo”, o “Brasil Paralelo” conta com uma equipe por trás do canal para produzir, editar e roteirizar seus vídeos.

É possível afirmar que a projeção nacional da produtora ocorreu em 2019 com o documentário “1964: O Brasil entre Armas e Livros” que hoje conta com mais de 10 milhões de visualizações no Youtube e que como o próprio nome sugere, conta a história da ditadura militar brasileira, mas a partir de um ponto de vista revisionista e que trata os 21 anos de regime militar no Brasil como necessário, mesmo com os donos da produtora afirmarem que não se trata de uma propaganda ideológica do período.

O documentário, que conta com nomes como William Waack e Olavo de Carvalho, teve sua exibição anunciada na Cinemark com a pré-estreia no dia 31 de março de 2019, aniversário de 55 anos do golpe civil-militar de 1964. Entretanto, após uma enxurrada de críticas, a empresa Cinemark teve que cancelar a exibição e alegou que não sabia do conteúdo político do filme. Políticos, como o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, foram até as redes sociais bradarem contra a decisão do Cinemark.

A produtora conta com uma ampla rede de apoiadores e assinantes que dão suporte financeiro ao canal, ajudando a mantê-lo ativo nesse quesito, além dos cursos que são vendidos em seu site e planos de assinatura que contam com acesso a filmes e produções originais. Isso acarreta um investimento massivo em propaganda como parte de sua estratégia de divulgação. Segundo a Revista Piauí, de agosto de 2020 até a data da publicação da matéria da revista, maio de 2021, o “Brasil Paralelo” gastou mais de 3 milhões de reais em anúncios, com isso “a produtora lidera o ranking produzido pelo Facebook com as páginas que mais fizeram anúncios políticos no Brasil.” (REVISTA PIAUÍ, 2021) O documentário corrobora alguns argumentos já citados anteriormente sobre a Ditadura militar brasileira.

Sobre a “Brasil Paralelo”, o principal artifício utilizado pela produtora é rivalizar com uma narrativa hegemônica construída tanto por pesquisadores e acadêmicos, como por jornalistas e pela imprensa, assim fazendo com que sempre tenha um outro a ser combatido e que os vídeos sejam então responsáveis por trazer a liberdade e a verdade dos fatos. (BONSANTO, 2021).

Enquanto produtora de um tipo específico de narrativas “historiográfico-midiáticas” a empresa se constitui, portanto, a partir de um claro paradoxo: se apropriando do estatuto de verdade que pretende combater, Brasil Paralelo refuta narrativas tidas como hegemônicas, tradicionais e estabelecidas, na tentativa de, a partir delas, atestar sua própria legitimidade. Ainda que suas narrativas contenham elementos de forte viés ideológico, com posicionamentos políticos claros, a empresa se coloca em contraposição àquilo que produz, emulando em seus discursos autorreferenciais um ethos típico do jornalismo e da historiografia, baseado sobretudo nos ideais da “isenção”, da “imparcialidade” e da “objetividade”. (BONSANTO, 2021, p. 12)

Apesar de uma relação intrínseca com políticos e discursos da direita, a produtora afirma ser imparcial, afirmando que “o único objetivo da Brasil Paralelo é informar o público produzindo conteúdos totalmente despidos de qualquer ideologia política” (BRASIL PARALELO, 2022). A possível ligação entre a produtora e os políticos de direita ficou mais evidente em 2019 quando a produtora chegou assinar um contrato com a emissora estatal do Ministério da Educação, TV Escola, para exibir um documentário. Em resposta, a “Brasil Paralelo” afirmou que não possuía vínculo com o governo Bolsonaro, então responsável pela contratação do documentário, e que aceitou a solicitação como aceitaria qualquer outra.

Assim como o documentário “1964: O Brasil entre armas e livros”, outras produções com temas históricos da “Brasil Paralelo” se destacam, podendo ser citados “Brasil: A Última Cruzada (2017)”, “O Dia Depois da Eleição (2018)”, “O Teatro das Tesouras (2018)”, “Era Vargas: o crepúsculo de um ídolo (2018)”, “Pátria

Educadora: A Trilogia (2020)", "O Fim das Nações (2020)", "Os 11 Supremos (2020)", "Cortina de Fumaça (2021)", entre outros que se encontram em seu canal no Youtube e em sua plataforma de streaming.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das faces da nova direita é a disseminação de suas ideias em diversas plataformas como Telegram, WhatsApp e o Youtube, acompanhado de uma disputa pelo passado, o distorcendo para que seus interesses sejam comprovados. É comum encontrar jargões como "a verdade sobre...", "a verdadeira história sobre...", "os professores de História não querem que você saiba". Jargões esses que provam um descrédito da ciência. O revisionismo em si não é ruim dentro das Ciências Humanas e mais especificamente dentro da História, desde que feito com seriedade e métodos científicos bem alinhados, o que não acontece nos casos supracitados aqui, pois o passado é revisado de forma enviesada.

Na análise dos canais, além de uma tentativa de descredibilizar os professores e pesquisadores em seus vídeos, também é possível observar uma prevalência de temas sensíveis que contribuem para corroborar discursos e posições no presente. Um exemplo é o caso da Ditadura civil-militar, que é constantemente revisitado e tratada como um período positivo por parte da direita brasileira.

Apesar dos pontos negativos, nem tudo está perdido. Em 2020, foi sancionada a regulamentação da profissão de historiador pelo então presidente Jair Bolsonaro que, em um primeiro momento havia vetado o projeto, mas teve que voltar atrás após derrubada do veto pela Câmara. Esse é um passo importante para que a ciência histórica seja levada mais a sério. Além disso, já há um movimento de canais no Youtube que produzem ótimos vídeos sobre História e muitas vezes vídeos rebatendo ideias negacionistas que rodeiam pelo Youtube, como é o caso do canal "Laura Sabino" e do "Leitura Obriga HISTÓRIA" de Icles Rodrigues, Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa aqui feita possibilitou chegar à algumas conclusões. O vácuo deixado pelos historiadores nos ambientes digitais em um contexto em que a demanda pelo passado se torna cada vez mais emergente, somada a um descrédito desses profissionais por conta de narrativas políticas, resultam na popularização de discursos que falsificam o passado nas plataformas digitais. Por isso, urge a importância de os historiadores ocuparem cada vez mais esse tipo de espaço, não se limitando ao ambiente acadêmico. Nas últimas décadas, a ciência passou a ser produzida também fora da academia e o historiador deve estar atento às mudanças.

REFERÊNCIAS

BONSANTO, André. Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: um olhar sobre o revisionismo histórico para além das fake news. **Liinc em Revista**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 1-18, 2 jun. 2021. Liinc em Revista. <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5631>.

BRASIL PARALELO. **A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim**. 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/brasil-paralelo>. Acesso em: 19 set. 2023.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri/ SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

_____. **A superindústria do imaginário**. Como o capital transformou ou olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CNN. **Candidatos gastaram mais de R\$ 147 milhões em impulsionamento na internet**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/candidatos-gastaram-mais-de-147-milhoes-em-impulsionamento-na-internet/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. **Em livros de sucesso, historiadores e jornalistas travam guerra sobre o país**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/10/28/interna_diversao_arte,220285/em-livros-de-sucesso-historiadores-e-jornalistas-travam-guerra-sobre-o-pais.shtml. Acesso em: 25 nov. 2023.

FORBES. **Brasil é o terceiro país com mais usuários do YouTube em 2023**. Disponível em: Brasil é o terceiro país com mais usuários do YouTube em 2023. Leia mais em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/05/brasil-e-o-terceiro-pais-com-mais-usuarios-do-youtube-em-2023/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

G1 GLOBO. **Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/28/jair-bolsonaro-psl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghml>. Acesso em: 25 out. 2023.

IMPÉRIOS AD. **O Tráfico de Escravos e a Origem da Escravidão no Brasil**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4dL_aBQeWHs&t=1s. Acesso em: 12 out. 2023.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre public history. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, [S.L.], v. 7, n. 15, p. 27-50, 8 maio 2014. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia. <http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i15.692>.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e O Marxismo**, [s. l], v. 1, n. 1, p. 49-74, dez. 2013.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). **Revista Transversos**, [S.L.], n. 18, p. 87-107, 27 abr. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/transversos.2020.49519>.

REVISTA PIAUÍ. **No Facebook, Brasil Paralelo é recordista de gastos com propaganda política**. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/>. Acesso em: 20 set. 2023.

TECMUNDO. **YouTube é acessado por 95% população online brasileira, mostra relatório**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/119776-youtube-insights-brasil.htm>. Acesso em: 05 jan. 2024.

UOL. **Filho de Bolsonaro divulga documentário que defende a ditadura**. 2019. Disponível em: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/02/06/filho-de-bolsonaro-divulga-documentario-que-defende-a-ditadura/>. Acesso em: 20 set. 2023.

VENANCIO, Renato. **O Incorreto no Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/36354688/O_Incorreto_no_Guia_politicamente_incorreto_da_hist%C3%B3ria_do_Brasil. Acesso em: 12 set. 2023.

YOUTUBE. **Brasil Paralelo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@brasilparalelo>. Acesso em: 19 set. 2023.

YOUTUBE. **Brasão de Armas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@BrasaodeArmas>. Acesso em: 25 out. 2023.

YOUTUBE. **Impérios AD**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@ImperiosAD>. Acesso em: 25 out. 2023.

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA: reconstrução das práticas docentes a partir do Programa Residência Pedagógica

[Artigo]

Lídia Carlos do Vale Neta

Maria Eduarda Ferreira de Oliveira

Sobre as autoras:

Lídia Carlos do Vale Neta é graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Maria Eduarda Ferreira de Oliveira é graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante.

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA: reconstrução das práticas docentes a partir do Programa Residência Pedagógica

THE USE OF DIGITAL TECHNOLOGIES IN CONTINUING EDUCATION: reconstruction of teaching practices from the Pedagogical Residency Program

Lídia Carlos do Vale Neta

Maria Eduarda Ferreira de Oliveira

RESUMO

Estamos imersos no mundo digital, as tecnologias digitais têm um grande protagonismo na sociedade contemporânea. As reflexões que rondam sobre as tecnologias na educação se fazem presentes e exigem que os profissionais as utilizem em suas práticas. Em face deste contexto, a problemática norteadora para o desenvolvimento da pesquisa é: “o uso das tecnologias digitais na formação continuada contribui no processo da reconstrução da prática docente?”. Como objetivo geral, buscamos: explicar o uso das tecnologias digitais como ferramenta auxiliadora na formação continuada e como objetivos específicos; refletir sobre o processo de reconstrução da prática pedagógica; e relatar a atuação de duas bolsistas que participaram do Programa Residência Pedagógica durante o Ensino Remoto Emergencial. Esta pesquisa apresenta cunho qualitativo e caráter exploratório. Realizamos um levantamento bibliográfico fundamentado com base nas fontes teóricas como: Moran (2013), Sousa et al. (2011), Pedrosa (2003), Freitas et al. (2020) e Freire (1996). Dessa forma, conclui-se que a temática discutida nos convida a refletir acerca da formação de professores voltada ao uso das tecnologias digitais. O Projeto Residência Pedagógica, em tempos de Ensino Remoto Emergencial (ERE), oportunizou novas descobertas da prática docente envolvendo ferramentas digitais e capacitação para manuseá-las.

Palavras-chave: Educação; Profissionalização; Inovação.

ABSTRACT

We are immersed in the digital world, digital technologies play a major role in contemporary society. Reflections surrounding technologies in education are present and require professionals to use them in their practices. In this context, the issue used in the development of the research is: “does the use of digital technologies in continuing education contribute to the process of rebuilding teaching practice?”. As a general objective, we seek to explain the use of digital technologies as an auxiliary tool in continuing education and

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023
DATA DE APROVAÇÃO: 18/12/2023

as specific objectives; Reflect on the process of reconstructing pedagogical practice; and report the performance of two scholarship holders who participated in the Pedagogical Residency Program during Emergency Remote Teaching. This research is qualitative and exploratory in nature. We carried out a bibliographical survey based on theoretical sources such as: Moran (2013), Sousa et al. (2011), Pedrosa (2003), Freitas et al. (2020) and Freire (1996). Therefore, it is concluded that the topic discussed invites us to reflect on teacher training focused on the use of digital technologies. The Pedagogical Residency Project, in times of Emergency Remote Teaching (ERT), provided new discoveries in teaching practice involving digital tools and training to use them.

Keywords: Education; Professionalization; Innovation.

1. INTRODUÇÃO

A temática acerca da formação continuada pode ser tratada a partir de diferentes focos, neste artigo abordamos o enfoque no uso das tecnologias digitais para reconstrução da prática docente. A mudança ocasionada no panorama contemporâneo, do ponto de vista do avanço tecnológico, tem posto profissionais em uma linha tênue entre incumbência e desafios. Compreendemos que a formação continuada tem como intuito proporcionar ao professor atualizar suas práticas e ampliar seus conhecimentos, é, pois, um exercício que deve ser realizado de forma constante e permanente ao longo de toda a trajetória docente.

No que concerne à prática docente, é importante mensurar que esta deve ser fundamentada em uma ação reflexiva e transformadora, de forma a favorecer uma postura ressignificada de mudanças epistemológicas. O cotidiano escolar, a experiência em sala de aula, a partilha das vivências e estudos teóricos reforçam a reconstrução da sua própria prática pedagógica.

Neste estudo, faremos um resgate de memórias da trajetória singular trilhada durante a regência das autoras no Programa Residência Pedagógica durante o Ensino Remoto Emergencial. No transcorrer desse período foi preciso refletir e fazer uma análise crítica das práticas de ensino. O método tradicional não atende as demandas da hodiernidade, e tais fatores culminam com a necessidade da formação de professores na área das tecnologias digitais. Em face desse contexto, elegemos a seguinte problemática de pesquisa: “o uso das tecnologias digitais na formação continuada contribui no processo da reconstrução da prática docente?”.

Diante dos pressupostos, a pesquisa tem como objetivo geral: explicar o uso das tecnologias digitais como ferramenta auxiliadora na formação continuada, e como objetivos específicos: Refletir sobre o processo de reconstrução da prática pedagógica; e relatar a atuação de duas bolsistas que participaram do Programa Residência Pedagógica durante o Ensino Remoto Emergencial.

A natureza deste estudo é qualitativa e de caráter exploratório. Se estabelece na metodologia bibliográfica, com fontes teóricas como: Moran (2013), Sousa et al. (2011), Pedrosa (2003), Freitas et al. (2020) e Freire (1996).

A fim de orientação ao leitor, este trabalho está organizado em três seções, além da introdução, da conclusão e das referências. A primeira seção, intitulada como: “Tecnologias digitais e formação continuada: algumas considerações”. Na segunda seção apresentamos: “Programa Residência Pedagógica: Como funciona?”. E na terceira seção abordamos: “Práticas docentes desenvolvidas por duas bolsistas do Programa Residência Pedagógica durante a pandemia da Covid-19”

2. Tecnologias digitais e formação continuada: algumas considerações

Vivemos em uma sociedade conectada, usamos as tecnologias digitais para realizar tarefas básicas do dia, como: ler notícias, para comunicação, fazer compras, pagar contas, ouvir música, estudar, trabalhar, dentre outros. Nossas salas de aula devem caminhar junto às evoluções tecnológicas que acontecem no mundo. Moran (2013, p.1) relata que:

As tecnologias digitais móveis provocam mudanças profundas na educação presencial e a distância. Na presencial, desenraizam o conceito de ensino-aprendizagem localizado e temporalizado. Podemos aprender desde vários lugares, ao mesmo tempo, on e off-line, juntos e separados. Na educação a distância, permitem o equilíbrio entre a aprendizagem individual e a colaborativa, de forma que os alunos de qualquer lugar podem aprender em grupo, em rede, da forma mais flexível e adequada para cada aluno.

Nesta perspectiva, as tecnologias móveis na educação promovem uma junção geográfica que aproxima o discente dos conteúdos sem demarcação de espaço e de tempo, o que torna o ensino mais flexível, onde o aluno delimita o que melhor se adequa a sua realidade. Com isto, a função do professor se modifica, este já não é o único detentor do conhecimento, mas o que vai conduzir o conteúdo ao aluno. Assim, o estudante terá mais autonomia e será o protagonista do seu aprendizado.

Diante dos fatos mencionados, é preciso reaprender e avaliar as concepções relacionadas à formação docente. Pois, o desenvolvimento das práticas pedagógicas com o uso das tecnologias como recurso pedagógico implica na construção de competências específicas. Moran (2013, p.1): “As tecnologias digitais móveis desafiam as instituições a sair do ensino tradicional em que o professor é o centro, para uma aprendizagem mais participativa e integrada”.

Mediante o exposto, trazemos o debate acerca da importância de pensarmos sobre o uso das tecnologias na formação continuada. É importante mensurar que

essa formação depende, também, de políticas públicas que compreendam as contribuições e vantagens que o ciberespaço oferece. É evidente a necessidade de políticas de incentivo à capacitação de professores, onde os cursos ofertados estejam alinhados com as demandas do profissional. Com a vasta demanda que o professor possui, a educação a distância tem se mostrado como uma ótima alternativa para buscar novos saberes. Corroborando com essa dialética, Sousa et al. (2011, p. 212) relata que a educação a distância: “nos remete ao contexto sócio-histórico que demandou a possibilidade de oferecer educação a pessoas que estavam distantes dos grandes centros acadêmicos e/ou não tinham disponibilidade de frequentar diariamente uma escola”.

Nesse sentido, é possível afirmar que a educação a distância tem um grande potencial pedagógico capaz de promover avanços significativos. Pedrosa (2003, p. 9) relata:

A educação a distância responde à proposta de um modelo pedagógico alternativo, que tem por objetivo abrir o acesso à informação aos que desejam aprender. Desde que bem direcionada e com o apoio dos meios adequados, efetivamente pode contribuir para vencer barreiras do acesso à educação, assumindo o papel de mobilizadora de estratégias que viabilizem os princípios e fins da educação permanente, por conseguinte, da formação continuada.

Nessa perspectiva, o profissional, consciente da necessidade de manter-se profissionalmente atualizado, irá buscar conhecimento utilizando as possibilidades que as tecnologias digitais oferecem no suporte do aprendizado em seu processo formativo, no qual irá contribuir no desenvolvimento da reconstrução de sua prática pedagógica.

3. Programa Residência Pedagógica: Como funciona?

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é uma das ações responsáveis pela formação de professores. Sendo assim, integra a Política Nacional de Educação a fim de promover a construção da prática docente dos estudantes dos cursos de licenciatura. É financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sendo organizado por projetos institucionais que são atividades pensadas para proporcionar mudanças nas escolas de educação básica (BRASIL, 2023).

Para que isso ocorra, é importante conhecermos os objetivos que regem o Programa Residência Pedagógica. Nesse sentido, de acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2023, p. 01), os projetos institucionais precisam estar alinhados aos seguintes objetivos:

1. Fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
2. Contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
3. Estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
4. Valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional;
5. Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula.

Tendo a percepção do que é o programa supracitado, adentramos a sua funcionalidade. Segundo o MEC (BRASIL, 2023, p. 02), o Programa Residência Pedagógica atua da seguinte forma:

- Os projetos institucionais a serem apoiados pela CAPES no âmbito do PRP serão selecionados por meio de editais, os quais estabelecerão os requisitos e os procedimentos atinentes à participação das IES interessadas.
- O projeto institucional deve ser desenvolvido pela IES de maneira articulada com as redes de ensino e com as escolas públicas de educação básica, contemplando diferentes aspectos e dimensões da residência pedagógica.
- O PRP será desenvolvido em regime de colaboração entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal e as IES selecionadas, formalizado por meio de Acordo de Cooperação Técnica - ACT firmado entre a CAPES e cada IES participante, bem como pela adesão ao PRP pelas redes de ensino mediante habilitação de suas unidades escolares para participarem como escolas-campo.

Ou seja, os cursos de licenciatura possuem coordenador institucional e docente orientador que são responsáveis por pensar nas ações gerais presentes no projeto institucional que será enviado a CAPES. Nesse sentido, além dos mencionados acima, o PRP é formado por preceptores e residentes. Os preceptores são professores das escolas parceiras e que acompanharão todo o processo de atividades pedagógicas realizadas nas instituições. Já os residentes são os graduandos que exercem as atividades didático-pedagógicas nas escolas, que constroem os planejamentos a partir da realidade da escola e da turma.

Não obstante, também há um dia reservado para a reunião formativa de todos os participantes do projeto. Nas reuniões formativas são apresentados relatos dos residentes acerca das implicações e dos avanços em sala de aula. As preceptoras argumentam e orientam para que essas implicações sejam superadas, sempre enaltecendo os avanços. O docente orientador traz discussões

bibliográficas acerca da formação de professores e auxilia nas ações realizadas pelos residentes. É importante salientar que todos os participantes do programa são nomeados a partir de um processo seletivo, onde assumem o compromisso de exercer as funções estabelecidas para cada um. Diante dessa conjuntura, Freitas, Freitas e Almeida (2020, p. 03) relembram que:

São concedidas bolsas aos proponentes participantes do programa, a saber: 1) O Coordenador Institucional: para docente da IES responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica; 2) Docente Orientador: para o docente que orientará o estágio dos residentes estabelecendo a relação entre teoria e prática; 3) Preceptor: para o professor da escola de educação básica que acompanhará os residentes na escola-campo; 4) Residentes: para discentes com matrícula ativa em curso de licenciatura que tenham cursado o mínimo de 50% do curso.

Antes de apresentarmos outras informações sobre as bolsas concedidas, faz-se necessário pontuar que houve um reajuste no valor das bolsas. Em 2022, a modalidade de bolsa dos residentes era de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Com o atual governo, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) comunicou o reajuste em todas as bolsas de iniciação científica e tecnológica, passando para o valor de R\$700,00 (setecentos reais). Em relação ao coordenador institucional o valor é de 2.100,00 (dois mil e cem reais); ao docente orientador: R\$2.000,00 (dois mil reais); ao preceptor R\$1.100,00 (mil e cem reais) (BRASIL, 2023).

Diante da argumentação exposta, há uma especificidade do PRP em relação aos demais programas formativos ofertados nos cursos de licenciatura: o aproveitamento da carga horária para os estágios supervisionados da graduação. Tal fato apresentado a seguir se deve ao graduando do Curso de Pedagogia, que o Residência Pedagógica possibilita o aproveitamento da carga horária para o Componente Curricular Estágio Supervisionado I ou II, pois o residente pode atuar tanto na Educação Infantil como Ensino Fundamental (anos iniciais). Portanto, é um direito do residente aproveitar ou não essa carga horária, e o método utilizado para avaliação é único e específico de cada instituição de ensino superior.

4. Práticas docentes desenvolvidas por duas bolsistas do Programa Residência Pedagógica durante a pandemia da Covid-19

Ingressamos no Programa Residência Pedagógica em 2020 e logo nos deparamos com a pandemia da Covid-19. Sem a possibilidade de aulas e reuniões presenciais, as escolas brasileiras precisaram pensar em alternativas para driblar os impactos causados pelo coronavírus. No PRP não foi diferente. Nossas reuniões formativas aconteceram através do Google Meet (classroom) e tivemos diversas

palestras com profissionais para darmos início as aulas com as crianças. Fomos apresentadas as mais variadas ferramentas digitais, como, por exemplo o Padlet. Este é um recurso que permite construir painéis interativos sobre temáticas distintas.

Nesse contexto, também escutamos os relatos das preceptoras acerca da solução encontrada para o momento: o Ensino Remoto Emergencial (ERE). É importante mencionar que o ERE foi criado para solucionar temporariamente os desafios implantados pela pandemia, tendo como foco a continuidade das aulas de maneira virtual. Entendendo isso, voltamos ao fato narrado. Após as nossas formações, fomos escolhidas para exercermos nossas ações numa escola municipal localizada na cidade de Mossoró (RN), que atende alunos do Ensino Fundamental (I e II).

Posto isto, a preceptora em questão reuniu todo o grupo de residentes para realizarmos uma avaliação diagnóstica da turma. A avaliação se deu a partir de encontros via Google Meet (classroom), onde desenvolvemos atividades interativas a fim de entendermos as principais dificuldades das crianças no que diz respeito à alfabetização e letramento. Sendo assim, percebeu-se que algumas crianças tinham dificuldades na leitura, na escrita e no reconhecimento de letras.

Por essa problemática, a preceptora e nós residentes construímos um projeto no qual intitulamos de “Aprendendo a Aprender”, tendo como objetivo auxiliar no desenvolvimento da leitura e escrita de crianças do 1º ao 5º ano, de forma remota. Com isso, decidimos utilizar os dois recursos que o Ensino Remoto oportuniza, as aulas síncronas e assíncronas.

A cada aula assíncrona desenvolvemos videoaulas aproveitando as datas comemorativas para trabalharmos de maneira interdisciplinar a leitura e a escrita. Faz-se necessário destacar que as videoaulas eram publicadas no canal do Youtube. A seguir, apresentaremos um exemplo de como eram elaborados os nossos planejamentos.

Aula assíncrona - Dia da cultura nordestina

- **Leitura deleite:** Lampião, lá do Sertão! Cordelista: Mari Bigio.
- **Introdução do tema “Dia da cultura nordestina”** (dizendo em que data é comemorada e como foi a criação dela – relatar brevemente a biografia de Luiz Gonzaga), discorrer brevemente sobre alguns elementos marcantes da cultura nordestina (artes, crenças, cultos religiosos, literatura popular, danças, culinárias, figuras do passado e atuais), bem como a importância de preservar os costumes e a memória do nosso povo e destacar no mapa do Brasil onde fica o Nordeste, quais estados fazem parte e onde está Mossoró no mapa.

- **Atividade Escrita:** A criança irá realizar uma busca na internet de artistas que contribuíram e continuam a contribuir para a construção da cultura nordestina, alguns exemplos são: Patativa do Assaré, Zabé da Loca, Dandara, Lampião, dentre outros. Após a busca, a criança escolherá o artista que mais gostou e, em seu caderno, produzirá uma biografia a partir de pesquisas na internet sobre o artista escolhido. Será disponibilizado um roteiro com as informações que devem compor a biografia. Quando concluída a tarefa, deverá ser enviada uma foto para o grupo da turma no Whatsapp.
- **Atividade Prática:** Será disponibilizado ao aluno dois trechos da letra da música “Asa Branca”, de Luiz Gonzaga. Em seguida, o aluno deverá aprender e recitar/cantar esses trechos na aula síncrona que será realizada.

Figura 1: Semana da cultura nordestina



Fonte: YouTube

Como mostrado neste exemplo, as aulas assíncronas seguiam a postura didática para as aulas síncronas. As síncronas ocorriam de forma simultânea através do Google Meet, com os alunos que estavam com dificuldades supracitadas. Para isso, também mostraremos como se davam essas aulas.

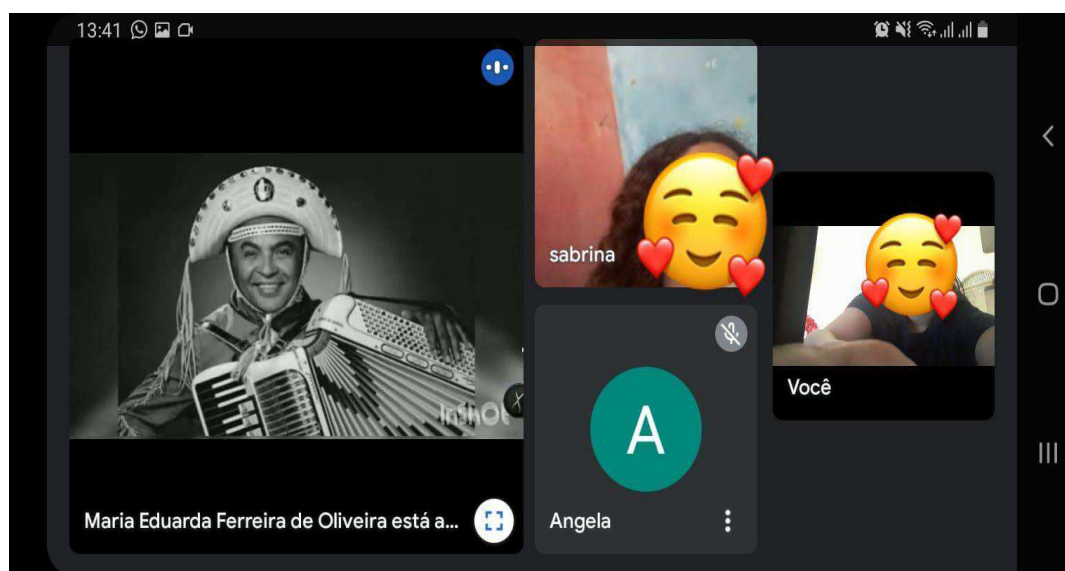
Aula síncrona - Dia da Cultura Nordestina

- **Acolhida:** Saudar as crianças e introduzir o tema “Dia da cultura nordestina”, dialogando sobre a importância dela.
- **Leitura e escrita dirigida:** Será solicitado que as crianças contem sobre sua experiência fazendo uma pesquisa, se foi difícil ou fácil, etc. Em seguida, pediremos que os alunos recitem/cantem os dois trechos que foram disponibilizados na atividade assíncrona.
- **Atividade prática:** Pré-silábico: A residente levará quatro imagens, cada qual com um elemento da cultura nordestina (uma comida, uma festa...), e explicará o que é aquele elemento. Depois, ela mostrará algumas sílabas escritas e irá lê-las, após a leitura perguntará qual daquelas sílabas têm o mesmo som do começo da palavra que foi mostrado na imagem. Isso será realizado com todas as imagens. Em seguida, será feita a escrita dessas palavras, sendo realizada a correção, caso necessário.

Tabela 1

EXEMPLO	
Imagem	Sílabas
TAPIOCA	DA
	PA
	TA
	CA

Figura 2: Aula síncrona no Google Meet



Fonte: Acervo pessoal

Como apresentado acima, nossos planejamentos possuíam uma sequência didática a fim de contribuir para o processo de aprendizagem das crianças que estavam com dificuldades. Apesar das implicações causadas pela Covid-19, dos desafios encontrados pelas famílias no acesso à internet e, conseqüentemente, na utilização das ferramentas digitais e no desgaste da saúde mental dos professores, conseguimos obter êxito na nossa ação. Nesse sentido, reafirmamos aqui a necessidade da capacitação de professores voltada ao uso das tecnologias digitais em sala de aula. A pandemia evidenciou ainda mais a importância da tecnologia para as ações cotidianas da sociedade, assim como levantou mais uma vez a discussão envolvendo formação tecnológica para os graduandos dos cursos de licenciatura.

Refletir acerca da formação docente é entender que estamos nos desconstruindo todos os dias, nossas práticas pedagógicas não são lineares, uma vez que para cada sujeito a aprendizagem é única. Nessa visão, Freire (1996, p. 37) contribui ao afirmar que “saber educar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Ou seja, o professor que percebe a sua prática como inconclusiva é capaz de exercer uma educação emancipatória e criar estratégias didático-pedagógicas em meio a uma pandemia, apesar dos desafios constantes.

5. Considerações finais

Diante das discussões evidenciadas, reafirmamos a importância do debate envolvendo o uso de tecnologias digitais e a mediação a partir da prática docente. Nesse sentido, portanto, viu-se que o Programa Residência Pedagógica oportuniza ao graduando vivenciar o chão da escola, em especial no período da pandemia da Covid-19. Como a pandemia bloqueou o acesso presencial de muitas atividades do dia a dia, foi necessário repensar nas ações didático-pedagógicas realizadas na escola do PRP.

Através desta pesquisa, demonstrou-se a necessidade urgente de refletirmos acerca da reconstrução das práticas docentes, tendo em vista a dificuldade que muitos professores tiveram em manusear as ferramentas digitais durante o Ensino Remoto Emergencial. Percebemos a problemática, pois, mesmo com as formações durante as reuniões de planejamento do PRP, ainda tivemos dificuldades em pensar em atividades didático-pedagógicas para público-alvo em questão. A nossa maior preocupação era a responsabilidade de pensar na finalidade daquilo que estava sendo usado. Não era apenas utilizar o que estava sendo ofertado pela tecnologia, mas de contribuir para as dificuldades que algumas crianças tinham em escrever e ler.

Dessa forma, evidencia-se que todos foram pegos de surpresa e precisaram repensar suas práticas em sala de aula. Não obstante, possibilitou a autonomia dos professores em utilizar recursos digitais para a mediação das aulas remotas, descentralizando a ideia de que os alunos usam a internet somente para outros fins. Assim, reconhecemos como potência considerar o desenvolvimento de habilidades voltadas ao mundo tecnológico, para que possamos superar os desafios enfrentados durante o período pandêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Residência Pedagógica**. Capes, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 10/11/2023.

FREITAS, Mônica Cavalcante de; FREITAS, Bruno Miranda de; ALMEIDA, Danusa Mendes. **Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 1, n. 2, p.1-12, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAN, José M. **Desafios que as tecnologias digitais nos trazem**. MORAN, José M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

PEDROSA, Stella Maria Peixoto de Azevedo. **A educação a distância na formação continuada do professor**. Educar em Revista, 2003.

SOUSA, Robson Pequeno; MOITA, Filomena M. C. da S. C; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

Agradecimentos

A evolução da Lampiar tem sido notável, ultrapassando nossas expectativas e enchendo-nos de orgulho. Nesta terceira edição, contamos com uma equipe de editores ainda maior, composta principalmente por novos membros. Foi uma experiência enriquecedora para todos nós.

Neste ano, comprometemo-nos novamente a discutir e compreender uma temática de extrema importância para os âmbitos jurídico, social e acadêmico. Com o lançamento desta edição, encerramos mais um ciclo na disseminação de nossos princípios inegociáveis de democratização do conhecimento e valorização da produção artística e científica.

Como uma continuidade das edições anteriores, a terceira edição, intitulada “Sangue Latino, almas cativas: retalhos de uma América que é nossa”, busca provocar uma reflexão sobre a América Latina e o pertencimento brasileiro a essa cultura. Queremos expressar nossa gratidão a todos que contribuíram para o sucesso desta edição em todas as nossas diretorias e setores, especialmente aos dedicados discentes que fazem parte do nosso projeto. É através do trabalho coletivo que colhemos esses frutos.

Expressamos nosso sincero agradecimento ao professor coordenador Olavo Hamilton, que acreditou no projeto desde sua concepção inicial e ofereceu apoio contínuo ao longo destas três edições.

Estendemos nossos agradecimentos ao nosso Conselho Editorial e ao nosso Conselho Consultivo, que acreditaram em nosso trabalho, aceitaram o desafio e dedicaram tempo de suas vidas acadêmicas e profissionais para avaliar as obras desta edição, contribuindo para a qualidade da revista.

Por fim, expressamos nossa gratidão à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e a todos os seus servidores por ser uma sede ideal para nossos sonhos e projetos. Receber todo o apoio e entusiasmo de vocês é muito enriquecedor.

Aos que acompanham nossos trabalhos, nosso eterno agradecimento pela valorização. Esperamos encontrá-los nos próximos caminhos que percorreremos.

Diretoria Geral

Equipe Editorial



Dr. Olavo Hamilton
Editor Chefe



Ana Quitéria
Presidenta e Diretora
de finanças



André Duarte
Vice-presidente e
diretor de marketing



Maíra Beatriz
Secretária Geral



Clara Dias
Diretora de organização
e membro do RH



Yasmim Cristina
Co-diretora de organização
e diretora do RH



Alexandro Aurélio
Membro de organização
co-diretor de RH



Esaú Castro
Membro de organização
membro de finanças



Fernanda Câmara
Membro de organização
membro de finanças



Sabrina Bastos
Membro de
organização



Micael Siqueira
Co-diretor de
Marketing



Eduarda Azevedo
Membro de
Marketing



Ellen Souza
Membro de
Marketing



Erika de Freitas
Membro de
Marketing



Gabriela Mabel
Membro de
Marketing



Laura Oliveira
Membro de
Marketing



Mateus Lucas
Membro de
Marketing



Mélannie Luíse
Membro de
Marketing



Monalisa Duarte
Editora-chefe de
Edição de texto



Diogo Nobre
Co-diretor de
Edição de texto



Elayne Cristina
Membro de
Edição de texto



Emmanuel Gomes
Membro de
Edição de texto



Guilherme Sousa
Membro de
Edição de texto



Heitor Jales
Membro de
Edição de texto



Maria Luíza
Membro de
Edição de texto



Sofia Oliveira
Membro de
Edição de texto



Taihany Moraes
Membro de
Edição de texto



UERN